



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ELIANE CARVALHO DOS SANTOS

**Flexibilidade e território: uma análise do modo de regulação flexível na
região do ABCD a partir de uma perspectiva multiescalar**



Presidente Prudente
2016



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ELIANE CARVALHO DOS SANTOS

**Flexibilidade e território: uma análise do modo de
regulação flexível na região do ABCD a partir de uma
perspectiva multiescalar**

Tese de doutorado submetida à banca
examinadora para a obtenção do título
de Doutora em Geografia na área de
concentração: Produção do Espaço
Geográfico. Orientador: Prof. Dr.
Eliseu Savério Sposito.



FICHA CATALOGRÁFICA

Santos, Eliane Carvalho dos.
S234f Flexibilidade e território : uma análise do modo de regulação flexível na região do ABCD a partir de uma perspectiva multiescalar / Eliane Carvalho dos Santos. - Presidente Prudente : [s.n.], 2016
240 f. : il.

Orientador: Eliseu Savério Sposito
Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Modo de regulação. 2. Crise do fordismo. 3. Flexibilidade. 4. Brasil. 5. Região do ABCD. I. Sposito, Eliseu Savério. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.




UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. **ELISEU SAVERIO SPOSITO**
ORIENTADOR


Profa. Dra. **MARIA TEREZINHA SERAFIM GOMES**
(FCT/UNESP)


Prof. Dr. **CLERISNALDO RODRIGUES DE CARVALHO**
(UNESP/OURINHOS)


Prof. Dr. **EVERALDO SANTOS MELAZZO**
(FCT/UNESP)


Prof. Dr. **MARCIO ANTONIO CATAIA**
(UNICAMP)


ELIANE CARVALHO DOS SANTOS

Presidente Prudente (SP), 14 de abril de 2016.

RESULTADO: APROVADO



*(..) Quem me dera, ao menos uma vez,
Explicar o que ninguém consegue entender:
Que o que aconteceu ainda está por vir
E o futuro não é mais como era antigamente.*

*Quem me dera, ao menos uma vez,
Provar que quem tem mais do que precisa ter
Quase sempre se convence que não tem o bastante
E fala demais por não ter nada a dizer*

*Quem me dera, ao menos uma vez,
Que o mais simples fosse visto como o mais importante
Mas nos deram espelhos
E vimos um mundo doente.*

*(...) Eu quis o perigo e até sangrei sozinho.
Entenda - assim pude trazer você de volta pra mim
Quando descobri que é sempre só você
Que me entende do início ao fim
E é só você que tem a cura pro meu vício
De insistir nessa saudade que eu sinto
De tudo que eu ainda não vi*

*(...) Quem me dera, ao menos uma vez
Como a mais bela tribo, dos mais belos índios
Não ser atacado por ser inocente*

*Eu quis o perigo e até sangrei sozinho
Entenda: assim pude trazer você de volta pra mim
Quando descobri que é sempre só você
Que me entende do início ao fim
E é só você que tem a cura pro meu vício
De insistir nessa saudade que eu sinto
De tudo que eu ainda não vi*

*Nos deram espelhos e vimos um mundo doente
Tentei chorar e não consegui”*

Renato Russo, Índios, 1986



À minha mãe querida

Meu pai

Meus irmãos

Minha amiga Silmara Molina

*E todos os guias, protetores, companheiros, irmãos estelares e mestres que me acompanham
no caminho e na vastidão do Universo!*

AGRADECIMENTOS

Gratidão! Sem dúvidas esse é o principal sentimento que transborda em mim ao escrever essas palavras. Essa tese representa muita coisa para mim que vai além do que as palavras podem expressar, porque, afinal de contas, as coisas mais significativas que experimentamos em nossas vidas não podem ser explicadas, apenas sentidas.

Mesmo diante dessa ressalva, vou fazer um esforço para elencar as principais pessoas que contribuíram para a construção desse trabalho ao longo desses anos. Como disse o grande poeta Vinícius de Moraes *“a vida é a arte do encontro, embora haja tanto desencontro pela vida”*, as pessoas que citarei aqui foram os principais encontros que vivenciei nos últimos anos e sem dúvida, o apoio emocional, a amizade e o afeto de todos contribuíram para a construção desta tese.

Primeiramente, esta tese representa um fim de um ciclo que começou há 11 anos na UNESP de Presidente Prudente. Quando cheguei aqui ainda adolescente para começar a graduação em Geografia, jamais imaginava onde esse caminho iria dar e, principalmente, o quanto ele me faria evoluir, crescer e ser feliz.

Vim de muito longe para estudar e naquela época já pude vislumbrar uma trajetória de infinitas possibilidades à minha frente. Comecei por compreender como estudar Geografia ampliava minha visão de mundo, me fazia enxergar a fundo as questões que sempre questioneei, mas que somente conhecia pela ótica da política partidária, através das experiências que tive no Partido dos Trabalhadores do ABCD.

E agora, por capricho do destino, realizei um retorno à região pela pesquisa, uma espécie de “volta para casa” para compreender como funciona uma realidade que cresci e vivenciei de perto.

Ter nesta tese essa região onde tudo começou a transformar em minha vida e na vida da minha família é uma grande satisfação para mim, pois o vínculo afetivo que tenho com esse lugar é muito forte; apesar de ter uma personalidade cosmopolita, o ABC sempre será meu lar.

É lá que mora minha família, a quem dedico essa tese: minha mãe Maria do Carmo, meu pai Augusto, meus irmãos Marcelo, Jorge e Marcos, minhas irmãs Adriana e Maria Cristina. Também coloco uma menção especial aos meus sobrinhos Alexander, Gabriel, Aquiles e Heloísa. Sem dúvidas, tenho uma grande família!

Como pessoa de sorte que sou, tenho muitas famílias. A UNESP me fez conhecer pessoas mais que especiais na minha vida, tão importantes que nem sei como expressar. A Silmara Molina, o Bruno Silva e o Vitor Ceresini são a família que meu coração escolheu; uma amizade de anos que vale mais do que qualquer tesouro existente no universo. Sem o apoio, proteção, força, amor e carinho deles, nenhum dos desafios que tive em minha vida nos últimos anos teriam sido superados. Somos mais que amigos, somos união de almas. Amo muito vocês!

A amizade dessas pessoas tem me transformado de maneira transcendente, me levando a enxergar cada dia como mais uma oportunidade para evoluir, a partir da ampliação da percepção da realidade externa e do autoconhecimento em um nível de consciência que jamais imaginei que existisse.

Nessa trajetória, a Silmara Molina sempre foi a pessoa mais importante em minha vida, uma amizade que tem nos transformado com o passar dos anos, transcendendo os limites do universo conhecido e nos direcionando rumo ao caminho infinito. Dedico essa tese a você grande amiga, sua energia amorosa está mais que presente aqui. Ela é sua também!

Outra grande amiga da qual dedico esse trabalho é a Lucimara Aragão, uma mostradora da luz que tem sido um porto seguro para mim quando vou ao ABC. Os papos nas trilhas de Paranapiacaba foram grandes momentos inspiradores nesse último ano. É um privilégio tê-la na minha vida.

Igualmente coloco como importante presença na minha vida nos últimos anos minha querida amiga Natalia Talarico, uma artista na arte de compreender o fluxo da vida e segui-lo sem medo. Satisfação enorme ter sua amizade que com certeza vem de outros tempos.

Também tenho a agradecer a outros grandes amigos que fiz durante esses anos. Em Presidente Prudente, agradeço a imensa energia positiva de meu amigo Dinho (Edivaldo) e meu irmão de caminhada Paulo Jurado. Tenho

imensa gratidão à professora de yoga Arlete de Domenico, pessoa maravilhosa de amor incondicional.

Aos meus amigos da pós-graduação e do Gasperr Gislene Ortiz, Cássio Antunes, Agnaldo Nascimento, Baiano (Lindberg Júnior), Cláudio Smalley, Rita Gregório, Yolima, Andréa Sales, Jonatas Candido e Silmara Bernadino eu agradeço a cada conversa, cada encontro nos cafés da faculdade, e pela maravilhosa companhia nos eventos pelo país e pelo mundo.

Nessa jornada de doutoranda, graças ao apoio e financiamento da FAPESP na modalidade Bepe, tive a oportunidade de conhecer vários lugares do mundo e realizar um estágio de seis meses na Espanha, na Universidade de Lleida. Nesse período, fiz grandes amigos dos quais fico grata em mencionar a importância em minha vida naqueles meses gelados em terras estrangeiras.

Assim, agradeço ao carinho e amizade da minha professora tutora Pilar Logroño, à Professora Carmen Bellet, ao Professor Ramon Morell (grande amigo), as amigas doutorandas Laura Ortiz, Tanja Strecker e ao casal Corina e Lars Porshe. Sem dúvida, a amizade de vocês foi a coisa mais importante que vivenciei nessa experiência.

Também agradeço a todos os professores e pesquisadores que me receberam para dialogar sobre minha pesquisa e a todos os que se dispuseram a conversar comigo em suas instituições e empresas para a realização da pesquisa de campo.

Aos professores que participaram do meu exame de qualificação e também da defesa da tese Prof. Dr. Marcio Cataia e Profa. Dra. Maria Teresinha S. Gomes. Eu agradeço imensamente a ajuda e direcionamentos propostos para que eu pudesse terminar essa tese. Graças às sugestões de vocês, o trabalho pode ser melhorado, ganhando novos conteúdos e enriquecendo a análise. Muito obrigada!

Faço menção especial ao Prof. Dr. Clerisnaldo Carvalho que participou da minha defesa do mestrado e agora do doutorado. Sua presença sempre muito forte, porém amorosa, reforça nossos laços profissionais e de amizade.

Agradeço ao apoio e orientação do Professor Dr. Eliseu Sposito que sempre esteve disposto a conversar, ajudar e colaborar, dando muita liberdade

para a expressão do que sou neste trabalho. Sou muito grata ao Eliseu por tudo!

Agradecimentos especiais à Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo, a FAPESP, que através do Processo 2012/07547-2, deu todo apoio técnico e financeiro nesses anos de pesquisa, tanto no Brasil quanto no exterior, e proporcionou todas as condições para a minha formação enquanto doutora em Geografia.

Agradeço aos funcionários da FCT-UNESP, a todos, desde os que limpam o chão, os que cuidam dos jardins, da nossa comida, livros e documentos. São pessoas muito importantes em nossa vida, sem elas, não teria tese alguma e nem Universidade.

Encerro esses agradecimentos ressaltando a importância da amizade, do amor incondicional e do conhecimento para a evolução dos indivíduos e consequentemente do coletivo maravilhoso que habita esse planeta, nossa querida e amada Gaia. Quero dizer que honro todos vocês e que estamos juntos nessa imensa consciência amorosa que pulsa no Tudo o que é. Adonai!!!!

Resumo

Com a crise do fordismo e de suas bases estruturais, foi necessário um amplo processo de reestruturação que está fomentando diferentes trajetórias de superação de sua crise. Nos territórios que buscam superar esse modelo, os agentes sociais empreendem diferentes estratégias, com a implementação de princípios orientados pelo capitalismo flexível que permitem novas configurações nas instituições reguladoras que imprimem novas formas de relações profissionais e novas configurações no modelo de organização industrial. Nessa conformação, as heranças da formação do fordismo deixam os direcionamentos do combate à rigidez, gerando uma combinação específica dos territórios frente à flexibilidade. Isso se repercute no modo de regulação organizado em diferentes escalas, tendo a escala nacional como a principal mediadora dessas transformações entre o local e o global. Diante desse quadro, a proposta desta pesquisa esteve em compreender como as mudanças no modo de regulação nacional, empreendidas com o objetivo de tornar o território brasileiro alinhado com a regulação internacional do capitalismo flexível, tem repercutido no modo de regulação da Região do ABCD paulista, região essa que sempre apresentou um alinhamento com a regulação nacional e por isso sofreu fortemente os impactos da crise do fordismo. Com esse cenário, investigamos a relação entre as mudanças no modo de regulação nacional e o regional, a partir da análise da atuação dos principais agentes – o Estado, o capital e o trabalho – na configuração de um novo modo de regulação flexível nesse território.

Palavras-chave: Modo de regulação; Crise do fordismo; Flexibilidade; Brasil; Região do ABCD.

Abstract

With the crisis of Fordism and its structural basis, an extensive process of restructuring that is fueling different paths to overcome its crisis was needed. In the territories that seek to overcome this model, social workers undertake different strategies, with the implementation of principles guided by flexible capitalism that allow new configurations in regulatory institutions that print new forms of professional relationships and new settings in the industrial organization model. In this conformation, the inheritances of the formation of Fordism leave the directions to combat stiffness, generating a specific combination of the territories ahead flexibility. This is reflected in the mode of regulation organized at different scales, and the national level as the main mediator of these changes between the local and the global. Given this situation, the purpose of this research was to understand how changes in national regulatory mode, undertaken with the aim of making Brazil aligned with the international regulation of flexible capitalism, has passed in setting mode of São Paulo ABCD Region, this region that has always been an alignment with national regulation and so strongly suffered the impacts of the crisis of Fordism. With this scenario, we investigated the relationship between changes in the national and regional regulation mode, from the analysis of the performance of the main actors - the state, capital and labor - in setting up a new flexible regulation mode that territory.

Keywords: Regulation mode; Fordism crisis; Flexibility; Brazil; ABCD region.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I - CRISE DO FORDISMO, REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA E A EMERGÊNCIA DA FLEXIBILIDADE.....	27
Nacionalismo e fordismo	28
O fordismo nos países centrais: uma breve consideração	33
Internacionalização e aspectos da geografia do capitalismo mundial.....	38
Crise fordista e reestruturação	41
O fordismo no Brasil: constituição e crise	47
Considerações finais sobre o capítulo	65
CAPÍTULO II - REGULAÇÃO NO CAPITALISMO: AGENTES E FORMAS INSTITUCIONAIS (ESTRUTURAIIS)	71
Regulação e formas institucionais	74
Agentes sociais.....	81
Regime de acumulação, modo de regulação e as formas institucionais: algumas considerações conclusivas	95
CAPÍTULO III: FLEXIBILIDADE NO BRASIL E AS FORMAS INSTITUCIONAIS	104
O Estado brasileiro na regulação flexível.....	105
Flexibilidade e relação salarial no Brasil	118
Regulação flexível e hegemonia financeira no Brasil.....	149
Concorrência, Estado e flexibilidade	157
Regime internacional no capitalismo flexível	161
Considerações finais sobre o capítulo	167
CAPÍTULO IV - FLEXIBILIDADE E TERRITÓRIO: REGULAÇÃO REGIONAL DA REGIÃO DO ABCD.....	170
Os modelos para análise da flexibilidade territorial.....	173
Território e regulação flexível: o caso do ABCD	185
O APL de móveis e a regulação regional	206
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	220
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	228

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Evolução do número de sindicatos de trabalhadores no Brasil	135
Gráfico 2: Taxas de pobreza – Pessoas pobres (% da população brasileira total) ...	141
Gráfico 3: Evolução do número total de empregados com vínculo formal de emprego no Brasil (milhões de empregados)	142
Gráfico 4: Número de estabelecimentos da indústria moveleira, municípios da Região do ABCD - 2013	207
Gráfico 5: Porte das empresas moveleiras da região do ABCD - 2013	209

Lista de Quadros

Quadro 1: Fordismo no Brasil e seus impactos regulatórios.....	67
Quadro 2: Tipos de flexibilidade do trabalho	144
Quadro 3: Estratégias de Flexibilidade, segundo modelo de Leborgne e Lipietz (1988)	175
Quadro 4: Resumo da participação de cada agente nas principais mudanças regulatórias da região do ABCD	202
Quadro 5: Principais ações por eixo proporcionadas pelo APL de móveis no Grande ABCD.	217

Lista de Tabelas

Tabela 1: Taxa de crescimento (%) do PIB brasileiro na década de 2000	143
Tabela 2: Número de estabelecimentos industriais segundo regiões metropolitanas brasileiras	183
Tabela 3: Empregos formais – municípios da região do ABCD	191
Tabela 4: Vínculos Formais na indústria de transformação entre 1985 e 2000	197
Tabela 5: Variação do número de vínculos formais na indústria de transformação por período entre 1985 e 2000.....	198
Tabela 6: Participação dos empregos formais na indústria no total de empregos formais (%).....	199

Lista de Figuras

Figura 1: Formas estruturais fundamentais	73
Figura 2: A gênese das formas institucionais da regulação	75
Figura 3: Regulação, agentes e escalas para a compreensão do espaço geográfico	102
Figura 4: Níveis hierárquicos da flexibilidade do trabalho	145
Figura 5: Localização dos municípios da região do ABCD no contexto da Grande São Paulo	186
Figura 6: Eixos de atuação dos Grupos de Trabalho do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC	196
Figura 7: Linha cronológica das mudanças globais e sua repercussão na região do ABCD – 1950/2000	204
Figura 8: Esquema de articulação entre os agentes que atuam no APL.	213
Figura 9: : Localização da Rua Jurubatuba – São Bernardo do Campo	215
Figura 10: Círculo de cooperação no espaço do APL de móveis	218

Lista de Siglas

ABCD	Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
APEC	Asia-Pacific Economic Cooperation
APL	Arranjo Produtivo Local
BC	Banco Central
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BMF	Bolsa de Mercadorias e Futuros
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Bovespa	Bolsa de Valores de São Paulo
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNC	Controle Numérico Computadorizado
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EUA	Estados Unidos da América
Febrabam	Federação Brasileira de Bancos
FGTS	Fundo de Garantia de Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Programa de Financiamento Estudantil

FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FINAME	Financiamento de Máquinas e Equipamentos
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNTEC	Fundo Tecnológico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IOF	Imposto Sobre Operações Financeiras
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC	Ministério da Educação
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
Nafta	North American Free Trade Agreement
NBD	Banco de Desenvolvimento dos BRICS
NPI	Novos Países Industrializados
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Micro Empresas
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDR	Plano Nacional de Desenvolvimento Regional
PREVI	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
PROEX	Programa de Financiamento às Exportações
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

ProUni	Programa Universidade para Todos
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SIMABC	Sindicato das Indústrias Moveleiras do ABC
SINTRACOM	Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Moveleira de São Bernardo do Campo e Diadema
STF	Superior Tribunal Federal
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
SUS	Sistema Único de Saúde
UFABC	Universidade Federal do ABC
Unasul	União das Nações Sul-Americanas
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNIP	Universidade Paulista
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
URV	Unidade Real de Valor

INTRODUÇÃO

Analisar a relação entre regulação e território nesse início de século XXI compreende conhecer a constituição das principais formas de regulação que foram configuradas ao longo da história recente do capitalismo e como elas são formatadas em diferentes escalas para dar um conteúdo específico para cada modo de regulação em particular.

Na formação socioespacial brasileira, os elementos da regulação orientados pelo capitalismo flexível foram abordados nessa tese com o objetivo de destacar como as mudanças regulatórias nessa principal escala da regulação que a sociedade atual organiza afeta os territórios em outras escalas. O Estado-nação é a principal escala de mediação entre o global e o local, apesar dos avanços que ampliam as possibilidades de interação entre as escalas na era da globalização.

A competição acirrada, não apenas entre empresas, mas também entre territórios, tem demandado cada vez mais um modo de regulação eficaz em promover um ambiente favorável à acumulação.

Nesse sentido, a construção de projetos voltados a esse objetivo tem variado ao longo do tempo, a partir das transformações das normas no capitalismo flexível, e isso tem levado os grupos hegemônicos a empreenderem estratégias específicas para o desenvolvimento.

Essas estratégias transformam os principais aspectos da regulação composta por eixos de relações compreendidos como formas institucionais. As principais formas são: a relação salarial, a moeda, o Estado, a adesão ao regime internacional e a forma de concorrência.

As mudanças na composição dessas formas nos modos de regulação de diferentes territórios, e em diferentes escalas, tem transformado a relação entre normas e território e com isso dado novos conteúdos para a atuação dos agentes na formulação de estratégias de desenvolvimento territorial.

A partir desses pressupostos, essa tese trouxe a análise nacional e regional desse processo de mudança regulatória, considerando as

transformações das formas institucionais e a ação dos principais agentes capazes de conduzir essas mudanças na escala nacional e regional.

Após uma análise nacional, partimos para a compreensão de uma região de estudo – a região do ABCD – que foi um dos principais *lócus* de acumulação do regime fordista no país e que passou por profundas mudanças regulatórias em decorrência de sua crise.

As influências de lógicas globais e nacionais marcaram seu processo de desenvolvimento de forma intensa, transformando os agentes locais em importantes atores não apenas no processo de regulação regional, mas também da regulação do capitalismo nacional.

Desse modo, a região e a nação tem em seus modos de regulação uma relação dialética complexa que se intensifica com o aprofundamento da globalização e a interação do espaço regional com as normas do capitalismo flexível.

Por ter uma lógica produtiva profundamente relacionada às dinâmicas do capital global, através da atuação do capital multinacional, e também fortemente impactada pelas políticas macroeconômicas do Estado nacional, a região teve que reagir perante as mudanças da política das grandes empresas e também das mudanças regulatórias do capitalismo nacional, que passou a orientar a economia e a sociedade a partir de novos parâmetros das formas institucionais.

Com a crise da economia nacional e seus reflexos na transformação da política industrial do Estado, o ABCD teve que se articular regionalmente para criar estratégias de desenvolvimento endógeno para além da política de desenvolvimento do Estado-nação.

Nesse sentido, a constituição de APLs regionais veio em busca de criar um novo caminho de desenvolvimento da indústria regional a partir do apoio às micro, médias e pequenas empresas locais que atuam na região antes mesmo da hegemonia do fordismo e das normas das empresas multinacionais.

Para compreender essa nova etapa da regulação regional e sua política industrial, incluímos em nossa pesquisa a análise do APL de móveis. Esse APL foi escolhido por alguns motivos que detalharemos a seguir.

Entendemos o modo de regulação como uma forma de conduzir e orientar as ações dos agentes sociais a partir da normatização das relações

que se estabelecem entre eles diante do processo de sociabilização capitalista. Essas normas são elaboradas pelos centros de poder de decisão em cada território específico, e influenciadas por um conjunto de eventos que ocorrem em diferentes escalas.

Assim, a regulação compreende um processo complexo entre agentes, normas, projetos e ações que se desenvolvem em determinado espaço geográfico e que pode ter uma abrangência multiescalar.

A partir dessas considerações, essa tese tem como seu objetivo norteador compreender, interpretar e analisar os caminhos da flexibilidade no Brasil, levando-se em conta as ações que estão configurando uma regulação flexível no país através da reestruturação de suas formas institucionais.

A fim de dar um caráter mais específico à análise, diante da heterogeneidade de como se manifesta o modo de regulação do país em seus diferentes territórios, também objetivamos analisar a região do ABCD para compreendermos como essas mudanças regulatórias transformou um importante *locus* da acumulação do capitalismo nacional.

Para isso, partimos da consideração dos direcionamentos dos principais agentes desse processo que atuam em escala nacional e regional, contribuindo, assim, de maneira qualitativa para uma compreensão geográfica e multiescalar da configuração do modelo de desenvolvimento do Brasil no início desse século XXI.

O objetivo geral se desdobrou nos seguintes objetivos específicos:

1. Identificar e analisar o posicionamento e as ações dos principais agentes que conduzem o modo de regulação nacional e regional (capital, trabalho e Estado) diante da inserção de um modo de regulação flexível;
2. Investigar, através da realização de entrevistas e análises de dados, como a regulação flexível se reflete na mudança de orientação da política dos agentes e instituições regionais no território do ABCD;
3. Interpretar os principais desdobramentos dessa nova regulação no APL de móveis da região, considerando seus aspectos territoriais específicos;

4. Contribuir para a reflexão dos rumos do capitalismo brasileiro, a partir da regulação atual e suas consequências para as principais formas estruturais.

Diante dos objetivos colocados, partimos de hipóteses que orientaram a construção de uma intensa pesquisa.

Nossa principal hipótese defendida nessa tese é que no Brasil contemporâneo o modo de regulação social, constituídos pelas formas institucionais, foi reestruturado para adequar o país a nova fase do capitalismo flexível, a partir de constrangimentos externos que se relacionaram com estruturas internas específicas para a configuração de um modo de regulação flexível na nossa formação socioespacial.

Essa reestruturação levou a construção de novas normas que transformaram aspectos da regulação econômica e social de todo o país e se repercutiu de forma específica na região do ABCD, o que levou a criação de instituições regionais que cunharam novas orientações para o modo de regulação regional a fim de explorar possibilidades e reagir aos constrangimentos impostos pelo capitalismo flexível.

Essa tese compreende uma análise teórica e empírica, numa perspectiva multiescalar. Partimos da compreensão das mudanças regulatórias ocorridas no âmbito do Estado-nação, pois essa é a principal escala para se compreender qualquer modo de regulação vigente.

Posteriormente, para a parte empírica da pesquisa, escolhemos estudar a região do ABCD a fim de termos um aporte territorial para sustentamos a hipótese principal juntamente com outra hipótese secundária, qual seja: que essa transformação das formas institucionais ocorre a partir dos interesses de agentes sociais hegemônicos que atuam em desigualdade de poder e que se articulam para designar um projeto de adaptação às mudanças regulatórias que advém de outras escalas, configurando respostas específicas de seus territórios de ação face a esse marco regulatório.

A hipótese principal nos leva a refletir como a regulação econômica e social que ocorre em escala nacional é importante para a orientação dos agentes que atuam no território em outras escalas, dando um direcionamento para suas ações e levando a novos contornos os elementos do espaço

(instituições, firmas, organizações da sociedade civil, etc.) em que estão inseridos.

Com a análise da regulação do território da região do ABCD, consideramos os pressupostos da segunda hipótese que enfatiza a diferença de poder de decisão entre os agentes territoriais e de suas demandas para a adaptação da coletividade territorial à mudança de regulação.

A relação entre regulação e território no capitalismo globalizado perpassa um movimento dialético entre impulsos externos e as condições históricas e geográficas de cada formação socioespacial em particular.

Com as inovações que levaram a mudanças no modo de regulação ocorreu a formação de quadros diversos, pois a organização política nacional-estatal existente é – não obstante suas determinações éticas e culturais - a um só mesmo tempo, a expressão e a causa de desenvolvimentos econômicos desiguais, resultando daí o fato de que as relações de produção capitalistas se implantam e estão impregnadas, tanto histórica como regionalmente, de modos distintos (HIRSCH, 2007).

Sendo o modo de regulação uma expressão das relações de produção capitalistas a partir da necessidade de sua normatização e mediação, suas mudanças no curso da história levam a transformações que se sobrepõem as já expressivas diversidades e desigualdades territoriais.

Nesse sentido, na região do ABCD as mudanças na regulação não são apenas um reflexo das diretrizes nacionais, mas também resultado de um processo criativo envolvendo diferentes agentes que relacionaram seus aspectos já existentes com novas normativas.

No caso dessa região, temos a possibilidade de compreender quais transformações trazem a nova regulação flexível sobre seus aspectos econômicos e sociais, considerando que muitos destes foram consolidados durante o período de expansão do fordismo periférico no Brasil, que teve na região uma expressão significativa desse modelo de desenvolvimento e, conseqüentemente, de seu modo de regulação.

A partir da escolha do recorte regional selecionamos o APL de móveis que tem na região um suporte para sua regulação a partir da articulação de instituições regionais e agentes externos. A escolha da análise desse arranjo produtivo veio em decorrência do surgimento de uma forte política de APLs na

região, que se apresenta como um reflexo da mudança de regulação em busca de uma alternativa ao desenvolvimento regional a partir da crise do fordismo.

Primeiramente, ele não está relacionado às grandes empresas multinacionais que atuam no território. Esse critério é importante, porque existem APLs que pertencem a circuitos espaciais da produção de empresas globais, como o APL metal-mecânico que é ligado a indústria automobilística. No caso destes APLs, a normativa organizacional e produtiva das empresas é orientada sob a influência das multinacionais. Nesses casos, o caráter endógeno e as normativas do território, definida por agentes locais, tem pouca influencia, sendo mais importante uma norma global imposta por um agente internacional.

Além disso, ele apresenta uma forte organização no território, pois é um ramo industrial de vasta tradição regional, constituídos por empresas locais que se ampliaram ao longo do século XX devido a um conhecimento tácito de seus empresários.

Acrescentamos ainda que esse APL é constituído de empresas de alta flexibilidade, já que todas as PMEs que compõem o arranjo produzem móveis exclusivos de acordo com as necessidades dos clientes.

Por último, esse APL conta, além da constituição de uma rede regional de apoio e organização, com a participação de agentes externos à região, como Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Desse modo, com a seleção desse APL, conseguimos analisar um universo de centenas de empresas de médio, micro e pequeno porte que atuam na região e que tem sua origem neste território. Muitas destas empresas são de origem familiar, algo que influencia nas suas estratégias de crescimento e na velocidade de adaptação às mudanças regulatórias.

Estas empresas estão inseridas de forma dispersa em um território extremamente aglomerado como a região do ABCD. Isso gera uma particularidade na organização dos APLs em ambiente metropolitano, já que a relação de proximidade geográfica existe, porém a localização das empresas se dispersa em meio ao ambiente urbano.

Porém, com o auxílio das instituições regionais de regulação, além das prefeituras locais, empresas, sindicatos e universidades, as informações sobre as estratégias do APL são difundidas sem grandes dificuldades, já que a relação de proximidade e cooperação se dá através dessas instituições mediadoras.

Com a constituição de uma rede de instituições regionais voltadas para a valorização do potencial endógeno do território, no início dos anos 2000, começa a ser articulada uma forte política de APLs para auxiliar no desenvolvimento técnico, competitividade e inovação das micro e pequenas empresas regionais.

Para compreendermos a configuração de uma regulação flexível na formação sociospacial brasileira e na região do ABCD, realizamos uma pesquisa bibliográfica que incorporou uma análise histórica e atual, além de conjuntural e estrutural, das formas institucionais que compõem o modo de regulação nacional.

Interpretar movimentos mais gerais da dinâmica histórica do capitalismo no espaço geográfico brasileiro foi um grande desafio e, para isso, utilizamos dos conceitos da regulação: regime de acumulação, modo de regulação, agentes sociais e formas estruturais.

A partir desses conceitos investigamos os processos que permearam a história de nosso país desde o início do processo de industrialização até o momento atual, compreendendo como o modelo de desenvolvimento fordista foi estruturado, a partir do apoio do Estado nacional, e como seus aspectos regulatórios em nossa formação socioespacial se transformou, a partir de sua crise que trouxe novos parâmetros para essa regulação.

Para isso, utilizamos extensa bibliografia, abarcando análises geográficas, econômicas e sociológicas de autores que buscaram compreender como a modernização do espaço nacional transformou profundamente o relacionamento entre os principais agentes da regulação: Estado, capital e trabalho, configurando períodos de crescimento, expansão e crise que marcam nosso modelo de desenvolvimento específico - o fordismo periférico - caracterizado por grandes desigualdades socioespaciais.

Com essas considerações sobre os objetivos, hipóteses, metodologia e escolha do recorte espacial e analítico, estruturamos a tese nos seguintes capítulos:

No primeiro, abordamos a constituição do modelo de desenvolvimento do fordismo no Brasil e no mundo, sua crise e suas principais características regulatórias a partir da escala nacional.

No segundo capítulo, realizamos um exercício teórico ao analisar os conceitos que norteiam o trabalho a partir de uma discussão sobre a regulação no capitalismo e as formas institucionais, os agentes, o regime de acumulação e o modo de regulação.

No terceiro, voltamos novamente nossa análise para a formação socioespacial brasileira a partir do entendimento da reestruturação de suas formas institucionais como resultado da criação de um modo de regulação flexível.

Já, no quarto capítulo, analisamos outras escalas da regulação, considerando alguns modelos elaborados com o objetivo de serem referências para compreender a flexibilidade no território. Posteriormente, incorporamos as considerações realizadas sobre nossa região de estudo, o ABCD, e também sobre o APL de móveis como elementos da análise da flexibilidade territorial.

Assim, essa tese se estruturou numa perspectiva multiescalar para atender essas questões a fim de colocar em pauta a questão da regulação flexível na nossa formação socioespacial e seus reflexos regionais a partir de uma região que teve seu desenvolvimento em sintonia com os direcionamentos da regulação nacional e que, diante das recentes mudanças regulatórias, passou a repensar sua política de desenvolvimento para se adequar as mudanças nacionais e globais.

Capítulo I - Crise do fordismo, reestruturação capitalista e a emergência da flexibilidade.

Neste capítulo vamos analisar, a partir de uma perspectiva histórica e com base na matriz teórica adotada, os principais acontecimentos e mudanças regulatórias que vem ocorrendo nas formações socioespaciais capitalistas, particularmente no Brasil, desde a constituição do fordismo até a sua crise nos anos 1970.

Essa crise teve em seus traços fenômenos com características próprias que impactaram o modo de produção em uma escala global. Essas mudanças combinam um conjunto de aspectos que tornam a flexibilidade um paradigma estratégico diante da crise do fordismo.

A emergência da flexibilidade no mundo contemporâneo veio em decorrência da dinâmica histórica do capitalismo, que perpassa por crises e ciclos distintos, e que hoje atinge uma fase globalizada. Porém, como modo de produção hegemônico, ele expressa e aprofunda desigualdades territoriais em diferentes escalas gerando particularidades que refletem desenvolvimentos geograficamente desiguais (SOJA, 1993).

Como a acumulação de capital sempre foi uma ocorrência profundamente geográfica (HARVEY, 2005) cabe reconhecer nos processos originados a partir das transformações e períodos capitalistas seus impactos no espaço geográfico de maneira concreta, a partir de categorias e formas de análise.

Nessa direção, torna-se importante compreender as escalas geográficas em que determinados fenômenos oriundos da dinâmica do capitalismo global podem ser mais bem apreendidos de acordo com a teoria adotada, pois, como ressalta Castro (2003, p. 123) *“a escala é, na realidade, a medida que confere visibilidade ao fenômeno”*.

Em nessa tese, temos na escala do Estado-nação um foco privilegiado de análise devido aos fundamentos metodológicos da teoria adotada e ao objeto de investigação. Neste capítulo, analisamos esta escala.

Nacionalismo e fordismo

Para compreender as mudanças recentes do capitalismo nacional, influenciadas por essa lógica flexível que adentra o espaço brasileiro nos últimos 35 anos, utilizamos conceitos desenvolvidos pela escola da regulação.

Com esse arcabouço conceitual é possível verificar como se organiza o modo de produção no espaço nacional (e também no regional, que será trabalhado mais adiante) e sua articulação entre agentes, infraestrutura e superestrutura, apreendendo as representações sociais e econômicas que permitem a acumulação desenvolver-se nesse período, verificando as configurações específicas das relações sociais em nossa época e espaço.

Resgatando a história da sociedade moderna, vemos que para o capitalismo se desenvolver como modo de produção hegemônico, alcançando grande parte da população mundial e transformando de maneira profunda diferentes territórios, foi necessária uma revolução social que levou a constituição dos Estados-nação.

A formação dos Estados Modernos possibilitou um sistema normativo de controle territorial favorável ao processo de desenvolvimento das forças produtivas e, posteriormente, à industrialização, como destaca Bresser-Pereira (2006, p. 206)

São os estados-nação e seus governos que serão os condutores do processo de desenvolvimento, através da definição de instituições necessárias ao desenvolvimento capitalista, como a garantia da propriedade e dos contratos, a proteção da indústria nacional, e os mais variados sistemas de estímulo ao investimento produtivo, e também através da institucionalização da educação pública universal que permitirá o aumento da produtividade em toda a economia.

Essa importante delimitação geográfica da coordenação de forças, através das instituições mediadoras para o desenvolvimento do capitalismo vem atravessando os séculos no seu papel de manter os relacionamentos entre os agentes produtivos e mercantis orientados por determinada regulação, guiando seus projetos ao mesmo tempo em que é também transformada por eles, em uma dialética socioespacial contínua.

Mesmo mantendo a base nacional como lócus privilegiado do desenvolvimento capitalista, principalmente no século XX com a constituição de um sistema mundial de Estados-nação livres do sistema imperial do século XIX, o processo de mundialização da produção e dos mercados tornou a dialética socioespacial entre desenvolvimento nacional e forças externas mais complexa, criando um sistema de poder global onde a origem e sistematização de ideias e pressupostos de organização social, política e econômica passam a ser transferidos de espaços do mandar para espaços do fazer, espaços esses muitas vezes estranhos entre si nas suas identidades particulares.

Com isso, os Estados-nação e sua diversidade de territórios tem em seu processo de desenvolvimento econômico e social contemporâneo o poder cada vez mais atuante de lógicas globais, a partir da ação dos agentes mais influentes na cadeia de valorização do capital.

Como ressalta Santos (1996, p. 163) “*os atores hegemônicos, armados com uma informação adequada, servem-se de todas as redes e se utilizam de todos os territórios. Eles preferem o espaço reticular, mas sua influência alcança também os espaços banais mais escondidos*”. Para o autor, com esse arranjo de forças na atualidade os territórios nacionais se transformam em um *espaço nacional da economia internacional* (SANTOS, 1996), uma escala de mediação necessária entre o local e o global.

Para Santos (1996) e outros autores (BRANDÃO, 2012) é necessário ressaltar que a escala nacional não perdeu seu papel com o processo de mundialização do capital, mas sim adquiriu novos conteúdos e novos sentidos com a influência cada vez maior desses agentes hegemônicos. Influência essa expressa na modificação do modo de regulação e no regime de acumulação dos países.

A formatação de normas e ações que se impõem globalmente modificando os territórios configura o que chamamos de modo de regulação internacional, regulação essa que é arquitetada nos centros de poder e que comanda importantes decisões dos agentes que atuam nos Estados-nações para o direcionamento de seus projetos e ações de acordo com a colocação geral de seu território na divisão internacional do trabalho.

Essa regulação internacional é um esquema coerente que possibilita a reprodução das relações sociais necessárias para a manutenção do sistema de

valorização do capital na escala global, criando relações complementares e antagônicas, mas que são administradas a fim de conter as pequenas crises para que não se configure em uma crise generalizada.

Esse é um caminho importante para compreender a mundialização do capital e seus reflexos nacionais a partir da configuração dessa regulação internacional e das repercussões que ela proporciona nos territórios com o movimento de suas dinâmicas que compreendem a dinâmica do próprio modo de produção capitalista.

Assim sendo, temos no século XX a configuração do sistema de Estados-nação independentes e a expansão de uma hegemonia global capitalista ancorada numa regulação internacional de seus pressupostos que se repercutem de maneira direta na configuração dos espaços nacionais, atravessando suas instituições e territórios.

Essa base nacional capitalista integrada na escala global atingiu seu ápice com a configuração do modelo de desenvolvimento fordista como principal paradigma societário do capitalismo no pós-guerra.

Analisar e compreender a história e a economia política do fordismo, a partir dessa articulação dinâmica entre regulação do modelo de desenvolvimento na escala nacional e a global é fundamental para compreender as bases para a configuração atual do capitalismo flexível, pois é a partir de sua crise que ocorre a emergência da flexibilidade.

O Fordismo representou um alcance inédito na história de um modelo de desenvolvimento. Com a arquitetura de sua organização foi-se criando as bases para a hegemonia de relações sociais que, ao adentrar o universo econômico e institucional, possibilitou a configuração desse sistema integrado com os modos de regulação nacionais atuando em conformidade com uma regulação do modelo em escala mundial.

Concordamos com as ideias de Lipietz (1988) quando nos alerta que estudar as relações sociais é levar em conta a história que se fixou e a história que está se fazendo, a reprodução das relações, sua evolução, sua crise e a invenção de novas relações.

Por isso, para entendermos esse movimento de reprodução-crise-invenção, temos que entender como se formou o modelo de desenvolvimento

que entrou em crise e como suas contradições dificultaram sua reprodução e foram configurando os caminhos trilhados para sua superação.

Nos anos 1970 uma grande crise de acumulação passa a ser sentida em vários setores da economia, principalmente no industrial, nos países centrais. A repercussão dessa crise e as dificuldades da época colocam em questão o modelo de desenvolvimento em voga e seus aspectos que estavam dificultando sua reprodução. Compreender o porquê das coisas não funcionarem mais implicava entender como e o que havia funcionado para buscar respostas e trilhar um novo caminho.

O Fordismo havia se transformado em um grande impulsionador do desenvolvimento capitalista durante o pós-guerra baseado em uma relação coerente entre a regulação macroeconômica dos Estados, as relações sociais, institucionalmente ancoradas ou não, as relações internacionais, o paradigma industrial e a regulação mercantil.

Antonio Gramsci foi o primeiro pensador a cunhar o termo/noção fordismo em seu Caderno 22 onde ele se dedica ao tema “Americanismo e fordismo”. Em seu isolamento do cárcere de Túri, na Itália, o pensador *“conseguiu ver com profunda autonomia e liberdade o capital nos Estados Unidos, definindo sua estrutura essencial”* (FINELLI, 2003).

Definindo essa estrutura, Gramsci via que o arranjo de forças econômicas e políticas nos Estados Unidos dos anos 1940 representava uma nova etapa na história do capitalismo devido à originalidade de seu sistema sociopolítico e técnico que possibilitava um novo modo de produzir mercadorias e organizar o trabalho, mas também de produzir ideologia, atuando na formação da consciência social e do senso comum. De acordo com Finelli (2003, p. 99 - 100),

O fordismo, que é o núcleo do americanismo, ao racionalizar e simplificar o processo de trabalho através da eliminação de tempos e de movimentos supérfluos, racionaliza e simplifica os vários âmbitos da vida social, “consequindo centrar toda a vida do país na produção. A hegemonia nasce da fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia” (CC, 4, 247-248).

Assim, essa transformação advinda da forma de produzir na fábrica – o fordismo – levou à necessidade da criação de um novo tipo de ser humano adequado a esse processo de produzir (paradigma industrial), levando a mudanças na forma de vida das pessoas, na moral e no comportamento – o americanismo -, incorporando também o tempo do não trabalho. Nas palavras de Finelli (2003, p. 100) “*Portanto, nas páginas do Caderno 22, se “fordismo” define a racionalização tecnológica do processo produtivo, “americanismo” define a difusão dessa mesma racionalização no interior da inteira totalidade social*”.

Gramsci (1976) ao descrever o fenômeno americano do fordismo ressalta a racionalização do projeto, ao coloca-lo como o

maior esforço coletivo realizado até então para criar, com rapidez incrível e com uma consciência do fim jamais vista na História, um tipo novo de trabalhador e de homem. A expressão “consciência do fim” pode parecer pelo menos espirituosa para quem recorda a frase de Taylor sobre o “gorila domesticado” (p. 396)

Para ele, a formação socioespacial norte-americana continha especificidades que ajudaram a dar fôlego a esse projeto nacional, pois seu território até então era constituído de pouca tradição, ou seja, sem “*resíduo passivo de todas as formas sociais ultrapassadas na História*” (GRAMSCI, 1976 p. 400)

Essa análise gramsciana e sua brilhante intuição acerca da novidade do americanismo e do fordismo como estruturas complementares de uma sociedade sem tradições como a norte-americana coloca como foco na interpretação da realidade, a partir de uma matriz marxista, o relacionamento entre estrutura e superestrutura durante o capitalismo depois da Grande Depressão dos anos 1930, ressaltando o papel de um novo Estado reestruturado, de uma sociedade civil ideologicamente transformada e de um novo modo de produzir altamente eficiente, ou seja, todo um regime de acumulação.

Diante disso, Liguori (2003, p. 178) afirma que

Podemos assim dizer que Gramsci é o maior estudioso marxista das superestruturas, das quais investiga a importância, a complexidade e as articulações internas. Mas nem por isso perde de vista o papel determinante da estrutura, ainda que no interior de uma concepção dialética da relação entre estrutura e superestrutura.

Assim, Gramsci vê a ascensão de formas de organização das massas, de hegemonia e regulação de um novo modo de vida em Estados liberal-democráticos e até de um novo e forte conformismo, aspectos importantes para o desenvolvimento do regime de acumulação fordista que se apresenta como uma verdadeira “revolução passiva” do pós-guerra (COUTINHO, 2010).

Esse conjunto de aspectos possibilitou o funcionamento do regime de acumulação na escala nacional, primeiramente nos Estados Unidos, porém depois de demonstrada sua eficácia e a necessidade de ampliar o espaço para a acumulação de capital, o fordismo teve sua abrangência expandida para os países do oeste europeu e Ásia para depois adentrar nos países de parca industrialização e economia agroexportadora da periferia.

Essa expansão foi arquitetada em conjunto por agentes econômicos com grande poder de concentração de capital, elites locais e apoio institucional dos Estados-nações, algo que aumentou o poder de alguns países (principalmente os Estados Unidos) e de algumas corporações (as multinacionais) sobre o conjunto da economia global.

O fordismo nos países centrais: uma breve consideração

Nos países centrais, a regulação fordista se baseava em compromissos que formaram alianças capazes de conter as contradições e possibilitar um crescimento econômico e um desenvolvimento social que se manteve estável durante algumas décadas.

Para autores como Lipietz (1988) e Aglietta (1976), a principal relação que levou o fordismo a esse equilíbrio foi a relação salarial, que conseguiu, através das lutas operárias iniciadas no século XIX, um reconhecimento e legislação

social de natureza diferente daquela da relação mercantil. Isso foi conquistado devido à pressão exercida pelos trabalhadores nas classes dominantes obrigando essas a conceder parte das suas exigências que, de acordo com Coutinho (2010, p. 36)

Foi precisamente o que aconteceu na época do *Welfare State* e dos governos da velha social-democracia. Com efeito, o momento da restauração teve um papel decisivo no *Welfare*: por meio das políticas intervencionistas sugeridas por Keynes e do acolhimento de muitas das demandas das classes trabalhadoras, o capitalismo tentou e conseguiu superar, pelo menos por algum tempo, a profunda crise que o envolveu entre duas guerras mundiais. Mas essa restauração se articulou com momentos de *revolução* ou, mais precisamente, de *reformismo*, no sentido forte da palavra, o que se manifestou não apenas na conquista de importantes direitos sociais por parte dos trabalhadores, mas também na adoção, pelos governos capitalistas, de elementos de economia programática, que até aquele momento era defendida apenas por socialistas e comunistas. É certo que as velhas classes dominantes continuaram a dominar, mas os subalternos foram capazes de conquistar significativas “vitórias da economia política do trabalho sobre a economia política do capital”.

Aglietta (1976) argumenta que devido a esse caráter reformista, o fordismo se estruturou na hegemonia da relação salarial sob as demais formas institucionais. Isso significa que a regulação da relação entre capital e trabalho atingiu um novo estágio com a constituição dos mercados internos de massa, estabelecendo uma relação que ao mesmo tempo equilibrava a produtividade das economias nacionais com a demanda de consumo de bens e serviços da população.

Como relembra Veiga (1997, p.03),

Em Aglietta (1976:96), o fordismo é um novo estágio da regulação do capitalismo. Nesse estágio, a classe capitalista procura gerir a reprodução da força de trabalho assalariada por uma estreita articulação entre as relações de produção e as relações mercantis pelas quais os assalariados compram seus meios de consumo. O fordismo é, então, uma *articulação entre processo de produção e modo de consumo*, constituindo a produção de massa, que, por sua vez, é o conteúdo da universalização do assalariamento.

Nesse sentido, no fordismo tivemos uma transformação do caráter da acumulação, passando da acumulação extensiva, onde o processo de trabalho é transformado a partir de inovações técnicas e organizacionais, porém sem mudanças no modelo de consumo, para a acumulação intensiva, onde a produção de um novo modelo de consumo transformou a existência do trabalho assalariado, levando a uma nova norma social de consumo (BOCCHI, 2000).

Essa transformação na reprodução da força de trabalho foi responsável por manter a estabilidade macroeconômica diante do aumento da produtividade geral, desde ramos responsáveis pela produção de máquinas e equipamentos àqueles para consumo final, além de uma ampla difusão tecnológica, que possibilitou incremento da mais-valia relativa. Para dar equilíbrio ao sistema, os investimentos e a produção eram supridos pela formação de um mercado de massa que evitava a superacumulação e a superprodução, levando aos anos de prosperidade para algumas economias nacionais.

Somando-se a questão do mercado de bens, o fordismo ainda manteve um corpo de regras capazes de garantir a estabilidade da relação salarial devido ao sistema de sua contratualização em longo prazo, que estabelecia limites rígidos às demissões, além de uma programação de crescimento dos salários indexada aos preços e à produtividade geral. Uma vasta socialização das rendas, principalmente nos países europeus através do Estado-providência, garantia aos trabalhadores assalariados uma renda permanente. (LIPIETZ [s.d]).

Assim, a demanda era impulsionada pelo mercado interno de cada país; um amplo mercado formado por trabalhadores, ligados ou não ao setor produtivo, empresários e também pelo Estado, que expandia cada vez mais sua participação na dinâmica econômica, deslocando renda para investimentos em aparelhos públicos como escolas, hospitais, estradas, etc.

Essa configuração permitiu aos agentes planejar suas decisões, interiorizando essa lógica do regime de acumulação que, de acordo com Lipietz (1988, p.15), resumidamente, era estruturada sob o fordismo a partir de uma

Lei geral da estrutura de evolução do salário direto [que] é: crescimento dos salários = crescimento dos preços + crescimento da produtividade geral. Os países da OCDE chegaram a esse resultado por meios diversos. Combinam em geral o papel das *convenções coletivas* nos setores líderes e o

de um *salário mínimo* fixado pelo Estado, além de uma garantia de rendimentos: o *Estado-providência*.

Em linhas gerais, sem se desconsiderar as diferenças internas de cada formação socioespacial fordista, um dos pilares que comandou o sucesso do fordismo foi a repartição entre salários e lucros, juntamente com a configuração de um sistema internacional e a soberania institucional do Estado-nação que garantia a manutenção dos compromissos. Durante esse período, pelo menos uma parte da população dos países centrais (trabalhadores brancos, nacionais, sindicalizados e adultos) puderam desfrutar dos benefícios dessa regulação social.

O papel do Estado na configuração desse modelo de desenvolvimento estava na criação da moeda de crédito, na capacidade de intervir sobre os rendimentos disponíveis, sejam salários ou tributos, sobre a capacidade de manobra da demanda social efetiva e também sobre a liquidez monetária.

Esse conjunto de aspectos que caracterizaram a atuação do Estado nos países centrais durante o fordismo é denominado de *políticas keynesianas*. Apesar de essas políticas terem possibilitado a regulação da demanda, elas também forçaram os gastos dos Estados e geraram altos *deficits* públicos. Além disso, as altas despesas dos Estados com funções sociais colocavam-no como um agente de peso no dinamismo da economia nacional como um todo, sendo mais uma particularidade histórica própria do fordismo.

De acordo com Lipietz (1988, p.15) a regulação dos rendimentos pelo Estado e pelas convenções nacionais coletivas foi, portanto, o segundo pilar do sucesso do regime fordista de acumulação, paralelamente ao sucesso de seu paradigma industrial. Isso significa que em sua lógica de regime de acumulação concreto, a soberania do Estado era responsável pela orquestração da lógica do sistema, coordenando as ações individuais e possibilitando um ambiente de estabilidade para a elaboração dos projetos e tomadas de decisões dos agentes.

Porém, essa organização da demanda a partir da base nacional, com a relação salarial como fundamental na regulação do crescimento econômico e as políticas keynesianas como fórmulas de manutenção do bem-estar social,

passaram a ser impactados pela internacionalização crescente dos processos produtivos e dos mercados.

Nos anos 1970, a relação entre o crescimento e a regulação do mercado interno com a balança comercial externa se tornou cada vez mais difícil de ser mantido. O aumento dos preços das matérias-primas, principalmente do petróleo, e a competitividade de países recentemente industrializados foram alguns dos fatores que levaram o modelo de desenvolvimento fordista à crise.

Sua regulação nacional estava cada vez mais difícil devido às dificuldades na organização do mercado interno que foi afetado pelas transformações da economia global ao passo que as dívidas tornavam os gastos públicos dos Estados insustentáveis.

A configuração da economia global, ancorada na expansão do fordismo para uma extensa periferia, transformou a regulação internacional, tal como essa se apresentava, ineficiente diante da integração dos mercados e do crescimento dos países periféricos. A partir daí, a crise estava declarada e cada episódio que trazia instabilidade ao sistema poderia desencadear mudanças profundas no modelo de desenvolvimento, como afirma Lipietz (1988, p.15) ao falar que

Com o “choque monetarista” de 1979 – 1981, alguns dos maiores países capitalistas avançados fizeram sua escolha. Dando prioridade à competitividade e à reconstrução dos lucros, empreenderam a destruição do conjunto das regulações da relação salarial, colocando assim um ponto final definitivo à era fordista.

Definitivo pode ser uma expressão muito radical, até porque permanências do modelo fordista podem ser verificadas, mas de fato, a crise e as mudanças no modelo de desenvolvimento dos países centrais se fazem sentir em todo o conjunto da economia global. Isso levou a uma mudança nas relações internacionais e na configuração do modo de regulação do capitalismo mundial, tendo repercussões em todos os setores econômicos.

Internacionalização e aspectos da geografia do capitalismo mundial

O fordismo, com a sua expansão para outros países para além da Europa e Estados Unidos, apresentou diferentes desenhos em cada formação socioespacial em que foi responsável pela organização social, política e económica.

Nesse sentido, entender a trajetória do fordismo na sua “faceta central¹” explica apenas uma parte da história de sua crise e superação, pois os países considerados periféricos que também se desenvolveram no pós-guerra sob o modelo fordista influenciaram toda essa transição do período 1970 em diante, quando o modelo entra em crise e a necessidade de reformas e reestruturação toma conta da agenda de governos e sociedades.

A questão da expansão do modo de produção capitalista a outros espaços não capitalistas e a dominação dos países avançados no modo de produção sobre os ainda pouco incorporados a ele vem sendo discutida há tempos por vários teóricos, principalmente sobre o prisma do imperialismo².

Nesse sentido, a expansão do regime de acumulação fordista do capitalismo central para os países periféricos foi necessária diante do problema global de como gerir o excedente gerado no centro do sistema que necessitava de novos mercados e atividades para sua “realização”, processo que Harvey (2005) denomina de “ajuste espacial”.

Desse modo, “pode-se dizer que o exterior desempenha o papel de um polo de validação externa para o excedente provisório da produção em relação à demanda social” (LIPIETZ, 1988 p. 67), mas também um local onde se pode

¹ Lipietz (1989) faz distinção entre os regimes fordistas de acumulação, denominando o fordismo nos países da Europa e Estados Unidos como Fordismo Central (que continha características gerais do modelo de acumulação combinadas com toda uma dinâmica interna de organização social própria), ao passo que o conjunto de países posteriormente industrializados sob a tutela do fordismo central gerou outro modelo de acumulação denominado por ele de Fordismo Periférico.

² De acordo com Harvey (2005, p. 123) “As aterradoras realidades das rivalidades interimperialistas do final do século XIX, a luta pela autarcia nos fechados impérios comerciais, o colapso da “Pax Britannica” e a tendência aparentemente inevitável à guerra global, ligados, como todas essas coisas estavam com a ascendente militância dos trabalhadores nos países capitalistas avançados, forçaram os marxistas a enfrentar diretamente a relação dinâmica entre a transformação interna e externa. Bukharin, Lenin, Luxemburg e outros passaram a se dedicar à análise explícita do imperialismo”.

obter matérias-primas e mão-de-obra em condições diferentes daquelas encontradas nos regimes de acumulação internos já consolidados.

Lipietz (1988) chama a atenção para o fato de que muitas análises que se debruçaram sobre as questões ligadas à expansão do fordismo para a periferia demonstraram falta de interesse em compreender e analisar as relações sociais concretas que se desenvolveram nesses espaços após a entrada desse novo conjunto de relações sociais trazidas pelo modelo novo.

Com o fenômeno novo do fordismo, que já vinha trazendo novidades importantes para as sociedades que o experimentava no capitalismo central, a periferia e seus espaços de parca industrialização ou não-industrializados foram transformados radicalmente com a chegada de uma base técnica moderna, de novas relações sociais de troca e, principalmente, por novas relações sociais de produção.

Essa relação que se desenvolve entre os países dominantes do fordismo central e os países periféricos receptores de seu modelo é um processo que leva a difusão dos mercados manufatureiros do centro, a ampliação da drenagem de mão-de-obra, ao aumento substancial de empresas dependentes do capitalismo central e também leva a um retorno desses países quanto ao mercado de matérias-primas e produtos industrializados vendidos a preços vantajosos.

Porém, o fordismo nos países periféricos não tinha como condição para seu sucesso apenas a configuração da relação internacional estabelecida entre o centro e a periferia. As relações internas devem ser levadas em consideração para conseguirmos traçar o caminho de cada formação socioespacial a partir da adoção desse modelo de desenvolvimento.

Na periferia, a configuração das formas de regulação fordista e o intenso papel do Estado na condução do processo de industrialização, da modernização produtiva, entre outros fatores, não implicaram na redução da desigualdade social e na formação de um mercado de massa nos padrões dos países centrais.

Isso se deveu a vários fatores relacionados com as características particulares da luta de classes de cada país. O que é de comum entre eles é que setores da elite local tiveram que se aliar aos interesses norte-americanos para prosseguir com o processo de industrialização fordista, já que em contexto

de Guerra Fria quem não estava ao lado dos EUA era inimigo internacional do ocidente, como afirma Lipietz (1989, p. 312),

Na verdade, o interesse e, em geral, a política dos Estados Unidos (sobretudo a partir da “Aliança para o Progresso” de Kennedy) agiram no sentido de buscar impor o modelo de industrialização fordista aos países do Sul, mas sem adotar medidas político-sociais que rompessem muito brutalmente com os interesses próprios das firmas americanas ligadas às camadas sociais arcaicas do setor agroexportador.

Assim, vários países sofreram – com o apoio dos EUA – interferências no seu sistema político e até golpe militar para conter grupos que queriam se afastar da dependência do fordismo central e de seu país mais poderoso, a partir de ideias nacionalistas e voltadas às reformas sociais que perigosamente poderiam dar mais poder à população trabalhadora.

Com a instalação de governos militares e assim com a garantia da condução de uma política condizente com a regulação fordista internacional, seus objetivos econômicos e geopolíticos, a hegemonia fordista pode se desenvolver nos países periféricos sem oponentes internos.

Fazendo-se essas ressalvas, Lipietz (1988) atenta para o fato de que as teorias sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento que foram elaboradas a partir do quadro desigual do fordismo mundial, traziam consigo um forte conteúdo teórico onde o peso das relações internacionais e da antiga divisão internacional do trabalho eram superestimadas.

Uma das principais correntes de pensamento que se especializou em analisar o papel da estrutura do capitalismo mundial com uma crítica articulada da antiga divisão internacional do trabalho, do desenvolvimento desigual e da oposição centro/periferia foi a desenvolvida no âmbito da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe).

De acordo com Lipietz (1988, p. 81) em seu documento fundador – *Economic Survey of Latin America, 1949* – o foco está na problemática da independência nacional concreta das economias periféricas perante a divisão internacional do trabalho colocada. Mas, como o autor salienta, esse documento é marcado por uma visão tecnologista da acumulação intensiva,

pois *“trata-se de substituir a demanda externa pela demanda interna por bens de investimento, sem pensar na possibilidade de uma ampliação prioritária de bens de consumo correntes”* (LIPIETZ, 1988, p. 81).

Sem incluir como fundamental a criação de um mercado interno de massa, os analistas cepalinos da época não consideraram um dos principais pilares para o desenvolvimento econômico no âmbito do fordismo, se preocupando mais com as relações internacionais do que com as reformas internas necessárias para um melhor resultado do modelo de desenvolvimento.

Mello (1982), economista brasileiro fundador da Escola de Economia de Campinas e um dos mais importantes teóricos da CEPAL, veio romper, anos depois do auge dessa visão dependentista, esse paradigma cepalino ao explicitar que não pensaria mais na periferia em relação ao centro, nem no seu capitalismo como sendo periférico, mas pensaria como um capitalismo particular numa fase de sua própria história: um capitalismo tardio.

Essa postura passa a ter várias implicações, principalmente no fato de que o foco sai da análise das relações internacionais e passa a ser na análise dos regimes de acumulação concretos que perpassam a história de qualquer país e, no caso de seu livro, sua análise se volta para a história do capitalismo brasileiro.

Todas essas questões levantadas passam pela necessidade de entendermos como um regime de acumulação interno de cada país se relaciona com o sistema internacional em voga e como sua posição poderá influenciar na configuração de suas relações internas.

Crise fordista e reestruturação

Com a formulação desses aspectos teóricos que compõem uma visão da economia política do fordismo, continuamos nossas indagações a respeito da crise e das principais consequências dela quanto à reestruturação do modelo de desenvolvimento e a formulação de um novo modelo.

Ainda são frágeis as respostas teóricas dadas às novas diretrizes do capitalismo interno a cada formação social nacional, porém, quando tratamos

de teorizações mais gerais sobre as mudanças no ambiente global temos um repertório mais amplo de análises que podem nos ajudar a compreender o novo jogo de forças a que cada agente pode se posicionar.

O que é claro é que nos anos 1960/1970 o modelo de desenvolvimento já demonstrava dificuldades em manter a estabilidade que vinha sustentando. A questão era compreender o que estava impossibilitando a reprodução da acumulação que, conseqüentemente, levaria ao fim das relações e dos pactos sociais estabelecidos.

Desse modo, temos alguns posicionamentos que foram discutidos e apresentam algumas teses sobre a questão da crise. De acordo com Bocchi (2000, p.35) para Boyer e Mistral (1978) o elemento central da crise dos anos 1970 foi a queda no crescimento da produtividade e conseqüentemente da rentabilidade, discordando da visão de Aglietta que é baseada na problemática da desproporcionalidade e no subconsumo³.

Lipietz (1988, p.16) também nos dá sua explicação para a crise dos anos 1970, pois para ele incorpora vários aspectos complexos como

Primeiro, uma crise latente do paradigma industrial, com uma desaceleração da produtividade e um crescimento da relação capital/produto, conduziu a uma queda na lucratividade nos anos 60. A reação dos empresários (via internacionalização da produção) e do Estado (generalização das políticas de austeridade) levou a uma crise do emprego e daí à crise do Estado-providência. A internacionalização e a estagnação dos rendimentos detonaram por sua vez a crise “do lado da demanda”, no fim dos anos 70. A “flexibilidade” surgiu então como uma adaptação a este último aspecto da crise, que é tão fundamental quanto o aspecto “lucratividade”.

Assim no que diz respeito ao processo de trabalho, no fordismo esse esteve confiado mais às máquinas do que aos recursos humanos. Pelo lado do

³ De acordo com Bocchi (2000, p.34), Aglietta (1988) coloca que a acumulação capitalista é necessariamente acidentada e adquire seu impulso com o desenvolvimento do setor I, porém esse desenvolvimento desse setor nem sempre vem acompanhada do desenvolvimento do setor II, levantando uma barreira à acumulação. Tal barreira pode ser eliminada quando “a produção capitalista transforma as condições de existência do trabalho assalariado. Só mediante essa transformação terá a produção de mercadorias um ritmo de expansão que permita alcançar tendencialmente o desenvolvimento harmônico dos dois setores, condição necessária para que a acumulação apresente um ritmo regular.” (AGLIETTA, 1988, p.40 apud BOCCHI, 2000, p.34).

modo de regulação, após a constituição dos mercados internos, a própria dinâmica do modelo levou à internacionalização da produção e dos mercados, o que tirou seu foco “autocentrado”. As políticas keynesianas se tornaram ineficientes para amenizar as contradições diante da instabilidade econômica, pois a elevação do custo social da reprodução da força de trabalho, juntamente com queda de produtividade e do potencial de extração de mais-valia, configurava um cenário que não poderia mais conter as contradições capital/trabalho.

O elemento novo da crise dos anos 1970, porém, será a inflação. Ela, juntamente com a estagnação da economia, levará a necessidade de políticas macroeconômicas antikeynesianas de orientação monetarista. Nessa onda de reestruturações, novas formas de orientação do modelo de desenvolvimento foram implantadas, criando necessidades de direcionamento das formas estruturais fundamentais e levando a reorganização do processo de trabalho e da relação salarial.

Segundo Lipietz (1988, p.16),

O objetivo do choque monetarista não era somente o de acabar com as formas de regulação fordista (via desindexação dos salários, cortes na seguridade social e restrições de crédito) e conseqüentemente do regime de acumulação correspondente (menos consumo de massa, mais lucros, mais altos salários, poupança e investimentos). O próprio paradigma industrial estava em questão, e novas vias eram exploradas. Essa exploração foi apresentada como uma “necessidade tecnológica”, e a correlativa destruição das velhas indústrias baseadas sobre o princípio fordista foi apresentada como uma “destruição criadora” *a la* Schumpeter.

Desse modo, a solução encontrada para a crise do fordismo passou pela necessidade de transformação em profundidade dos processos de trabalho e das condições de existência do trabalho assalariado, originando novas condições sociais de produção e de troca.

Mas, além disso, essa crise expressa também uma crise de hegemonia da relação salarial em meio às demais formas estruturais de relação, que, para Aglietta, passou da relação salarial à moeda, marcando o início da era financeira atual. Para o economista francês, a nova hegemonia da moeda não tem um mero caráter quantitativo, nem conjuntural, mas, sobretudo, evidencia a

emergência de novas disputas, antagonismos e conflitos intercapitalistas, demonstrando seu caráter violento (CONCEIÇÃO, 2007).

Com a relação salarial em crise, criticada principalmente pela sua rigidez, políticas que buscavam uma flexibilização das relações de trabalho foram implementadas em vários países, gerando um

repúdio a antigos compromissos sociais [que] atingiu diferentes graus e se fez notar em diferentes frentes: desde as regras do aumento salarial até o alcance e a profundidade da cobertura social, da liberação dos processos de demissão à precarização do emprego (LIPIETZ, [N.d.] p. 82).

Somando-se a isso, a introdução de inovações tecnológicas também afetou a classe trabalhadora e transformou sua organização e processo de trabalho. Pois a eletrônica fornece possibilidades de novos processos produtivos e organização da produção que foram maciçamente utilizados para dar um novo impulso na produção industrial e reestruturar indústrias.

Porém, um dos debates mais importantes que resultaram da crise e das novas diretrizes da relação salarial diz respeito à flexibilização dos contratos de trabalho. De acordo com Lipietz (1988, p. 18) *“esta flexibilidade, pela qual a direção se autoriza a empregar e demitir à vontade, é proclamada necessária por numerosos porta-vozes do patronato; impô-la é um dos principais objetivos das políticas monetaristas”*.

Várias pesquisas empíricas⁴ já sinalizaram que a flexibilidade dos contratos de trabalho coexiste com os contratos rígidos, gerando um mercado de trabalho segmentado. Isso corresponde a aspectos externos da relação salarial, entre o laço das firmas com os trabalhadores.

No lado interno da relação de trabalho, ocorre também o questionamento do taylorismo como forma de controle do trabalho dentro das firmas. Várias

⁴ Recentemente, fizemos um capítulo de livro que fala sobre a produção flexível no Estado de São Paulo. Nesse trabalho, utilizamos algumas pesquisas empíricas publicadas que refletem sobre a questão dos contratos flexíveis nas indústrias paulistas. O livro, cujo título é “O novo mapa da indústria no início do século XXI”, organizado por Eliseu Savério Sposito, consta nas referências bibliográficas.

tentativas de passar do controle direto para a autonomia responsável estão sendo empregadas como nova forma de engajamento dos trabalhadores.

Essa mudança na organização do trabalho pode significar várias coisas como “qualificação, cooperação horizontal, participação na definição e nos controles das tarefas, negociação das reestruturações industriais e assim por diante” (LIPIETZ, [n.d.], p. 83).

O envolvimento pode ser negociado perante vários níveis, podendo ser negociado individualmente, tendo como gratificação prêmios, ganhos na carreira, entre outras formas. Ele pode ser negociado firma por firma, entre a direção e o grupo de trabalhadores e também ser negociado por setor ou ao nível de toda a sociedade.

Porém, a questão da flexibilidade dos contratos de trabalho, defendida pelo patronato como fundamental para a saída da crise, coloca limites para alguns tipos de negociação. Dependendo do nível da negociação, para o trabalhador se engajar na tarefa é necessário que o contrato de trabalho entre ele e a firma seja mais rígido, pois sua vontade e empenho em participar de um processo de trabalho mais autônomo requer um certo espírito de pertencimento à firma.

Trabalhando com os eixos flexibilidade dos contratos de trabalho e envolvimento dos trabalhadores, Lipietz ([n.d.], p. 85) coloca que existem dois paradigmas reais que estão se desenhando nesse terreno apontado por ele como pós-fordista. Assim temos,

- a flexibilidade externa combinada associada a um controle hierárquico direto. Isso nos remete a uma forma de organização taylorista do processo de trabalho, sem as contrapartidas sociais da época áurea do fordismo. Chamemos esse paradigma de "neotaylorismo";
- a rigidez externa do contrato de trabalho associada ao envolvimento negociado dos produtores. Chamemos esse paradigma de "kalmarista", em honra à primeira fábrica de automóveis (Volvo) reorganizada segundo o princípio do envolvimento em um país social-democrata, a Suécia.

Esses são modelos que estão sendo implementados em alguns países, principalmente nos países centrais. Eles têm implicações que levam à diminuição da negociação coletiva e também dos ganhos de salários dos

empregados, dando prioridade aos lucros em detrimento da renda do trabalhador.

No Brasil esses modelos também estão em gestação. A flexibilização das leis trabalhistas vem sendo frequentemente colocada em discussão e suas implicações analisadas pelo Congresso Nacional. Lembrando que durante o período de reestruturação produtiva e ajuste neoliberal no Brasil, essa discussão foi levantada pelo patronato somando-se a alavancada do trabalho precário e do desemprego no país.

As pesquisas sobre as formas mais prevaletentes de relação capital-trabalho e seus impactos sociais e espaciais têm que continuar no intuito de conseguirmos definir qual modelo é hegemônico e suas implicações para o conjunto da economia nacional.

Com a economia cada vez mais internacionalizada, os modelos que estão se configurando em diferentes partes do mundo são passíveis de se tornarem influentes devido ao intercâmbio proporcionado pela globalização. É claro que as questões culturais de cada país tornam isso uma possibilidade ou não, mas o potencial para a configuração de um novo paradigma de relação capital-trabalho que se torne hegemônico é tão real quanto o que tornou o fordismo e o taylorismo dominante no mundo capitalista durante o pós-guerra.

A tecnologia está cada vez mais acessível aos países, mas a maneira de combiná-la às relações profissionais, juntamente com a estrutura macroeconômica, difere em cada espaço analisado. Para isso, a formação socioespacial tida como foco analítico deve ter suas particularidades respeitadas, tanto para entender seus aspectos internos quanto para compreender sua inserção no campo de forças internacional.

Nesse sentido, vamos adentrar no universo da configuração do fordismo no Brasil, compreendendo como esses aspectos levantados até o momento repercutiram na nossa formação socioespacial a partir do processo de industrialização fordista conduzido por políticas de regulação estatal que levaram a períodos de crescimento e crise, a partir da condução da arena macroeconômica e das relações internacionais.

O fordismo no Brasil: constituição e crise

No Brasil, a incorporação do paradigma fordista e de seu modo de regulação ocorreu mediante a ascensão da burguesia industrial ao bloco de poder nacional, depois do intenso processo de acúmulo de capital impulsionado pelo crescimento industrial dos anos 1930 em diante⁵. A organização dessa burguesia industrial enquanto classe hegemônica levou à reorganização do compromisso anterior com o capital agroexportador e à priorização das políticas industrializantes⁶ que possibilitaram a transformação técnica e política do território para esse novo modelo de desenvolvimento.

Apesar do discurso liberal do Estado durante o período anterior à década de 1930, suas ações já vinham influenciando de forma direta ou indireta no desenvolvimento das forças de produção capitalistas e, conseqüentemente na produção industrial, com políticas de transportes, bancária e políticas reguladoras (SANTOS, 2012).

Após a depressão dos anos 1930 as políticas que tratavam de minimizar os efeitos da contração da economia mundial no espaço nacional levaram ao aumento da participação da indústria no conjunto da economia brasileira proporcionando a criação de instituições que evidenciavam a orientação do Estado para atender a essa economia industrializada.

Essas instituições “*representavam mecanismos, regras, arenas e espaços para, dentro do aparelho estatal e sob sua influencia, reorientar a economia, definindo nova relação estado/empresariado/mercado/trabalhador*” (FONSECA, 2007, p. 288).

⁵ As indústrias existentes no período anterior caracterizado pela economia agrário-exportadora eram insuficientes para dar à atividade industrial um dinamismo próprio e com isso caracterizar um processo de industrialização. Desse modo, a literatura aborda um processo de industrialização do Brasil como apreensível somente após 1930 (MELLO, 1992).

⁶ Fonseca (2007) apresenta uma discussão interessante sobre a análise de Celso Furtado acerca desse período e dos reflexos para a industrialização brasileira. De acordo com Fonseca (2007) Furtado acabou por entender o crescimento da indústria nesse período (com taxas expressivas a partir de 1933) como consequência não intencional da política de valorização do café, colocando a questão de que o deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira de atividades agroexportadoras para o mercado interno, como impacto da crise internacional, não tenha sido intencional. Porém, nesse mesmo ensaio, o Fonseca aborda diferentes políticas adotadas, via decreto, demonstrando que a industrialização já se apresentava uma prioridade após a revolução de 1930.

Durante a era Vargas (entre os anos 1930-45) foram criadas as bases institucionais para a gestão de mecanismos de regulação fundamentais para a modernização da sociedade brasileira e que, posteriormente, seriam atravessados pelos parâmetros do modelo de desenvolvimento fordista.

Entre essas bases institucionais destacam-se a formação de linhas de financiamento à produção industrial, a criação de diversos departamentos e institutos estatais voltados ao apoio da atividade industrial, a institucionalização da relação capital-trabalho com o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), entre tantos outros órgãos de fomento e regulação necessários à organização e desenvolvimento de país urbanizado e industrializado. Do ponto de vista produtivo, destacam-se a criação de indústrias estatais como a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) e a Vale do Rio Doce (FONSECA, 2007).

Assim, estavam sendo criadas as condições sociais, geográficas e regulatórias para a orientação nacional em relação a uma sociedade urbana e industrial. Esse esforço para a configuração desse novo país estava muito centrado no poder estatal e concentrado nos investimentos públicos, sem muita participação da iniciativa privada como grande investidor.

Com a retirada de Getúlio Vargas do poder em 1945, por meio de golpe patrocinado por civis e militares, o presidente Eugênio Gaspar Dutra (1945 – 1950) reelaborou as relações de dependência do país, levando ao fim essa fase do capitalismo nacional. Quando Getúlio Vargas retorna ao poder por vias democráticas em 1951, seu governo encontra uma estrutura social mais complexa, com uma burguesia industrial mais diversificada (com pequenos e grandes empresários nacionais, além dos internacionais) e o fortalecimento das classes médias urbanas e do proletariado industrial (SANTOS, 2012).

Durante o governo Vargas, a orientação do Estado estava em incentivar o processo de industrialização por dois caminhos:

[através da] Assessoria Econômica e o Ministério da Fazenda. A primeira, com orientação nacionalista, formulou os projetos de criação da Petrobrás e da Eletrobrás. O Ministério da Fazenda, de orientação ortodoxa, criou a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) e a Comissão de Desenvolvimento Industrial. A primeira tinha sido negociada ainda no governo Dutra, mas só foi instalada com Vargas

empossado, e a segunda foi encarregada de planejar uma política abrangente de industrialização. Esta última, porém, não tinha nenhum poder de decisão. Os projetos da Assessoria Econômica privilegiavam o papel do Estado, mas reconheciam a necessidade de incentivar a entrada de capitais estrangeiros como forma de contornar a restrição externa (CAPUTO; MELO, 2009 p. 515)

A comissão mista Brasil-Estados Unidos composta dentro da esfera do governo federal já sinalizava a disposição dos dirigentes nacionais em permitir a influência norte-americana no processo de industrialização nacional. Com isso, já estava acordado que o paradigma fordista seria introduzido no espaço brasileiro a partir das normas dos capitais estadunidenses à semelhança do que ocorrera na Europa e Ásia durante os planos de reconstrução após a Segunda Guerra.

Após o suicídio de Vargas em 1954, a situação política do país ficou bastante conturbada e, no governo transitório de Café Filho, é promulgada a instrução 113 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito) que permitiu a importação de bens de capital como investimento sem cobertura cambial. A abertura da economia nacional para os grandes investimentos privados internacionais estava selada com essa medida.

Com isso, ocorre a entrada definitiva dos pressupostos do fordismo, seu paradigma industrial, sua natureza de produção dominante e conformação com o seu modo de regulação internacional, levando a iniciativa privada a ganhar peso na qualidade de grande investidora em território nacional. Mas esse processo estava longe de ser uma exclusividade brasileira, pois na década de 1950 vários países de industrialização tardia passaram a ser alvo dos investimentos desse tipo. Esses países passariam a ter seus territórios profundamente transformados com as normas dessas empresas.

No governo Juscelino Kubistchek (1956-1960) é lançado o Plano de Metas onde será claramente definida uma estratégia para o desenvolvimento das forças produtivas no país com a parceria entre o Estado e o capital estrangeiro. Buscando um alinhamento nacional com a hegemonia norte-americana, o Brasil vai marcando seu campo de participação como grande economia industrial na nova divisão internacional do trabalho, porém com

marcadas diferenças estruturais entre o fordismo dos países centrais e o fordismo de países periféricos, como o Brasil.

O processo de industrialização levava o país a outro patamar de desenvolvimento e integração, porém os resultados desse processo na periferia não apresenta os mesmos aspectos do centro, pois

A oposição Nação/divisão internacional do trabalho renova-se no processo de industrialização periférica: a disparidade entre técnicas produtivas “avançadas” e a capacidade de poupança da periferia, o desequilíbrio entre as técnicas importadas e a relativa fragilidade da demanda periférica e a tendência ao subemprego são justamente suas novas manifestações. Em outras palavras, a industrialização latino-americana, porque periférica, enfrenta problemas que lhe conferem especificidades que, pensando bem, se reduzem a um único: a ausência de uma indústria de bens de produção num momento em que o Centro conformou uma estrutura industrial permeada por uma tecnologia extremamente avançada. Daí que os efeitos expansivos do investimento se filtrem para o exterior; daí que a importação de bens de produção traga contida neles uma tecnologia desajustada às necessidades latino-americanas. Exatamente porque a industrialização latino-americana é problemática (e específica), a resolução das dificuldades não pode ser entregue ao livre jogo das forças de mercado, mas há de ser objeto de uma intervenção consciente na realidade, que é apreendida pela ideia de planificação. (MELLO, 1982 p. 22).

Analisando a industrialização dos países da América Latina, em especial o Brasil, o autor destaca que esse processo não somente pode ser caracterizado como capitalista, tal qual ocorreu em outras formações socioespaciais, mas também como um tipo específico de industrialização capitalista, determinada pelo seu caráter retardatário (MELLO, 1982).

Os obstáculos a transpor na industrialização retardatária são muito mais sérios devido a uma série de fatores. Seu desenvolvimento requeria uma transformação da base produtiva para a formação de economias de escala, o que exigiria um grande volume de investimentos inicial e tecnologia sofisticada dependente de oferta no mercado externo.

Essas barreiras demandaram um esforço do Estado em alargar as bases produtivas do capitalismo no país, porém, mesmo com os investimentos em

setores importantes como a geração de energia, mineração, entre outros, o quadro não foi transformado de forma significativa como destaca Furtado (1981)

A iniciativa dos Estados no sentido de criação de indústrias de base deu certamente maior espessura à atividade industrial, mas de nenhuma forma modificou qualitativamente o quadro que vimos de descrever, cujas características principais eram as seguintes: a) dependência vis-à-vis da exportação de uns poucos produtos primários; b) dependência crescente com respeito à tecnologia utilizada, mesmo quando se desenvolvia uma indústria local de equipamentos; c) demanda demasiadamente diversificada, relativamente ao nível de acumulação alcançado, e d) não aproveitamento das possibilidades da tecnologia utilizada em razão da dispersão dos investimentos. (p. 42).

As contradições da industrialização tardia no país são acirradas com a entrada da grande empresa multinacional que passou a dominar a produção interna, tendo como um traço principal dessa dominação o controle da tecnologia que essas empresas detinham, sendo que essa tecnologia deve ser compreendida em sentido amplo: pesquisa e desenvolvimento, produção de equipamentos, montagem e operação das usinas e aparelhos sofisticados, etc.

Esse controle foi responsável pela ampliação e modernização da micro, pequena e média empresa nacional que atuaram em relações de subcontratação com as empresas multinacionais.

Porém, deve-se destacar que a liderança das empresas internacionais não significou que as empresas nacionais e, principalmente as estatais, perdessem espaço e não se desenvolvessem. Pelo contrário, nesse período, grandes grupos nacionais conseguiram se capitalizar e também adentrar o mercado interno, e as empresas estatais cresceram consideravelmente.

Com relação às empresas estatais, Furtado (1981, p. 46) destaca que “o Estado situa-se de preferência ali onde a rotação do capital é mais lenta e as exigências estatais ganham crescente autonomia, tanto mais que elas tendem a guardar sob seu controle os lucros de um capital que pertence à coletividade”.

Sob a coordenação de uma burocracia e voluntarismo de classes dirigentes, as empresas estatais diversificaram suas atividades criando articulações com bancos e também com os grupos internacionais a fim de atender aos interesses dos responsáveis pela sua gestão.

Já as empresas locais, principalmente as de micro, pequeno e médio porte atuaram em conjunto com as empresas internacionais oferecendo flexibilidade a todo o sistema produtivo. Além disso, essas empresas operam como um mecanismo descentralizador de decisões e tem condições de absorver parte dos custos remunerando com baixos salários sua mão-de-obra e muitas vezes contornando as exigências da legislação trabalhista.

Assim, a partir do Plano de Metas verifica-se no país um processo de expansão e diferenciação interna da estrutura industrial, ao passo que ocorre uma maior complementariedade entre setores, empresas de todos os portes e capital externo e interno, porém, como já ressaltado, em uma relação de marcada dependência ao capital estrangeiro.

Nesse período várias políticas de governo foram responsáveis por essa expansão da atividade industrial no território brasileiro que se somaram à constituição de novas redes logísticas (estradas, portos, energia etc.), a construção de Brasília a partir do projeto de interiorização do desenvolvimento e também a criação das superintendências para o desenvolvimento de regiões que ainda não haviam sido completamente inseridas no processo de modernização como a SUDENE.

Em meio ao processo de aceleração do capitalismo nacional a partir do paradigma do fordismo periférico, as instabilidades políticas continuam com a rápida renúncia do Presidente Jânio Quadros em 1961.

João Goulart assumiu a presidência de 1961 a 1964 em um contexto de exacerbação da Guerra Fria e de seus reflexos na América Latina com a Revolução Cubana de 1959. Isso gerou repercussões no debate político interno que estava ainda mais complexo, pois com a entrada de capitais norte-americanos no território nacional e do alinhamento do país com os Estados Unidos selado na era Vargas com a constituição da comissão mista entre os dois países, a influência dos interesses estadunidenses era enorme na pauta política nacional.

A combinação desses fatores internos com o quadro geopolítico internacional levou, com o apoio dos Estados Unidos, ao golpe militar que depôs o presidente João Goulart, instando uma ditadura que manteria firme a política de incentivo à industrialização nos moldes já estabelecidos do fordismo periférico.

Caracterizamos a constituição do modelo de acumulação fordista brasileiro como periférico de acordo com as teorizações realizadas por Lipietz (1989). A partir da análise do processo de expansão dos capitais norte-americanos para países europeus, asiáticos e latino-americanos com a intenção de propagar o mesmo modelo de acumulação em voga nos EUA, as diferenças geográficas, econômicas e sociais de cada formação socioespacial sob o mesmo modelo de desenvolvimento geraram a possibilidade de separação entre dois grupos de países que apresentaram duas trajetórias diferenciadas em seus resultados.

Assim, Lipietz (1989) caracterizou os países da OCDE⁷ (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) como pertencentes ao bloco do fordismo central e os países latino-americanos e alguns pequenos países asiáticos como pertencentes ao bloco do fordismo periférico.

As diferenças entre as trajetórias dos dois blocos podem ser mais bem apreendidas em seu artigo de 1989, onde a principal diferença levantada quanto aos impactos do modelo periférico é a questão urbana, da metropolização exorbitante de cidades latino-americanas comparadas às cidades dos países do fordismo central.

Muitas questões já foram elaboradas acerca da relação centro-periferia durante a era fordista. A CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe)⁸ foi a mais influente instituição a criar um corpo teórico independente

⁷ A OCDE é uma organização internacional composta por 34 países que procura fornecer um suporte institucional para a construção e regulação de políticas econômicas entre seus países componentes. Originada a partir da Organização para a Cooperação Econômica (OCE), criada em 1948 para dar suporte a execução do Plano Marshall na Europa, a organização cresceu juntamente com a pujança econômica dos países membros e desde a década de 1960 conta a presença de países não europeus. Devido aos países que compõem a OCDE serem as mais importantes economias capitalistas do fordismo, compondo o bloco do fordismo central, essa organização foi e é uma importante protagonista do cenário das trocas internacionais, sendo um dos pilares na execução da regulação econômica global. Fonte: www.oecd.org.

⁸ Criada em 1948, a CEPAL é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas. Objetiva contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina e Caribe promovendo relações econômicas entre os países da região e com outras nações do mundo. Fonte: www.cepal.org

para a análise da situação periférica dos países latino-americanos com relação à regulação internacional vigente na época.

Não cabe aqui retornar todas as contribuições que a CEPAL e a escola da regulação fizeram com relação à compreensão da problemática centro-periferia no fordismo. Apenas fizemos uma referência ao autor que nós utilizamos para caracterizar o modelo de desenvolvimento brasileiro durante o período de industrialização extensiva do território nacional.

Com a ditadura militar, as medidas econômicas visavam a manutenção de altas taxas de crescimento, expansão do emprego, elevação dos investimentos e das exportações. A expansão da infraestrutura e a necessidade de um *upgrade* tecnológico foram expressas no I Plano de Desenvolvimento Nacional (PND) em 1971. O Plano de Integração Nacional compreendia grandes obras como a ponte Rio-Niterói, as rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, as hidrelétricas de Três Marias e Itaipu, a Usina Nuclear de Angra dos Reis, os corredores de exportação, etc. (SANTOS, 2012).

Com o choque do petróleo em 1973, todo o mundo capitalista é abalado e a crise decorrente desse evento impulsiona uma trajetória posterior de superação do fordismo. Em decorrência disso, esse ano é considerado um marco na literatura internacional, pois os acontecimentos que se sucederam ao choque transformaram a regulação do capitalismo internacional que levou à necessidade de grandes reformas econômicas, políticas e sociais nos países fordistas.

No Brasil, o período compreendido como “milagre econômico” (1968-1973) chega ao seu fim com a queda da liquidez internacional, culminando na retração da oferta de crédito e aumento das taxas de juros. Porém, a determinação do governo militar em manter as taxas elevadas de crescimento levou a uma explosão do endividamento externo.

No bojo da crise internacional foi lançado em 1974, sob o governo de Ernesto Geisel, o II PND. Esse plano trazia consigo uma proposta ousada de grandes investimentos em um contexto onde outros países ajustavam sua economia à realidade da crise do fordismo, implantando políticas de austeridade. Segundo Fonseca e Monteiro (2008, p. 01) a proposta central do plano consistia em imprimir um

novo rumo ao desenvolvimento brasileiro, ao priorizar o aumento da capacidade energética e da produção de insumos básicos e de bens de capital, representava uma guinada de vulto no modelo anterior, vigente durante o período do "milagre" de 1968-1973, cuja prioridade residia nos bens de consumo duráveis. Parecia extemporâneo e fora de propósito acelerar a economia a partir de megaprojetos, sob a forte liderança estatal, justamente quando vários países ajustavam-se, através da recessão, à nova realidade advinda da quadruplicação do preço do petróleo. Ademais, a opção por acelerar o processo de substituição de importações, explicitada no plano (Brasil, 1974, p. 37), em boa medida lembrava as teses cepalinas, combatidas pelos principais economistas do regime militar.

As controversas geradas pelo plano se alimentaram dos problemas de ordem política que o governo militar se deparava. O endividamento externo se elevava juntamente com a inflação e o segundo choque do petróleo em 1979 fragilizou ainda mais a economia que foi impactada diretamente pela escalada dos juros internacionais.

No período entre o final da década de 1970 e o final dos anos 1980 foi-se articulando o término do período militar com a reorganização da organização política e institucional do Estado, inclusive com a reabertura do Congresso Nacional e eleição (por vias indiretas) de um presidente civil⁹.

Nas idas e vindas do cargo da presidência durante esse período, é promulgada a Constituição Federal de 1988 que marca novos parâmetros para a regulação das formas institucionais no país.

Esses novos parâmetros incluem a ênfase nas políticas sociais universalizantes como o SUS (Sistema Único de Saúde) e nos direitos dos cidadãos individuais ancorados em uma concepção democrática e social da República.

A palavra-chave que define a nova constituição é descentralização da gestão pública, que entre outras medidas confere ao município o status de ente federativo tal qual União, estados e Distrito Federal. Com isso, as políticas públicas passam a ter uma regulação mais localizada e coordenada entre os

⁹ Em 1985 foi eleito o Presidente Tancredo Neves que não assumiu a presidência falecendo um mês após a eleição. Seu vice-presidente, José Sarney, assumiu o cargo até 1990 quando o primeiro presidente eleito democraticamente Fernando Collor assume a presidência por dois anos para sair sob renúncia.

diferentes níveis da federação, transformando a relação entre as normas e os territórios.

Porém, de acordo com Santos (2002) os problemas da constituição residem, apesar de avanços na compreensão e combate das enormes desigualdades sociais do país, na sua discussão clássica, orientada por uma visão de mundo que não considerou o território nacional em transformação no final do século XX, principalmente devido ao processo de globalização.

Assim, o autor destaca que *“aqueles que acompanharam atentamente o presente debate sobre a futura Constituição brasileira já devem ter notado que um dos grandes ausentes é, justamente, o território da nação”* (SANTOS, 2002 p. 21).

A crítica colocada é que na Constituição de 1988 o território é considerado a partir de uma visão simplista, onde sua organização constitucional é norteadada por uma concepção de que a questão territorial desemboca apenas numa mera organização da geografia eleitoral e de partilha de impostos. Essa visão repercute diretamente nas possibilidades de evolução ou retrocesso nos diversos âmbitos da vida social dos brasileiros.

As estruturas fundamentais do poder refletem na regulação do país, direcionando o comportamento dos agentes políticos e econômicos quanto à orientação da dinâmica do território. Assim, na Constituição os novos rumos para a regulação política e econômica do país estavam traçados com o objetivo de impulsar as reformas do Estado que viriam a ser implementadas nos anos seguintes.

Nos anos 1990 já fica claro uma redefinição do Estado brasileiro na economia. Foram elaboradas políticas de estabilização com foco no combate à inflação, redução do *déficit* público, privatização de empresas estatais, entre outras medidas de caráter neoliberal.

Durante o mandato do Presidente Fernando Collor de Melo a obediência aos parâmetros da globalização e ao neoliberalismo, que se impunha como doutrina internacional desde os anos 1980 nos países centrais, trouxe consigo um arrocho que impedia qualquer possibilidade de um governo social.

Isso produziu na sociedade um descontentamento profundo e no poder executivo uma ingovernabilidade. Mais uma vez o país emergiu em uma crise

política de caráter prioritário da agenda, levando o presidente à renúncia em 1992.

Nesse período, o país passava por um intenso processo de mudanças provocadas por crises generalizadas que abarcavam a política, a economia e a sociedade. Para a maioria da população, o desemprego foi o resultado mais devastador dessas crises, atingindo níveis históricos nas regiões metropolitanas.

O índice geral de desemprego no país era de 7,2% da PEA (População Economicamente Ativa), segundo o IBGE. Porém, nas regiões metropolitanas o índice era mais que o dobro do registrado no país. Filho ([s.d.] p. 41)¹⁰ analisa os dados dos anos 1990:

Em abril do corrente ano, a taxa de desemprego total na Grande São Paulo, medida pela PED-SEADE, chegava a 15,5%, representando um recorde desde o início da pesquisa, em 1985; em maio, essa taxa foi ainda maior, chegando a 16,2%. Nos meses seguintes, esperava-se um declínio nas taxas de desemprego, devido ao caráter sazonal dessa variável, uma vez que as indústrias, já no final do primeiro semestre, se preparam para as vendas do final de ano. Essa expectativa não se concretizou, e a taxa de desemprego total chegou a 16,1% em agosto (Gráfico 1), patamar excessivamente alto para essa época do ano.

Vários fatores influenciaram na configuração desse quadro. Como citamos anteriormente, a política de estabilização adotada pelo governo compreendia um pacote de medidas que advinham do receituário neoliberal que já estava sendo implementado pelos governos dos países centrais e que produziram os mesmos resultados ruins para a classe trabalhadora.

A chamada terceira revolução industrial estava em curso, transformando os países industrializados desde a década de 1970. Em países como Japão, Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, entre outros, grandes empresas e grupos econômicos se colocaram como pioneiros na transformação de suas formas de produzir e organizar o trabalho inaugurando a nova fase capitalista chamada de capitalismo flexível (HARVEY, 1992).

¹⁰ Fonte disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/709/957>

A financeirização da economia mundial avançou e o poder do capital privado também na medida em que os Estados mergulhavam em crises de dívidas. Como disse Harvey (2011), a centralização do poder do dinheiro veio por meio do sistema de crédito e, *“no coração do sistema de crédito está um conjunto de acordos que constitui o “nexo Estado-finanças”* (p. 47).

A configuração desse nexo de interesses que influenciam diretamente no rumo das sociedades nacionais se mostra evidente a partir do crescente poder político dos credores sobre a política dos Estados Unidos, o país mais influente no quadro da economia global. E não por acaso, já que de acordo com Cardoso (2003) durante a década de 1990 a dívida pública bruta dos países da OCDE deu um salto de 42% para 66,61% do PIB, ou seja, seus destinos estavam cada vez mais atrelados aos interesses da elite financeira pelo aumento de suas dívidas.

Quando essa nova ordem global adentrou a regulação dos países periféricos os resultados foram diversos para cada realidade socioespacial, porém todos trouxeram consigo traços desastrosos. Cardoso (2003, p. 85) coloca que

Como instrumental de intervenção global dos Estados nacionais periféricos, vale a pena perscrutar a lógica do hoje naufrago receituário de reforma econômica vendido como panaceia ao terceiro mundo, já que produziu resultados em muitos aspectos desastrosos, como a elevação do desemprego global e o sucateamento de parte da malha industrial de muitos países, sobretudo o Brasil, para não mencionar a desestruturação da sociedade argentina e o comprometimento das próximas gerações de brasileiros, uruguaios, mexicanos, peruanos e tantos outros com o pagamento de dívidas contraídas irresponsavelmente.

Além da dependência do capital financeiro internacional que foi cada vez mais acentuada com as dívidas contraídas e com o aumento dos juros, a adoção do neoliberalismo como parâmetro para a atuação do Estado forçou o abandono de qualquer política social e também levou a submissão da ortodoxia do setor produtivo internacional, que impunha novas normas de regulação em busca da flexibilização do mercado de trabalho e da empregabilidade.

O processo de reestruturação produtiva que tinha como protagonista as indústrias automobilísticas japonesas imprimiu também sua cartilha de modernização das indústrias em todos os ramos possíveis e de seus subsidiários prestadores de serviços para todo o mundo. Era uma questão guiada pela lei da concorrência: ou as empresas adotavam essas normas ou seriam eliminadas pela sua ineficiência diante de um mundo de transformações cada vez mais rápidas.

Nos territórios onde as automobilísticas estavam instaladas, o processo de transformação foi acelerado através da entrada de novas tecnologias, novas formas de organizar o trabalho, de realizar contratos, de negociar benefícios, de otimizar a produção, entre outras normas que se tornaram referência para a transformação de outras empresas daquela coletividade territorial.

As adaptações dos agentes territoriais a partir dessas mudanças gerou uma diversidade enorme de trajetórias, conflitos, resultados e possibilidades que estão imprimindo uma nova geografia da produção mundial extremamente diversa.

Acima citamos a influência do setor automobilístico no processo de reestruturação produtiva global, mas logicamente, outras grandes corporações de diferentes ramos também imprimiram suas normas. Com uma influência expandida durante a internacionalização do fordismo, essas grandes empresas de diferentes ramos que atuavam pelo mundo começaram a reestruturar sua produção a fim de aumentar a produtividade reduzindo custos.

Em linhas gerais, a reestruturação se deu com a tecnologia sendo substituída ou otimizada, diminuição dos estoques e a mão-de-obra reduzida ao mínimo necessário para o funcionamento das empresas, nova forma de controlar a gestão da produção e dos recursos humanos, entre outras mudanças que serão abordadas com mais detalhes adiante.

Competitividade e eficiência foram os conceitos-chave incorporados pela mentalidade empresarial, influenciando os governos já que as grandes empresas exercem grande poder sobre a administração política e nas bases regulatórias de qualquer país, em uns mais e em outros menos.

Infelizmente, a maioria da população não tem conhecimento sobre essa realidade e o linguajar dos políticos e da imprensa esconde a influência que os

lobbies corporativos exercem sobre administração dos governos. Como disse Milton Santos (2002, p. 105)

Toda ação sindical, toda reclamação da Igreja, em suma, todo movimento social, ao postular mudanças, é criticado como inadequado e até mesmo hostil à democracia, já que não lhe cabe fazer o que chamam de política. Ao contrário, as atividades dos *lobbies* e as exigências de reforma do Estado feitas pelas empresas não são tidas como atividades políticas. Essa parcialidade é tanto mais gritante quando todos sabemos que o essencial na produção da política do Estado tem como atores principais as grandes empresas, cabendo aos políticos propriamente ditos e ao aparelho do Estado um papel de figurantes secundários, quando não de meros porta-vozes.

A hegemonia do pensamento neoliberal e de uma racionalidade econômica ligada a essa doutrina imposta ao Estado brasileiro e incorporado na era Collor trouxe a receita para o desastre do ponto de vista dos trabalhadores. Seu governo foi composto sem uma base de sustentação organizada, quer nos partidos políticos, quer no Congresso Nacional, quer nos setores articulados da sociedade civil (FILHO, [s.d]).

As políticas econômicas visavam o achatamento salarial como tentativa de controle da inflação, penalizando todos os trabalhadores a partir de seu plano econômico. Foram lançadas várias medidas provisórias que determinavam o caráter dos reajustes salariais de acordo com a inflação do mês anterior numa complicada fórmula de recomposição salarial.

Com a insatisfação geral da classe trabalhadora, processos na Justiça do Trabalho e uma forte oposição do Congresso ante a política salarial do governo, foi implementada uma política de abonos apenas para aqueles trabalhadores que ganhavam até dois salários mínimos, penalizando os que se situavam numa faixa de acima de três salários. Assim, se instalou uma distribuição da renda do trabalho a favor das categorias inferiores, porém sem transformar a estrutura da renda nacional, que na época já estava 70% concentrada no capital, nos juros e nos aluguéis (FILHO, [s.d]).

No plano produtivo, ocorreu a privatização de seis importantes empresas, sendo três siderúrgicas (Usiminas, Acesita, CST), duas petroquímicas (Petroflex, Copesul) e uma produtora de fertilizantes (Fósferil) (SANTOS, 2012).

Com as condições técnicas se modificando aliado à crise e recessão com inflação e os territórios sendo transformados com rapidez pelos mandamentos do capitalismo flexível e globalizado, as condições de sobrevivência do trabalhador urbano foram ficando cada vez mais precárias gerando uma crise social sem precedentes na história do país, pois alterou vários elementos da reprodução do trabalho assalariado no país, como nos lembra Santos (2002, p. 105)

Nas condições atuais, as técnicas presentes na fábrica e no escritório ou incorporadas ao próprio solo como infraestruturas acabam por condicionar as formas de trabalho, as relações sociais e a vida cotidiana, já que constituem condições para os comportamentos, permitindo ou proibindo as ações, segundo a posição de cada qual a escala social e segundo a cota de cidadania que lhe cabe.

A cidadania dos moradores dos países periféricos foi reduzida com a precarização do trabalho e ao aumento de parcelas da população que foi obrigada a se submeter ao trabalho informal. Os desempregados da Grande São Paulo que recorreram a esse tipo de trabalho foram de 2,3% em agosto de 1990, chegou a 2,9% em agosto de 1991 e elevou-se para 5,1% em agosto de 1992 (FILHO, [s.d]).

Assim, no mesmo ano em que a crise política explodia, com graves denúncias de corrupção do governo, o quadro geral social impunha uma dura realidade para os brasileiros com um alto número de desempregados, de falências e de dívidas.

Após a renúncia de Collor, seu vice Itamar Franco assume a presidência. Nesse governo mudanças importantes ocorrem orientadas pelo ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso que instituiu o Plano de Ação Imediata que consistia em cortes de gastos, renegociação da dívida dos Estados e privatizações, entre elas da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional).

Outra medida de grande impacto do governo foi a implementação do Plano Real que consistiu em três fases: a primeira fase foi a do ajuste fiscal de dezembro de 1993 a março de 1994; a segunda fase foi constituída pela conversão dos preços para a Unidade Relativa de Valor (URV) em março de

1994; a terceira fase consistiu na reforma monetária que criou o real no dia 1º de julho de 1994 (BRESSER-PEREIRA, 1994).

Após a segunda crise do petróleo de 1979, foram lançados 12 planos de estabilização na tentativa de contornar os graves problemas que emergiram a economia do país. O Plano Real foi a décima terceira tentativa de resolver os sérios problemas inflacionários, pois em 1994 a inflação chegava a 45% ao mês.

O fracasso dos planos anteriores se deveu, de maneira geral, a problemas de composição técnica do plano e também a falta de apoio político para a concretização de medidas econômicas que estavam intrínsecas a sua operacionalização. Porém, durante a aplicação do plano real, o apoio político que o governo recebeu ajudou a concretizar suas fases e colocá-lo em operação combinado com um ajuste fiscal. Esse apoio garantido em vários setores da sociedade e também dentro do governo culminou na vitória da candidatura de Fernando Henrique Cardoso à presidência da república em 1994.

Fernando Henrique se tornou presidente com grande apoio político das elites brasileiras por ser de centro-esquerda e ter deixado claro a proposta de continuar no caminho do ajuste e combate à inflação, além de ter reconhecimento nacional e internacional devido a sua trajetória como sociólogo, professor universitário e um dos mais renomados intelectuais da CEPAL. Isso se somou ao fato de ele ter sido reconhecido como “pai” do Plano Real que, apesar das dificuldades em cumprir sua missão, contava com o apoio e a esperança da população brasileira.

A trajetória de seus oito anos de governo foi repleta de eventos que permitiram alguns avanços macroeconômicos, principalmente pelo controle da inflação. Outros eventos já não tiveram resultados tão benéficos, como a abertura do mercado para ampliar a concorrência de produtos e serviços, a paridade do real com o dólar, a política de altos juros e o aumento do endividamento.

Ao seguir as diretrizes do mercado e colocar em prática a agenda concebida pelo segundo Consenso de Washington (BRESSER-PEREIRA, 2011), o governo FHC traçou uma estratégia de desenvolvimento elaborada pelos “think tanks” do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial

que se revelou um caminho para o subdesenvolvimento. As propostas do consenso demonstraram ser ineficientes para orientar o crescimento econômico, pois os recursos emprestados para financiar a saída da recessão foram utilizados principalmente para consumo e não para o investimento (BRESSER-PEREIRA, 2011).

A agenda do consenso vigorava na América Latina desde os anos 1980 quando foi elaborada pela primeira vez a cartilha da qual os governos da região deveriam seguir para reformar suas formas estruturais e se adequar à nova regulação mundial. Nos anos 1990 o consenso continua em vigor, porém com a adoção de novas propostas devido ao péssimo resultado da década anterior.

De acordo com Bresser-Pereira (2003) o primeiro consenso foi um documento próprio para o contexto da década de 1980, elaborado de acordo com a conjuntura da época da crise da dívida externa dos países latino-americanos, já a segunda etapa do consenso,

Foi a estratégia definida por Washington no início dos anos 90 para legitimar o grande fluxo de capitais que então recomeçava: o que tenho chamado de segundo Consenso de Washington. Quatro pontos o caracterizam: 1) o uso de âncora cambial combinada com altas taxas de juros, para controlar a inflação e atrair capitais; 2) a exigência de abertura da conta capital (reforma não prevista no primeiro consenso); 3) a afirmação de que os países altamente endividados não tinham mais recursos para financiar seu próprio desenvolvimento e, portanto, só poderiam se desenvolver se contassem com poupança externa; 4) a sugestão de que, para obter essa poupança, os governos dos países deveriam ter "credibilidade", ou seja, aceitar as recomendações vindas de Washington. Enquanto aqueles que recusaram esse conselho, como a China, a Índia e o Chile, continuaram a crescer solidamente, aqueles que o aceitaram foram levados a crises financeiras e à semi-estagnação.¹¹

Essas propostas continham claramente um viés pró-mercado, estimulando a redução da atuação do Estado nos planos administrativos e financeiro para ter um mercado livre em nível internacional. Assim, as propostas englobavam a abertura das economias, reduzindo o grau de protecionismo do período de substituição de exportações, a privatização de

¹¹ Extraído de artigo do caderno Opinião da Folha de São Paulo, domingo, 11 de maio de 2003.

setores competitivos (incluindo monopólios de exploração de recursos naturais), modernização da administração pública para se tornar gerencial, eliminação de privilégios no campo da previdência social, entre outras.

Na era FHC a receita foi seguida com um amplo processo de privatização de empresas estatais e bancos, juntamente com a concessão de serviços públicos e venda de empresas de serviços de utilidade pública nas áreas de energia (geração e distribuição), gás, transporte ferroviário e telecomunicações. No total, foram privatizadas 80 empresas que renderam US\$ 73 bilhões nos seus oito anos de mandato (SANTOS, 2012).

A entrada desses investimentos diretos devido à privatização das empresas levou a uma valorização cambial de forma artificial que, de acordo com Bresser-Pereira (2011), estava previsto no segundo consenso, algo que desestimulou as exportações, aumentou artificialmente o consumo através do aumento do poder aquisitivo dos assalariados, diminuindo assim a poupança interna, acentuando o endividamento externo e o déficit em conta corrente, levando a necessidade de novos financiamentos.

É por esse motivo que o autor considera que a política proposta pelo consenso e implementada nos anos 1990 no Brasil interessava fundamentalmente aos bancos comerciais e de investimentos dos países ricos. Se nos anos 1970 o país se endividou com poupança externa com a contrapartida de ter aumentado a sua taxa de crescimento, em compensação, nos anos 1990 não importava ter projetos de investimento porque caberia ao mercado a formulação e execução de qualquer projeto.

Com esse cenário se aprofunda a situação de subdesenvolvimento do país agora com total adequação à política neoliberal e a reestruturação capitalista global que sucedeu à era fordista.

Dessa maneira, novas bases foram sendo construídas a partir da estratégia de diferentes grupos para a sobrevivência de territórios perante a crise nacional e mundial. Isso gerou vários desdobramentos configurando uma nova geografia da produção que vem sendo analisada por vários estudos a partir de aspectos referentes à escala nacional, regional e municipal.

Assim, nos anos 1990 a crise do modelo de acumulação fordista refletiu numa crise interna que Bresser-Pereira (2011) identifica como crise da democracia das elites que, ao invés de pensar uma estratégia de

desenvolvimento que consultasse os interesses nacionais, simplesmente se rederam à ofensiva ideológica de Washington na tentativa de manter, para a sua classe social, os padrões de consumo do centro.

Enquanto a elite mantinha sua satisfação pessoal a partir da adoção acrítica do consenso, a população ficou à mercê dos impactos negativos dessas políticas no mercado de trabalho e nas pequenas empresas nacionais. Durante esse período, foram destruído mais de 3 milhões de postos de trabalho formais e o desemprego chegou a atingir 20% da população em algumas regiões metropolitanas do país (MATTOSO, 1999). O trabalho precário, informal ou por conta própria foram as alternativas lançadas pelas pessoas frente à recessão econômica e a incapacidade de geração de empregos perante o ajuste.

Considerações finais sobre o capítulo

Nesse primeiro capítulo o foco esteve em analisar o processo de constituição do fordismo enquanto modelo de desenvolvimento. A partir de uma perspectiva histórica destacamos seus principais aspectos constitutivos, suas contradições e desigualdades geográficas que permeou a formação hegemônica do modelo no capitalismo durante os anos do pós-guerra.

Para compreender a economia política do fordismo, julgamos ser importante destacar alguns aspectos fundamentais que permearam sua constituição, como sua principal escala de estruturação – o Estado-nação – e as relações internacionais que se desenvolveram a partir da configuração de um sistema global de nações centrais e periféricas na divisão do trabalho sob seu paradigma de desenvolvimento.

Também levantamos aspectos de sua crise a partir dos anos 1970, como essa se manifestou concretamente e como ela foi interpretada por alguns estudiosos que se debruçaram em busca da construção de um novo pacto social-democrático para as nações europeias, mas que poderia servir de modelo para outros espaços.

No lado da periferia do sistema, analisamos como o fordismo transformou o espaço brasileiro em uma grande economia urbana e industrial, porém

atravessada por diversos conflitos e instabilidades políticas que mancam nossa história desde a constituição da república.

O fordismo no Brasil teve um caráter incompleto – o fordismo periférico – pois não foram feitas reformas sociais necessárias para o desenvolvimento geral da sociedade, configurando uma modernização produtiva e regulatória em alguns aspectos e conservadora em outros, com a manutenção de grandes desigualdades sociais e territoriais.

Com a crise do fordismo nos anos 1970, o caráter desigual de nossa formação socioespacial se acentua com a inflação corroendo os salários, as altas taxas de juros dificultando os investimentos e o endividamento externo impossibilitando a implantação de políticas combativas desse quadro no âmbito macroeconômico.

As decisões no campo político e econômico resultaram em altas taxas de desemprego e precarização do trabalho para àqueles que ainda conseguiram se inserir em alguma atividade econômica. Os anos 1980/1990 são o marco da entrada dos parâmetros regulatórios do capitalismo flexível no país, sendo que as transformações que esse novo paradigma expressa estão ainda na pauta da organização das classes sociais e agentes que atuam no território em diferentes escalas.

Em outros capítulos trataremos uma discussão mais aprofundada sobre o capitalismo flexível e a transformação das formas de regulação no Brasil, por hora, buscamos nos focar na era fordista, trazendo uma síntese a partir do quadro a seguir dos principais acontecimentos e mudanças regulatórias entre as décadas que abarcam a constituição do fordismo e sua crise no Brasil.

Quadro 1: Fordismo no Brasil e seus impactos regulatórios

Anos	Presidentes	Principais eventos	Medidas regulatórias
1930 - 1945	Getúlio Vargas	<ul style="list-style-type: none"> - Crise mundial; - Acordo de Bretton Woods; - Revolução de 1930; - Ascensão da burguesia industrial - Ideologia do desenvolvimentismo nacional; - Indústria assumiu a posição de orientadora do crescimento econômico; - Golpe de Estado; 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de instituições regulatórias da relação; Estado/empresariado/mercado/trabalhador. - Criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1930 e da CLT em 1943; - Atuação e criação de empresas estatais na produção de energia e matérias-primas para a indústria;
1945 - 1950	Eugênio Gaspar Dutra	<ul style="list-style-type: none"> - Reelaboração das condições de dependência e fim do capitalismo nacional; - Diminuição das funções econômicas do Estado; - Implementação de políticas regionais; 	<ul style="list-style-type: none"> - Os capitais estrangeiros ganharam maiores facilidades de entrada no país; - Criação do Conselho Nacional de Economia em 1946; - Criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia; - Comissão do Vale do São Francisco;
1951 - 1954	Getúlio Vargas	<ul style="list-style-type: none"> - Burguesia industrial mais diversificada; - Fortalecimento das classes médias urbanas e do proletariado industrial; - Suicídio do presidente Vargas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Ganha importância o planejamento geral e a criação de grupos para a política setorial; - Assessoria Econômica cria os projetos de elaboração da Petrobrás e da Eletrobrás; - Ministério da Fazenda cria a Comissão Mista Brasil – Estados Unidos e a Comissão de Desenvolvimento Industrial; - Criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE); - Fundação do Banco do Nordeste do Brasil;
1954 - 1956	Café Filho	<ul style="list-style-type: none"> - Governo transitório; - Restrição externa com o declínio das receitas com o café; - Intensificação da internacionalização da indústria; 	<ul style="list-style-type: none"> - Promulgação da instrução 113 da SUMOC para a importação de bens de capital sem a cobertura cambial;
1956 - 1960	Juscelino Kubistchek	<ul style="list-style-type: none"> - Revolução Cubana em 1959; - Intensificação das relações entre Estado e economia; - Impulso de quatro setores da economia: energia, transportes, alimentação e indústrias de base; - Maior expansão e diferenciação da estrutura industrial; - Maior complementariedade e dependência externa; - Ampliação da rede viária nacional; - Construção de Brasília; 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do Plano de Metas; - Concessão de incentivos para indústrias específicas; - Instruções 70 e 113 da SUMOC beneficiaram a importação de insumos e bens de capital; - A lei 3.244 reformou o sistema tarifário para beneficiar a atividade industrial; - Aplicação da Lei do Similar Nacional pelo Conselho de Política Aduaneira; - Expansão dos recursos do BNDE; - Acordo com o Exim-Bank para repasse de recursos ao BNDE; - Construção da Usina Hidrelétrica de

			Furnas; - Criação da SUDENE, SUDAM e SUDECO;
1960 - 1961	Jânio Quadros	- Desaceleração do crescimento econômico; - Queda nos investimentos; - Escalada da inflação; - Renúncia do presidente;	- Instrução 204 da SUMOC eliminou as faixas cambiais e estabeleceu o câmbio livre; - Diminuição dos subsídios às importações de trigo e petróleo; - Restrição do crédito; - Congelamento dos salários;
1961 - 1964	João Goulart	- Exacerbação da Guerra Fria na América Latina; - Forte influência dos interesses norte-americanos no país; - Dificuldades políticas e econômicas para a conciliação entre ideologia nacionalista e capitalismo dependente; - Golpe militar com o apoio dos EUA;	- Elaboração do Plano Trienal de caráter nacionalista por Celso Furtado; - Constituição das Reformas de Base que visavam à reforma agrária, educacional, tributária, administrativa e urbana; - Promulgação da Lei 4.131 em 1962, onde ficava restringida a remessa de lucros do capital estrangeiro para o exterior;
1964 - 1967	Marechal Castello Branco	- Aumento do controle do Estado sobre a população, partidos políticos, organizações sindicais, estudantis, etc. - Clima de medo e apreensão geral;	- Estabelecimento do 1º Ato Institucional; - Plano de Ação Econômica do Governo para combater a inflação; - Concepção dos novos impostos IOF e FGTS; - Criação de vários fundos pelo BNDE: FINAME, FUNTEC, etc. - Criação da Comissão de Desenvolvimento Industrial;
1967 - 1969	Marechal Costa e Silva	- Revoltas populares mundiais explodem nos EUA pelos direitos civis e na França com o maio de 68; - Formação da Frente Ampla que promovia oposição ao Regime Militar; - Aumento da resistência e atos contrários ao regime por parte dos estudantes (UNE) e organizações de esquerda;	- Avanço da institucionalização da Ditadura; - Fechamento do Congresso Nacional; - Estabelecimento do Ato Institucional nº 5; - Estabelecimento da EMBRATEL; - Criação da EMBRAER;
1969 - 1974	General Emílio Médici	- A seleção brasileira de futebol ganha seu 3º campeonato mundial; - Ideologia do “milagre econômico”; - Fim do Acordo de Bretton Woods; - Primeiro “choque do petróleo”; - Aumento da resistência armada contra o regime; - Desaparecimentos e torturas são protocolos comuns para lidar com a oposição;	- São lançados mais 12 atos institucionais; - I Plano de Desenvolvimento Nacional (PND); - Elaboração do Plano de Integração Nacional com os projetos da ponte Rio-Niterói, rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, Hidrelétricas de Três Marias e Itaipu, usina nuclear de Angra dos Reis;

1974 - 1979	General Ernesto Geisel	<ul style="list-style-type: none"> - Crise internacional do fordismo; - Segundo “choque do petróleo”; - Escalada dos juros internacionais; - Aumento da oposição ao regime; - Milhares de pessoas se reúnem em atos civis pelo retorno à democracia; 	<ul style="list-style-type: none"> - Lançamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND); - Aumento do endividamento externo; - Anúncio de uma abertura política lenta, gradual e segura; - Revogação do Ato Institucional nº 5;
1979 - 1985	General João Figueiredo	<ul style="list-style-type: none"> - Inicia-se o período de governos neoliberais nos EUA (Ronald Reagan) e Inglaterra (Margaret Thatcher); - Recessão econômica e ajuste fiscal nas principais economias mundiais; - Perda de empregos e de direitos de trabalhadores; - Primeira eleição direta para governadores desde os anos 1960; - Surgem o MST, o PT e a CUT; 	<ul style="list-style-type: none"> - Inflação elevada; - Endividamento externo; - Abandono do planejamento estatal e de incentivos fiscais; - Privatizações de empresas estatais; - Criação do Ministério da Ciência e Tecnologia; - Ênfase na eficiência e competitividade das empresas; - Promulgada a Lei da Anistia; - O governo aprova lei que restabelece o pluripartidarismo no país;
1985 - 1990	José Sarney	<ul style="list-style-type: none"> - I Consenso de Washington; - Primeiras eleições de um presidente civil por vias indiretas onde é eleito Tancredo Neves; - Tancredo faleceu após um mês das eleições assumindo seu vice José Sarney; - Promulgação da Constituição Federal de 1988; 	<ul style="list-style-type: none"> - Política industrial com ênfase na competitividade e no aumento da eficiência das empresas nacionais; - Criação do Programa de Apoio e Incremento das Exportações (PROEX); - Criação da Nova Política Industrial (NPI) sob orientação liberal; - Crise inflacionária; - Crise da dívida;
1990 - 1992	Fernando Collor de Melo	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas municipais de incentivos fiscais são disseminadas pelo país; - Transformações no espaço nacional devido a globalização; - Os setores econômicos aprofundam seu processo de reestruturação; - Escalada do desemprego; - Processo de impeachment no Congresso e renúncia do presidente 	<ul style="list-style-type: none"> - Planos Collor I e II: políticas de combate à inflação, redução do déficit público, privatização, etc. - Adoção do receituário neoliberal; - Liberalização comercial; - Eliminação de incentivos fiscais; - Enxugamento da máquina pública com a extinção de vários órgãos;
1992 - 1994	Itamar Franco	<ul style="list-style-type: none"> - Fernando Henrique Cardoso torna-se Ministro da Fazenda; - Em 1994, FHC concorre à Presidência ganhando as eleições de seu adversário Luís Inácio Lula da Silva; 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação do Plano Real; - Ajuste Fiscal; - Ajustes de preços e salários; - Privatização da CSN;

1994 - 2002	Fernando Henrique Cardoso	<ul style="list-style-type: none">- Controle da inflação;- II Consenso de Washington;- Desemprego elevado;- Escalada do trabalho informal e precário nas regiões metropolitanas;	<ul style="list-style-type: none">- Abertura comercial;- Paridade dólar-real;- Juros elevados;- Aumento do endividamento externo;- Privatização de 80 empresas;- Atuação do BNDES na condução do processo de privatização;

Capítulo II - Regulação no capitalismo: agentes e formas institucionais (estruturais)

No capítulo anterior abordamos o processo de constituição e crise do fordismo, o modelo de desenvolvimento das sociedades capitalistas que orientou a configuração econômica e social de diferentes formações socioespaciais no pós-guerra. Abordamos como, através da constituição de um sistema regulatório internacional, foi assentada uma hegemonia capitalista¹² sob o domínio dos países do fordismo central, criando uma organização da economia global associada com a regulação das economias nacionais para a dinâmica da divisão internacional do trabalho.

Levando-se em conta essa configuração internacional e o desenvolvimento geograficamente desigual dos territórios de diferentes formações socioespaciais, é possível compreendemos o quadro onde a regulação do capitalismo nacional caminha, até certo ponto, em consonância com a regulação internacional, correspondência já esboçada durante o fordismo e que se aprofunda na atualidade com o paradigma flexível e da globalização.

A interação entre as esferas – nacional e internacional – condiciona a formação das regras da sociabilidade capitalista em determinado momento histórico, conduzindo a ação dos agentes territoriais mais influentes que atuam

¹² Nesse período, cabe recordar que o mundo estava dividido entre a hegemonia de duas grandes potências – EUA e URSS - e ambas representavam o país-líder de seus modelos socioeconômicos – capitalismo e socialismo. Em uma breve descrição do que foi esse período conhecido como Guerra Fria, Hobsbawn (1994 p. 224) coloca que *“a peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivaleria a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência – a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra – e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética”*. Feita essa consideração é importante colocarmos a ressalva de que estamos tratando aqui do “mundo capitalista”, ou seja, da zona de hegemonia norte-americana.

em diferentes escalas, tanto no âmbito de cada Estado-nação, quanto na configuração dos instrumentos de negociação e troca internacional.

Partindo-se do princípio de que a sociedade capitalista tem sua existência e desenvolvimento como resultado de ações contraditórias e conflitivas de uma multiplicidade de atores e de interesses que representam de maneira geral os donos do capital e os que vendem sua força de trabalho, além de ser pautada em uma separação aparente entre política e economia, compreender a configuração que permite certa coerência na atuação de cada agente no âmbito nacional em sua sintonia ou não com a ordem internacional se torna uma tarefa complexa.

Alguns instrumentos teóricos nos ajudam a compreender essa complexidade e dar corpo ao conjunto de acontecimentos e fatos históricos que marcam o movimento constante de regularidade e transformação que são desenhados pela atuação dos grupos e agentes sociais pautados pela forma de socialização vigente que se define, de acordo com Hirsh (2007, p. 16), da seguinte maneira:

O modo de socialização capitalista se distingue pelo fato de que a sociedade se reproduz materialmente através da produção privada executada na divisão de trabalho, da troca de mercadorias e do trabalho assalariado. [...] Capitalismo designa uma formação social onde os indivíduos contraem relações recíprocas que não podem escolher livremente, nem tampouco podem dominá-las diretamente por meio de sua ação pessoal.

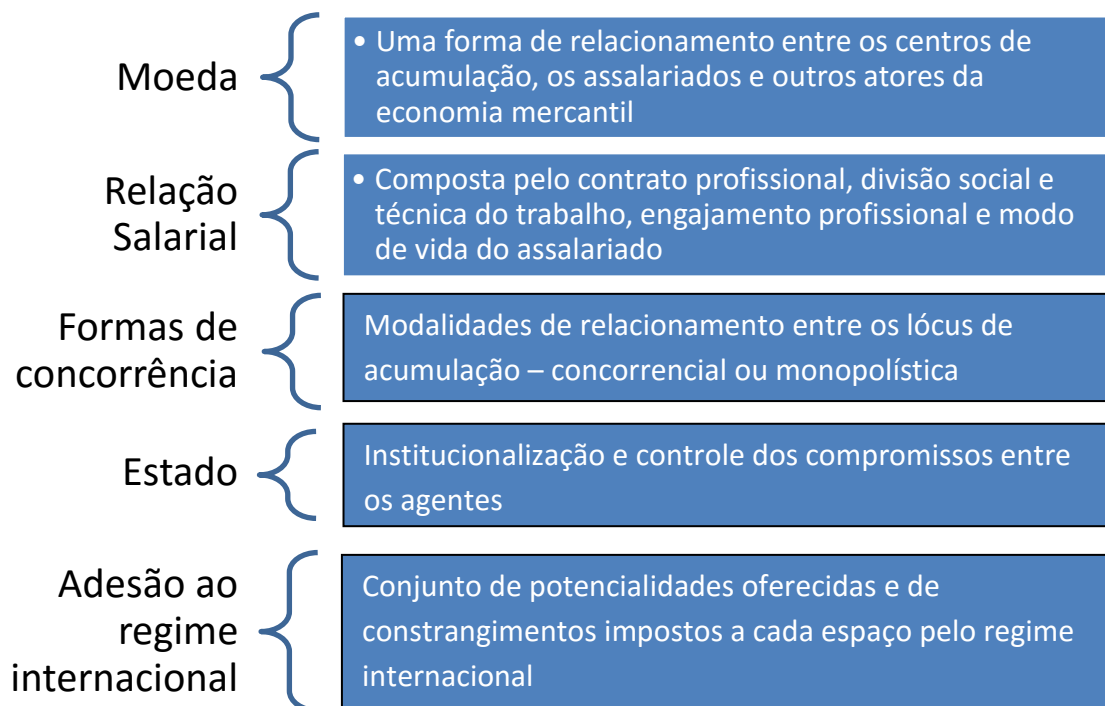
Isso significa que as mediações sociais (formas de regulação das relações) desempenham um importante papel para assegurar a regularidade do sistema, mesmo que atravessadas pela subjetividade dos sujeitos, por conflitos de interesses e estratégias escapatórias. Desse modo, a regulação apresenta-se como um modo de resolução instável da contradição social-privada, se tornando possível apenas devido à coerção física sofrer uma institucionalização separada de todas as classes sociais, por meio da formação do Estado (HIRSH, 2007).

Além de ter o monopólio da violência, o Estado também é transformado por formas transitórias e conjunturais – as formas institucionais de estrutura -

que são formas de institucionalização dos compromissos sociais que marcam determinado período histórico. Como salienta Hirsh (2007, p. 26) “no nível das ações sociais, as formas formam certas orientações de percepção básica que submetem os indivíduos e, ao mesmo tempo, se reproduzem através de sua ação”.

As principais formas institucionais do capitalismo de acordo com Aglietta são: a moeda, que define um modo de conexão entre unidades econômicas; a relação salarial, que caracteriza um tipo específico de apropriação do excedente; a concorrência, que define as modalidades de relacionamento entre os *locus* de acumulação; a forma de Estado vigente, sua orientação na construção de regulamentos, regras promovidas e autenticadas; a adesão ao regime internacional, que define o conjunto de potencialidades oferecidas e de constrangimentos impostos a cada espaço pelo regime internacional (BOYER, 1990).

Figura 1: Formas estruturais fundamentais



Elaborado com base em Boyer (1990)

A partir dessas formas, podemos apreender a regulação abarcando três níveis de análise que compreendem primeiramente a eficácia do modo de produção e sua articulação escalar do nível local ao internacional, passando pela principal escala da regulação que é o Estado no comando do território da nação. Também podemos compreender as regularidades sociais e econômicas que são garantidas pela configuração das formas estruturais e que permitem a acumulação desenvolver-se em longo prazo, configurando o regime de acumulação vigente. Por último, podemos verificar como esses aspectos anteriores geram um conjunto de configurações específicas das relações sociais de um espaço específico e em determinada época.

Assim, através da compreensão da formação e constituição dessas formas, respeitando seus aspectos históricos e compreendendo as transformações que acompanha todo o movimento de modificação das sociedades ao longo do tempo, seja por mudanças geográficas, tecnológicas, populacionais, etc. podemos apreender a alta complexidade das formações socioespaciais e sua organização de acordo com a escala analisada.

Regulação e formas institucionais

A partir da expansão do fordismo após a Segunda Guerra, um sistema regulatório internacional foi criado para permitir uma organização mundial com base nos novos termos da divisão internacional do trabalho e da hegemonia dos países centrais, principalmente dos Estados Unidos.

O regime de acumulação fordista criou os elementos necessários para transformar o conteúdo das formas estruturais a partir da concepção de instituições nacionais e internacionais que possibilitou a regulação do regime de acumulação e a coordenação de sua expansão internacional.

Após sua crise, foi evidenciado um processo de reestruturação das formas institucionais a partir de novos compromissos e acordos sociais forjados tanto no âmbito internacional como no nacional com o objetivo de adequar as instituições para a nova fase capitalista. A crise dos anos 1970 repercutiu em reformas orientadas a partir do novo paradigma, o da flexibilidade, adequando

as formas para as mudanças impostas pelo pensamento hegemônico dessa nova fase capitalista.

Porém, como já foi salientando, as formas estruturais são atravessadas pelas circunstâncias de cada espaço em que atua como componente da regulação, ou seja, sua análise está condicionada a compreensão espacial de determinada realidade.

Dessa maneira, compreender as formas estruturais sob qualquer regime de acumulação sem especificação da formação socioespacial analisada e sem considerar sua historicidade própria torna-se um exercício teórico abstrato, ainda que válido se colocado sob essas ressalvas.

As formas institucionais seguem um caminho de configuração que representa a sistematização e condensação de relações fundamentais que permitem a estabilidade necessária para que o fluxo da acumulação ocorra, apesar de suas contradições. Faria (2001, p. 196) elaborou o caminho da gênese das formas estruturais a partir das relações fundamentais que elas representam.

Figura 2: A gênese das formas institucionais da regulação

Relação fundamental	Norma	Mercadoria fictícia	Forma institucional
Apropriação	Propriedade	Terra	Forma de concorrência
Relação mercantil	Equivalência	Dinheiro	Restrição monetária
Assalariamento	Exploração	Trabalho	Relação salarial

Fonte: Faria (2001, p. 196).

Analisando cada forma institucional, podemos entender como elas fazem a ligação entre os parâmetros do regime de acumulação no âmbito internacional com a regulação do conjunto das relações sociais de uma formação socioespacial, orientando a atuação dos agentes territoriais.

A partir disso, é possível analisar os períodos de regularidades e os fatores da crise, já que os sistemas são caracterizados por trajetórias

irreversíveis de não equilíbrio, pois *“as situações de estabilidade são uma das trajetórias possíveis, ao lado da crise – uma outra situação para a qual o sistema também tende -, e resultam da atuação dos mecanismos responsáveis pela regulação do sistema, as instituições”* (FARIA, 2001 p. 188).

Dessa maneira, vamos analisar cada forma institucional em particular. A moeda aparece como uma relação institucionalizada que Boyer (1990) qualifica como a mais importante, porque define um modo de conexão entre unidades econômicas. Ela não se trata de uma mercadoria especial, mas sim de uma forma de relacionamento entre os centros de acumulação, os assalariados e outros agentes da economia mercantil. Vemos que a relação mercantil só é possível com a sua intermediação, que se modifica para atender às necessidades de cada nova situação histórica.

A moeda também caracteriza o padrão monetário, a partir da política monetária adotada e sistematizada pelo governo e sua equipe, estabelecendo a relação entre o Estado e o mundo das finanças (FARIA, 2001).

A relação salarial para Aglietta (1976) se sobrepôs, durante o fordismo, às demais formas institucionais sendo um dos pilares para a manutenção de toda a configuração do modelo de desenvolvimento ao possibilitar a formação de um mercado de massa e a contenção de tensões existentes na relação capital/trabalho, principalmente no caso dos países centrais.

Vimos que em países do fordismo periférico, mais especificamente no Brasil, a relação salarial foi muito importante para a regulação, porém não foi a única forma mediadora da relação de trabalho devido as especificidades de seu modelo de desenvolvimento que levou à expansão de um grande mercado de trabalho informal que, por seu alcance e precariedade, impossibilitou a formação de um mercado consumidor de massa nos países periféricos no mesmo padrão e abrangência dos países centrais.

Aglietta (1976, p. 418) define a relação salarial como:

A separação que torna um conjunto de indivíduos livres incapazes de se constituir em produtores privados no quadro da economia mercantil. Os assalariados são também indivíduos livres para perseguir seus objetivos próprios, mas sob a condição da privação da propriedade. Seu acesso à moeda passa pelo contrato de trabalho que é uma venda de horas de trabalho mediante um salário. A subordinação aos

capitalistas se exerce na produção que não é um lugar de troca, pois o contrato de trabalho confere aos capitalistas o direito de fazer executar o trabalho dos assalariados sob seu controle. As empresas são, portanto, organizações específicas, na medida em que se exerce um poder hierárquico para produzir mercadorias em vista de acumular dinheiro.

A relação salarial repousa sobre a normatização que separa, estratifica e define espaços, distribuindo indivíduos por funções e papéis específicos. Essas seriam as características fundamentais da sociedade salarial assentada no contrato, pois dilui o perigo de integrar o proletariado, apesar da socialização das maneiras de produzir e viver colocadas pelo paradigma do modelo de desenvolvimento (BRAGA, 2003).

Como essa forma estrutural denota da exploração da força de trabalho e sua forma de assalariamento, a definição de formas de relação salarial constitui em caracterizar as relações mútuas entre os diferentes tipos de organização do trabalho, o modo de vida e as modalidades de reprodução dos assalariados. Assim, Boyer (1990, p. 75) analisa cinco componentes que caracterizam as configurações históricas da relação capital/trabalho:

tipo de meios de produção; forma da divisão social e técnica do trabalho; modalidade de mobilização e de vínculo dos assalariados à empresa; determinantes da renda salarial direta ou indireta; e, finalmente, modo de vida do assalariado mais ou menos ligado a aquisição de mercadorias ou a utilização de serviços coletivos extramercado.

Ao tratarmos da concorrência e da regulação mercantil temos a configuração da norma social que rege a relação existente entre uma rede de unidades de empresas ou firmas que dão início ao processo de produção e valorização do capital. A garantia de um inter-relacionamento sistêmico dessas unidades de capital é função da forma institucional da concorrência, como explica Faria (1992, p. 313)

é através da concorrência que as unidades de capital se encontram e disputam espaços. Nesse processo, quem melhor desenvolver a relação de posse econômica (comando efetivo do processo produtivo por meio da incorporação do progresso técnico) será melhor sucedido. A forma através da qual a

concorrência sanciona essa disputa é que vem se modificando com o tempo.

A forma de concorrência responde à necessidade de submeter as decisões de agentes que atuam *a priori* de maneira independente e fracionada, levando-os a certo movimento coordenado de maneira coerente com o regime de acumulação, em busca de resolver, mesmo que maneira instável, a tendência à anarquia do mercado.

Dessa maneira, Boyer (1990 p. 75) coloca que essa forma estrutural responde a essa tendência distinguindo diversos casos polarizados:

mecanismos concorrenciais, uma vez que a validação ou não dos trabalhos privados é definida pela confrontação *ex post* no mercado; monopolismo, caso prevaleçam certas regras de socialização *ex ante* da produção para uma demanda social de montante e composição sensivelmente equivalente.

Assim, essa forma estrutural pode possibilitar ou constringer a configuração do estágio de organização econômica sendo ele concorrencial e/ou monopolista, agindo da mesma maneira sobre a possibilidade de concentração e centralização do capital, regulando a dinâmica do lucro e da acumulação.

A forma estrutural de Estado é fundamental para garantir a manutenção dos compromissos institucionalizados e se origina na configuração do poder político e na especificidade de sua relação com a vida econômica, refletindo modos distintos desse relacionamento ao longo dos períodos históricos.

Ao longo dos séculos o debate sobre a forma de Estado esteve presente nos círculos acadêmicos e políticos, pois essa forma estrutural conduz de maneira decisiva as condições do modelo de desenvolvimento e seu regime de acumulação, determinando através de seu poder regulatório a atuação dos agentes em todo território em diferentes escalas.

É no Estado que são elaboradas e implementadas importantes decisões que interferem no comportamento econômico dos agentes e que podem

desencadear uma série de eventos que impacta todo o destino da coletividade territorial.

Na forma de Estado temos a influencia de grandes teorias e conjunto de ideias que foram elaboradas com o objeto de manter a regularidade da acumulação para determinados períodos e sobre certas condições colocadas pelo desenvolvimento tecnológico, organizacional, social, econômico internacional, etc.

Também na dimensão dessa forma são discutidas questões que vão além da organização econômica e abarca a toda a orientação do processo civilizatório, como aspectos do direito para os agentes sociais, as formas dos contratos e compromissos entre eles, a questão da justiça a ser aplicada, a liberdade, igualdade e equidade entre os sujeitos, o conteúdo do regime político, etc.

Assim, ocorreu ao longo da história do século XX a configuração de algumas formas dominantes de Estado como o Estado liberal, o de bem-estar social, o neoliberal, o socialista, etc. Em diferentes formações socioespaciais, essas formas de Estado foram combinadas com regimes políticos específicos como democracias e ditaduras, além das próprias formas terem sua especificidade concreta de acordo com a sociedade em que ela se inseriu.

No plano do modelo de desenvolvimento existe uma configuração específica para cada forma a fim de tornar coerente sua regulação e com a forma de Estado não é diferente. No fordismo, por exemplo, na Europa ocidental imperou uma forma de Estado – o Estado de bem-estar social - caracterizada pelo intervencionismo na economia ao passo que estava assentada na promoção de serviços sociais de qualidade para seus cidadãos.

Já no Brasil vimos que a forma de Estado durante o fordismo periférico também foi marcada pelo intervencionismo na economia, porém combinado com crises políticas que culminaram em golpes de Estado e forte repressão ao trabalho e insurgências sociais.

Após a crise do fordismo ocorreu a transformação para a forma de Estado neoliberal que predomina atualmente nos países capitalistas. Essa forma estrutural abarca uma série de pressupostos que a torna mais coerente com a regulação do modelo flexível, algo que discutiremos mais adiante com mais profundidade.

Por fim, temos a forma institucional de adesão ao regime internacional. Nela, cada formação social nacional estabelece sua modalidade de relacionamento com as outras nações e com o regime internacional em voga. Suas características são muitas e envolvem aspectos comerciais, financeiros, institucionais, políticos e militares.

Com essa forma define-se a noção de áreas estratégicas de ação que compreendem o conjunto de potencialidades oferecidas e dos constrangimentos impostos a cada espaço pelo regime internacional (BOYER, 1990).

Já ressaltamos que sob o fordismo ocorreu a configuração de um regime internacional dos países adeptos do modelo que levou à constituição de várias instituições supranacionais para manter a regulação em escala global. A criação da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do Banco Mundial são alguns exemplos de organismos institucionais que foram criados para dar coesão à regulação internacional.

Além dessas instituições que são importantes campos de poder internacional, outra forma de inserção no regime internacional que ocorre na atualidade é através da organização de blocos de países com o objetivo de manter vantagens na arena de forças do comércio e política global. Assim, foram criados o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), o Nafta (Tratado Norte-americano de Livre Comércio), a União Europeia, APEC (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico), entre outros que se disseminaram pelo mundo, principalmente após os anos 1990, como uma tentativa dos países em fazer frente ao processo de globalização.

Com relação à adesão dos territórios ao modo de regulação coordenados por essas instituições, temos que levar em consideração o papel de cada país integrante na divisão internacional do trabalho. Já falamos um pouco sobre isso e suas implicações para os países periféricos, demonstrando que a forma de adesão ao regime internacional depende de uma série de variantes que se ordenam de acordo com a configuração do regime de acumulação interno de cada Estado-nação.

Desse modo, temos as principais formas de institucionais que atuam em conjunto para dar corpo ao regime de acumulação e ao modo de regulação que

o momento histórico de cada nação irá desenhar internamente em acordo ou não com o regime capitalista internacional configurado. Temos nesse sentido uma visão totalizante para a compreensão da realidade social, ao incorporar aspectos políticos, históricos e ideológicos para sua análise do micro ao macro, bem como a correspondência entre estrutura econômica e superestrutura jurídica e política.

Como destaca Boyer (1990) o princípio de ação para as formas institucionais são a lei, a regra ou regulamento definido a nível coletivo, o compromisso relacionado ao direito (do trabalho, comercial e administrativo) e o sistema de valores que representa a adesão às normas vigentes a partir da decisão dos agentes hegemônicos que orientará a coletividade territorial (regional, nacional e internacional) nesse processo.

Dessa maneira, cabe à investigação geográfica reconhecer essas dimensões que regulam o espaço em sua abrangência escalar, já que todas as formas estruturais compõem uma dimensão espacial de atuação e assim dar-lhes uma extensão concreta para compreender a dinâmica do capitalismo na particularidade sem perder de vista seus pressupostos gerais.

Agentes sociais

A partir da configuração das formas estruturais cabe compreender como elas se sustentam no seio da regulação, quais são os agentes sociais que elas condicionam o comportamento e com isso garantem a regulação do conjunto da sociedade por determinado período e determinado espaço.

Os agentes sociais fundamentais que permeiam a configuração da sociabilidade capitalista na atualidade atuam nos grandes níveis do processo de produção, acumulação e distribuição do produto social. Eles são o Estado, o capital e o trabalho.

O modo de socialização capitalista se baseia no fato de que a sociedade se reproduz materialmente através da produção privada executada na divisão do trabalho, da troca de mercadorias e do trabalho assalariado (HISH, 2007). Isso significa que dentro dessa organização do modo de produção há a

atuação desses principais agentes que representam seus interesses específicos perante uma complexa cadeia de relações que são mediadas pelas formas institucionais.

A forma de relacionamento entre esses principais agentes configura relações sociais específicas que devem ser identificadas a partir de um reconhecimento social de sua natureza; e sua maleabilidade e transformação devem ser consideradas como parte do movimento da história.

Sendo as formas estruturais *“toda codificação de uma ou várias relações sociais fundamentais”* (BOYER, 1990 p. 73), essas relações sociais estabelecidas entre esses agentes dão concretude à regularidade das formas e essas regularidades são fundamentais para direcionar a reprodução econômica e social de uma determinada configuração territorial durante certo período histórico.

Embora hajam períodos de estabilidade caracterizados pela regularidade das formas e, por conseguinte, das relações sociais estabelecidas entre os agentes, ocorrem também os momentos de crise, algumas mais profundas como a crise do fordismo em 1973 e outras de impacto menor, o que não significa que nesses períodos se coloca um fim na regulação e nas formas institucionais. Como ressalta Faria (2001, p. 198),

Embora haja uma certa ênfase na estabilidade quando as análises da TR [Teoria da Regulação] se referem à operação dos mecanismos da regulação, isto não quer dizer que não haja uma regulação da crise, sob pena da incursão em um viés funcionalista. Isto é, se se entende, como aqui, a crise como um momento da existência do sistema, a articulação regulação e acumulação, embora em crise, permanece existindo. Entretanto, pela peculiaridade dessas fases, é uma existência que vivencia, necessariamente, um processo de transformação mais acelerado do que nas fases de estabilidade, pois, como já o sabia Camões, “(...) todo o mundo é composto de mudanças, tomando sempre novas qualidades”, uma maneira de apreender a dicotomia crise e estabilidade é reparando na velocidade das mudanças.

Dessa maneira, mesmo na crise há traços da estabilidade da regulação ao passo que mudanças são semeadas através de reformas e reestruturações

onde, em decorrência da crise, novas formas de relacionamento entre os agentes são incorporadas às formas estruturais, transformando assim, o conjunto da regulação.

Ainda sobre as crises, temos que compreender que elas acontecem quando ocorre uma incompatibilidade dos projetos e dos comportamentos dos agentes. Lipietz (1988) distingue dois tipos de crise: a crise na regulação e a crise da regulação.

Uma crise na regulação se traduz por essa incompatibilidade dos projetos, porém dependendo do nível dessa incompatibilidade e do aprofundamento dos conflitos, as forças coercitivas buscam trazer a coerência de volta (normalmente por vias de atuação do Estado, como o uso da força policial, políticas econômicas, fiscais e monetárias, entre outras maneiras), tornando a regulação novamente passível de reprodução.

Nesse sentido, não há uma mudança profunda a ponto de se configurar como uma nova regulação, mas sim uma necessidade de intervenção para controlar uma possível desvirtuação do processo regulatório que poderia comprometer todo o funcionamento das normas vigentes. Assim, podem ser empreendidas medidas de caráter provisório e conjuntural, tais como medidas econômicas como ajustes fiscais, mudanças nas taxas de juros, intervenção cambial, entre outras formas de controlar pequenos desajustes localizados.

Mas, se a crise expressar uma inadequação entre os comportamentos induzidos pelo próprio funcionamento do modo de regulação e também nas exigências da reprodução das relações sociais, tornando-se contraditórias, aí será uma crise da regulação que pode representar um esgotamento do próprio regime de acumulação.

Nesse caso, o modo de regulação já não é capaz de conter as contradições e a evolução do próprio modo de produzir que ele permite torna as relações entre os agentes contraditórias a tal ponto que se pode chegar a uma grande crise.

Esses dois tipos de crise regulatória demonstram que o modo de regulação do sistema consegue conter as irregularidades e contradições até certo ponto, sendo que

Nos dois casos, a crise nada mais é que a outra face da regulação: uma expressa e a outra contém o conflito original das relações sociais. Em suma, a crise estoura quando a regulação atinge um ponto de “catástrofe” quando a estabilidade estrutural da sociedade não pode ser mais garantida (LIPIETZ, 1988, p. 95-96).

Concordamos com Lipietz (1988) quando nos orienta que identificar relações sociais é um ato teórico e de responsabilidade de quem propõe e aplica a teoria. Dentro da análise teórica, deve-se levar em consideração que as relações sociais apreendidas apresentam uma variedade de uma sociedade para outra, e uma variabilidade de uma época para outra, tornado a questão do entendimento dessas relações uma análise também histórico-geográfica.

A atuação dos agentes está condicionada, até certo ponto, a um espaço social específico, porém sua influencia pode ultrapassar as fronteiras e atuar a nível global. Vejamos o Estado no nível nacional. Sua atuação enquanto agente do processo de sustentação das formas institucionais tem sua delimitação nos limites territoriais do Estado-nação soberano, porém sua influência, dependendo de seu poder político, econômico ou militar, pode ser de alcance continental ou internacional. O mesmo vale para o capital representado por grandes corporações multinacionais e grandes bancos, o trabalho por associações internacionais e movimentos sociais que atuam em escala global, etc.

Esses agentes são sujeitos sociais que ancoram as relações fundamentais do modo de socialização capitalista e que por isso, são influenciados pelas formas institucionais que são, por sua vez, uma expressão concreta dessas relações. Dessa maneira, eles são componentes de um sistema concreto que se reproduz territorialmente e historicamente e que por isso são organizados dentro do sistema de acordo com uma hierarquia de poder e de hegemonia.

Cada território contém um conjunto de agentes mais influentes que os outros e que por isso conseguem influenciar de forma mais direta na configuração da regulação naquela escala territorial, enquanto outros são apenas reprodutores dela.

O Estado-nação enquanto agente hegemônico na organização das relações capitalistas é responsável por um conjunto complexo de relações que atravessam sua forma política, econômica, burocrática, militar, etc. Enquanto forma institucional, sua variação ocorre de acordo com a variabilidade do modo de regulação, enquanto agente sua atuação permite a manutenção dos compromissos estabelecidos para a manutenção do modelo de acumulação.

Isso considerando que o Estado-nação reproduz, com marcadas especificidades, em sua sociedade e espaço a ordem internacional (SANTOS, 1977), se relacionando assim, com um amplo conjunto de sistemas de relações, que também deve ser identificado, pois se interpenetram para dar um caráter multideterminado para sua dinâmica.

Porém, entendendo o recorte territorial do Estado como um sistema próprio de relações, com características e dinâmica histórica própria que representam um estágio do modo de produção que ele incorpora e participa, temos uma totalidade a analisar que encerra uma existência histórica determinada.

No recorte territorial do Estado em nível nacional, várias relações podem ser identificadas. Essas relações permitem compreender as verticalidades compostas por lógicas globais e horizontalidades pertencentes aos territórios; porém, independente dos interesses que elas obedecem, o reconhecimento social dessas relações só pode acontecer se elas forem capazes de reproduzir-se ao se interiorizar nas ações da sociedade.

Isso significa que as práticas que essas relações combinam devem ter o resultado socialmente aceito de reproduzir o conjunto de agentes capazes de sustentar sua existência material e, ao mesmo tempo, de colocá-los em posição de aceitar ou de impor o restabelecimento das mesmas relações (LIPIETZ, 1988).

Quando um grupo tem a capacidade de influenciar a composição das regras do jogo de uma relação social de maneira que o favoreça, esse grupo é o agente hegemônico. Os agentes hegemônicos podem ser identificados em diferentes esferas da sociedade e sua força política pode ser ancorada em um poder econômico direto ou pela sustentação desse poder por via indireta.

Normalmente a hegemonia desses grupos é capaz de gerar, a partir de seu poder de influencia as relações que se tornam referência para toda uma

sociedade. Essas relações, pelo seu poder de hegemonia, são formatadas para configurar as normas. Porém, para uma relação se tornar uma norma é necessário que existam instituições sociais que ajudem a amenizar os conflitos que essa norma incorpora e assegurar sua reprodução.

Com relação às normas, a instituição social soberana que legitima sua manutenção/modificação em acordos estabelecidos entre os outros agentes é o Estado. O Estado apresenta-se como uma totalização dos compromissos institucionalizados, colocando as regras explícitas do jogo e os interesses conflituosos em discussão, sendo a principal instância social capaz de criar coesão para as formas estruturais.

Mas, como lembra Hirsh (2007, p. 55) *“nem todas as formas políticas de regulação se realizam diretamente por meio do aparelho estatal, mas é ele que codifica e garante as regras do jogo. Ele é o ponto de entroncamento institucional, mas não o sujeito da regulação”*.

O Estado atua não apenas no estabelecimento das normas, mas também as colocando em prática através de suas instancias da administração direta e indireta. Isso significa que as normas também são referencia para a atuação dos governos que permanecem atrelados às normas anteriores, mas que também podem modifica-las de acordo com seus próprios planos de ação.

A orientação política do Estado, que se configura de acordo com as mudanças no bloco hegemônico, também compõe um traço importante da regulação vigente, sendo que ela contribui para instituir normas que induzem os agentes a se adaptarem aos parâmetros importantes para o estabelecimento de relações sociais que atendam aos interesses desse bloco.

No contexto atual de inserção da maioria dos países na divisão internacional do trabalho, também se torna importante entender como os parâmetros regulatórios da globalização econômica e política afeta o modo de regulação das formações sociespaciais através das formas estruturais e da atuação dos agentes, entendendo a dialética da atual governança global em um contexto onde é intensificado o poder da autoridade privada no mundo contemporâneo.

Assim, a formas de adesão ao regime internacional está dialeticamente ligada às formas (institucional) do Estado e também influencia um conjunto de relações importantes para compreender a regulação interna do regime de

acumulação nacional, devido às adaptações a essas necessidades colocadas pela regulação do capitalismo nesse contexto de nova ordem geopolítica internacional, com a ascensão de diversos centros de comando regionais e instauração de uma ordem econômica instável pós-Bretton Woods.

Nesse contexto, o Brasil, enquanto um dos países que se destacam como grande economia de mercado e líder latino-americano, aliado à grande potência econômica atual – a China - se coloca como um ator global potencialmente importante nesse novo cenário, destacando sua condição de democracia interna e estabilidade macroeconômica conquistada com certa regulação do sistema financeiro e das contas públicas (SOLA, 2011).

Desse modo, as relações internacionais e o poder geopolítico do Estado interferem na condução de sua política interna e na forma como implantará as tendências mais gerais do capitalismo global, influenciando no seu papel regulador da economia, suas relações com outras instituições internas e na condução dos conflitos e crises.

Nessa dinâmica de regulação da ação entre interesses conflitantes e orientação de conduta dos agentes, os conflitos fundamentais que permeiam todo o processo de sociabilidade capitalista (separação dos produtores diretos em relação aos meios de produção, a produção privada, o trabalho assalariado e a troca de mercadorias) tem vários fatores (livre troca de mercadorias, concorrência entre produtores e a liberdade do trabalho assalariado) que são protagonizados pelos agentes fundamentais dessas relações: o trabalho e o capital.

A relação capital-trabalho tem sua manifestação nas formas estruturais fundamentais através da relação salarial. A força de trabalho no capitalismo apresenta-se como uma mercadoria diferenciada porque não representa a cristalização de um trabalho em um produto ou serviço como as mercadorias comuns; de fato ela não é uma mercadoria, mas sim uma relação social que pode ou não ser validada devido ao trabalho estar em estado livre nessa relação (LIPIETZ, 1988).

Identificar as diversas formas da relação salarial perpassa o desafio de caracterizar as relações mútuas entre os diferentes tipos de organização do trabalho, o modo de vida e as modalidades de reprodução dos assalariados.

Para entendermos a dinâmica do capitalismo, temos que levar em consideração que um novo estágio do modo de produção é atingido quando a acumulação não apenas transforma o processo de trabalho, mas, sobretudo, transforma o processo de reprodução da força de trabalho (AGLIETTA, 1976).

Como todo agente social fundamental na configuração das relações sociais que dão conteúdo às formas institucionais, a relação entre o capital e o trabalho sofre profundas transformações sempre que as crises regulatórias se desenvolvem, necessitando na configuração de novas normas que regem essa relação.

Essas transformações alteraram a configuração das negociações do contrato de trabalho, transformaram a natureza da organização do trabalho dentro da produção e fora dela, trazem novos parâmetros para as relações profissionais, entre outras coisas.

Com a crise do fordismo, por exemplo, profundas mudanças impactaram o mundo do trabalho e a relação salarial, mudanças essas que chegaram a levantar questionamentos sobre os sentidos do trabalho nesse início do século XXI (ANTUNES, 2002), trazendo um impacto significativo para a reprodução objetiva e subjetiva da classe-que-vive-do-trabalho.

A regulação flexível, que se colocou como a saída viável da crise, afeta diretamente o trabalho, seja através das mudanças tecnológicas que acompanha essa nova regulação e transformaram a produção, seja através da ascensão de uma organização do trabalho pós-taylorista ou neotaylorista, ou através da natureza diversa de flexibilidades dos contratos de trabalho que tomam conta da nova ordem de relações profissionais.

As relações profissionais compõem o contrato do trabalho e a maneira de engajamento dos trabalhadores, é uma configuração de relacionamento entre capital e trabalho que tem implicações formais e impactam diretamente no paradigma da relação salarial. As definições dos parâmetros dessa relação perpassa o campo da negociação, que pode ocorrer em nível coletivo e individual.

Dependendo do nível em que se avalia a relação profissional e o contrato de trabalho o Estado participa, juntamente com os representantes do trabalho e do capital, da definição de seus parâmetros em determinada época de atuação sobre a normativa do território, seja em nível nacional ou regional.

Dessa maneira, a institucionalização das relações de trabalho como a CLT no Brasil é a representação da forma estrutural da relação salarial em nível federal, no caso brasileiro. Formada em um contexto de ascensão da normatização fordista no território nacional, a CLT vem sendo amplamente criticada para ser modificada à medida que a própria relação salarial muda com a nova regulação flexível.

Em outros níveis de análise, as formas salariais são as mais diversas possíveis, pois podem estar condicionada ao nível da empresa, da categoria de trabalhadores, do município e do estado da federação.

Lipietz (1991) chama a atenção para a necessidade de coerência entre os aspectos importantes das relações profissionais, sendo que ela deve se expressar no contrato salarial, na organização do trabalho e na reprodução social de força de trabalho, dependendo do nível da sua qualificação e região geográfica inserida. Esses aspectos devem ser coordenados com a visão e direcionamento do regime de acumulação em voga.

Isso significa que a relação salarial e as relações profissionais dominantes devem ser discutidas no nível da coletividade territorial para se adequar a fase da economia capitalista, que implica determinar o comportamento do trabalhador na divisão técnica do trabalho, seu nível salarial, etc. Para isso, o trabalho deve ter mecanismos de negociação eficazes para discutir as relações profissionais que servirão de referencia para uma categoria profissional ou para toda a sociedade, participando assim, da configuração do modo de regulação.

Porém, atualmente em países como o Brasil, a hegemonia do capital flexível que vem dominando e determinando a constituição da regulação desde os anos 1980, os “trinta anos perversos” do capitalismo global (ALVES, 2014), tem tornado a relação salarial desvantajosa para o trabalhador, pois mesmo que o trabalho tenha no capitalismo sua condição de exploração, a regulação dessa condição modifica-se de maneira a ser melhores ou piores para a forma de ser do trabalho. Como ressalta Alves (2014, p. 12)

Primeiro, a *precarização do trabalho* é um traço estrutural do modo de produção capitalista. Entretanto, ela possui formas de ser no plano da efetividade histórica. Por natureza, a força de trabalho como mercadoria está imersa numa precariedade salarial que pode assumir a forma histórica de *precariedade salarial extrema* ou a forma histórica de *precariedade salarial*

regulada. O que regula a tonalidade histórica predominante da precariedade salarial é a correlação de força e poder entre as classes sociais, isto é, materialidade sócio-histórica da luta de classes. Trata-se, portanto, de uma regulação social e política. Nas condições históricas do capitalismo global surgiu um novo tipo de precariedade salarial: a *nova precariedade salarial* ou precariedade salarial do trabalho flexível.

Nos outros capítulos discutiremos os traços concretos dessa precarização do trabalho, conseqüentemente da relação salarial na regulação do capitalismo flexível. Para o momento, é importante ressaltar como as relações profissionais refletem a configuração do trabalho como agente histórico componente do processo de socialização capitalista a partir da sua posição na materialidade da luta de classes.

As dinâmicas territoriais da produção afetam diretamente na condição do trabalho enquanto agente histórico. Dessa maneira, existem regiões onde a capacidade de participação de poder de negociação do trabalho é muito maior do que outras, sendo isso condicionado por fatores como nível de qualificação da mão-de-obra, organização sindical, acúmulo de lutas e ganhos sociais para o trabalho ao longo do tempo, etc.

As transformações da relação salarial nos territórios e do próprio trabalho enquanto agente social da regulação das relações capitalistas são inúmeras e devem ser entendidas sob à luz das transformações do modo de regulação na escala nacional e internacional.

Como já ressaltado, a condição de agente social do trabalho está relacionada com as condições históricas atuais que são assentadas em um capitalismo global que tem em seus parâmetros a flexibilização das relações de trabalho, tornando a relação salarial o foco de mudanças estruturais.

De acordo com Alves (2014) as modificações na forma institucional da relação salarial e nas condições históricas do agente trabalho no capitalismo flexível levam à precarização das condições estruturais do modo de vida do trabalhador, levando também a uma *precarização existencial* e a *precarização do homem que trabalha*.

Nesse sentido, uma nova regulação que implica em uma reestruturação da relação salarial e das relações profissionais leva a condicionar a forma de

reprodução do trabalho, suas bases materiais de existência e imateriais de orientação de sua subjetividade, correspondendo a um processo mais amplo que impacta diretamente no físico e emocional dos sujeitos.

Levando em consideração esse aspecto, analisar a regulação atual consiste em compreender dimensões amplas da realidade complexa colocada pela nova fase capitalista e assim, também trabalhar para a orientação de ações possíveis para a melhoria da condição dos sujeitos que trabalham, independente de seus contextos particulares.

Assim, a nova fase do capitalismo flexível está marcada por características singulares que se imprimem nas formas estruturais possibilitando uma transformação na regulação em decorrência do esgotamento do regime de acumulação fordista na escala global. Apesar de se tratar de um processo que abarca o modo de produção capitalista na escala mundial, as respostas nacionais e territoriais, ou seja, como os agentes em sua correlação de forças em determinado território orientam a configuração de suas normativas de regulação, são a chave para compreender de forma concreta os resultados dessa regulação no território.

Analisar os resultados da regulação atual nos territórios é uma tarefa que a pesquisa geográfica deve empreender, pois a partir dessa escala de análise podem-se compreender os instrumentos utilizados pelos agentes, as estratégias, alianças e as relações sociais no âmbito da coletividade territorial e se essas relações tem permitido um avanço ao bem-estar ou um retrocesso quanto aos níveis de renda, produtividade e qualidade de vida.

Isso é muito importante, pois para apreender a realidade concreta é necessário selecionar elementos que demonstrem como o modo de regulação interfere diretamente na vida das pessoas sem cair no risco de perder a complexidade que a atual economia globalizada imprime, com a difusão de parâmetros comuns, mas que se reproduzem de maneira diferenciada de acordo com a formação socioespacial que penetra.

Harvey (2013) nos alerta sobre esse cuidado ao falar sobre a forma de Estado dominante na atualidade, o Estado neoliberal. Para ele,

O sucesso, medido a partir da forte acumulação do capital e até mesmo da redução da pobreza, ser atingido em algum momento em algum lugar (como Taiwan, Bavária ou Bangalore) ou em algum setor (como a informática) mascara o fato de que o neoliberalismo não está conseguindo estimular a acumulação agregada, que dirá melhorar o bem-estar social agregado (HARVEY, 2013, p. 16).

Tomando como exemplo esses espaços e esse setor específico onde um dos aspectos da nova regulação – o Estado neoliberal – possibilitou um momento de sucesso, o autor alerta para o fato de compreender que isso ocorreu de forma localizada, e justamente por isso não pode ser celebrado como um resultado concreto do neoliberalismo em todas as formações socioespaciais e em todos os setores econômicos.

A questão de como as formas institucionais atuais e a regulação de conjunto do capitalismo flexível global afeta os setores econômicos envolve o entendimento das relações que configuram a forma institucional da moeda e da concorrência e determinam a atuação do capital como um agente social.

Para definir a atuação desse agente na formatação das formas de regulação é necessário compreender que “*o capital não é uma coisa e sim um processo onde o dinheiro é enviado em busca de mais dinheiro e quem põe esse processo em movimento são os capitalistas que assumem identidades diferentes*” (HARVEY, 2011, p. 41).

Dessa maneira, captar e caracterizar a atuação desse agente é um grande desafio na medida em que ele assume diferentes identidades e formas de relacionamento dentro da socialização capitalista, compondo processos globais de valorização e circulação.

Outra questão que envolve o capital como agente histórico está nas formas que ele se apresenta de maneira objetiva, compondo a realidade concreta da geografia histórica dos lugares. Como ressalta Harvey (2013, p. 24)

O capital cria o espaço-tempo. O espaço-tempo relacional é o principal domínio da teoria do valor de Marx. Marx acreditava (um tanto surpreendentemente) que o valor é imaterial, porém objetivo. “na objetividade de seu valor [das mercadorias] não

está contido um único átomo de matéria natural.” Como “na testa do valor não está escrito o que ele é”, ele esconde a sua relacionalidade dentro do fetichismo das mercadorias. O valor é uma relação no espaço-tempo relacional.

Isso significa que o capital, na forma de valor, só pode ser captado a partir de seus efeitos objetivos sobre os “*processos de trabalho, da produção e da concretização da mercadoria, e da acumulação do capital no espaço-tempo do mercado mundial*” (HARVEY, 2013 p. 24).

Esses efeitos objetivos aparecem nos territórios sob a forma de infraestruturas, fábricas, comércios, serviços, casas, condomínios, etc. Eles são a concretização do capital na produção do espaço, inserindo cada espaço local na divisão territorial do trabalho e na hierarquia global de espaços que mandam e espaços que obedecem.

Além dessas diferenciações espaciais, o capital também se diferencia a partir de uma relação de hegemonia entre os representantes desse agente. No período atual da acumulação capitalista, vemos a hegemonia do setor financeiro sobre as demais formas de acumulação.

Desde a primeira grande crise do petróleo em 1973, uma virada para a financeirização foi a solução encontrada para absorver o excedente (HARVEY, 2011), levando a configuração de uma nova fase do capitalismo com a hegemonia financeira.

Com isso, ocorreu uma centralização do poder do dinheiro através do sistema de crédito, utilizando o excedente para o financiamento de dívidas, principalmente àquelas relacionadas com propriedades imobiliárias e desenvolvimento urbano (HARVEY, 2011).

A partir dessa financeirização da economia, ou capitalismo da financeirização da riqueza capitalista sob a hegemonia do capital financeiro (CHESNAIS, 1996), um bloco histórico do capital ascende ao poder e assim pode condicionar e constranger as políticas do Estado, do trabalho e do capital, tornando essa condição uma determinação na atuação de todos os agentes e da própria regulação por consequência.

A ascensão da hegemonia financeira esteve atrelada à mudança de regulação do fordismo para o paradigma flexível, sendo que essa mudança

começa a ser sentida nos países centrais, principalmente Estados Unidos e Inglaterra, que assimilaram o paradigma do liberal-produtivismo, usando seu poder de hegemonia para encontrar uma saída favorável a seus capitais diante da crise.

Já para o setor produtivo, a mudança de hegemonia foi marcada pela abertura dos mercados que forçou a expansão e reinvestimento dos lucros, gerando uma corrida tecnológica em busca de modernização e criação de vantagens competitivas, além de deslocamento geográfico da produção, busca de novos mercados e processos de fusões e concentração de poder na gestão do capital.

Isso transformou seu papel na nova regulação a partir da abertura de mercados até então protegidos contra a concorrência estrangeira, além de ampliar os espaços de produção a partir da desconcentração industrial para novos territórios para explorar mão-de-obra e matérias-primas baratas.

Esses efeitos dessa reestruturação produtiva a nível mundial gerou uma série de normativas responsáveis por intensificar o processo de globalização ao ampliar a relação do local com o global.

Nesse contexto o capital privado assume uma capacidade de poder na escala global de uma maneira inédita na história, enfraquecendo o trabalho e tornando evidente a transformação da regulação fordista para a flexível, onde na primeira a relação salarial obtinha destaque a partir da transformação do modo de vida dos trabalhadores, possibilitando uma melhora na condição de reprodução da mão-de-obra, ao passo que na segunda vemos um processo de precarização dessa relação na medida em que o capital torna-se muito mais poderoso que o trabalho.

Regime de acumulação, modo de regulação e as formas institucionais: algumas considerações conclusivas

Após essas considerações sobre a teoria das formas institucionais e dos agentes sociais que estabelecem as relações que lhe dão conteúdo, cabe estabelecer conexão com outros conceitos importantes da regulação para completar a discussão desse capítulo sobre as instancias teóricas que apreendem a composição da regulação no contexto do capitalismo contemporâneo.

Como já citado anteriormente e discutido no primeiro capítulo, um conceito fundamental para compreender a organização dinâmica das sociedades em determinado momento histórico e espaço geográfico é o conceito de regime de acumulação. No primeiro capítulo discutimos sua dimensão concreta com a análise da constituição do regime de acumulação fordista no mundo do pós-guerra e, mais particularmente, no Brasil.

Agora retomaremos a discussão desse conceito a partir de um viés teórico para compreendermos como as formas institucionais e os agentes se relacionam com essa dimensão mais ampla da teoria adotada.

Por regime de acumulação entendemos que ele é um molde de repartição e realocação sistemática do produto social que realiza num período prolongado certa adequação entre a transformação das condições da produção e as transformações das condições de consumo final, baseado em normas que garantem coerência nas ações dos agentes e o funcionamento coerente das relações em voga.

Essa coerência do regime de acumulação é um esquema de reprodução, que não deve ser considerado com muita rigidez, pois ele identifica certas regularidades nas relações estabelecidas nos contratos sociais, garantidos pelo Estado-nação no contexto contemporâneo.

As forças coercitivas e as formas institucionais irão convergir a ação e a antecipação dos agentes para a realização do esquema de reprodução, sendo essa questão fundamental para identificar as formas de regulação.

Lipietz (1988, p. 107) identifica as formas de regulação principais do modo de produção capitalista no presente contexto, que são

a regulação da relação salarial (fixação das normas de tempo, de intensidade do trabalho, do valor da força de trabalho, da norma de consumo dos assalariados, reprodução da hierarquia das qualificações, da segmentação do mercado de trabalho, etc); (b) a regulação da realocação do capital-moeda liberado pela validação das mercadorias, neste ou naquele ramo e segundo tal ou qual grau de intensificação da composição orgânica; (c) a reprodução e a gestão da moeda, sua emissão, circulação, suas formas de investimento produtivo, etc; (d) as formas, do jurídico ao econômico, de intervenção do Estado.

Vê-se aqui que essas formas de regulação são expressas de forma concreta e prática nas formas estruturais, tornando visível uma relação entre estrutura, instituição e ação.

Essas formas de regulação são “achados” históricos que cada regime de acumulação nacional concreto irá arranjar a sua maneira, elegendo relações predominantes que se sobreporá a outras em determinado contexto, reproduzindo a estrutura dominante do modo de produção.

Assim, colocando-se o foco nas relações sociais de produção e reprodução tem-se um passo a frente do individualismo metodológico para se entender a configuração do modo de produção em sua manifestação concreta nas sociedades. De acordo com Boyer (1990) *“o que importa é distinguir, de um lado, a lógica geral das relações sociais e, de outro, as estratégias utilizadas pelos grupos e indivíduos para aí se inserir ou daí se libertar”* (p. 68).

Nesse sentido, a epistemologia para o entendimento da regulação está baseada na construção de conceitos para complexificar a articulação estrutura social/práxis histórica dos agentes (BRAGA, 2003) e assim contribuir para a discussão da economia política e seus reflexos na geografia histórica do capitalismo nesse início do século XXI.

A crise dos anos 1970 foi o evento responsável pelo desenvolvimento de novos conceitos para compreender como um novo regime de acumulação se instalou de forma completamente relacionada com uma aquilo que se chama de globalização, processo que desencadeou a formação de diversos espaço-temporalidades que permeiam a relação entre o global e o local e afeta assim, praticamente a totalidade do mundo econômico atual.

A hegemonia financeira tem se ancorado nesse processo e, *“com a ajuda da tecnologia da informação, reconfigurou radicalmente a espaço-temporalidade nos últimos quarenta anos de maneira a tumultuar outras formas de circulação do capital e também da vida cotidiana”* (HARVEY, 2013 p. 26)

A globalização e o capitalismo flexível estão afetando a vida cotidiana dos indivíduos a partir da difusão do paradigma de uma sociedade tecnológica, instável e cheia de riscos, como se a vida fosse orientada pelos mesmos mecanismos das bolsas de valores, onde o ganho de curto prazo é a regra para ser bem-sucedido, gerando com isso uma ansiedade que se traduz em um dos traços fundamentais do sociometabolismo do trabalho na atualidade.

Dessa maneira, a formação de caráter do ser humano inserido nesse mundo globalizado é afetada a partir da perda do aspecto de longo prazo da experiência emocional, gerando dificuldades para a construção de laços de lealdade e compromisso mútuo, que são traços pessoais que damos valor a nós mesmos e valorizamos nos outros e que são essenciais para a formação do caráter. De acordo com Sennett (2009 p. 10-11),

Como decidimos o que tem valor duradouro em nós numa sociedade impaciente, que se concentra no momento imediato? Como se podem buscar metas de longo prazo numa economia dedicada ao curto prazo? Como se podem manter lealdades e compromissos mútuos em instituições que vivem se desfazendo ou sendo continuamente reprojctadas? Estas as questões sobre o caráter impostas pelo novo capitalismo flexível.

A cultura do curto prazo é determinada por essas mudanças na estrutura institucional do regime de acumulação e do modo de regulação contemporâneo que afeta a maneira de organizar o tempo, principalmente o tempo do trabalho, que é transformado pela relação salarial flexível que pode ser sem estabilidade, sem contrato ou estabelecida de maneira esporádica.

Com isso, a forma de socialização capitalista ancorada na relação salarial torna-se um mecanismo de manifestação da cultura dos “laços fracos” que penetra a vida cotidiana e marca a sociedade capitalista na fase flexível.

O modo de relacionamento que marca a forma de ser no período atual também afeta as outras formas institucionais na medida em que ocorre a mudança das organizações do tipo pirâmide para o administração em redes (SENNETT, 2009). A ideologia administrativa do capitalismo flexível apresenta uma pressão por constantes mudanças para ganhar mais eficiência e garantir resultados a partir de metas de curto prazo estabelecidas.

Esse modelo de gestão transformou empresas privadas, unidades de produção e também a estrutura burocrática estatal que se combina em um sistema de poder que, de acordo com Sennett (2009) consiste em três elementos: a reinvenção descontínua de instituições, a especialização flexível de produção e a concentração de poder sem centralização.

A operação da estrutura das instituições consiste na disposição em permitir que as demandas do mundo externo afetem sua organização em um contexto onde as mudanças que ocorrem na sociedade são mais velozes e efêmeras, afetadas por lógicas que correspondem a processos globais.

Isso significa que no capitalismo flexível os agentes sociais estão à mercê de mudanças orientadas por acordos políticos e comerciais que ocorrem em espaços de comando inseridos no sistema-mundo atual, transformando sua atuação e suas estruturas institucionais representantes (as formas institucionais) para atender às demandas dos desígnios desse sistema de poder.

O que ocorre é uma separação entre o poder e a política, pois o espaço global passa a ser o meio onde o poder dos agentes hegemônicos se realiza, enquanto a política ainda permanece atrelada ao espaço local, o espaço do fazer dos indivíduos e das instituições sociais.

Os resultados disso refletem uma sociedade onde as instituições políticas estão mais fracas e com isso tornam-se menos relevantes para resolver os problemas dos cidadãos, chamando cada vez menos a atenção deles. Por isso a disseminação da terceirização das funções dessas instituições, onde a imprevisibilidade do mercado passa a comandar cada vez mais o conjunto da sociedade (BAUMAN, 2007).

A corrosão do caráter, a instabilidade e vulnerabilidade das instituições e sua perda de credibilidade perante os cidadãos devido à sua política estar submetida ao poder global levam, de acordo com Santos (1997), à morte do

cidadão pleno e da democracia plena, mesmo que essa plenitude nunca tenha sido alcançada.

Para o autor, nos 30 anos gloriosos marcados pelo modelo de desenvolvimento fordista (1945 – 1975) a cidadania quase chegou a ser plena em paralelo com a quase plenitude da democracia nos países do fordismo central.

Porém, nesses anos seguintes a crise do fordismo, a globalização e o capitalismo flexível levaram a uma redução da cidadania e uma diminuição da democracia como tendência mais geral do mundo contemporâneo. Dessa forma, segundo Santos (1997 [s.n.]),

A globalização é essa marca, esse momento de ruptura de um processo que vinha se fazendo, lentamente, nos quatro séculos precedentes, e que marca a morte de um sonho verdadeiro de globalização. A humanidade sempre sonhou com ela. O progresso técnico aparecia como uma condição para realizar essa sonhada globalização e, finalmente, quando esse progresso técnico alcança o nível superior, a globalização se realiza, não a serviço da humanidade, mas contra. Essa globalização às vezes é confundida com a ideia de internacionalização, mas não são a mesma coisa.

A internacionalização é a ponte construída entre países e agentes para a expansão do comércio a ponto de atingir o planeta inteiro. Esse processo vem ocorrendo há séculos e precede à ideia de globalização que é muito mais ampla do que simplesmente a expansão comercial e a difusão de produtos e serviços.

Esse processo de intercâmbio mundial constituiu etapas para a globalização que só se concretizou no fim do século XX. Essas etapas eram acompanhadas paralelamente à construção e ao aperfeiçoamento do Estado Nacional, do Estado de Direito e do Estado Social, ligando ideias da filosofia política à ética do indivíduo e da sociedade (SANTOS, 1997).

A globalização apresenta dois processos paralelos que marca sua época histórica. De um lado, há a produção de uma materialidade que condiciona a produção econômica e a vida das pessoas na atualidade. Por outro, existem as relações estabelecidas entre os países, as classes sociais, os agentes e as

peças que ocorrem paralelamente aos contextos institucionais e da economia mundial.

Mediando a materialidade e as relações sociais estão o conjunto de técnicas desenvolvidas pela ciência que configuram um tecido de técnicas de alcance planetário que se tornou a base da sociabilidade do capitalismo contemporâneo marcado pela primazia da informação.

O sistema técnico atual é abrangente na sua capacidade de se instalar em qualquer espaço do planeta Terra, sendo adaptável aos diversos contextos geográficos existentes com competência para monitorar a totalidade da realidade natural, econômica e social do planeta, algo que permite um grande poder àqueles que detêm, total ou parcialmente, o seu controle.

Dotado dessas capacidades, esses sistemas técnicos também são seletivos e invasores quando determinada sua implantação pelos agentes. Essas características de uso desses sistemas transformam os territórios em espaços potenciais para sua atuação que serão concretamente definidos a partir de certos limites, como destaca Santos (2006, p. 117)

Se os atuais sistemas técnicos são invasores, sua capacidade de invasão tem limites. Esses limites são dados pela divisão do trabalho e pelas condições de criação de densidade. Quanto mais forte, numa área, é a divisão do trabalho, tanto mais há tendência para que esses sistemas técnicos hegemônicos se instalem. Nesses lugares, é mais eficaz a ação dos motores da economia mundializada, que incluem as instituições supranacionais, as empresas e bancos multinacionais. E a densidade – já notavam Marx e Durkheim – é um fator de divisão do trabalho, pois facilita a cooperação.

Dessa maneira, o acúmulo de determinados fatores no território, ou seja, a sobreposição de diversos sistemas organizados em várias escalas como as instituições globais influencia na instalação de sistemas técnicos mais modernos, incorporando esse espaço na economia global e transformando a atuação de seus agentes perante a entrada de novas normativas que acompanham o sistema técnico atual.

Essas normas que adentram o território de acordo com o seu papel na divisão do trabalho passam a influenciar no projeto e ação dos agentes e, com

isso, modificam as relações sociais que eles estabelecem entre si e entre agentes atuantes em outras escalas, confluindo para a transformação das formas de regulação que atuam sobre a coletividade.

Nesse sentido, a instalação dos sistemas técnicos, ou seja, a materialidade presente no território e as relações sociais estabelecidas entre os agentes locais e entre esses agentes e a economia global compõem a configuração do modelo de desenvolvimento territorial de determinada época, já detalhado a partir da configuração das formas de regulação.

Assim, buscamos aqui elaborar uma discussão teórica acerca de alguns aspectos importantes da organização econômica e social do capitalismo contemporâneo, compreendendo que por ser uma realidade concreta da natureza das relações sociais, esses aspectos também são componentes de uma dialética socioespacial, já que o espaço é uma categoria fundamental para compreender os resultados dessa dinâmica.

Como nos alerta Santos (2002) quando ocorrem as discussões sobre as questões da regulação institucional, o espaço geográfico deveria ser uma categoria de extrema importância a ser considerada no debate, porém, muitas vezes ele aparece como um elemento secundário ou em muitos casos nem aparece. Isso acontece porque os agentes que discutem o campo da política regulatória ainda se recusam a considerar a necessidade de compreender a dialética socioespacial onde se desenvolvem as relações sociais e a realidade cotidiana dos indivíduos.

Essa visão é derivada de uma compreensão débil dos conceitos da Geografia, disciplina que ainda é ensinada de uma maneira clássica, com pouco viés crítico que impede que se apreenda a complexidade do movimento do espaço geográfico e das relações entre as escalas na atualidade da globalização. O espaço, em sua dimensão territorial, não é apenas a base material da sociedade, mas seu uso é o resultado da regulação e da atuação dos agentes.

A consideração e a atenção devida ao espaço geográfico, às escalas de relações e ao território e seus usos pelos agentes é a contribuição que a Geografia oferece para compor e analisar as dimensões da regulação, compreendendo o espaço como *“um resultado da inseparabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações”* (SANTOS, 2006 p. 65)

Figura 3: Regulação, agentes e escalas para a compreensão do espaço geográfico



A figura 3 demonstra que a relação entre a regulação, os agentes, os sistemas técnicos e as escalas do global ao local compõem um processo que deve ser analisado na particularidade de cada território. Nesse sentido, as hierarquias existentes nesse conjunto de objetos e normas torna-se o cerne da compreensão da manifestação do poder a partir da definição de qual escala atua com maior força, condicionando a ação dos agentes do território.

Os objetos se inserem em sua relação com as ações que se dá de acordo com uma ordem vertical e uma ordem horizontal, onde na ordem vertical a existência geográfica dos objetos é dada pelas relações sociais a que ele se subordina, determinando sua ordem horizontal onde se determinam as

relações técnicas ou de vizinhança mantida com outros objetos (SANTOS, 2006).

Desse modo, não dá para considerar o espaço geográfico sem levar em conta esses relacionamentos entre normas, agentes e instituições (sistema de ações) e a materialidade do estágio de desenvolvimento técnico (sistema de objetos) que a realidade territorial apresenta para assim compreender todo o esquema de reprodução orientado pelo modelo de desenvolvimento e seu modo de regulação correspondente.

Buscamos assim, através da explicação desses conceitos fundamentais e sua inserção na análise de alguns contextos socioespaciais específicos, traçar uma metodologia para a compreensão da realidade do capitalismo flexível para com isso compreender a regulação contemporânea e seus principais reflexos.

CAPÍTULO III: FLEXIBILIDADE NO BRASIL E AS FORMAS INSTITUCIONAIS

Nesse capítulo teremos como foco a análise a formação socioespacial brasileira e suas formas institucionais organizadas na escala nacional para compreender como se dá a regulação atual a partir de sua estruturação voltada para atender às demandas de uma nova etapa do capitalismo, o capitalismo flexível.

No primeiro capítulo, discutimos a formação do fordismo periférico no país e como ele influenciou na configuração do modo de regulação durante o período de industrialização e modernização do espaço brasileiro na segunda metade do século XX.

Também vimos que, com a crise do fordismo nos países centrais, ocorrem mudanças nas formas de regulação do capitalismo global a partir de um processo de reestruturação dos Estados, do capital e do trabalho e, aliada a uma crise interna determinada por fatores relacionados ao regime de acumulação, o modo de regulação brasileiro também é transformado.

Como já salientamos, o modo de produção capitalista se desenvolve assentado em uma forma de sociabilidade marcada pela separação entre economia e política e tem sua produção material realizada através da produção privada executada na divisão do trabalho, na troca de mercadorias e no trabalho assalariado.

Essas características do sistema capitalista torna seu princípio de organização uma necessidade para adequar os comportamentos individuais dos agentes com a finalidade de manter os períodos de regularidade do regime de acumulação. É a partir dessa necessidade que temos a configuração das formas institucionais e do modo de regulação.

No capítulo dois já discutimos sobre os conceitos que compreendem toda a teoria sobre o regime de acumulação, o modo de regulação, os agentes, as relações sociais e as formas institucionais. Esse resgate conceitual foi necessário para compreendermos o traço característico estrutural da sociedade capitalista contemporânea e assim caminhar no sentido de interpretar os

seus reflexos socioespaciais que essa organização possibilita em determinada época e espaço.

A partir disso, vamos adentrar na interpretação e análise desses resultados no Brasil pós-crise do fordismo, compreendendo as saídas da crise implementadas pelos agentes para adequar o regime de acumulação e o modo de regulação nacional a nova fase do capitalismo global.

Para isso, analisaremos as relações que permeiam cada forma institucional na atualidade, sua especificidade na regulação do conjunto e seu alinhamento ou não com a regulação internacional.

O Estado brasileiro na regulação flexível

O Estado como componente da regulação do sistema capitalista contemporâneo tem na configuração de sua forma institucional o relacionamento complexo entre a estrutura das relações sociais fundadas nos princípios de socialização dominantes e a configuração transitória dessas relações que marcam os períodos de regularidade dos modos de regulação e regimes de acumulação históricos.

Assim, nas formas de Estado estão presentes aspectos específicos de determinado modo de regulação ao mesmo tempo em que estão impressas estruturas já existentes intrínsecas à sua essência como instituição reguladora, onde a classe dominante não apenas justifica e sustenta sua dominância como obtém consenso ativo dos dominados (HIRSH, 2007).

É o Estado que codifica e garante as regras do jogo das relações entre os agentes, sendo o ponto de entroncamento institucional da regulação, porém não é o sujeito dela, já que a sociedade não é regulada por um sujeito dirigente, mas sim se regula por meio de lutas e conflitos que atravessam as formas institucionais.

A configuração da forma de Estado vigente em determinada regulação é determinada pela busca em manter as condições para a acumulação privada, mesmo que o Estado não controle completamente esse processo. Ele deve

atender às demandas da acumulação porque seu poder depende desse processo, pois a arrecadação de impostos, as alianças com o setor privado e o próprio papel do Estado na produção econômica (infraestruturas, escolas, hospitais, etc.) são motores acionados pelo processo de acumulação desenvolvido por toda a sociedade.

Dessa maneira, nas formações socioespaciais capitalistas, o Estado se relaciona diretamente com a economia por meio de políticas econômicas que sofrem interferências dos agentes, em paralelo a pressões por políticas sociais, já que também se constitui em uma instituição que tem determinadas funções sociais.

Assim, o Estado enquanto componente da regulação que abarca essas funções complexas e que codifica as relações sociais entre os agentes, tem em sua forma institucional a síntese específica da regulação vigente a fim de proporcionar a coerência necessária para o funcionamento do regime de acumulação.

No capitalismo flexível, o Estado se transforma para atender as necessidades de uma nova regulação, onde a globalização se coloca como um amplo processo capaz de trazer novas possibilidades de atuação ao passo que impõe constrangimentos também, devido à heterogeneidade de territórios e agentes que participam de sua arena de forças.

No Brasil, durante o período de reestruturação do capitalismo global, em busca de mais flexibilidade o Estado também se modificou a fim de alterar suas modalidades de intervenção na economia interna e também se modificou quanto à sua atuação no cenário externo.

Durante o período de regulação do fordismo nacional, o Estado brasileiro teve forte atuação como protagonista na produção e indutor do crescimento econômico. Como levantado anteriormente, entre a década de 1930 e a década de 1970 o país passou por grandes transformações a partir desse novo modelo de desenvolvimento, e essas mudanças foram orientadas pela aliança entre o Estado, o grande capital nacional e o grande capital multinacional.

Porém, como já salientado, a condução política desse processo no âmbito do Estado nacional não foi tranquila e tampouco estável, já que vários Presidentes e alianças de governo que ascenderam ao poder foram derrubadas por interesses de grupos hegemônicos, como o caso do golpe

militar de 1964 que destituiu o Presidente João Goulart, e a própria democracia, com o apoio do governo norte-americano.

A influência política dos Estados Unidos no Estado brasileiro e em toda a América Latina foi ampliada durante a era fordista e continuou no período de sua crise com a imposição de um Estado neoliberal como forma institucional necessária para adequar a região ao capitalismo flexível.

O Consenso de Washington é o marco para a mudança de paradigma na região, e o Brasil foi um dos países a imprimir em suas políticas estatais as orientações desse documento elaborado pelos representantes do capital financeiro internacional.

Isso ocorreu porque financiamento e desenvolvimento se tornaram palavras naturalmente ligadas no mundo contemporâneo (BRESSER-PEREIRA, 2002) e no Brasil essa relação histórica, que aqui se traduz em endividamento e crescimento, levou a adoção acrítica do consenso e a aceitação passiva da nova ordem internacional baseada na hegemonia financeira.

Dessa forma, a constituição da forma institucional do Estado a partir do paradigma neoliberal atende aos interesses dos detentores de propriedade privada, dos negócios, das corporações multinacionais e do capital financeiro (HARVEY, 2008), ou seja, do capital enquanto agente social condutor do capitalismo flexível e globalizado.

Na prática essa transformação institucional se deu por meio de reformas “pró-mercado” a fim de tornar o ambiente nacional – seu território e sistema regulatório – um conjunto atrativo para os investimentos privados em um contexto onde a velocidade de valorização e desvalorização dos territórios para o capital é mais acelerada.

Com isso, a formação socioespacial brasileira passou a ser organizada a partir da orientação de pacotes de reformas macroeconômicas para atender à lógica exclusiva do capitalismo flexível e de seus principais agentes, transformando a regulação dos territórios em outras escalas que foram modificadas em seu conjunto para se adequar a regulação nacional.

Nesse sentido, o neoliberalismo orientou um novo processo de desenvolvimentos geográficos desiguais (HARVEY, 2008) tanto no cenário internacional, com a divisão do trabalho que se modifica com a globalização,

quanto no espaço interno de cada formação socioespacial a partir do aumento da fluidez e intercâmbio do capital entre os territórios.

Esse desenvolvimento geográfico desigual se repercute a partir de escolhas específicas de determinados agentes sociais que detêm o poder de imprimir nos territórios que selecionam aspectos referentes às novas técnicas e normas.

A irradiação do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006) gera novos conteúdos e novos comportamentos devido as enormes possibilidades que ele permite à produção e a circulação, ao passo que acentua desigualdades territoriais, como colocam Santos e Silveira (2003, p. 53),

A questão da fluidez do espaço apresenta-se agora em outros termos. Como a informação e as finanças passam a ser dados importantes, se não fundamentais, na arquitetura da vida social, o espaço total de um país, isto é, o seu território enquanto suporte da produção em todas as suas instancias, equivale ao mercado. Desse ponto de vista distinguem-se, no país, áreas onde a informação e as finanças têm maior ou menos influencia, da mesma maneira que antes a questão se colocava quanto aos produtos e à mão-de-obra. Embora as estatísticas por elas mesmas não o digam, definem-se agora densidades diferentes, novos usos e uma nova escassez.

Na formação socioespacial brasileira, o neoliberalismo apresentou uma receita de desregulamentação que possibilitou a abertura do mercado nacional relacionada com uma taxa de câmbio valorizada que elevou o consumo de produtos importados e expôs o parque industrial nacional à concorrência internacional.

Essa desregulamentação abriu os territórios para serem influenciados pela dinâmica global, a partir do critério de seleção e valorização dos espaços diante os parâmetros que atraem os investidores no capitalismo flexível.

Assim, as regiões sudeste e sul foram as áreas que tiveram uma irradiação contínua do meio técnico-científico-informacional, já no restante do país essa difusão se deu de forma mais seletiva a partir de manchas e pontos específicos (SANTOS; SILVEIRA, 2003).

Devido a conteúdos previamente existentes, resultado do desenvolvimento do fordismo, essas regiões tornaram-se os espaços privilegiados para a inserção de atividades modernas e reestruturação das já existentes, enquanto nas outras regiões novos espaços foram inseridos diretamente à modernização flexível, ou seja, sem contar com estruturas materiais e sociais precedentes para a implantação desse modelo.

Com a transformação do Estado, o território também se transforma e assim novos usos podem ser mapeados a partir dos resultados da receita desregulamentadora da economia e também pela incorporação da técnica de vanguarda global. É assim que se torna clara a relação entre regulação e território, observando que a função histórica do neoliberalismo foi a de ancorar as reestruturações nas formas estruturais para integrar o país no movimento do capitalismo flexível como nova etapa da reprodução do capital na escala global.

Já que a função da forma institucional do Estado nos modos de regulação que perpassam os períodos históricos está na relação do poder político com a vida econômica, o neoliberalismo torna o Estado flexível para atender aos interesses dos agentes econômicos mais influentes, que além de necessitar de uma regulação favorável ao ambiente de negócios no nível macroeconômico e ainda exige que o Estado reduza seu papel na economia como produtor ao colocar a pauta das privatizações como parte da receita desregulamentadora.

As privatizações que ocorreram durante os anos 1990 no Brasil tiveram como protagonista o BNDES juntamente com grupos econômicos nacionais de atuação industrial (Suzano Feffer, Odebrecht) e financeira (Banco Safra, Unibanco e Bozano Simonsen), fundos de pensão estatais (Previ – Banco do Brasil e Sistel – Embratel) e uma empresa estrangeira (Nippon Steel). Com os financiamentos realizados pelo banco, os grupos vencedores da privatização puderam angariar recursos para sua expansão com a aquisição de novas empresas, além de criar alianças a partir de fusões (SANTOS, 2012).

Com a venda de dezenas de empresas estatais, o grande capital produtivo nacional pode se reestruturar a fim de organizar seu processo de internacionalização, já o capital financeiro expandiu sua atuação na economia em uma aliança com o banco estatal de desenvolvimento que constituiu o que

Havey (2011) denomina de “nexo Estado-finanças” como componente importante da forma institucional do Estado neoliberal da regulação flexível.

Além das privatizações, a regulação flexível exige também um Estado eficiente e enxuto na sua estrutura administrativa. Isso levou a uma reforma gerencial da gestão pública entre 1995 e 1998, onde a administração do Estado foi adequada para passar a atuar apenas em tarefas exclusivas ligadas diretamente aos recursos estatais, permitindo a descentralização de tarefas para agências executivas e reguladoras e a realização de serviços por empresas terceirizadas.

Essa reforma elaborada pelo economista e ex-ministro Luís Carlos Bresser-Pereira levou a criação de novos formatos organizacionais da administração pública (com a criação de agências executivas e reguladoras¹³), de uma nova dimensão da gestão (introdução de formas de responsabilização dos gestores através da análise de resultados e competição por excelência, supervisão e auditoria) e também de uma mudança de mentalidade, passando de uma administração burocrática e mal vista pela população para uma visão gerencial que expressaria mais confiança¹⁴.

Seguindo o exemplo de países como a Inglaterra, que havia empreendido reforma semelhante na era Thatcher, o governo Fernando Henrique Cardoso obteve suporte para empreender as mesmas reformas institucionais com a orientação neoliberal.

A importância dessa reforma esteve em transformar a própria burocracia estatal para atender aos parâmetros colocados pelas medidas propostas no Consenso de Washington. Assim, a redução do papel do Estado via reforma administrativa e privatizações se tornava necessário para a construção de um sistema regulador coerente com as demandas do capital.

¹³ A concessão de serviços públicos e a venda de empresas estatais de serviços de utilidade pública para a iniciativa privada (telecomunicações, transporte ferroviário, geração e distribuição de energia, etc.) demandou a necessidade de criação de agências de regulação, que são autarquias federais, para regular a prestação desses serviços a fim de manter as regras sobre a sua operação, concorrência, etc.

¹⁴ Informações extraídas do site: <http://www.bresserpereira.org.br/rgp.asp>

Essas reformas orientaram mudanças em outras esferas de governo (estadual e municipal) levando a uma redefinição significativa da atuação do Estado em toda a sociedade brasileira.

Nesse sentido, as parcerias entre o Estado e a iniciativa privada se ampliaram já que as terceirizações das atividades que antes cabiam ao setor público foram expandidas. Os contratos e licitações para a operação de serviços e obras se tornaram uma poderosa fonte de relação entre a coisa pública e a privada e também um terreno fértil para a drenagem de recursos públicos e corrupção.

A parceria entre empresas privadas e governo tem sido o carro-chefe na execução de obras públicas e investimentos em infraestruturas fundamentais para a circulação do capital flexível. A premissa de que o Estado mantenha um clima favorável para os negócios do capital privado, implica também que ele atenda seus interesses para oferecer condições a uma produção atual e futura.

Santos (1997 [s.n]) aponta como isso tem transformado os territórios a partir da dotação de novos objetos, como exemplifica no caso mineiro:

O Estado de Minas Gerais foi compelido a investir somas extraordinárias, preparando o território tanto para a instalação de empresas como para a construção de rodovias consideradas indispensáveis para escoar a sua produção. De tal forma o Estado acaba por ter menos recursos para tudo que é social. Assim o Estado atual, o Estado da globalização, caracteriza-se não por uma fragilidade, mas, ao contrário, pela fortaleza no que toca ao serviço de uma economia não humana, enquanto se esquece do social.

A necessidade primeira em manter um território fluido e dotado de condições para o investimento privado acima das necessidades sociais tem elevado a formação de conflitos entre os grupos sociais relacionados às questões agrárias, urbanas, ambientais e institucionais.

Na era da globalização, a resistência ao uso do território apenas para objetivos econômicos, à revelia das questões sociais e ambientais, já proporcionou a eclosão de conflitos de todos os tipos, sempre reprimidos pela violência policial que se coloca como a mais poderosa arma defensora dos

interesses neoliberais frente aos questionamentos das consequências de suas políticas.

Movimentos sociais eclodem no Brasil e no mundo e aqui tem sido palco do “Fórum Social Mundial” em várias edições, desde o primeiro evento realizado em 2001 na cidade de Porto Alegre – RS. Esse fórum se tornou um grande espaço de discussão entre grupos sociais que lutam contra a hegemonia do neoliberalismo abordando as questões de ordem ambiental, urbana, agrária, trabalhista, tecnológica, financeira, entre outras.

Com o slogan *“Um outro mundo é possível”* tem se tornado uma iniciativa global de apoio e fortalecimento de grupos contra hegemônicos em lutas travadas em diferentes territórios do mundo. Dessa forma, buscam usar a união global da diversidade de resistências para a construção de outra perspectiva civilizatória, onde o ser humano e seu bem-estar sejam o objetivo maior de qualquer política ou modelo econômico, sendo que isso pode ocorrer sem exploração e degradação ambiental e com respeito à diversidade de cor, etnia, gênero, orientação sexual, etc.

Essa perspectiva extremamente democrática é o oposto do que temos observado nos países onde a regulação flexível se manifesta. À medida que alguns direitos são ampliados (como a união civil entre casais homossexuais em alguns países como Estados Unidos), outros dados da realidade demonstram como o neoliberalismo e o imperativo do capital flexível tem atacado a democracia em favor da acumulação.

No Brasil, uma das principais preocupações está em democratizar a mídia e os meios de comunicação. Fica evidente que a imprensa é centralizada nas mãos de poucos grupos e famílias. A família Marinho, dona do maior império de mídia da América Latina, as Organizações Globo, controlam um patrimônio de US\$ 28,9 bilhões, ou seja, 5% do PIB nacional. Esses dados de 2015 que foram fornecidos pela Revista Exame¹⁵ e extraídos da Revista Forbes, colocam a família como a mais rica do Brasil.

A concentração midiática no Brasil e no mundo é um dos principais pilares para a difusão da ideologia neoliberal e a construção de um

¹⁵ <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/quem-sao-as-15-familias-mais-ricas-do-brasil-segundo-a-forb#2>

pensamento único, como explicou Milton Santos (2002), que solapa a democracia na medida em que cala outros grupos e manipulam a realidade, reescrevendo-a para disseminar a ideologia do consentimento para as massas.

Como destaca Harvey (2008, p. 77) “*os neoliberais tem uma profunda suspeita com relação à democracia*”. Ela é considerada uma ameaça potencial aos direitos individuais e às liberdades, mesmo que esses só funcionem na prática para as elites. Eles tendem a favorecer a governança por especialistas e elites que representem apenas seus interesses em detrimento de qualquer forma de solidariedade social, direitos do trabalho e preservação ambiental.

Por isso, a configuração de uma forma de Estado que atenda a esses interesses no campo político foi necessária para a expansão do capital na acumulação flexível, gerando um nexos entre Estado e finanças e Estado e corporações (HARVEY, 2011), que no caso do Brasil teve como o seu marco o Consenso de Washington, com a submissão ao plano de reestruturação proposto pelos bancos internacionais, e a política desregulamentadora dos anos 1990, com as privatizações com o financiamento do BNDES, os altos juros, taxas de câmbio sobrevalorizada, o aumento da poupança externa através do endividamento, a abertura comercial, a lei de responsabilidade fiscal, a reforma na burocracia estatal e a flexibilização da relação salarial.

Como ressaltamos, Bresser-Pereira (2002) criticou esse conjunto de políticas classificando-as como receita para o subdesenvolvimento devido aos resultados perversos que elas provocaram, principalmente no campo social.

A década de 1990 ficou marcada por ter sido a era do ajuste neoliberal, porém os anos 2000, mesmo com todas as mudanças colocadas pela ascensão da centro-esquerda ao governo, o rompimento com o Estado neoliberal não foi almejado, como veremos a seguir.

Nos anos 2000 toda a América Latina buscou uma nova estratégia de desenvolvimento. Isso levou a conquista das eleições presidenciais líderes políticos de centro-esquerda nacionalistas, como o Luís Inácio Lula da Silva no Brasil, Hugo Chávez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia, entre outros que rompiam em certo sentido com a história das eleições presidenciais em seus países.

No Brasil, a era Lula inaugura a estratégia nacional do neodesenvolvimentismo. Essa nova estratégia de desenvolvimento foi

ancorada em uma frente política composta pela grande burguesia interna formada por grupos industriais tais como OAS, Odebrecht, Camargo Correia, Friboi, Brazil Foods, Vale, Gerdau, Votorantim e pelo agronegócio exportador. Essa camada se apoiou no financiamento do BNDES para expandir, centralizar e internacionalizar suas operações¹⁶.

Por outro lado, o neodesenvolvimentismo também contou com o apoio das camadas organizadas do proletariado brasileiro, composta pela velha classe operária sindicalizada. Esse apoio foi projetado através da CUT que, como veremos, desde sua criação foi um braço importante para o Partido dos Trabalhadores de Lula.

Além desses grupos, o projeto neodesenvolvimentista também incorporou os setores populares como o subproletariado pobre, que apesar de não interferirem de forma organizada na política, também compuseram a coalizão a partir da formação de uma grande camada de apoio ao governo, dado seu caráter de grande aceitação popular¹⁷.

Esse subproletariado pobre é composto por uma grande parcela da população brasileira que sofreram fortemente as mazelas das crises dos anos 1980 e 1990, e incluem trabalhadores beneficiados pelo crescimento da economia, pela redução do desemprego aberto com formalização do mercado de trabalho, pela ampliação da oferta de crédito, aumento dos gastos públicos e programas de transferência de renda.

Segundo Boito Jr. (2012) o neodesenvolvimentismo resultou da dupla pressão dos Estados imperialistas sobre as economias dependentes e da classe capitalista sobre os trabalhadores, pois ao mesmo tempo em que proporcionou aumento da renda para os mais pobres, aumento dos empregos e dos ganhos salariais, dos gastos públicos, do consumo das classes populares, entre outros aspectos, ele não rompeu com a macroestrutura neoliberal que continua vigente no país.

¹⁶ Para mais detalhes ver Santos (2012).

¹⁷ O ex-presidente Lula terminou seu segundo mandato com 83% dos brasileiros avaliando sua gestão como ótima ou boa, sendo a melhor avaliação que um presidente já obteve na história do país, segundo o DATAFOLHA. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2010/12/1211078-acima-das-expectativas-lula-encerra-mandato-com-melhor-avaliacao-da-historia.shtml>

Para Alves (2014) o neodesenvolvimentismo apresenta traços de modernização conservadora, pois seu choque de capitalismo no país não rompe com o Estado neoliberal brasileiro, composto por uma sociedade política oligárquica e sociedade civil neoliberal. Assim, ao passo que representou ganhos para a classe trabalhadora e dinamismo econômico com transferência de renda, beneficiou grandes monopólios, o capital financeiro e disseminou novas formas de precariedade da relação salarial flexível.

Harvey (2008) coloca que os Estados com projetos desenvolvimentistas constituídos na era do capitalismo flexível globalizado se compatibilizam com a neoliberalização na medida em que facilitam a competição entre empresas, corporações e entidades territoriais, aceitam as regras do livre comércio e recorrem a mercados de exportação abertos.

Dessa forma, as mudanças ocorridas no país durante os governos do Partido dos Trabalhadores não alteraram essencialmente a composição do metabolismo político do Estado neoliberal que se estruturou na década de 1990, seja em sua dimensão restrita composta pela sociedade política e estrutura burocrática, seja em sua dimensão ampliada da sociedade civil e seu sociometabolismo.

Isso porque a forma estrutural do Estado forjada para atender as necessidades da regulação do capitalismo flexível foi preservada e mantida por esses governos pós-neoliberais, que continuaram a orientar suas políticas econômicas baseadas no sistema da dívida (nexo Estado-finanças de que trata Harvey (2011) como forma hegemônica de relacionamento entre o Estado e o capital financeiro na era neoliberal), no sistema da macroeconomia neoliberal, no sistema político e no sistema midiático.

Assim, o Estado permanece estrangido pelos interesses do capital financeiro e pelos interesses privados do bloco de poder que tem tomado à frente na ofensiva patronal que ocorre no Congresso Nacional e no Superior Tribunal Federal. Perante essas pressões para ampliar a flexibilidade salarial, principalmente através das terceirizações das atividades-fim, o governo neodesenvolvimentista tem se mantido indiferente e ainda recusa-se a lutar pela recuperação dos direitos trabalhistas corroídos desde o princípio da era neoliberal (ALVES, 2014).

O aumento dos empregos formais, dos trabalhadores com curso superior, dos ganhos dos salários, entre outras variáveis que transformaram o mundo do trabalho na última década e que levaram a formação de uma “*nova classe média*” (Marcelo Neri), “*nova classe trabalhadora*” (Marcio Pochmann), *batalhadores brasileiros* (Jessé de Souza) e *preariado* (Ruy Braga/Giovanni Alves) (ALVES, 2014 [s.p]) demonstram que o Brasil mudou.

Essas mudanças geraram novas frações de classe que exercem pressões sobre a regulação, reivindicando mudanças nas formas institucionais ao aumentar a pressão por seus objetivos, sejam elas pressões formais como a ofensiva patronal nas instituições do Estado para flexibilizar ainda mais a relação salarial, ou pressões populares nas ruas por mais direitos sociais, como as jornadas de junho de 2013.

As manifestações que se espalharam pelo país nessa época demonstraram os limites do neodesenvolvimentismo em manter a luta de classes sob pacificação relativa nesses últimos dez anos. As pressões das ruas e de parcelas do grande capital nacional aliado à mídia de massa tem colocado o projeto em cheque, principalmente após a mudança da conjuntura econômica internacional a partir de 2010 onde se aprofundou a crise na Europa, a estagnação econômica nos EUA e Japão e a China, principal parceiro comercial do Brasil, que passou a apresentar uma desaceleração do crescimento de sua economia.

Nesse sentido, a incapacidade do neodesenvolvimentismo em ir além da forma estrutural do Estado neoliberal da regulação flexível levou a um limite crucial da sua economia política. A consolidação de um capitalismo manipulatório de base midiático-informacional, a disseminação do espírito do toyotismo nas práticas de gestão da indústria, serviços e administração pública, a exacerbação do fetichismo do mercado através do consumo de massa e de marca pela nova classe média, a corrosão de direitos do trabalho e a celebração do curto prazo e do efêmero da pós-modernidade (HARVEY, 2008) tem levado a múltiplas alienações da vida cotidiana (ALVES, 2014).

A estratégia nacional de desenvolvimento baseada no neodesenvolvimentismo proporcionou à formação socioespacial brasileira um choque de capitalismo flexível na última década, incorporando os aspectos da regulação internacional, da cultura pós-moderna e do conceito de liberdade – a

dos detentores do capital - e direito que ele representa - as direitos inalienáveis dos indivíduos à propriedade privada e à taxa de lucro.

Isso vem afetando diretamente a vida dos trabalhadores que se encontram imersos na cultura neoliberal que submete as massas à manipulação para a submissão e consentimento da flexibilidade e da globalização. Como ressalta Harvey (2008, p. 194) “*viver sob o neoliberalismo significa também aceitar e submeter-se a direitos necessários a acumulação de capital*”.

O individualismo exacerbado na contemporaneidade coloca em segundo plano a democracia e a solidariedade social, instalando no território um abandono da noção de solidariedade em um país onde nunca houve cidadania (SANTOS, 1997).

Assim, a sociedade neoliberal acentua a miséria espiritual das massas, corrói o caráter pela efemeridade e velocidade acelerada de construção e destruição dos vínculos (SENENNETT, 2009), leva a carecimentos radicais provocados pelo modo de vida *just-in-time* (ALVES, 2014) e mantém um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital.

A utopia de um outro mundo possível colocada pelo Fórum Social Mundial e uma outra globalização defendida por Milton Santos (2002) são ideias que transitam pelos movimentos sociais, intelectuais, empreendedores e cidadãos de todo o planeta que acreditam na construção de um novo paradigma civilizatório para toda a humanidade. Afinal, a física quântica já demonstrou em seus experimentos revolucionários que estamos todos conectados, entrelaçados em uma cadeia de eventos correlacionados regidos por uma consciência criadora (CAPRA, 1989; GOSWAMI, 1998).

Outras possibilidades civilizatórias podem ser experimentadas a partir dessa visão de união entre sociedades e entre o homem e a natureza e a ciência deve colaborar nesse processo ampliando a visão de mundo separatista e dicotômica disseminada pela física clássica newtoniana e pelo método científico cartesiano.

Como coloca Harvey (2008, p. 220) “*há uma perspectiva muito mais valiosa de liberdade do que aquela que o neoliberalismo prega e um sistema muito mais valioso de governança do que aquele que o neoconservadorismo permite*”. Com toda certeza há e isso vai depender de como utilizaremos as

possibilidades de nosso tempo para combater a miséria espiritual das massas e colaborar na construção de uma consciência humana universal.

Flexibilidade e relação salarial no Brasil

A relação salarial compreende uma das formas institucionais mais importantes de qualquer modo de regulação capitalista, pois nela está assentada a forma de relacionamento dos agentes capital e trabalho, relacionamento esse permeado por conflitos relacionados à contradição entre divisão social do trabalho e apropriação privada do produto.

Por ter esse protagonismo, as discussões que permeiam a elaboração de parâmetros para a relação salarial ocorrem em vários espaços da sociedade. Assim, elas acontecem no âmbito institucional através do Estado, da legislação e do Direito do Trabalho; no âmbito da organização sindical enquanto entidade coletiva que defende os interesses do trabalhador; também ocorre no âmbito das firmas e empresas com negociações coletivas e individuais; e, principalmente, ela acontece nas ruas, através de greves, passeatas e manifestações aonde os trabalhadores buscam incomodar o *status quo* e assim ganhar visibilidade às suas demandas.

O trabalho enquanto agente social é responsável por uma práxis histórica que atua como motor da transformação da sociedade, pois têm suas condições de existência relacionada a toda a produtividade da coletividade social e por isso lutam para que a necessidade da produtividade (e sua taxa de exploração) não se sobreponha a suas condições e necessidades de existência dos seres humanos que trabalham. Essa luta é necessária para que os indivíduos não cheguem à exaustão e para que também possam ser garantidas parcelas mais justas do produto social para os trabalhadores.

Harvey (2011, p. 77) analisa que pelo fato dos capitalistas buscarem incessantemente a absorção de mais-valia do trabalho,

O limite máximo da jornada de trabalho, por exemplo, é estabelecido por restrições físicas e sociais que são, no entanto, “de natureza muito elástica e permitem as mais

amplas variações”. Mediante a competição ou a tendência, os capitalistas podem procurar ganhar o mais-valor *absoluto* estendendo a jornada de trabalho. Os trabalhadores, por outro lado, demandam uma jornada de trabalho “normal” e, obviamente, vão sofrer se a necessária paixão dos capitalistas pela acumulação tiver permissão para passar não controlada.

A citação acima destaca o quanto o trabalho é pressionado pelo capital a produzir cada vez mais, sem muitas vezes respeitar os limites da pessoa que trabalha, como acontecia na Inglaterra durante a Revolução Industrial ou mesmo acontece até hoje em fazendas no interior do Brasil onde frequentemente são libertados trabalhadores que vivem em condições análogas ao trabalho escravo.

Isso significa que uma regulação da relação capital – trabalho é fundamental para manter o nível de exploração sob controle e barrar excessos que os capitalistas podem vir a cometer, apesar de em muitas situações ainda serem praticados atos ilegais de superexploração do trabalho e até escravidão.

Na Europa, muitas lutas e conflitos sociais ocorreram para que a regulação da relação salarial fosse implementada até tornar-se um dos pilares da regulação do regime de acumulação fordista, como colocou Aglietta (1976).

No modelo de desenvolvimento fordista, já destacamos que a relação salarial foi a forma institucional mais importante do modelo, conseguindo gerar estabilidade macroeconômica para os países do fordismo central ao mesmo tempo em que manteve um nível de vida muito melhor para os trabalhadores.

No Brasil, a regulação da relação salarial passa a ser existente praticamente após a Revolução de 1930 com a Constituição do Estado Novo em 1937 que deu suporte a criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e da Justiça do Trabalho em 1939.

Essa legislação continha avanços como a instauração do salário-mínimo, porém trazia consigo traços característicos do Estado populista e repressor da Era Vargas por proibir o direito de greve e por atrelar os sindicatos ao Estado (ZAMBOTTO, 2012).

Ao longo da regulação fordista, avanços e retrocessos foram permeando o campo de debates e disputas da relação salarial. Durante a ditadura militar, por exemplo, o direito coletivo do trabalho foi intensamente controlado e

qualquer insurgência realizada por trabalhadores era fortemente combatida. Por outro lado, a inclusão de pessoas no mundo do trabalho formal foi de alcance inédito na história do país, isso devido ao crescimento do PIB em torno de 10% ao ano entre 1970 e 1973.

Mesmo com um processo de declínio do PIB e a imersão em uma crise econômica de grandes impactos após o fim do “milagre brasileiro” em 1973, a massa de trabalhadores ancorados pela relação salarial formal em 1976 compreendia uma população de 39 milhões de pessoas, sendo 61% da força de trabalho no país (CARDOSO, 2003).

Passado o período militar e com o país já imerso na crise do fordismo, o direito do trabalho avança com a Constituição Federal de 1988. Nela, são regulamentados parâmetros de assistência social universal (como o Sistema Único de Saúde), o direito à greve torna-se inviolável e os sindicatos ganham autonomia, sendo desvinculados do Estado.

Porém, acompanhado dessa nova Constituição a emergência da nova regulação flexível e do neoliberalismo transformaram as formas institucionais com mudanças operadas nas relações entre o Estado-nação e o espaço global, entre o Estado e a sociedade civil e entre as dimensões do público e do privado no Brasil.

Foram as mudanças mais profundas desde que se rompeu a antiga “promessa integradora” do mercado formal da relação salarial fordista, com a qual a modernização capitalista avançou no país.

Dos anos 1990 em diante as pressões pela flexibilização dos mercados de trabalho só aumentaram e com a implementação de reformas econômicas que levaram a abertura comercial, reforma do Estado, privatizações e ajuste fiscal, buscando um “choque de competitividade” na economia, a mudança na relação salarial viria a reboque como um componente fundamental da nova ordem produtiva mundial.

Apesar de crescente incorporação de trabalhadores no sistema de regulação oficial da relação capital-trabalho no país¹⁸, o mercado de trabalho brasileiro sempre foi marcado por processos heterogêneos e caracterizado por imenso exército industrial de reserva incorporado às áreas urbanas através de um processo vertiginoso de êxodo rural.

Além disso, outras características se fazem particularmente presentes na composição do nosso mercado de trabalho, como a concorrência predatória, o abuso dos baixos salários e o alto fluxo de desligamento e contratação. Combinando com estes elementos ainda contamos com um elevado grau de informalidade¹⁹, com um significativo número de empregos presentes nas micro e pequenas empresas e com muitos trabalhadores trabalho por conta própria. Essas características, por si só, evidenciam o alto grau de flexibilidade nas condições de uso e de remuneração do trabalho no Brasil (KREIN, 2007).

Essas características que permeiam o mundo do trabalho são derivações próprias de nosso modelo de desenvolvimento, o fordismo periférico, que se articulou à regulação internacional de forma subordinada aos países centrais, proporcionando a configuração de nossas instituições reguladoras contemporâneas, porém com marcada desigualdade social.

Apesar da estrutura institucional da relação salarial ser algo importante no modo de regulação do capitalismo brasileiro, a heterogeneidade dos territórios e da relação capital-trabalho do nosso modelo de desenvolvimento

¹⁸ De acordo com o IBGE, entre os anos de 2002 e 2012 o emprego formal no país cresceu 65,7%, passando de 28,6 milhões de empregados para 47,7 milhões no período. Esses dados demonstram a incorporação de quase 20 milhões de pessoas que passaram a ser atendidas pela regulação salarial, sendo que o principal setor responsável pelas contratações é o de serviços devido ao desdobramento de atividades industriais rumo a esse setor.

¹⁹ De acordo com Krein (2007, p. 31) o conceito de informalidade é cercado de grande controvérsia, sendo que *“o conceito tradicional inclui as ocupações não formalizadas (empregado sem carteira assinada, sem cobertura da previdência social autônomo não-regularizado e empregador sem firma legalizada) e os negócios poucos estruturados, precários e ambulantes (familiares, mesmo com registro, mas precários e instáveis, sem rendimento). É um grupo bastante heterogêneo, característico do mercado de trabalho do desenvolvimento capitalista tardio. Até os anos 70, apesar do dinamismo da geração de postos de trabalho, havia a incapacidade de expansão dos empregos nos setores mais organizados, o que se combinou com um expressivo resíduo de pessoas trabalhando na informalidade, problema que será agravado nos anos 90, com o estreitamento do mercado de trabalho”*

sempre se colocou como uma barreira para a consolidação de uma relação salarial hegemônica.

A dificuldade de criação de um mercado de consumo de massa e da universalização dos direitos do trabalho sempre se colocou como um entrave à concepção e criação de instituições que assegurassem um desenvolvimento mais justo. Devido à baixa inserção política das camadas populares, aliado ao controle das instituições nas mãos de uma elite conservadora, enquanto agentes hegemônicos na configuração das relações sociais fundamentais, a sociedade brasileira desenvolveu suas formas capitalistas avançadas através da marca da desigualdade.

Isso faz toda a diferença quando se trata de criar consensos sociais para gerir as instituições e orientar os parâmetros da regulação de qualquer forma institucional, desde as ligadas à dinâmica interna, como a relação salarial, até as atravessadas por lógicas internacionais, como as formas de inserção do país na regulação do capitalismo global.

Desse modo, a sociedade permanece em constante crise, pois a economia estando ou não em períodos de crescimento econômico, o desenvolvimento social nunca consegue ser atingido de forma satisfatória devido a forma de condução da regulação por nossas elites, como disse Celso Furtado (2000) ao falar da crise brasileira nos anos 1990.

A crise que agora aflige nosso povo não decorre apenas do amplo processo de ajustamento que se opera na economia mundial. Em grande medida, ela é o resultado de um impasse que se manifestaria necessariamente em nossa sociedade, a qual pretende reproduzir a cultura material do capitalismo mais avançado privando a grande maioria da população dos meios de vida essenciais. Não sendo possível evitar que se difundam, de uma ou outra forma, certos padrões de comportamento das minorias de altas rendas, surgiu no país a contrafação de uma sociedade de massas em que coexistem formas sofisticadas de consumo supérfluo e carências essenciais no mesmo estrato social, e até na mesma família (FURTADO, 2000 p. 04).

As palavras de Furtado resumem a questão principal colocada para a sociedade brasileira, que é a condução do regime de acumulação pelos agentes hegemônicos internos. Lipietz (1988) já havia alertado que por mais

que se considerem as questões internacionais na influencia de um regime de acumulação nacional, o que realmente conduz o processo de desenvolvimento desse regime são as relações sociais internas a cada formação socioespacial, a correlação de forças entre os agentes que expressa a configuração específica da luta de classes naquele território.

Dessa forma, a regulação institucional em um país marcado pelo modelo de desenvolvimento fordista periférico atravessa relações de classes marcadas por privilégios exorbitantes de certos grupos comparados a pauperização de outros. Em uma sociedade com a distribuição do produto tão desigual, o impacto de uma reforma nas relações de trabalho gera grandes questionamentos devido ao grau de sua abrangência e ao temor dela aumentar a desigualdade já enraizada.

Se o problema da regulação institucional da relação capital-trabalho está intrinsecamente ligado ao modelo de desenvolvimento adotado na escala nacional, quando se busca investigar os impactos territoriais desse modelo e de sua regulação sobre a relação salarial, vê-se um quadro ainda mais complexo.

No mundo do trabalho urbano no Brasil há muito tempo se busca entender e discutir a questão do trabalho informal, principalmente nas metrópoles onde ele é um componente visivelmente importante das atividades econômicas, tendo repercussões para todo o conjunto da economia.

A economia informal sempre representou um dos pilares de nossa estrutura ocupacional, como uma faceta própria de organização das atividades econômicas. Derivado de nosso modelo de desenvolvimento excludente, onde as relações capital-trabalho incorporam diversas formas de manifestação, o desenvolvimento da economia informal se colocou como uma das alternativas para o trabalhador desqualificado e desempregado, ou mesmo para o pequeno investidor que não pode se submeter às regras formais da micro empresa.

Desse modo, está claro que as análises da flexibilidade do trabalho e de suas consequências políticas, institucionais, econômicas e sociais não podem ser elaboradas se pautando apenas nas normas legais, deve-se incorporar toda a dinâmica do mercado de trabalho, a efetividade da legislação, dos convênios coletivos e do sistema de proteção social.

A questão está na arena de forças e na divergência dos projetos dos agentes capital e trabalho. De um lado, existem os empresários que defendem um mercado de trabalho com uma regulação flexível. De outro, o trabalho resiste a essa concepção e busca o fortalecimento de uma regulação que garanta direitos e que seja incorporada para o maior número de trabalhadores, como destaca Silva (2010 p. 68),

Na visão dos empresários, seria justamente o excesso de regulação estatal do mercado de trabalho que alimentaria a segmentação: como a legislação trabalhista é muito detalhista, estimularia o descarte dos trabalhadores oriundos do mercado formal (porque seriam “muito caros”) e sua substituição por trabalhadores do mercado informal [...] Caso a regulação do trabalho não fosse tão rígida, as diferenças entre os dois “mercados” talvez pudesse ser menor, aproximando os dois e minando as fontes da heterogeneidade [...] Os argumentos críticos, sustentados pelos sindicatos e pelos assalariados em geral, vão exatamente no sentido oposto: reconhecem a clivagem entre o formal e o informal, porém afirmam que uma maior heterogeneidade do mercado de trabalho deve ser buscada não pela aproximação das condições do primeiro (mais regulado) às do segundo (menos regulado), mas o contrário, isto é, pela inclusão da massa de trabalhadores atípicos no padrão do contrato de trabalho formal por tempo indeterminado, com todos os direitos e benefícios associados a ele.

Nos anos 1990, a tendência colocada pela regulação flexível e adotada pelo governo brasileiro demonstrou claramente que entre as visões divergentes do capital e do trabalho o primeiro teve muito mais poder de determinar os parâmetros da nova regulação.

Como já salientado, desde a década de 1980 o governo brasileiro vinha adotando medidas de reformas econômicas orientadas pelo programa neoliberal. Na América Latina, a elaboração de uma receita que deveria ser seguida pelos governos contendo medidas a serem tomadas que afetavam todas as formas institucionais foi elaborada pelos “*think tanks*” do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial em Washington.

Assim, a mudança na regulação devido à crise do fordismo levou os países da região a obedecer às normas orientadas pelo capital financeiro internacional, já que esses países possuíam dívidas adquiridas para financiar

seu desenvolvimento econômico desde décadas anteriores e, além disso, continuavam a buscar mais socorro financeiro.

Tornava-se necessário organizar os agentes para o processo de reestruturação do capital orientado pela hegemonia financeira impondo regras de mudança material, ação e comportamentos, ou seja, novas normas elaboradas pelos agentes globais com o intuito de regular os territórios a partir do interesse internacional.

A questão territorial é fundamental para compreender como essas normas da regulação flexível vêm atuando sobre a dinâmica espacial. As normas orientam a condição de cada território na divisão territorial do trabalho que, como ressalta Santos e Silveira (2003), é configurada pelo uso do território e marcada pela superposição.

Essa superposição ocorre porque cada momento histórico produz uma ordem espacial como consequência do conjunto da regulação vigente. A regulação fordista no Brasil marcou a divisão territorial do trabalho principalmente por seu processo de industrialização que favoreceu e acentuou a concentração das atividades produtivas mais modernas no Sudeste, tornando a região indutora da redefinição territorial do trabalho a partir da influência dessa regulação (GOLDENSTEIN e SEABRA, 1982).

A inserção do país no modelo fordista de acumulação transformou de maneira significativa os agentes territoriais regionais na sua correlação de forças no nível nacional, levando a consolidação da hegemonia territorial do Estado de São Paulo e de sua capital.

Isso ocorreu devido à burguesia industrial-financeira paulista ter criado condições de associação com o capital monopolista internacional.

Como destaca Goldenstein e Seabra (1982),

O Estado, colocando-se como componente estratégico da acumulação capitalista e da produção do valor, no dizer de Oliveira, ao mesmo tempo que tendia a dissolver o caráter ambíguo de que se revestia em relação às classes assalariadas e que perdurara por toda a fase dominada pelo “populismo”, reflete cada vez mais nitidamente os interesses das classes dominantes regionais (e também nacionais) do Sudeste, ou seja, a vinculação burguesia monopolística-internacional – “burguesia” nacional associada, descaracterizada como classe social autônoma. As necessidades da dinâmica da acumulação monopolística, pelas

suas proporções, desencadearão, a partir do Sudeste, novos processos de articulação da economia e do território nacional, redefinindo sua regionalização (p. 36).

Essas mudanças na organização das atividades produtivas nos territórios repercutiram em novas forças políticas de grupos territorialmente ancorados nas áreas metropolitanas ligadas à produção industrial e à agricultura moderna. Isso orientou a formação da divisão territorial do trabalho a partir da consolidação desse bloco territorial hegemônico do Sudeste, principalmente, do Estado de São Paulo.

Com a hegemonia do modelo fordista de acumulação, submetendo outras formas de produção e conseqüentemente os territórios *lócus* dessas produções, o perfil do trabalhador também é transformado com a escala do trabalho urbano, assalariado e industrial. Os trabalhadores ligados aos ramos industriais em ascensão, como o metalúrgico, e ao setor bancário passaram a ter maior representação política com a construção de fortes sindicatos que puderam se expressar a partir do fim da ditadura militar e da redemocratização do país.

Nesse sentido, as transformações na era fordista pelo processo produtivo e espacial alterou a composição das classes e, principalmente, dos blocos de poder territoriais que conseguiram influenciar a configuração das formas institucionais, com o Estado trabalhando em conjunto com o grande capital nacional e com o capital monopolista internacional, e com uma relação salarial baseada no contrato rígido e na organização taylorista do trabalho.

É importante destacar que durante o auge do fordismo no Brasil o Estado estava sendo comandado por uma elite militar associada a esses blocos que possibilitou a sua hegemonia na constituição das formas institucionais. O autoritarismo político, que fechou o poder legislativo, implantou atos que restringiram a atuação da imprensa e dos sindicatos, que colocou como ilegal a formação de partidos, entre outras formas de administrar de maneira autoritária e centralizadora foi fundamental para a formação da regulação fordista no Brasil.

Isso porque ocorreu uma supressão dos movimentos que questionavam o modelo econômico adotado ou mesmo o modo de produção capitalista;

houve grupos que por defenderem a revolução socialista foram reprimidos, tendo muitos de seus militantes torturados e assassinados.

A repressão também ajudou a impor disciplina e subordinação aos trabalhadores que deveriam atender a organização do método taylorista. Isso quando se tratava daqueles que tinham alguma inclusão no mundo do trabalho, porque para aqueles que eram deixados à margem dos empregos, o papel do Estado estava em garantir que eles não se rebelassem contra sua condição, reprimindo qualquer manifestação que reivindicasse direitos e inclusão.

Greves também não eram toleradas e o poder dos sindicatos era restrito a negociações comandadas pelo patronato. Essa foi a maneira como a regulação fordista foi assegurada no Brasil, através de um processo de esmagamento das diferenças e divergências políticas e subordinação da classe trabalhadora com a opressão de qualquer forma de enfrentamento à ordem estabelecida.

Após o processo de redemocratização política, foi possível a organização de novos partidos, sindicatos e movimentos da sociedade civil com a criação de partidos de esquerda e centro-esquerda como o PT (Partido dos trabalhadores) e o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) além de outros, das principais centrais sindicais (CUT – Central Única dos Trabalhadores e Força Sindical) e também de movimentos sociais camponeses e urbanos.

No campo de forças mundial, os conflitos intercapitalistas levaram a consolidação da hegemonia financeira, onde os representantes mais fortes desse grupo que atuam na escala global, ancorados na integração mundial dos mercados, conseguiu levar o capitalismo a um processo complexo de submissão à lógica desses agentes (AGLIETTA; ORLEÁN, 1990).

No âmbito nacional a penetração dessa hegemonia da elite financeira foi apoiada pelas medidas do governo com orientação neoliberal, medidas essas implementadas para proporcionar a abertura econômica, a austeridade fiscal para o pagamento da dívida, câmbio flutuante e juros altos para manter um constante fluxo de capital. Como salientou Harvey (2008) “a neoliberalização significou a financeirização de tudo” (p. 41), ou seja, ancorou na forma institucional do Estado a consolidação dessa hegemonia financeira.

O neoliberalismo e a hegemonia financeira forçaram a consolidação da globalização no sentido de que com as premissas da política neoliberal trabalhando em favor do poder financeiro global foi possível que o dinheiro começasse a se impor como algo autônomo face ao resto da sociedade e da economia de uma forma inédita na história da humanidade (SANTOS, 1997).

Com isso, no Brasil as formas institucionais foram alteradas pela nova fase capitalista influenciada por uma nova hegemonia global que exige uma regulação flexível para atender seus interesses. Isso foi possível devido à condução da política interna do país, que naquele momento optou claramente em não fazer resistência à ideologia neoliberal, apesar de contrariar interesses de certos setores do capital nacional e, principalmente, dos trabalhadores.

Isso se repercutiu de diversas maneiras nos territórios. Um reflexo geral foi a escalada do desemprego devido a diversos fatores ocasionados pela construção de uma nova forma de concorrência, que foi acirrada no espaço global devido à abertura econômica irrestrita e a desregulamentação dos mercados imposta pela era neoliberal, principalmente na América Latina.

Em alguns territórios o desemprego se deu devido à modernização produtiva, dos serviços e também ao fechamento ou deslocamento espacial de unidades produtivas. Um exemplo desse quadro foi traçado por Mattoso (1999) na metrópole paulista, onde a união da reestruturação produtiva, desconcentração industrial e reestruturação das atividades bancárias, serviços públicos e serviços em geral levou ao desemprego milhões de pessoas e à precarização do trabalho, com a escala do subemprego.

Outros territórios o impacto nos empregos se deu com as privatizações de empresas estatais que levou ao desemprego milhares de pessoas pelo país. Em Itabira, Minas Gerais, a Companhia Vale do Rio Doce ao ser privatizada demitiu cerca de dois mil trabalhadores em uma cidade com cerca de 117.000 habitantes. Essas demissões causaram um impacto negativo em sua economia local e regional.

Além das privatizações, os trabalhadores brasileiros também foram afetados por mudanças na divisão territorial do trabalho com o desenrolar do processo de disputa e competição entre estados e municípios pela instalação de novas fábricas ou mesmo pela transferência de já existentes. As grandes corporações internacionais foram as primeiras a lançar mão dessa estratégia

territorial sendo posteriormente acompanhadas por empresas nacionais de grande porte e também por empresas de porte médio.

Esse processo foi denominado de “guerra fiscal” e ocorre quando um território torna-se subordinado às ações hegemônicas das empresas que imprimem uma nova lógica de concorrência à custa de redução na arrecadação tributária, devido a incentivos oferecidos para sua instalação, além de provocar desemprego e falências nos lugares de onde as empresas foram transferidas.

De acordo com Santos e Silveira (2003 p. 113) o território *“passa a ser organizado e usado com a lógica exclusiva dessa produção [...] Desse modo, e em função da política territorial de uma empresa e da promessa de objetos modernos que chegarão, os lugares entram em conflito”*.

Os lugares disputam por modernização, mas principalmente por novos empregos. Nesse sentido, além de oferecerem incentivos fiscais e infraestruturas, enfatizam na oferta de mão-de-obra especializada ou barata ou pouco organizada. Na maioria dos casos, a mão-de-obra ofertada pelos municípios apresentam essas três vantagens para as empresas, tornando esse um grande potencial atrativo.

Com isso, o capital acaba obtendo um conjunto de vantagens a partir do domínio da técnica, do território e do trabalho. Ao instalar uma unidade produtiva com benefícios adquiridos por uma política fiscal favorável aos seus interesses, ele também ganha com o controle da mão-de-obra que está totalmente fragmentada e sem pautas ou reivindicações coletivas.

Ao convocar o lugar para trabalhar a favor de seus objetivos, as empresas o tornam refém de seu controle em um contexto onde a globalização aumenta a velocidade em que os pedaços do território são valorizados e desvalorizados. Isso acaba tendo um alto custo para a sociedade, pois o enraizamento do capital é sempre provisório e sem fidelidade. Assim, o lugar deve conceder mais privilégios e criar permanentemente vantagens para reter a empresa, sob a ameaça de seu deslocamento (SANTOS; SILVEIRA, 2003).

Com esse controle do capital exercido sobre a política e o trabalho nos lugares, a organização da produção e da mão-de-obra torna-se um dado fundamental, *“daí a necessidade de adoção, de um lado, de objetos susceptíveis de participar dessa ordem e, de outro lado, de regras de ação e de*

comportamento a que se subordinem todos os domínios da ação instrumental” (SANTOS, 2006 p. 152).

Para que essa ordem se efetive no auxílio à organização da ação dos agentes e dos objetos no espaço também é necessário construir uma densidade normativa (SANTOS; SILVEIRA, 2003) atuante desde o nível federal até o local. Para isso é que são reestruturadas as formas institucionais, pois elas atuam em todo o território nacional e conduzem os lugares diante da nova ordem internacional.

Atendendo a essa necessidade de construção normativa, o impacto da crise do fordismo, da mudança da hegemonia internacional e da ação dos agentes sobre os territórios, levou a reestruturação da relação salarial para torna-la mais flexível e assim entrar em sintonia com a flexibilidade dos capitais e do Estado com o objetivo de manter o país competitivo.

As primeiras emendas constitucionais que foram lançadas para flexibilizar o mercado de trabalho no Brasil de acordo com o capitalismo flexível, começaram nos anos 1990 durante o governo neoliberal do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (Partido da Social Democracia Brasileira).

Como já ressaltamos durante esse governo o país adotou as políticas da segunda geração do Consenso de Washington que continha uma receita de desregulamentação orientando reformas econômicas e sociais. A flexibilização dos mercados de trabalho era parte da receita, pois a modernização das relações de trabalho deveria acompanhar os novos parâmetros da concorrência global, tornando os mercados de trabalho locais adaptáveis às oscilações da economia nacional que entrava cada vez mais em sintonia, de maneira subordinada, com a economia internacional.

Porém, a receita da desregulamentação empregada durante os anos 1990 foi sendo abandonada na medida em que muitas das políticas adotadas

pela reforma econômica não deram certo, mergulhando o país em mais crise e endividamento²⁰.

No caso da flexibilidade do trabalho o recuo não ocorreu, pelo contrário, se avançou a discussão e ela ainda rende intensos debates e embates em várias instâncias da sociedade brasileira mesmo com a mudança na direção do governo para a centro-esquerda do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e da atual presidenta Dilma Rousseff, ambos do Partido dos Trabalhadores.

Isso significa que realmente ocorre uma mudança estrutural nas relações sociais estabelecidas entre os agentes capital e trabalho com tal profundidade a ponto de transformar a forma institucional da relação salarial. Assim, o caminho para a flexibilização já estava lançado e os grupos que dão suporte a esse processo continuam a pressionar por mudanças, como ressaltou Silva (2010),

Tais medidas atravessaram dois governos, de orientações políticas diferentes: o governo de Fernando Henrique Cardoso, de orientação marcadamente neoliberal, e o governo Lula, de centro-esquerda. A postura de ambos tem se pautado, no tocante às reformas da legislação trabalhista, por um comportamento muito similar quanto ao procedimento. Esse comportamento pode ser definido da seguinte forma: delegar ao máximo para os “agentes” ou “atores coletivos” (capital e trabalho) o formato que a nova legislação trabalhista deve tomar, pois os dois lados admitem, em tese, que a velha ordem (a CLT) é antiquada e deve ser substituída. A palavra de ordem nos dois campos é o bipartismo, uma vez que a interferência estatal é considerada prejudicial pelos empresários (p. 69).

Durante a década de 1990, o choque do capitalismo flexível no espaço brasileiro levou à desestruturação dos mercados de trabalho, como já salientado anteriormente. Combinado a questões macroeconômicas que

²⁰ Medidas macroeconômicas orientadas pelo Consenso como o crescimento com poupança externa e taxas de câmbio valorizadas demonstraram péssimos resultados para os países da região culminando nas crises financeiras do México em 1994, do Brasil em 1998 e na Argentina em 2001. Isso levou os países a rever suas estratégias de desenvolvimento no início dos anos 2000 (BRESSER-PEREIRA, 2010).

geraram desemprego e informalidade durante esse período, mudanças na divisão técnica do trabalho a partir da maquinofatura (ALVES, 2014) levam a transformar de maneira profunda e estrutural a relação salarial no país.

A maquinofatura, a nova forma de produção do capital, apresenta-se como resultado do desenvolvimento da manufatura e da grande indústria devido a revoluções tecnológicas que ocorreram com o desenvolvimento da informática, ou seja, da tecnologia computacional, informacional e robótica.

Ela é um produto do sistema técnico atual que decorre do casamento entre técnica e ciência que representa um passo a frente na relação entre ciência e produção esboçada desde o século XVIII e que *“em sua versão atual como tecnociência, está situada a base material e ideológica em que se fundam o discurso e a prática da globalização”* (SANTOS, 2006, p. 115).

Os que defendem a globalização como fábula (SANTOS, 2002) exaltam em seus discursos as possibilidades e vantagens dos sistemas técnicos atuais ressaltando que sua introdução na produção e na vida cotidiana é necessária para a inserção competitiva em um planeta cada vez mais interconectado, onde a difusão de informações é global e que possuí-las é fundamental para o sucesso em um contexto de rápidas mudanças, flexibilidade e incerteza.

Porém, para aqueles que consideram a globalização atual como perversidade (SANTOS, 2002) e analisam as consequências dessas técnicas na sociedade e espaço de maneira crítica, colocam que a tecnociência afeta a vida das pessoas de uma forma ampla e que sua repercussão no mundo do trabalho é responsável por uma nova maneira de organizar o tempo, afetando a subjetividade dos indivíduos e a totalidade social.

Dessa maneira, a expressão do sistema técnico atual na produção através da maquinofatura, revoluciona a relação entre o homem e a técnica, tornando a gestão a forma ideológica da produção do capital através da rede informacional. Na análise de Alves (2014, p. 15),

Enquanto nova forma tecnológica de produção do capital, baseada na rede informacional, a maquinofatura colocou a necessidade da gestão como veículo da “captura” da subjetividade do trabalho vivo, nexos essenciais do toyotismo como inovação organizacional do capitalismo flexível (ALVES, 2011). Na medida em que se dissemina o “espírito do toyotismo” através das instâncias da reprodução social, *loci* do processo

de subjetivação social, a produção do capital torna-se efetivamente totalidade social, constituindo assim, o modo de vida *just-in-time* com seu sociometabolismo estranhado e com seus *carecimentos radicais*.

A rigor, a técnica que compõe a maquinofatura não implica necessariamente na gestão toyotista ou no modo de vida *just-in-time*. Porém, ela está intimamente relacionada às novas estruturas de poder e de controle do trabalho que instaurou um novo modo de subsunção do trabalho ao capital.

A crise do fordismo esteve assentada, entre outros aspectos, em uma crise do modo de organização do trabalho, manifestada no endurecimento da luta de classes na produção. A grande indústria fordista que submetia o trabalho às regras rígidas e ao tempo rotinizado acabou por se tornar uma arena onde os trabalhadores podiam afirmar suas próprias exigências porque, apesar das limitações impostas, essa estrutura dava certo poder.

Como afirma Sennett (2009, p. 49) *“a rotina pode degradar, mas também proteger; pode decompor o trabalho, mas também compor a vida”*, ou seja, a decomposição da rigidez e da noção de trabalho rotinizado está implícita na gestão do trabalho no capitalismo flexível, tornando os laços cada vez mais fracos e assim minando as arenas de poder dos trabalhadores.

Aparentemente a flexibilidade gera liberdade pessoal e uma repulsa à rotina burocrática colocada pela cultura moderna, onde o discurso está pautando na visão de que numa sociedade dinâmica as pessoas passivas murçam. Porém, essa liberdade aparente esconde o controle ideológico do trabalho da gestão toyotista, colocando o trabalhador como sujeito-que-colabora (ALVES, 2014) e que assim assume os riscos da empresa na qual “colabora” e da própria vida, já não pode contar com as instituições sociais para oferecer-lhe proteção.

Dessa maneira, assumir riscos se torna uma necessidade diária para as massas, sendo um teste de alta carga de caráter pessoal no mundo flexível já que não se mexer é tomado como sinal de fracasso (SENNETT, 2009).

O risco é um fator predominantemente individual e os trabalhadores já não podem contar com as instituições para garantir certa proteção diante das instabilidades do mundo volátil da globalização e da flexibilidade. Aliado a isso, o neoliberalismo se baseia nos valores do individualismo e competitividade,

desmontando possibilidades de ação coletiva ao fragmentar os laços sociais de classe.

A combinação desses elementos leva a uma crise que atinge também a forma de organização coletiva do trabalho que se assentou na constituição de sindicatos de categorias profissionais e também em centrais sindicais que abarcam os diferentes sindicatos locais.

Nas últimas décadas o comportamento da sindicalização tem passado por mudanças acompanhando as alterações que tem afetado as formas institucionais. Na década de 1980, quando inicia o processo de redemocratização e reestruturação econômica devido à crise do fordismo, o sindicalismo passa por transformações significativas que repercutem no quadro das relações de trabalho, pois de acordo com Antunes (2002)

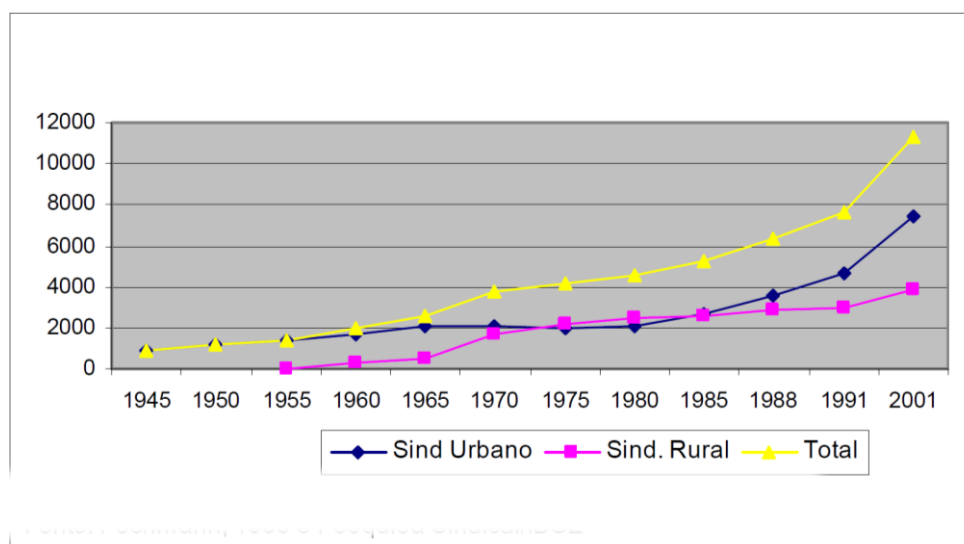
O sindicalismo brasileiro viveu na década de 1980 um momento particularmente positivo. Houve um enorme movimento grevista; ocorreu uma expressiva expansão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços; deu-se continuidade ao avanço do sindicalismo rural, em ascensão desde os anos 70; houve o nascimento das centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983; procurou-se, ainda que de maneira muito insuficiente, avançar nas tentativas de organização nos locais de trabalho, debilidade crônica do nosso movimento sindical; efetivou-se um avanço na luta pela autonomia e liberdade dos sindicatos em relação ao Estado; verificou-se um aumento do número de sindicatos, em que sobressai a presença organizacional dos funcionários públicos; houve aumento nos níveis de sindicalização, configurando-se um quadro nitidamente favorável para o *novo sindicalismo* ao longo da década (p. 80).

Esse novo sindicalismo nasceu em decorrência das pressões e resistência ao regime militar que em 1978 e 1979 teve que enfrentar o trabalho organizado na região do ABC, Grande São Paulo, em grandes greves que culminaram na constituição de um movimento de trabalhadores que poderia pôr pressão e derrubar o regime.

Nesse período, ocorreu um aumento significativo da taxa de sindicalização, que passa de 13% dos assalariados formais nos anos 1970 para próximo de 30% em 1989 (POCHMANN, 1995). Isso possibilitou a

incorporação de uma grande massa de assalariados ao sistema sindical, levando a construção em 1983 da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat).

Gráfico 1: Evolução do número de sindicatos de trabalhadores no Brasil²¹



Extraído de Krein, 2007 Fonte: Pochmann, 1995 e Pesquisa Sindical/IBGE.

Com esse crescimento do papel dos sindicatos, abrangendo cada vez mais trabalhadores e setores, inclusive servidores públicos, o trabalho teve nesse período grande êxito durante suas investidas por direitos e reivindicações, legitimando-se junto à sociedade como instrumento adequado de pressão.

Isso se repercutiu na configuração das formas de negociação da relação salarial na Constituição de 1988, pois de acordo com Cardoso (2003, p. 36-37) “em 1988, durante a última rodada de negociações e votações na Assembleia Nacional Constituinte, 64% dos adultos em dez regiões metropolitanas brasileiras manifestaram-se favoráveis ao direito de greve para todos os trabalhadores”.

Esse movimento de crescimento vertiginoso da representação dos sindicatos e de seu papel importante na regulação legitimado pela sociedade

²¹ Infelizmente não conseguimos dados mais atualizados. No site do IBGE só há dados até 2001 e no Ministério do Trabalho e Emprego os dados não estão disponíveis.

durante a década de 1980, teve sua maior expressão na quase eleição para a presidência da república do maior líder sindical do país na época, Luís Inácio Lula da Silva, nas primeiras eleições diretas depois da redemocratização em 1989.

O fortalecimento do sindicalismo se refletiu em um período de crescimento das negociações coletivas segundo Krein (2007 p. 56).

A hipótese é de que elas apresentam grande evolução na década de 80, tanto em relação aos conteúdos acordados como no processo e na abrangência das negociações. A importância das negociações pode ser verificada pelo crescimento do número de contratos e de cláusulas constantes em cada convenção coletiva. O número de contratos coletivos, segundo Pochmann (2001), passa de 1000, na década de 70, para em torno de 40 mil no final da década de 80. Ao mesmo tempo, o número de cláusulas médias por convenção coletiva eleva-se de 15 para em torno de 60, no levantamento em algumas categorias do Estado de São Paulo.

Dessa maneira, a década de 1980 representou um marco no sindicalismo nacional, apresentando um crescimento e organização vertiginosos, adquirindo grande legitimidade à organização sindical perante a sociedade e consolidando o poder da CUT enquanto principal central sindical do país²².

A década de 1990 iria reverter esse processo com a instalação de um quadro desfavorável ao trabalho devido à entrada definitiva no país dos parâmetros do capitalismo flexível. Com os impactos no território e nas formas institucionais da nova regulação combinada com a crise econômica, o sindicalismo acompanha a tendência e entra em crise pela combinação dessas mudanças de ordem macroeconômica com os resultados da Terceira

²² Cardoso (2003) ressalta que a CUT apresentou uma forte politização de sua ação, agindo como se fosse um partido político e não uma central sindical *stricto sensu*. Sua origem siamesa com o Partido dos Trabalhadores fez com que a central agisse como um centro para elaboração e reforço dos programas do partido, lutando para a adesão de seus afiliados à política partidária com o objetivo de conquistar terreno na política nacional, já que a atuação da central ocorre no âmbito nacional.

Revolução Industrial que levaram a mudanças no nível de organização das empresas.

A resposta do sindicalismo a essa conjuntura foi um aumento de sua postura defensiva, com a emergência de um sindicalismo neoliberal, sintonizado com a onda mundial conservadora, marcado pela criação da Força Sindical em 1991. Mesmo a CUT, que surgiu com uma proposta de resistência a ordem hegemônica e com contornos socialistas, passou a diluir constantemente esses aspectos, tornando-se cada vez mais constrangida à ordem imposta pelo capital globalizado, adaptada pelas forças sociais internas (ANTUNES, 2002).

A postura dos sindicatos não foi muito diferente quando houve a implementação das medidas de “segunda geração” do Consenso de Washington, onde a flexibilização do mercado de trabalho foi o alvo diante do fracasso das primeiras medidas na geração de empregos.

Se nos anos 1980 salários e condições de trabalho eram os alvos centrais dos sindicatos, nos anos 1990, com o crescimento do desemprego e da pobreza, a representação sindical buscou abranger os empregados e os desempregados. O foco era manter a estabilidade no emprego e gerar mais postos de trabalho para conter a grave crise social. Esse período foi de grandes perdas e adaptações para o trabalho e o sindicalismo sentiu em cheio tais pressões.

A série de desafios, derrotas ou ineficácia da ação sindical em cada um dos campos de sua atuação parece ter consolidado, lentamente, a imagem de que os sindicatos, sobretudo os sindicatos a CUT, são fracos diante do governo e do capital. As mudanças profundas no ambiente político, econômico e social parecem ter finalmente minado a possibilidade mesma da ação sindical centralizada. O neoliberalismo parece ter vencido não apenas a batalha, mas a guerra política e ideológica. A Força Sindical, neste contexto, parece ter tido um desempenho melhor em razão de sua aliança incondicional e de primeira hora com o governo Cardoso, e a medida mais importante disso talvez seja o aumento em sua afiliação (CARDOSO, 2003 p. 50).

Dessa forma, no plano macroeconômico, todo o contexto político e das relações entre as classes sociais levavam a discussão da flexibilidade do trabalho no nível constitucional da regulação das relações de trabalho no Brasil, sendo que aspectos já negociados no nível das firmas como diminuições do contrato rígido, aumento das terceirizações, jornadas de trabalho flexíveis, comprometimento dos trabalhadores para achar soluções para a competitividade das empresas, entre outros, pudessem ser incorporados à legislação trabalhista.

Assim, acordos e negociações que ocorriam entre sindicatos e empresas para evitar demissões ou fechamento de firmas a partir de soluções temporárias, passaram a ser reivindicados pelo capital como parâmetros institucionalmente ancorados da relação salarial. A partir disso, os embates públicos acerca da regulação do trabalho se tornaram constantes e cada governo tem enfrentado a questão à sua maneira.

No governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) na questão do embate entre o capital e o trabalho ficou claro que os últimos saíram perdendo. As medidas tomadas para regular o capitalismo flexível no país atingiu o trabalhador em amplos aspectos, desde a questão do desemprego ou da ameaça dele levando a perdas de direitos em troca da manutenção do trabalho, passando pela mudança no perfil dos empregos gerados que foram ampliados no setor de serviços e diminuído no industrial, aumento da informalidade, até a modificação das relações de trabalho dentro das firmas.

Tudo isso combinado a já consolidada composição do padrão de acumulação do capitalismo brasileiro, estruturado a partir do fordismo periférico que se baseava na superexploração da força de trabalho, nos baixos salários, nos ritmos de produção intensificados, nas jornadas de trabalho prolongadas pelas horas extras, entre outros aspectos.

Juntamente com esses elementos herdados do fordismo, a flexibilidade se sobrepôs trazendo o paradigma da empresa enxuta (*lean production*), dos programas de qualidade total, dos sistemas *just-in-time* e *kanban*, além da introdução da ideologia da coparticipação e colaboração com a introdução de ganhos salariais vinculados à lucratividade e à produtividade da empresa (ANTUNES, 2014).

Primeiramente, a reestruturação produtiva no nível das indústrias levou a introdução de novas tecnologias acopladas à gestão toyotista. Posteriormente, a influência dessas novas normas chegou a outros setores de atividades e foram disseminadas na produção agroindustrial e de serviços.

A produção enxuta das empresas industriais levou a um intenso processo de terceirização de serviços e a constituição de redes horizontais de produção entre empresas de todos os portes. Em decorrência disso, a diminuição dos empregos industriais também representou um aumento nos empregos no setor de serviços devido à subcontratação de atividades.

O setor de serviços permeia a organização da produção industrial na era da maquinofatura e da sociedade informacional, onde a forma de trabalho característica é o trabalho ideológico. Como ressalta Alves (2014 p. 16) *“entendemos o “trabalho ideológico” como sendo um modo de trabalho humano concreto que implica a ação comunicativa sobre outros homens (e inclusive sobre si mesmo)”*.

A expansão das empresas de *call centers* e telemarketing e as empresas de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) se tornam cada vez mais imprescindíveis para a redução do tempo de circulação do capital e contribuem para a ampliação dos terceirizados, subcontratados, flexibilizados, entre outras modalidades de relação de trabalho flexível (ANTUNES, 2014).

Essas mudanças na estrutura produtiva e no mercado de trabalho foram acompanhadas de um novo contexto conjuntural com o período do governo Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010). Sua vitória representou a possibilidade de um reposicionamento do país em relação ao mundo e também de um retorno ao desenvolvimento interno, com a construção de um novo pacto entre as classes sociais diante dos resultados desastrosos da era neoliberal.

Na constituição de uma nova estratégia de desenvolvimento surgiu o “neodesenvolvimentismo” (ALVES, 2014) que vem conduzindo o desenvolvimento do capitalismo no país há mais de uma década, porém sem romper com a macroestrutura que rege o modelo de acumulação flexível no mundo, ou seja, a da globalização e dominância do capital financeiro. Como destaca Alves (2014 p. 52),

Embora o neodesenvolvimentismo tenha traços de continuidade com o neoliberalismo da década de 1990, ortodoxia neoliberal que promoveu a inserção do Brasil no bloco histórico hegemônico do capitalismo neoliberal, neodesenvolvimentismo não é neoliberalismo na medida em que ele se originou do fracasso do modelo neoliberal lastreado no Consenso de Washington adotado pelos governos neoliberais da década de 1990.

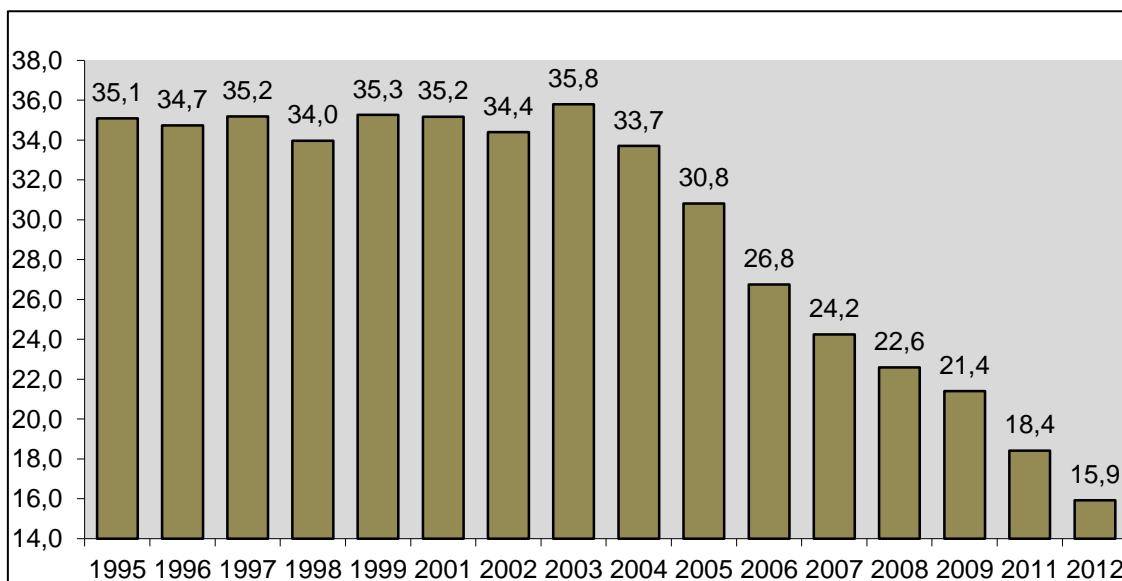
Não vamos entrar em mais detalhes sobre os aspectos do neodesenvolvimentismo porque iremos discuti-lo melhor mais adiante. O que importa no momento é ressaltar os impactos desse modelo na regulação flexível e na forma institucional da relação salarial.

Na última década, os impactos da mudança de orientação do governo com relação à política de desenvolvimento repercutiram de maneira profunda no mundo do trabalho. Nesse período, o país voltou a recuperar seu ritmo de crescimento econômico paralelamente ao reforço do papel do Estado nos investimentos e nas políticas sociais, algo que levou a expansão da renda e do emprego, além de ter reduzido os problemas históricos da pobreza e concentração de renda como demonstram alguns dados.

Dos anos 2003 a 2012 o índice de Gini (cálculo utilizado para medir a desigualdade de distribuição de renda em um território) reduziu-se 17,8% (-1,8% ao ano, em média), enquanto que a taxa de pobreza diminuiu 61,8% (-5,5% ao ano, em média) (POCHMANN, 2014).

Com relação à pobreza, os dados mostram que as políticas de transferência de renda juntamente com o aumento dos empregos levaram a drástica redução do percentual de pessoas pobres no país.

Gráfico 2: Taxas de pobreza – Pessoas pobres (% da população brasileira total)



Fonte: Ipeadata, 2015

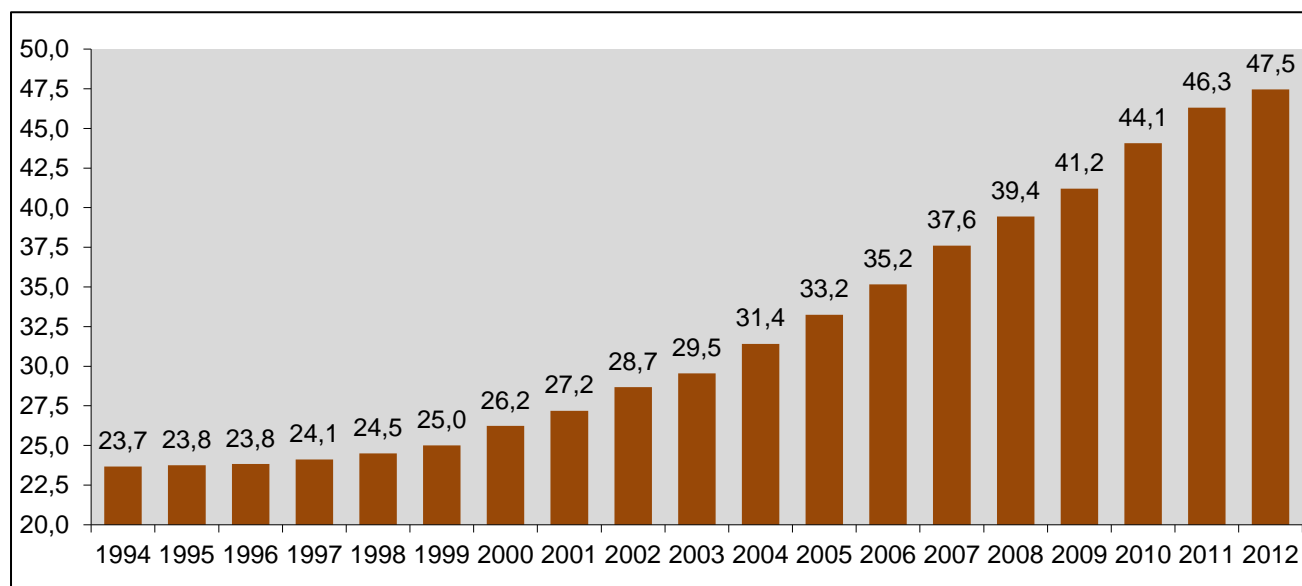
Nota: 1994, 2000 e 2010 não foram publicados

Durante 2003 e 2011 o governo federal quase dobrou os gastos na área social passando de R\$ 1,804 per capita em 2003 para R\$ 3,444 per capita em 2011 (Fonte: SIAFI/SIDOR e IPEADATA, 2015), sendo que isso significou 16,8% do PIB em 2013 (Fonte: Plano Brasil Maior PPA 2012/2013).

A elevação desses gastos a partir da operação de diversos programas sociais e políticas públicas voltadas à transferência de renda transformaram o quadro da economia e sociedade do país nos anos 2000. O principal programa social, o Bolsa Família, atendeu 14,1 milhões de famílias em 2013, transferindo 24,9 bilhões de reais diretamente dos cofres públicos para os beneficiários, segundo o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS, 2015).

Tomando por base esses dados fica claro que o neodesenvolvimentismo apresentou resultados muito mais benéficos para a população, principalmente a mais pobre, do que a era neoliberal. Outro dado importante foi a geração de empregos formais.

Gráfico 3: Evolução do número total de empregados com vínculo formal de emprego no Brasil (milhões de empregados)



Fonte: RAIS/MTE, 2015

O gráfico acima mostra a quantidade de empregados com vínculo formal durante o período do governo Fernando Henrique e Lula. Nota-se uma estagnação entre 1994 e 1996 e um vertiginoso aumento de pessoas trabalhando com carteira assinada a partir de 2003.

Se colocarmos a relação líquida de postos de trabalho, veremos que entre 1995 e 1999 o saldo foi negativo, ou seja, perdeu-se mais postos de trabalho do que foram gerados (1995: -129.339, 1996: - 271.339, 1997: - 36.000, 1998: -582.000, 1999: 196.000), segundo o Caged (2015). Somente a partir de 2000 a balança de empregos volta a ser positiva com mais postos de trabalho gerados do que perdidos, o destaque da década foi o ano de 2010 onde foram gerados 2.136.947 empregos formais no país, segundo o Caged (2015).

Entre 2000 e 2003 a geração anual de empregos não passou os 762.000 (2002), porém, entre 2004 e 2011, todos os anos apresentaram a geração de mais de um milhão de novos postos de trabalho, com exceção de 2009, ano que teve a repercussão interna da crise financeira dos *subprimes*, onde foi registrada a geração de 995.110 novos postos de trabalho, segundo o Caged, 2015.

Esses dados derivaram de um crescimento da economia resultante da reorganização e expansão do capitalismo brasileiro na última década. O aumento dos preços das *commodities* no mercado mundial e o crescimento da China, além dos outros países dos BRICS (Rússia, Índia e África do Sul), impulsionaram a venda de produtos primários brasileiros, principalmente a soja.

Mesmo com a crise financeira de 2008 que derrubou o PIB do país para -0,2%, as medidas anticíclicas tomadas pelo governo possibilitaram uma importante recuperação do crescimento em 2010.

Tabela 1: Taxa de crescimento (%) do PIB brasileiro na década de 2000

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
PIB	4,31	1,31	2,66	1,15	5,71	3,16	3,97	5,67	5,08	-0,2	7,5

Fonte: IPEADATA

Nos anos seguintes o crescimento do PIB manteve-se tímido, mas ainda crescendo com um aumento de 2,7% em 2011, 0,9% em 2012, 2,3% em 2013 e 0,1% em 2014. Esse crescimento menor do PIB em 2014 deveu-se a mudança no cenário da economia mundial, com a desaceleração do crescimento da China, queda nos preços das *commodities* e recessão ou desaceleração das economias do núcleo do capitalismo global (Estados Unidos, Japão e União Europeia) (ALVES, 2014).

Essa dinâmica macroeconômica dos anos 2000 em diante apresenta uma melhora significativa das variáveis socioeconômicas que afetam o mundo do trabalho. Porém, no nível microeconômico da relação salarial e da regulação do trabalho verificou-se também um aumento da taxa de rotatividade da mão-de-obra, expansão das modalidades de emprego precário, tais como empregos subcontratados, contratos temporários e contratos de trabalho por tempo determinado, entre outras formas de flexibilidade da mão-de-obra.

Além da expansão desse tipo de relações profissionais impulsionadas por uma economia em crescimento, houve também a disseminação das tipologias de flexibilidade do trabalho na organização das empresas a partir de

uma incorporação sistêmica do toyotismo na organização da produção. O quadro abaixo sintetiza os tipos de flexibilidade do trabalho empregados tanto no nível macroeconômico como no nível das empresas.

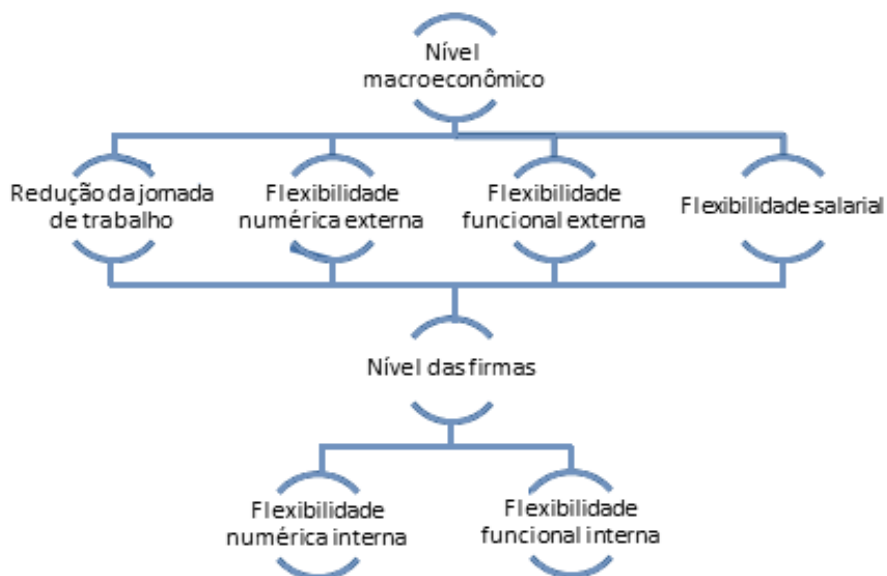
Quadro 2: Tipos de flexibilidade do trabalho

Nível macroeconômico/institucional
Flexibilidade numérica externa: possibilidade de demitir ou empregar funcionários de acordo com as condições econômicas, dependendo de uma legislação que possibilita a abertura para contratos com prazo determinado ou de tempo parcial, reduzindo os encargos sociais para esses tipos de contrato.
Flexibilidade funcional externa: formação de trabalhadores especializados, capazes de se adaptar por meio de cargos e ocupações às mudanças estruturais da tecnologia ou organização do trabalho. Requer um aumento do nível educacional geral e políticas implementadas no sentido de manter a qualificação do trabalho e seu constante treinamento.
Flexibilidade salarial: reajustamento do salário a partir das condições macroeconômicas e conjunturais.
Redução da jornada de trabalho: compreende a diminuição, estabelecida por lei, da jornada máxima de trabalho permitida por semana, aumentando assim, o tempo livre dos trabalhadores e possibilitando aumento no número de contratações.
Nível das firmas
Flexibilidade numérica interna: ajuste na jornada de trabalho com acréscimo de horas ou uso de banco de horas. Essa medida não aumenta ou diminui o número de funcionários, somente adapta a jornada de horas trabalhadas de acordo com as demandas da empresa.
Flexibilidade funcional interna: refere-se a uma reação às oscilações do mercado através de uma atuação flexível do trabalhador. Assim, trabalhadores preparados podem atuar em diferentes funções de acordo com as necessidades da produção.

Elaborado a partir de CNI (2011)

A hierarquia da formação de um mercado de trabalho flexível indica como cada agente, no caso o Estado e os empregadores, podem contribuir na configuração de um mercado flexível em menor ou maior grau. Nesse aspecto, os trabalhos de Boyer (1986) e Atkinson (1986) são as referências mais claras na formação desse quadro e na identificação de tipologias de flexibilidade (BASTOS, [n.d.]).

Boyer (1986) elaborou uma tipologia da flexibilidade abarcando aspectos relacionados com a configuração de uma estrutura macroeconômica e institucional para a formação de um mercado de trabalho mais flexível como componente de uma regulação de caráter flexível. Já Atkinson (1986) desdobra suas atenções ao nível microeconômico, ou seja, no espaço da firma onde a organização do trabalho pode trazer flexibilidade aos equipamentos, às funções exercidas pelos trabalhadores, às horas de trabalho e aos setores de produção.

Figura 4: Níveis hierárquicos da flexibilidade do trabalho

Elaborado a partir de Bastos ([n.d.]

Levando-se em conta os níveis da flexibilidade e presentes na figura e no quadro acima, vemos que no Brasil a flexibilidade do trabalho vem avançando em todos os aspectos e, atualmente, é uma das principais questões discutidas pela sociedade.

No nível macroeconômico, a flexibilidade numérica externa é ancorada na jornada de trabalho em tempo parcial (até 25 horas semanais), pela Lei nº 9601/98 que permite o contrato de trabalho por prazo determinado e pelo trabalho temporário (Lei nº 6019/74).

Já a flexibilidade funcional externa que leva em conta a formação de trabalhadores qualificados para atender às exigências tecnológicas e da gestão flexíveis do toyotismo e da maquinofatura foi garantida pelo neodesenvolvimentismo pelo aumento exponencial das políticas de qualificação profissional.

Programas federais como o ProUni, FIES e Pronatec elevaram a formação da mão-de-obra no país a partir 2003. Segundo o Censo da Educação Superior (MEC/Inep) de 2013, o número total de matrículas no

ensino superior cresceu cerca de 81% entre 2003 e 2012. Nesse mesmo período, a quantidade de instituições públicas de ensino superior cresceu 46,8%, enquanto que as privadas apresentaram crescimento de 27,8% de 2003 a 2010. Oito em cada dez matrículas são efetuadas na rede privada de ensino, que expandiu 58,7% em dez anos, principalmente no interior do país (ALVES, 2014).

Esse incremento significativo de pessoas qualificadas no mercado de trabalho para atender as demandas do capitalismo flexível levou à formação de uma “nova classe trabalhadora” jovem e escolarizada, porém vulnerável diante das mudanças das relações salariais, pois essa faixa de trabalhadores enfrenta uma grande rotatividade do trabalho, uma ocorrência maior de contratos flexíveis, uma queda no rendimento real dos salários (entre 1992 e 2012 o salário real dessa faixa caiu -4,84%, segundo o IPEA) e ainda um índice de desemprego elevado.

A persistência do desemprego de jovens altamente escolarizados apenas indica uma nova (e perversa) dinâmica no mercado laboral, que não se restringe ao Brasil, mas que opera hoje nos países capitalistas mais desenvolvidos, onde se tornou perceptível a camada social do precariado, a nova camada social da “classe” do proletariado. Apesar da tendência de crescimento da desocupação entre pessoas com ensino superior no Brasil, a taxa de desemprego de quem possui o ensino superior atinge 85% na população entre 25 e 64 anos, maior que, por exemplo, a média dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Na OCDE o percentual é de 84% (aqueles que têm apenas o ensino médio possuem uma taxa de emprego de 70%). Na verdade, o desemprego juvenil é apenas a ponta do iceberg da nova condição de proletariedade na qual esta imersa a juventude que trabalha do século XXI (ALVES, 2014, p. 59).

De acordo com Alves (2014) esses seriam os precariados, uma nova categoria de trabalhadores que atende às necessidades técnicas da regulação flexível e ainda se submete a relações salariais precarizadas imposta pelo capital. A formação em instituições de ensino privadas, verdadeiras usinas de produção dessa mão-de-obra preparada para servir, corrobora para que aceitem sem questionar a qualidade dos empregos ofertados.

Dessa maneira, essa população qualificada é necessária para atender a demanda técnica e social do capitalismo flexível, porém apesar disso, não usufrui de privilégios dentro do mundo do trabalho, sendo também impactada negativamente pela regulação atual.

A flexibilidade salarial e a redução da jornada de trabalho são negociadas ao nível da empresa e dos contratos que podem ser elaborados por tarefas ou por projeto definindo uma relação temporária de trabalho e com tempo determinado.

Outras formas comuns de flexibilidade incidem na formação de cooperativas de trabalho (Lei nº 5764/71) e na terceirização de empregados e empresas (Lei nº 6019/74). A terceirização é uma das formas de flexibilidade do trabalho mais utilizada no país. Na década de 1990 as terceirizações causaram uma avalanche no mercado de trabalho devido à redução dos empregos em setores como a indústria para a contratação de terceirização dos serviços.

Nos anos 2000 não foi diferente, pois a terceirização assumiu o principal posto de geração de novas ocupações no Brasil, sendo que os postos de trabalho terceirizados formais foram os que mais cresceram no total do país. O seu ritmo de expansão médio anual foi quase quatro vezes maior que as ocupações como um todo (POCHMAMM, 2008).

Mesmo com essa expansão, as ofensivas do capital no sentido de flexibilizar ainda mais o mercado de trabalho continuam renovando as disputas entre capital e trabalho a cada ano. Em 2015, por exemplo, o projeto de Lei 4330/2004 que prevê a contratação de serviços terceirizados tanto para as atividades-meio quanto para as atividades-fim retornou à pauta da câmara.

Esse projeto causou grande mobilização entre os setores da sociedade, pois até o momento as terceirizações são restritas apenas as atividades-meio, sendo necessário que a empresa contratante mantenha um núcleo de funcionários ligados diretamente a ela, responsáveis pelas atividades finais da empresa.

Com esse novo projeto de lei as empresas poderiam também terceirizar os trabalhadores responsáveis pela atividade-fim, além disso, as obrigações trabalhistas seriam apenas de responsabilidade da empresa terceirizada e a

representatividade sindical passa a ser do sindicato da empresa contratada e não da contratante.

Apesar das críticas de vários setores da sociedade, inclusive da CUT a esse projeto, ele foi aprovado pela Câmara dos Deputados e agora espera sua discussão no Senado para chegar à Presidência. Porém, já existe uma grande pressão, inclusive do seu partido o PT, para que a presidenta Dilma vete o projeto.

Porém, mesmo que a presidenta vete esse projeto, dificilmente ele será enterrado, pois o bloco de poder do capital no Brasil tem se rearticulado para desgastar e implodir a frente neodesenvolvimentista e a grande burguesia interna busca isolar e derrotar os setores populares no interior da frente política. O capital financeiro, enquanto fração hegemônica no bloco de poder, tem se unido a setores insatisfeitos da burguesia interna para pressionar a presidenta Dilma a fim de reduzir o “custo Brasil” a partir do desmonte de direitos trabalhistas.

Na era neodesenvolvimentista, os direitos trabalhistas corroídos durante o período de ascensão neoliberal não foram restaurados, pelo contrário, podem-se perder ainda mais direitos devido à indiferença do governo com relação às ofensivas do capital no Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido, o neodesenvolvimentismo do Partido dos Trabalhadores e suas alianças políticas não romperam com a macroestrutura do Estado neoliberal composto pela sociedade política e civil, que ancorados em uma mídia hegemônica como seus porta-vozes, tem aumentado a tensão entre o governo, o Estado e a sociedade no início do segundo mandato da presidenta Dilma que, desde 2014, vem sofrendo pressões (pedidos de impeachment, investigações e denúncias espalhadas pela mídia) que estão minando a força de seu governo em um contexto onde a desaceleração da economia e o aumento da inflação prejudica sua popularidade.

Assim, vemos como a questão da flexibilidade do trabalho é atual e que a possibilidade de aumentar a flexibilização da relação salarial ainda está em aberto, mesmo com os reflexos negativos dela, como o aumento de doenças laborais, da insegurança relacionada ao curto prazo dos contratos, da captura da subjetividade pelo trabalho ideológico da gestão toyotista e das incertezas

colocadas pelos riscos da sociedade contemporânea que impõe uma flexibilidade ao trabalhador.

No capitalismo flexível, o Estado neoliberal deve se comportar como entidade competitiva na política global e, para isso, reformas nas formas estruturais serão implementadas à revelia de seus custos sociais em busca de competitividade.

Como coloca Harvey (2008), quando ocorre um conflito de interesses, o Estado neoliberal tende a ficar do lado de manter um clima favorável de negócios em detrimento dos direitos do trabalho e do meio ambiente. Isso fortalece o poder do capital e da elite capitalista frente às solidariedades sociais, levando a dissolução ou enfraquecimento de apoios sociais aos trabalhadores na regulação atual.

Desse modo, não é à toa que o mundo do trabalho sente uma profunda crise na era do neoliberalismo e da flexibilidade, mesmo quando o quadro geral da macroeconomia apresenta dados favoráveis como a geração de empregos e redução da pobreza. Isso porque esse quadro reflete apenas um contexto específico de condução da economia e das políticas públicas, porém não rompe com o modelo estrutural do capitalismo flexível e globalizado que emergiu da crise estrutural do fordismo.

Regulação flexível e hegemonia financeira no Brasil

Já discutimos no capítulo anterior a questão da moeda enquanto forma estrutural fundamental para a regulação do capitalismo. A moeda não é um produto ou uma mercadoria, mas essencialmente uma forma de relacionamento entre os agentes da economia mercantil.

No movimento mais geral do capitalismo contemporâneo, vemos que o sistema financeiro é um importante locus da acumulação e vem com isso marcando uma hegemonia nas relações econômicas.

De acordo com Harvey (2011) cada vez menos capital excedente tem sido absorvido na produção, sendo que seu direcionamento tem sido utilizado para financiar dívidas, seja de empresas, famílias e governos. Essa é uma

característica fundamental do capitalismo flexível, pois os mercados financeiros globalizados tem sido responsáveis pela arquitetura da economia real, que tem sofrido os impactos da variabilidade dos fluxos financeiros.

No âmbito da economia política, a moeda se relaciona com as outras formas institucionais através da política monetária adotada pelos governos que define a relação entre o Estado e o sistema financeiro, seja nacional ou global. Nesse sentido, essa forma institucional está relacionada com a constituição de mecanismos macroeconômicos que determinam a economia do país por certo período.

No Brasil, após a crise do fordismo, a política monetária, de maneira geral, esteve pautada na redução da inflação, da dívida externa e na redução dos gastos públicos através do ajuste fiscal que foi adotado, com algumas mudanças, durante parte da década de 1980 e década de 1990.

Como já citamos, durante entre 1979 e 1994, até o Plano Real ser implementado, foram lançados 13 planos de estabilização econômica que tinham como objetivo diminuir a inflação e organizar as variáveis macroeconômicas para que o país voltasse a crescer e gerar empregos.

Para isso, no campo financeiro recorreu-se a venda de empresas estatais para aumentar o fluxo de capital e a empréstimos internacionais que acabaram por submeter o país à hegemonia das finanças, que passaram a ditar as normas de condução dos agentes nacionais para a adaptação do país ao capitalismo flexível.

O desenvolvimento dos territórios no capitalismo flexível está diretamente relacionado com o sistema financeiro internacional e doméstico. Isso representa uma novidade na compreensão das atividades econômicas, pois o poder das finanças nessa nova fase do capitalismo ultrapassa a relação com o financiamento das atividades produtivas e comerciais.

A queda dos controles de capitais e do isolamento dos mercados financeiros domésticos, a partir de uma integração global do fluxo das finanças, levou a provisão de serviços e produtos por esse setor que são procurados por si mesmos. Desse modo, a atuação do mercado financeiro na regulação atual não é apenas da sustentação da atividade econômica, mas também da criação de um mercado próprio com uma grande quantidade de formas de gerar renda sem passar por outros setores.

Sobre isso, Carvalho (2007, p. 330) analisa que

A literatura tradicional sobre desenvolvimento abordava o setor financeiro como produtor de um insumo para outras atividades, tendo sua dinâmica, por conseguinte, dominada pelo que ocorria nesses outros setores. Uma lição central do desenvolvimento das economias capitalistas, nas últimas três décadas pelo menos, é que o setor financeiro não opera como uma sombra dos setores ditos produtivos. A oferta de ativos financeiros crescentemente volta-se para o atendimento de uma demanda muito mais ampla, de natureza final, como no caso da busca por fundos de pensão de formas de riqueza que garantam aos seus associados a percepção de um nível de renda adequado às suas necessidades em horizontes bastante distantes.

As inovações financeiras através da introdução de novas formas de contratos favorecem a emissão de meios de pagamento internacionalmente aceitos que gera assimetria entre os países no mercado internacional, reforçando desigualdades de poder já assentadas na antiga regulação. Os países são obrigados a assumir obrigações em moeda estrangeira, expondo-se a problemas de liquidez e de solvência.

O Brasil tem enfrentado esses problemas de forma cíclica nas últimas décadas, buscando soluções internas para os reflexos do ajustamento externo em decorrência da aceitação e enquadramento do país às regras do jogo definidas pelas instituições financeiras localizadas nos países centrais, perpetuando formas de subordinação.

O relacionamento do país com o mercado financeiro e seu sistema de regras internacionais resultou na adoção acrítica do Consenso de Washington que, como colocamos em outros capítulos, mergulhou o país em sérios problemas sociais.

A financeirização da economia mundial desde a década de 1970 tem levado a formação de um bloco de poder internacional que tem cada vez mais exercido pressão sobre os governos para a desregulamentação dos mercados. Esse poder tem se expressado no nexos Estado-finanças (HARVEY, 2011), em que se coloca o Estado a serviço dos seus credores, disposto a arcar com os custos dos excessos de poder que essa classe capitalista tem exercido.

Após a crise dos anos 1930, um sistema de regulação foi criado para controlar a ganancia privada e impedir que seus interesses particulares levassem toda a sociedade as terríveis experiências totalitárias que se sucederam à grande depressão.

Forças políticas importantes que combateram o fascismo, sabiam muito bem que a sobrevivência da democracia não dependia apenas da restauração das instituições e dos mecanismos de representação popular, do equilíbrio de poderes e do controle público dos atos das autoridades. A experiência negativa dos anos 20 e 30 deixou uma lição: o capitalismo da grande empresa e do capital financeiro levaria inexoravelmente a sociedade ao limiar de outras aventuras totalitárias, caso não fosse constituída uma instância pública de decisão capaz de coordenar e disciplinar os megapoderes privados (BELUZZO, 1995 p. 11).

Na era da regulação fordista, a regulamentação do sistema financeiro, baseada no acordo de Bretton Woods, possibilitou uma queda na instabilidade do mercado monetário internacional e o controle exercido pelo Tesouro Americano e o Fundo Monetário Internacional garantia que os excessos do capital financeiro fossem dominados pelos lastros da formação de capital ancorado na economia real.

Após o fim do acordo nos anos 1970 a desregulamentação dos mercados nacionais e a hegemonia financeira passaram a empurrar o sistema para riscos crescentes. A centralização do poder do dinheiro através do sistema de crédito (HARVEY, 2011) levou a euforia do endividamento externo do qual os governos brasileiros se aproveitaram para financiar o consumo e o poder das elites nacionais.

O Consenso de Washington, principalmente as reformas de sua segunda geração nos anos 1990, colocou o Brasil à mercê do circuito financeiro internacionalizado e operado pelos grandes bancos, que atuam à margem de qualquer regulamentação ou supervisão.

Evidente que nosso país está na zona periférica desse poder do sistema financeiro, pois o centro do sistema se encontra nos países centrais, nos Estados Unidos, União Europeia e países desenvolvidos da Ásia.

Mesmo assim, os reflexos da atual forma institucional da moeda assentada no nexos Estado-finanças impactam diretamente no país na medida em que a relação com o mercado global se amplia com o processo de globalização.

As questões internas relacionadas com a condução da política econômica, ou mesmo com as eleições presidenciais no país tem demonstrado o quanto a questão financeira e a conexão dos mercados globais tem reflexos na condução de questões nacionais. Um exemplo disso ocorreu no período da campanha presidencial de 2002, quando o ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva concorria com chances reais de se eleger.

O Brasil sofreu um ataque especulativo durante a campanha presidencial de 2002. Houve forte depreciação do real, elevação substancial do prêmio de risco pago pelos títulos públicos do país e redução da entrada líquida de capitais externos na economia. Esse ataque ocorreu num quadro de alta fragilidade macroeconômica, pois em 2002 a dívida líquida do setor público era elevada e fortemente indexada ou à taxa básica de juros (Selic) ou à taxa de câmbio, e o país praticamente não possuía reservas internacionais, pois do total de 38 bilhões de dólares disponíveis no Banco Central do Brasil (BCB) 21 bilhões de dólares correspondiam a um empréstimo do governo junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Para piorar a situação, a depreciação do real resultou em um aumento da inflação brasileira, que passou de 7,7%, em 2001, para 12,5%, em 2002, e em uma rápida deterioração das finanças públicas do país, com um aumento da dívida líquida do setor público, de 52% do PIB, no final de 2001, para 60% do PIB, no fim do ano seguinte. Assim, longe de uma “herança bendita”, o quadro geral do Brasil no final de 2002 era de descontrole macroeconômico (BARBOSA, 2013, p. 69).

Após a eleição do Presidente Lula, a grande desconfiança do mercado financeiro quanto as suas intenções em seguir ou não os parâmetros da regulação flexível diminuíram, dando início a um período de certa tranquilidade no relacionamento entre o governo brasileiro e o capital financeiro.

Primeiramente, o governo fez uma escolha fundamental para acalmar o mercado financeiro ao escolher como Presidente do Banco Central o executivo do BankBoston, eleito deputado federal pelo estado de Goiás, Henrique

Meirelles. Essa escolha foi ousada e desagradou grande parte do PT, pois ele tinha se eleito deputado pelo principal partido da oposição, o PSDB.

Após a escolha do presidente que agradou o mercado financeiro, em 2003 o governo começou a adotar uma série de medidas restritivas com a elevação da taxa Selic para combater a inflação, depreciação da taxa de câmbio e elevação do superávit primário.

O aumento da exportação de *commodities* impulsionada pelo crescimento da China durante os anos 2000 e as reformas internas seguidas pelo governo com o objetivo de estabilizar o mercado, possibilitaram o crescimento da economia após 2004, impulsionado pelo crescimento do saldo comercial.

A expansão da economia após 2004 também esteve relacionada à redução da taxa de juros, devido à queda da inflação, e a expansão do volume de crédito. O crescimento econômico baseado na expansão do crédito foi um dos pilares da relação entre o neodesenvolvimentismo e o mercado financeiro.

Dois pequenas reformas financeiras realizadas no período iniciaram o processo de aumento do volume de crédito no país. A primeira foi a reforma da Lei de Falências, em 2004, que ajudou na expansão do crédito para as empresas devido a simplificação e mais agilidade na recuperação de empréstimos em caso de dificuldades financeiras no caso do devedor. A outra foi a introdução e difusão do crédito consignado para as famílias, como sugestão da CUT em parceria com as instituições financeiras, algo que aumentou a oferta de crédito para consumo familiar (BARBOSA, 2013).

Isso ampliou o poder de compra das famílias e de investimento das empresas, elevando a economia doméstica que crescia em um ritmo elevado para a história recente do país. Já mostramos anteriormente os reflexos desse período para o crescimento da economia, dos empregos formais, para a transferência de renda e para a escolarização dos trabalhadores.

Outro marco importante desse período foi quando o governo decidiu encerrar sua dívida externa com o FMI em 2005 mediante o pagamento de 23 bilhões de dólares (BARBOSA, 2013). O pagamento da dívida com o fundo foi um marco político e econômico para o país, proporcionado pelo aumento das reservas internacionais devido ao saldo positivo da balança comercial.

O pagamento da dívida com o FMI não implica em independência à hegemonia financeira. Na arquitetura atual do sistema, a submissão dos países aos desígnios do capital financeiro se traduz de diferentes formas e o sistema de dívidas é apenas uma delas.

A premissa de que os Estados devem manter um ambiente institucional e político estável e favorável aos negócios, aos fluxos das finanças e ao financiamento das famílias, governos e empresas é o principal aspecto da hegemonia financeira na regulação flexível.

O Brasil vem seguindo as premissas colocadas pelo capital financeiro, seja através da receita imposta pelo FMI nos dois consensos, seja pela adoção de práticas de política econômica e composição de uma elite decisória que agrade ao mercado financeiro interno e externo.

Após as reformas internas e retorno do crescimento econômico no governo Lula, o país atingiu, em 2008, pela primeira vez na história, o título de grau de investimento pela agencia classificadora de risco Standard & Poor's. Essa nota significa que o país seria considerado um país seguro para investimentos, devido a sua capacidade de arcar com o pagamento de suas dívidas.

O aumento no grau de investimento do país foi comemorado como vitória política do governo, apesar de ressalvas colocadas ao fato pela Febrabam que alertou sobre a possibilidade de entrada de capitais especulativos de curto prazo.

No campo interno, o capital financeiro nacional passou por reestruturações que já vinham ocorrendo desde os anos 1990 com as privatizações de bancos públicos estaduais, algo que possibilitou a entrada de grandes grupos financeiros no mercado brasileiro pela compra desses bancos.

Em 2008, outro momento importante para a questão financeira nacional, foi a fusão de dois grandes bancos privados nacionais, o ITAÚ e o Unibanco. A fusão desses bancos criou o maior banco do hemisfério sul, algo que na época contou com o apoio do governo brasileiro pelo então presidente do Banco Central Henrique Meirelles.

Ainda nesse ano, ocorreu a fusão das bolsas de valores BMF&Bovespa como estratégia de centralização do mercado financeiro nacional, criando a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

Essas estratégias de centralização do poder do dinheiro no cenário nacional vieram em decorrência de uma estratégia global do setor para expandir seu poder, criando monopólios e controlando territórios, realizando um ajuste desse setor nacional com a tendência geral.

A grande crise financeira internacional de 2007-2009 demonstrou o grave problema do poder das finanças dentro da regulação do capitalismo atual. O sistema de crédito, que foi responsável pelo crescimento econômico de países como Estados Unidos por décadas, solapou com a explosão da bolha imobiliária.

O crédito se tornou o meio mais importante para coibir o problema da demanda efetiva (HARVEY, 2011) nos países centrais e devido ao alinhamento do Brasil a regulação internacional, mesmo com marcadas especificidades, respondendo às demandas de grupos internos dominantes que se aliam aos interesses do centro do capitalismo global, a reprodução das formas de regulação do capitalismo flexível leva as mesmas formas de dominação à qual o capitalismo financeiro marca a contemporaneidade.

Como disse Celso Furtado, para os países latino-americanos se livrarem da condição de subdesenvolvimento, a primeira lição é escapar da obsessão de reproduzir o perfil daqueles que qualificam a si mesmo como desenvolvidos e assumir uma própria identidade (CORREA, 2007).

A adoção ao processo de globalização financeira e da regulação flexível que resultou em diversos eventos que levaram à reorganização do relacionamento entre os setores econômicos e o mundo das finanças, entre o Estado e a moeda, tem sido reproduzido em diversas formações socioespaciais, e o Brasil não é exceção.

A grande crise financeira recente que teve seu centro os Estados Unidos e a Europa foi um dos eventos que demonstraram que a ganância daqueles que podem “produzir” dinheiro à revelia de todo o conjunto social e sustentar uma elite apenas com capital fictício é algo que o capitalismo desenvolvido permite que ocorra.

O Brasil foi um dos países que se recuperaram rápido dos impactos dessa crise, com medidas anticíclicas adotadas pelo governo. Porém, a questão da reprodução de padrões do centro não foi superada e tampouco

colocada em xeque, mesmo com os países enfrentando sérios problemas econômicos.

Pelo contrário, a visão de uma economia forte é difundida internamente pelo conceito de “disciplina de mercado” que definem as políticas que permitem a liberdade da entrada e saída de capitais, já que os movimentos de capitais tornam-se o critério para avaliar se as políticas são válidas e se preservam o “sentimento dos mercados” (CARVALHO, 2007). Ou seja, a regulação da moeda no capitalismo flexível está em tornar o território fluido para os desígnios de seu poder.

Concorrência, Estado e flexibilidade

A globalização econômica e a abertura dos mercados expandiram as possibilidades de incorporação de forças produtivas na economia mundial. As mudanças nas condições materiais levaram a constituição de novas bases para a produção econômica, dos transportes e das comunicações. O colapso do socialismo e a abertura da China proporcionaram a incorporação, pelo capitalismo global, de centenas de milhões de trabalhadores que, aliado ao barateamento das técnicas, permitiu um aumento da produtividade mundial (MIGUEL, 2011).

Diante desse cenário arquitetado após a crise do fordismo, a incorporação de novos espaços no processo de valorização do capital em escala global transformou as leis coercitivas da concorrência, forçando a expansão e reinvestimento dos lucros, em um contexto complexo de novos parâmetros regulatórios para a atuação do capital sobre o território.

O processo de integração de países em desenvolvimento na economia mundial levantou a questão da autonomia do desenvolvimento nacional perante a influencia cada vez maior de movimentos globais. A apropriação do excedente nesses países se tornou a inovação necessária para suprir o campo da acumulação de grandes capitais e restaurar o poder da elite capitalista através da acumulação por espoliação (HARVEY, 2008).

A acumulação por espoliação apresenta características que correspondem à constituição do capitalismo flexível na globalização, através da mercadificação com a privatização de ativos públicos adquiridos por corporações; a financerização da economia, tendo o sistema financeiro como centro da atividade redistributiva; a administração e manipulação de crises com uma sofisticada redistribuição deliberada de riqueza de países pobres para países ricos; redistribuições via Estado das classes baixas para as classes altas (HARVEY, 2008).

Em países da periferia do sistema, entre eles o Brasil, a integração com o mercado global levou ao crescimento dos superávits em conta corrente como forma de poupança interna para o pagamento de dívidas, sendo um importante veículo de transferência de fluxos significativos de dinheiro em direção aos países centrais.

A privatização de ativos públicos para corporações estrangeiras foi realizada de maneira ampla nos anos 1990 e a política das empresas tem tido no Estado neoliberal um parceiro na criação de um ambiente favorável aos investimentos.

Isso é colocado devido ao acirramento da concorrência em decorrência desse quadro internacional de integração econômica e novas estratégias de acumulação, levando os capitalistas a forçarem o Estado a adotar medidas de redução dos custos para os investimentos e com isso, tornar as formas institucionais flexíveis para atender seus interesses.

Segundo Harvey (2011 p. 96) “a contrarrevolução neoliberal que então ocorreu não só veio para quebrar o poder do trabalho, mas também para estabelecer as leis coercitivas da concorrência como executoras das leis da acumulação sem fim do capitalismo”. Com isso, as normas colocadas pela necessidade de fazer frente a uma concorrência globalizada transformaram profundamente os territórios que os colocam cada vez mais vulneráveis a dinâmicas globalizadas.

Devido a esse processo de transformações nas condições da concorrência, a reestruturação do capital foi um caminho alçado por diversos grupos e empresas a fim de manter a competitividade. Porém, como já ressaltamos as empresas não trabalham sozinhas, eles necessitam da parceria do Estado e de todo o território para empreender suas estratégias competitivas

e, por isso, ocorre uma pressão do capital para a transformação de toda a regulação do território a seu favor. Como disse Santos (1997, [s.n]),

No mundo, a competitividade tornou-se grande lei; todavia, antes, creio que seria bom verificar como, a partir da expropriação da política pelas empresas elas retiram a política das mãos de quem pode fazê-la, que é o Estado, os políticos. Nós substituímos a ideia de democracia pura pela ideia de democracia de mercado. É o que acontece no Brasil: não temos democracia. O Brasil não é propriamente um país democrático; aqui existe uma democracia de mercado, a tal ponto que não são as necessidades do Homem, com “h” maiúsculo, que presidem o trabalho do aparelho do Estado, mas a preocupação com as empresas.

A frente política composta pela burguesa nacional que tem dado sustentação aos governos brasileiros desde a década de 1990, parte do pressuposto de que a atuação do Estado nacional deve ser no sentido de proporcionar novos negócios com parceiros comerciais internacionais, investir em infraestruturas para possibilitar condições de produção ao capital e manter uma série de medidas macroeconômicas que possibilitem o ambiente favorável para o retorno do capital.

Esse conjunto de variáveis que o Estado deve se dedicar é traduzido pelo lema da “redução do custo Brasil” que, como já ressaltamos, está relacionado com a flexibilidade da relação salarial, isenções fiscais em todas as esferas de governos, investimentos em ciência e tecnologia, educação para o mercado, entre outros fatores que já citamos nesse capítulo.

A pressão para que esse conjunto de políticas seja direcionado em favor do capital, sem ampliar os direitos sociais, é enorme e tem levado a crises políticas que ameaçam a estabilidade da democracia no país com os sistemáticos ataques à presidenta da república desde que o quadro da economia desacelerou a partir de 2010.

O conflito relacionado com a questão de quem perde com o baixo crescimento da economia está na pauta cotidiana e, para o capital, serão os trabalhadores e o meio ambiente. Isso fica claro com as ofensivas no Congresso Nacional e STF que buscam disseminar mais precariedade nas

relações de trabalho no país e também no aumento da degradação ambiental com conivência do Estado.

Desse modo, quando se trata de competitividade interna, entre os capitais que atuam no país, o Estado tem que fornecer a redução dos custos, uma regulação flexível que possibilite todo tipo de vantagens para a acumulação, além de favorecer os grandes lobbies empresariais para financiar sua expansão, centralização e internacionalização via BNDES (SANTOS, 2012).

Quando a questão é a competitividade nacional frente ao mercado global, a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento que atenda às premissas das regras do jogo do comércio internacional é fundamental. Nesse sentido, é necessário um modo de regulação coerente, que crie normas capazes de manter o conjunto da sociedade, ou boa parte dela, em ressonância com um caminho a ser trilhado, a partir de diretrizes generalizadas. Isso é fundamental para a competição com outras nações.

Nos anos 1990, as pressões advindas dos países centrais para a implementação de políticas econômicas e reformas, como a liberalização da conta de capital e o crescimento com poupança externa, foram estratégias claras de neutralizar o crescimento econômico dos países concorrentes (BRESSER-PEREIRA, 2011).

No Brasil, como alternativa, foi elaborada a aliança neodesenvolvimentista, como uma espécie de “terceira via” entre o discurso desenvolvimentista e a ortodoxia convencional. Porém, a constituição dessa estratégia de desenvolvimento esteve pautada em criar novos caminhos para o crescimento sem com isso romper com a forma estrutural do Estado, como já analisamos anteriormente.

A constituição dessa via para o desenvolvimento nacional diante da competitividade externa da era da globalização levou a bons resultados quanto ao crescimento econômico até o aprofundamento da recessão mundial em decorrência da crise financeira.

Esse modelo não é protecionista, sua estratégia de manutenção da competitividade dos capitais nacionais está na necessidade de uma taxa de câmbio competitiva, pois o aumento dos lucros e das taxas de juros atrai capital estrangeiro e, com isso, apreciam a taxa de câmbio.

Essa apreciação cambial gera desequilíbrios nos setores econômicos, principalmente o exportador, diminuindo a competitividade internacional. Segundo Bresser-Pereira (2011 p. 20-21)

o fato de que países que produzem bens que usam recursos naturais baratos sofrem a apreciação de longo prazo de sua taxa de câmbio, compatível com o equilíbrio do saldo em conta corrente, mas isso torna economicamente inviáveis outros setores de bens comercializáveis que usam tecnologia de ponta. Assim, o país é impedido de transferir mão-de-obra da produção de bens de baixo valor agregado per capita para bens de alto valor agregado uma condição chave para o crescimento econômico.

Desse modo, uma política industrial competente nos novos termos da regulação da concorrência do capitalismo flexível no Brasil está assentada em uma política macroeconômica baseada no equilíbrio fiscal, taxas de juros que equilibrem investimentos e controle a inflação e uma taxa de cambio competitiva para que as empresas obtenham competitividade internacional.

Regime internacional no capitalismo flexível

Com relação à forma de adesão ao regime internacional que o Brasil tem adotado durante o capitalismo flexível muitos dos seus elementos já foram destacados em outras seções desse capítulo.

As formas e modalidades de um país se inserir na regulação internacional do capitalismo estão condicionadas por vários fatores de ordem interna e externa, sendo que o lugar do país no mundo depende de variáveis estruturais e conjunturais, como todas as questões relacionadas com a configuração das formas institucionais.

O fato da forma institucional que define a relação da formação socioespacial com o espaço internacional ser uma política de Estado, que está condicionada ao papel do país, constituído historicamente, na divisão internacional do trabalho e aos elementos da política externa adotada por cada governo, proporciona mudanças qualitativas na forma de relacionamento do

país com o espaço mundial que devem ser identificadas de acordo com as possibilidades ou constrangimentos que cada período oferece.

Durante os anos de regulação fordista, a doutrina do regime internacional estava assentada na divisão dos países entre economias de centro e periferia, dicotomia baseada na doutrina de Rostow, na qual os países subdesenvolvidos estariam em uma etapa prévia para o desenvolvimento.

Nessa visão, desenvolvida nos anos 1950, haveria cinco fases para se atingir o desenvolvimento que organicamente seriam superadas pelos países. Sem considerar constrangimentos ou contradições, essa ideologia nada mais era do que uma simplificação que ignorava as diferenças qualitativas entre estruturas desenvolvidas e estruturas subdesenvolvidas e o relacionamento entre elas (VIDAL, 2007).

O pensamento cepalino veio criticar fortemente essa doutrina internacional considerando a história, os atores sociais que a constroem e as estruturas produtivas que são reproduzidas em cada formação socioespacial como estruturas de dominação do centro com relação à periferia.

Esse pensamento foi criado em um contexto de emergência do fenômeno das empresas transnacionais que foi uma das bases da economia política internacional do fordismo. Também esteve relacionada ao funcionamento da regulação internacional ancorada nas instituições reguladoras que organizavam os intercâmbios entre os países a partir da submissão aos interesses das economias centrais, principalmente dos Estados Unidos.

Notadamente, as mudanças nas relações internacionais colocadas pela globalização nas últimas décadas do século XX também transformou a configuração das trocas internacionais e isso abriu um campo de possibilidades aos países, diante das mudanças na divisão internacional do trabalho.

Relações assimétricas entre países do centro e da periferia do sistema capitalista que foram identificadas pelo pensamento cepalino durante o fordismo como formas de dominação e exercício diferenciado de poder no campo da economia internacional não se extinguiram diante dessa nova regulação, pelo contrário, foram reforçadas a partir de novos mecanismos endossados pela globalização financeira que, como já ressaltamos, criou novas modalidades de relacionamento entre estruturas desiguais, como a

acumulação por espoliação através da unificação do mercado mundial (HARVEY, 2008).

As principais características desse tipo de acumulação encontra no Estado e na forma de adesão ao regime internacional de cada país seu campo institucional para a ação e legitimidade.

O Brasil aderiu ao regime internacional da globalização e do capitalismo flexível da competitividade global seguindo as orientações do FMI e Banco Mundial a partir daquilo que era mais favorável ao mercado internacional. Foi vendida ao país uma receita para se tornar um bom competidor externo, algo que não passou de uma ideologia que tinha em si a defesa dos interesses de uma elite internacional.

Usando o poder imperial dos Estados Unidos, essa elite não mediu esforços para constranger os países periféricos industrializados através do financiamento em troca de reformas estruturais, algo que o governo brasileiro da época aceitou sem grandes ressalvas.

Foi um período marcado por uma atmosfera “entreguista”, onde a ordem internacional se impôs mais forte que os interesses nacionais, que ficaram à revelia dos resultados da demanda externa. Mesmo o país sendo um aliado histórico dos Estados Unidos, no início da era neoliberal esse alinhamento com o centro do poder internacional foi levado ao extremo, com uma das mais profundas interferências de seus interesses na política interna.

Com a mudança do governo, ocorreu também uma mudança na política externa, algo que provocou transformações qualitativas na inserção internacional do país. O governo Luís Inácio Lula da Silva e seu caráter nacionalista, considerando esse termo em um amplo espectro de ressalvas que colocamos em várias partes do texto, orientou a política externa de forma mais independente em busca de autonomia com relação aos centros de decisão do capitalismo central.

Algumas atitudes políticas foram importantes traços dessa nova orientação do governo em relação à tradição historicamente constituída de subordinação do país nas relações internacionais, principalmente quando os interesses norte-americanos conduziam os acordos e decisões.

Um exemplo disso ocorreu em 2005, quando em decorrência das negociações da ALCA (Área de Livre Comércio da América Latina) que

estavam acontecendo desde 1994, na Cúpula das Américas de Mar del Plata, quatro países do Mercosul, além da Venezuela, recusaram a execução do projeto. O governo brasileiro recusou a proposta, se alinhando aos outros países sul-americanos.

Sobre a ALCA, Garcia (2010, p.56) destaca que,

Pairava sobre o conjunto do continente a proposta de formação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), prato de resistência da Cúpula das Américas, lançada em Miami, em 1994, no limiar do governo Fernando Henrique Cardoso, que lá compareceu como presidente eleito. Apesar do atrativo ideológico que esse projeto apresentava para os setores do governo brasileiro e para parte do empresariado, eram muitos os segmentos da indústria, da agricultura e dos serviços locais que se davam conta dos enormes riscos que essa “solução de mercado” representava para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. É obvio que à frente do rechaço à Alca se encontravam os sindicatos que, a partir da experiência do Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio (Nafta), se davam conta dos enormes riscos que tal iniciativa traria ao mundo do trabalho.

A postura do governo brasileiro em recusar o projeto, estrando em sintonia com outros países da região, demonstrou que a política externa daquele período seria menos subordinada aos interesses norte-americanos e que se inaugurava uma nova era na região onde os Estados Unidos, apesar de ainda muito influente, perdia aliados importantes nas negociações regionais.

Após a derrota dos Estados Unidos frente a importantes aliados na América do Sul, como consequência da eleição de presidentes de centro-esquerda em países importantes da região, esses países se uniram para criar novas formas de integração em busca de autonomia regional frente ao cenário global.

A demanda crescente por alimentos, energia e matérias-primas devido ao crescimento de países em desenvolvimento abriram espaço no campo do comércio internacional do qual os países sul-americanos poderiam se beneficiar devido às suas características produtivas. Parte importante da economia regional está relacionada aos grandes mercados de exportação de *commodities*, ou seja, as características da produção de matérias-primas para

mercados de exportação se mantêm na região mesmo após seu processo de industrialização.

Com o reconhecimento dessa realidade internacional, os países sul-americanos formaram a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) em 2008. A criação da Unasul integra alianças comerciais entre os países da região e proporcionou a formação de parcerias das quais o BNDES é um grande agente financiador regional.

Além do alinhamento com uma política regional ligada aos países sul-americanos, no Brasil na última década a inserção internacional também tem se ampliado no continente africano e asiático. Em alguns casos, os capitais brasileiros são responsáveis por negócios importantes para a economia local, fazendo com que o país se destaque como um importante parceiro comercial para países pobres.

O BNDES apoia na África projetos de infraestrutura física e energética, em moldes semelhantes àqueles desenvolvidos na América Latina. Criaram-se mecanismos de cooperação entre entidades, como a Embrapa e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e governos africanos. Recentemente, a presidenta Dilma viajou para Malabo (Guiné Equatorial), onde participou da III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo América do Sul-África (ASA), e, posteriormente, para Abuja, na Nigéria, durante a Rio +20, em junho de 2012. A chefe do governo brasileiro recebeu mais de uma dezena de governantes africanos, com os quais manteve produtivas conversações. O interesse brasileiro em ampliar suas relações com o Sul do mundo fez com que alguns objetassem seu caráter “terceiro-mundista” (GARCIA, 2010, p. 64).

Desse modo, no cenário atual do capitalismo flexível ocorrem mudanças políticas na forma de inserção internacional do país e isso abriu espaço para novas relações com países da periferia, além da convergência nas relações com outros países em desenvolvimento. Isso gerou o rótulo internacional de um bloco de países emergentes que os economistas de mercado chamam de BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Com a crise internacional de 2008 atingindo de forma mais intensa os países do centro, esses países tem impulsionado a economia mundial, pois foram os únicos que, apesar de diminuírem o ritmo de crescimento no período,

continuaram a crescer, gerando uma identificação como economias emergentes.

O termo emergente é restrito, pois traz à tona uma das principais limitações da análise feita por aqueles que deram esse rótulo: ele se restringe na ênfase exclusiva nas dimensões econômica e demográfica do processo de diversificação estrutural desses países nas últimas décadas. Tem um foco simplificador colocado pelos economistas de mercado, no qual diversidades geográficas e culturais não são contabilizadas, porque a única coisa importante são as oportunidades econômicas que esses países oferecem (SOLA, 2011).

Não cabe aqui entrarmos em detalhes sobre as relações estabelecidas entre o Brasil e o restante dos países dos BRICS. Cabe ressaltar que as mudanças na regulação internacional, com a fragilização dos países centrais após o estabelecimento de um sistema de crédito como forma de gerar demanda efetiva, tem aberto espaço para a atuação mais influente de outros países no cenário internacional, configurando novas formas de hegemonia que se estabelecem regionalmente e que podem impactar de maneira profunda o processo regulatório do capitalismo global.

Um caminho importante foi gerado com a criação em 2015 do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) dos BRICS. Essa iniciativa coloca-se claramente como uma alternativa do grupo dos países ao sistema de bancos internacional (FMI e Banco Mundial) dominado pelos Estados Unidos. A China é a maior investidora do fundo do banco e com isso mostra sua força na economia global nesse início de século XXI.

Desse modo, o Brasil tem nessa proximidade de relacionamento com países em desenvolvimento uma nova postura das suas relações internacionais, além de participar de novos caminhos regulatórios que o cenário internacional tem possibilitado com a crise nos países centrais.

Ainda é muito recente para comemorar resultados dessas iniciativas de alinhamento ao regime internacional com caminhos diferentes daqueles constituídos historicamente que sempre tinham nos Estados Unidos o principal aliado no campo de forças internacionais.

Porém, é interessante perceber que a reestruturação das formas institucionais devido a necessidade do modo de regulação nacional se adequar

as novas dinâmicas do processo de acumulação global baseado no capitalismo flexível tem configurado novas potencialidades de atuação do Brasil no mundo.

Considerações finais sobre o capítulo

Nesse capítulo analisamos como a reestruturação das formas institucionais no modo de regulação do Brasil tem gerado novas relações e conflitos entre os agentes sociais que atuam no país e também tem transformado a natureza de relações de nossa formação socioespacial com outras nações na arena global.

Esse quadro geral da regulação nacional é importante para compreendermos as grandes mudanças que vem ocorrendo no país e que tem sido responsáveis por transformações em diferentes territórios.

Para o próximo capítulo, focaremos na análise da flexibilidade territorial a partir das estratégias dos agentes da região do ABCD, na grande São Paulo. Para entendermos as mudanças regulatórias nessa região em particular, temos que levar em conta as mudanças regulatórias na escala nacional que é a principal escala de análise da regulação.

Suas formas institucionais são responsáveis por decodificar as normas globais para todo o território nacional e assim, trabalham na construção de possibilidades de ação dos agentes que atuam em outras escalas.

Em um país heterogêneo como o Brasil, a regulação flexível se dá a partir de conflitos que marcam a construção da política e da economia nacional desde a constituição do país enquanto uma grande economia da periferia industrializada, marcada por intensa desigualdade social.

Nesse processo, cabe destacar a atuação de grupos de intelectuais, instituições e movimentos sociais que se empenharam em projetar propostas alternativas que compreendessem uma estratégia de desenvolvimento que incorporasse uma regulação para o país e assim buscasse soluções para problemas estruturais que a população mais pobre enfrenta cotidianamente.

Infelizmente, ao falarmos da realidade concreta da regulação nacional esses projetos alternativos praticamente não aparecem, pois não tiveram apoio e força para serem implementados perante o poder de agentes hegemônicos.

A contribuição das pessoas que se empenharam em elaborar esses projetos aparece apenas pelas suas elaborações analíticas, ou seja, suas ideias são importantes para a análise da regulação vigente, apesar de sua atuação ser tímida nos resultados ou modificações da realidade por seus projetos.

Essas características da flexibilidade no Brasil demonstram o quanto ela é elitista e se alimenta da carência da construção de conceitos arquetípicos tão importantes para o avanço da sociedade como solidariedade, democracia, cooperação e diálogo, construindo uma regulação que só reforça carecimentos sociais.

O egoísmo das elites, que se baseia no contrato entre seus interesses para comandar mudanças que afetam toda a sociedade, vem desde a construção de nossa formação socioespacial gerando mazelas para a população em geral.

Essa regulação se expressa em um vazio de cidadania que a nação nunca pôde completar e que gerou uma enorme população daquilo que Milton Santos (2012) chamou de “deficientes cívicos” que preenchem uma grande rede de cidades sem cidadãos.

Milton Santos e muitos outros intelectuais apostaram na construção de projetos que proporcionassem melhorias materiais para essa população na esperança de sua emancipação e assim criar condições para que eles fossem os agentes protagonistas das mudanças vindouras.

Infelizmente, esses projetos nunca se concretizaram e, mesmo nos governos do PT, que tiveram resultados positivos quanto à melhoria de indicadores sociais, não proporcionou o salto para a cidadania sonhado por muitos brasileiros que encararam a missão de contribuir para a construção de um projeto de desenvolvimento alternativo no país.

Como disse Frei Betto em recente entrevista:

o erro do Lula foi ter facilitado o acesso do povo a bens pessoais, e não a bens sociais – o contrário do que fez a

Europa no começo do século 20, que primeiro deu acesso a educação, moradia, transporte e saúde, para então as pessoas chegarem aos bens pessoais. Aqui, não. Você vai a uma favela e as pessoas têm TV a cores, fogão, geladeira, micro-ondas (graças à desoneração da linha branca), celular, computador e até um carrinho no pé do morro, mas estão morando na favela, não tem saneamento, educação de qualidade. É um governo que fez a inclusão econômica na base do consumismo e não fez inclusão política (Entrevista dada à Revista Cult em maio de 2015, disponível em <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/frei-betto-o-erro-do-lula-foi-ter-facilitado-o-acesso-do-povo-a-bens-pessoais-e-nao-a-bens-sociais/>>).

Como já destacamos, na era Lula o país cresceu sem fazer importantes reformas e sem transformar as formas institucionais reestruturadas durante a crise do fordismo. O crescimento econômico da última década está no limite pela atual conjuntura global e os conflitos estão mais acirrados perante o fim do ciclo da era neodesenvolvimentista.

Com isso, o modo de regulação nacional do capitalismo flexível constituído a partir dos constrangimentos exercidos pelos agentes globais diante do seu poder de influência nas decisões da elite nacional, reforça o curto prazo e deixa a população nacional mais vulnerável diante da volatilidade do sistema global.

Capítulo IV - Flexibilidade e Território: regulação na região do ABCD

Nesse capítulo iremos trabalhar com as categorias da regulação – modo de regulação, regime de acumulação, agentes e formas estruturais – na escala regional, a partir da análise da regulação flexível na região do ABCD, localizada na Grande São Paulo, tendo foco nas instituições regionais que transformaram a política industrial a partir da criação de Arranjos Produtivos Locais.

Considerando as mudanças que tem transformado a regulação nacional, a análise dessa região veio para dar um caráter territorialmente localizado da flexibilidade, levando-se em conta a formação de novas normas e formas de regulação – a partir das formas institucionais – para transformar a ação dos agentes perante essa nova fase capitalista.

Como já abordamos, o capitalismo flexível emergiu a partir da crise e reestruturação do fordismo que ocorreu em escala global, onde os agentes hegemônicos que atuam nessa escala conduziram esse processo de forma orquestrada, impondo novos parâmetros regulatórios e normas específicas aos territórios que se relacionaram com dados já existentes para assim formar a geografia da flexibilidade mundial, dotada de complexidades, heterogeneidades e desigualdades diversas.

Para a teoria, o desafio está em apreender esse quadro diverso, complexo e com desenvolvimentos geográficos desiguais, a partir de um conjunto de relações sociais que se tornam uma regularidade entre os agentes e permite que a regulação flexível vire uma realidade na atualidade.

Após mais de três décadas dos primeiros sinais da reestruturação que desencadearia mudanças profundas nas formações socioespaciais, o esforço teórico pôde, a partir de pesquisas variadas e análises multideterminadas, empregar certas categorias analíticas fundamentais para explicar o capitalismo flexível e como funciona sua regulação, apesar das infinitas possibilidades de sua manifestação na realidade.

Nesse sentido, vamos elencar algumas análises teóricas que buscaram sistematizar e categorizar o esquema da regulação flexível, utilizando-se de

uma perspectiva crítica, a partir de modelos que expressam territorialmente os modos de regulação concretos. A premissa é que os interesses e conflitos entre os agentes geram um conjunto de decisões que orientam as ações de determinada sociedade territorial e com isso tornam possíveis algumas configurações das formas institucionais dentro da macroestrutura do capitalismo flexível.

Isso significa que mesmo sob a determinação de alguns aspectos, tais como o processo de globalização, a hegemonia financeira, as mudanças tecnológicas, a supremacia informacional, entre outros, os agentes territoriais ainda possuem capacidade de tomar decisões próprias que vão direcionar esses elementos inerentes à flexibilidade no relacionamento com as possibilidades do território, mesmo que esse esteja estrangido pelo modo de regulação nacional.

Posteriormente a essa abordagem teórica, com a sistematização dos principais elementos de alguns esforços teóricos que elencamos, vamos analisar a configuração de uma nova regulação regional no ABCD a partir da organização dos agentes locais em instituições responsáveis pela criação de novas normas no território como resposta à crise do fordismo e seus impactos na economia da região.

Foi com a configuração dessas novas normas que emerge a política de APLs na região como uma alternativa ao desenvolvimento da indústria regional perante a crise nacional e as instabilidades econômicas provocadas pelas grandes empresas multinacionais.

A configuração de arranjos produtivos locais a partir da articulação dos agentes com a mediação das instituições regulatórias regionais tem transformado o padrão produtivo das micro e pequenas empresas locais a partir da criação de vínculos destas com outros agentes que atuam em outras escalas, aprofundando a complexidade das relações entre empresas e o território sob o capitalismo flexível.

Dentro desse universo dos arranjos, nos propomos fazer uma análise sucinta do APL de móveis, que se apresenta como um dos mais organizados da região e que já tem demonstrado resultados importantes de transformação de suas empresas a partir da construção de normas coletivas para a orientação dos agentes envolvidos.

Com a análise desses elementos – teoria, recorte regional, política setorial de APLs e o APL de móveis -, nesse capítulo o foco será a relação entre território e a regulação flexível, escala que é influenciada pela regulação nacional. Com isso, iniciamos analisando algumas teorias para análise da flexibilidade territorial para depois vermos as consequências desse processo em um estudo de caso.

Para a pesquisa de campo, realizamos entrevistas com os agentes reguladores mais importantes que atuam na escala regional e que são responsáveis pela elaboração da política de APLs, bem como com os agentes responsáveis pelo APL moveleiro analisado nesta tese.

Na região levantamos informações sobre a atuação das seguintes instituições da regulação regional: Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, Prefeitura de São Bernardo Campo, Prefeitura de Santo André, Sebrae Santo André e CIESP São Bernardo do Campo.

Para entender os vínculos dessas instituições regionais com aquelas que atuam em outras escalas, principalmente através da política de APLs, realizamos entrevistas na Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo e também conversamos com uma representante dos projetos financiados pelo BID nos APLs do estado, dos quais se inclui o APL moveleiro estudado.

Além dessas instituições visitadas, também realizamos pesquisa de campo na CUT e na Força Sindical, ambas com sede na cidade de São Paulo. Externamente à região, entrevistamos pesquisadores de várias universidades do país e um pesquisador do IPEA – Rio de Janeiro.

Para analisar a atuação dos agentes capital e trabalho no APL de móveis da região, nossa pesquisa de campo colheu informações no SINTRACOM, sindicato de trabalhadores das indústrias de móveis e SIMABC que é o sindicato das indústrias moveleiras. As entrevistas com empresários individuais foram realizadas em suas lojas de fábrica da Rua Jurubatuba em São Bernardo do Campo.

Assim, a partir dessa pesquisa compreendemos como atuam os principais agentes responsáveis pela regulação regional na constituição de novas normas territoriais nessa fase de capitalismo flexível e, através da análise do setor moveleiro, compreendemos melhor a atual política de

organização industrial local enquanto arranjo produtivo local, sendo possível compreender como a regulação do ABCD transforma seu marco regulatório e como isso impacta em sua política industrial e nas indústrias de micro, pequeno e médio porte regional.

Os modelos para análise da flexibilidade territorial

A partir das mudanças advindas da crise do fordismo nos anos 1970, a Geografia Econômica de Estados e regiões foi se modificando de maneira avassaladora a ponto de gerar uma série de análises e debates que culminaram em esforços teóricos empreendidos por pesquisadores e centros de pesquisa mundialmente conhecidos que proporcionaram uma série de instrumentos de análise para compreender essa realidade espacial em transformação.

Era necessário construir aportes teóricos capazes de interpretar um conjunto de mudanças que a realidade demonstrava e isso levou a configuração de modelos de análise dotados de conceitos mediadores que levariam a compreender o movimento do real concreto em sua enorme diversidade e complexidade.

Como destacou Storper (1999, p. 34),

As metacapacidades do capitalismo contemporâneo, o que Marx denominou das forças e as relações sociais de produção, tem desenvolvido e amadurecido ao ponto em que a variedade de possibilidades empíricas particulares para a organização de mercados e empresas e outras esferas institucionais da vida econômica e social tem aumentado enormemente.

Essa variedade de manifestações empíricas é criada a partir da ação dos agentes diante do uso e organização dos recursos disponíveis dos territórios, juntamente com as possibilidades e constrangimentos que são colocados pelo modo de regulação articulado em outras escalas maiores, como a nacional e a internacional.

Diante disso, elencamos alguns modelos explicativos da flexibilidade no nível territorial, como ela pode se expressar a partir da atuação de um conjunto de agentes que representam forças contraditórias que levam a elaboração de compromissos e normas que compõem o modo de regulação daquela sociedade territorial.

Leborgne e Lipietz (1988) distinguiram em suas investigações e análises da flexibilidade europeia duas trajetórias do processo de flexibilidade e seus impactos nas formas institucionais. Com isso, buscaram construir um caráter mais específico para o processo de análise da flexibilidade a fim de ressaltar a importância da configuração dos regimes de acumulação territoriais concretos diante de diretrizes que são impostas por agentes hegemônicos que atuam em outras escalas, como a nacional e a global.

De acordo com os autores, a diversidade de manifestação concreta da flexibilidade nos territórios leva a configurações específicas do modelo sendo que,

Assim como a flexibilidade dos equipamentos, das relações de trabalho e das relações entre empresas, pode ser alvo de diferentes interpretações, assim também as políticas e os projetos territoriais conduzidos em nome da flexibilidade correspondem a blocos sociais em formação totalmente diferentes. Para simplificar, distinguiremos os discursos e as práticas da “flexibilidade defensiva” e da “flexibilidade ofensiva” (LEBORGNE; LIPIETZ, 1988, p 235).

Diante dessas preocupações, eles elaboraram duas tipologias que são representações ideais da flexibilidade territorial, ressaltando os principais aspectos que as caracterizam quanto à formação de relações que influenciam os agentes e as formas estruturais do território, conforme o quadro 3:

Quadro 3: Estratégias de Flexibilidade, segundo modelo de Leborgne e Lipietz (1988)

Modelo Defensivo	Modelo Ofensivo
<p>Utiliza a flexibilidade (do trabalho) nos seus aspectos negativos, ou impõe a superação dos pontos de rigidez, para defender mercados ameaçados.</p> <p>É uma visão de curto prazo da adaptação às exigências da concorrência e às novas tecnologias.</p> <p>Visa a formação ou a manutenção de um bloco de empresários/proprietários.</p>	<p>Dá origem, pela negociação, à capacidade de desenvolver as novas tecnologias em função de perspectivas de novos mercados a criar.</p> <p>É uma visão de médio/longo prazo dos interesses coletivos de uma ampla fração da comunidade territorial.</p> <p>Visa a formação ou a manutenção da hegemonia de um bloco de empresários/produtores.</p>
Isto implica da parte do trabalho	
<p>A anulação das conquistas sociais que rigidificam o contrato salarial, pelo desenvolvimento de contratos temporários, a flexibilização da legislação do trabalho, etc. (modelo neotayloriano).</p>	<p>O desenvolvimento da formação, da polivalência, da iniciativa dos trabalhadores, em contratos salariais estáveis (modelo kalmariano).</p>
Da parte do capital	
<p>Uma não implicação do capital financeiro de origem local no capital industrial territorial.</p> <p>Relações oportunistas (de vistas curtas) entre grandes empresas contratantes e pequenas empresas subcontratadas (QIV pobre).</p>	<p>Um importante investimento da poupança local no capital produtivo local.</p> <p>Relações de parceria entre grandes empresas e empresas especializadas (QIO densa).</p>
Da parte das instituições	
<p>Uma tensão instável entre o Estado central – que efetua as grandes escolhas macroeconômicas e delega nas regiões a gestão das consequências sociais – e as regiões – que reivindicam um apoio</p>	<p>Acordos estabilizados (ainda que a sua gestão seja conflitual), ao nível territorial adequado, para a criação de redes de informação e de diálogo Estado/sindicatos/empresas, nos domínios da investigação, da definição</p>

permanente do Estado central. Este apoio do Estado central toma a forma de planos concebidos de forma desgarrada e postos em causa pelas alterações das maiorias políticas.	e da adaptação permanente do projeto territorial, etc.
Ao nível tecnológico	
Proclama-se o “imperativo de modernização” e classifica-se de “arcaica” a defesa das conquistas sociais adquiridas. Nega-se a diferença de interesses entre capital e trabalho (todos no mesmo barco frente à concorrência mundial).	Pratica-se a modernização e discutem-se os problemas sociais por ela suscitados. Tem-se em conta a diferença de interesses e negociam-se (por vezes após longos conflitos) compromissos mutuamente vantajosos.
Ao nível jurídico	
Anulam-se os antigos acordos territoriais que proibiam o “dumping social”, exacerba-se a concorrência entre os trabalhadores, as empresas subcontratadas e os locais (internos ou externos ao território). Negociam-se caso a caso acordos de empresa ou de estabelecimento.	Fixam-se as regras do jogo, ao nível territorial mais vasto (nacional ou continental), em acordos bilaterais ou trilaterais (patronato/sindicatos/órgãos da administração pública): leis-quadro, convenções coletivas de ramo. Nesse quadro, os acordos de empresas ou os acordos locais mobilizam os recursos humanos existentes.
Estas atitudes enraízam-se nas tradições fordistas em vias de superação	
Um fordismo que privilegiou os baixos custos da mão-de-obra, o trabalho desqualificado, os jovens e as mulheres sem qualificação, a imigração.	Um fordismo que privilegiou o <i>know-how</i> ao nível da engenharia e do fabrico qualificado.
...no estado das forças sociais	
Sindicalismo arrasado após uma crispação em torno dos antigos compromissos, ou que delega no patronato a direção da “recuperação”.	Sindicalismo mobilizador das relações de forças anteriormente constituídas, para influenciar o novo modelo de desenvolvimento.

Patronato que contorna as regalias sociais adquiridas através de estratégias de deslocalização.	Patronato que procura compensar as regalias sociais adquiridas negociando a implicação dos trabalhadores.
Os seus efeitos	
<p>Destruição das localizações industriais obsoletas, perda da cultura técnica e do <i>know-how</i> existentes.</p> <p>Dependência crescente do aparelho produtivo territorial em relação às importações. Perda do domínio do mercado interno.</p> <p>Polarização do aparelho produtivo em torno de alguns segmentos ou polos de competitividade, contra setores abandonados por serem arcaicos.</p>	<p>Negociações que se antecipam às reconversões. Mobilização, adaptação e reciclagem das competências técnico-profissionais existentes.</p> <p>Reforço dos laços intersetoriais e intra-setoriais no território. Domínio do mercado interno no que se refere a certas fileiras.</p> <p>Difusão intersetorial dos conhecimentos tecnológicos, da investigação aplicada e do dinamismo.</p>
... e, nas formas de crescimento urbano	
<p>Especialização de áreas-sistemas metropolitanas nas atividades do terciário superior, com dualismo social nessas áreas.</p> <p>Sobrevivência ou desenvolvimento de zonas produtivas especializadas nas atividades pouco qualificadas terciárias ou industriais.</p>	<p>Desenvolvimento de áreas-sistemas simultaneamente industriais e terciárias.</p> <p>Transição das zonas produtivas especializadas para sistemas produtivos locais.</p>
Alguns sintomas	
<p>Mitologia da pequena empresa.</p> <p>Multiplicação de projetos de criação administrativa de tecnopólos.</p>	<p>Adensamento de redes de empresas especializadas em torno de multinacionais emergentes.</p> <p>Formação de áreas-sistema ou de sistemas produtivos locais por reforço das relações de parceria empresas/universidades/administração territoriais.</p>

Elaborado a partir de Leborgne e Lipietz, 1988.

Esse quadro foi elaborado com o objetivo de ser uma referência para compreender como a flexibilidade se manifesta de maneira concreta nos territórios. Os autores deixam claro que esses conjuntos de políticas flexíveis incorporam um grupo de racionalidades parciais que atuam a partir de uma lógica de regulação do conjunto.

Apesar de representar dois tipos apreendidos no nível das ideias, onde a manifestação real desses elementos podem ter as mais variadas formas, esse quadro é uma referencia importante para captar como o desdobramento do conjunto de práticas de determinada estrutura pode influenciar nas práticas da outra, gerando um complexo conjunto de ações que se autodeterminam para a configuração das relações sociais que dão suporte à regulação.

Outra questão importante é a relação entre as escalas e suas determinações na dinâmica territorial. O território é o lócus de tensão e conflitos que definem as políticas que dão caráter à regulação. Nesse sentido, o aporte institucional da regulação se relaciona com as desigualdades territoriais para formar os blocos dessas políticas, sendo que essas desigualdades não são apenas uma mera diferença na distribuição espacial dos fatores de produção e das atividades, mas sim o resultado histórico do desenvolvimento desigual capitalista.

Esses blocos de políticas territoriais também ressaltam o aspecto da continuidade histórica, colocando como os conflitos e as normas que davam a formatação das formas institucionais na era fordista podem determinar, até certo ponto, na configuração das normas pós-crise do fordismo e como isso influencia as relações entre os agentes no trilhar do caminho da flexibilidade defensiva ou ofensiva, de acordo com o modelo dos autores.

Esse conjunto de possibilidades políticas que o modelo expressa parte da análise do poder dos grupos hegemônicos que geram com suas ações repercussões em diferentes esferas da sociedade. Nesse sentido, ele pode ser utilizado como um importante instrumento teórico para entender a regulação flexível nos territórios, porque nessa análise, os territórios se tornam uma parte importante na configuração de qualquer prática referente a essa regulação, como ressalta Oliveira (2008 p. 1)

Nessa perspectiva, território e poder não são realidades reificadas, mas conceitos articuladores dos agentes econômicos e sujeitos sociais que disputam os sentidos de uma nova organização social nos lugares investigados, cuja compreensão analítica nos obriga a considerar tanto as forças, relações e associações instituídas pelas classes dominantes, responsáveis pelas desigualdades sociais presentes no território, mas igualmente, as forças e sujeitos sociais que se opõem e produzem movimentos de resistências a diferentes formas de dominação em seus territórios.

As heranças do fordismo não devem ser desconsideradas ao pensarmos nessa nova regulação e sua formatação política, já que as relações sociais e grupos hegemônicos da regulação anterior exercem forte influência na configuração da flexibilidade e sua orientação para a construção de um caminho que seja mais ofensivo ou defensivo. Porém, isso não significa que um território que obteve grandes progressos econômicos e sociais durante a era fordista possa repetir o mesmo sucesso na nova regulação.

Isso ocorre porque o conjunto de políticas também varia de acordo com os grupos que a exerce, configurando um rico mosaico de possibilidades de análise, porque de uma regulação para a outra a hegemonia territorial também pode ser transformada e seus resultados implicarem em territórios que apresentam novos usos para o poder corporativo ou estatal, gerando assim territórios que ganham e territórios que perdem dentro da nova lógica (BENKO, 1996).

No ABCD, região que teve seu desenvolvimento econômico fortemente atrelado ao modelo fordista de desenvolvimento, a construção de normas para uma regulação flexível foi diretamente influenciada pelas heranças do fordismo no território, pois a constituição de fortes sindicatos durante essa regulação proporcionou a união do trabalho, enquanto agente econômico organizado, na aliança de forças que possibilitaram a elaboração das instituições reguladoras responsáveis pela nova regulação pós-fordista do território.

Leborgne e Lipietz (1988) ao discutirem a formação das estratégias defensivas e ofensivas como possibilidades da flexibilidade colocam que os fatores decisivos para essas formações divergentes estão na herança desses territórios e na hegemonia que se constitui nessa nova regulação, ressaltando que *“através de um prisma constituído pela formação de um bloco social*

territorial, o qual, pelas lutas e pelos compromissos que o definem, vai pesar sobre o conjunto dos atores e determinar o destino do território” (p. 235).

Outras teorias também foram elaboradas, a partir de análises de quadros territoriais, com objetivo de delimitar um modelo para a flexibilidade nos territórios, considerando a atuação dos agentes.

Uma delas é a teoria de Piore e Sabel (1984) que defendiam que a crise fordista da produção em massa levaria a um aumento das possibilidades das pequenas e médias empresas através da especialização flexível²³. Baseando-se no estudo de caso da Terceira Itália, os autores buscaram generalizar um modelo de organização industrial que poderia dar resultado frente aos impasses da crise, mas, como bem ressalta Braga (1996, p. 126)

a teoria da especialização flexível estaria baseada na experiência de algumas regiões industriais bem sucedidas e, sobretudo, na generalização de elementos próprios da organização industrial dessas regiões que, supostamente, definiriam os contornos teóricos de um “novo regime de acumulação” (Aglietta, 1979), neofordista ou de especialização flexível, a ser concretizado na década de 90.

Esse modelo de especialização flexível foi aclamado e até serviu de inspiração para políticas de desenvolvimento baseadas na ideia de que as pequenas empresas seriam a chave para a geração de empregos com o uso adequado do *know how*, e também traria importantes investimentos produtivos diante da crise das grandes plantas industriais e da norma de consumo do fordismo.

Porém, essas ideias partem de interpretações da crise fundamentadas na concepção de que nos anos 1970 se inaugura uma crise de subconsumo, derivada da saturação dos mercados de bens de consumo de massa nos

²³ De acordo com Braga (1996, p. 122) “Na visão de Piore e Sabel (1984), por exemplo, a saturação dos mercados de massa acarretaria uma crescente diferenciação dos produtos com uma ênfase na qualidade de mercadorias cada vez mais diversificadas, o que exigiria turnos de trabalho mais curtos e unidades de produção menores e mais flexíveis.”.

países centrais, algo que não chega a ser um consenso, já que a literatura sobre a crise diverge em amplos aspectos²⁴.

Portanto, os sucessos dessas vias pós-fordistas ou modelos de flexibilidade territorial ainda não demonstraram sua capacidade de generalização para toda a complexidade geográfica e cultural dos territórios, se constituindo de tipos ideais com resultados localizados.

Após a crise ter demonstrado seu grau de profundidade, houve uma rápida difusão da ideia de que a introdução de princípios flexíveis na organização da produção, do trabalho e nas relações profissionais poderia alavancar uma mudança profunda na economia dos países e transformar territórios e empresas obsoletos em eficientes e competitivos.

Leborgne e Lipietz (1988 p. 223) colocam que o espírito que reinava na época era de que a flexibilidade

Em muitos países (particular naqueles que sentem mais duramente os efeitos da crise dos seus aparelhos industriais), e de acordo com inúmeros relatórios internacionais, parece ser este o santo-e-senha destinado a abrir a porta do pós-crise. Invoca-se a “flexibilidade” das máquinas, induzida pela revolução tecnológica; é óbvio que ela “tem de” ser acompanhada de uma “flexibilidade” do contrato salarial; apela-se a que “se quebre a velha rigidez”.

Esses princípios flexíveis, como já descrevemos, incorporam um conjunto de aspectos que compreendem uma revolução industrial (revolução da microeletrônica) onde as novas tecnologias traria um horizonte de redução do trabalho vivo na produção e aumento da produtividade.

Isso seria uma alternativa para alguns setores, onde a incorporação da automação guiada pela microeletrônica diminuiria os custos com o trabalho e

²⁴ Para a Escola da Regulação, por exemplo, o centro da explicação do crescimento e da crise do pós-guerra está na relação salarial fordista, sendo a relação salarial um dos maiores determinantes das mudanças no modo de desenvolvimento no longo prazo, colocando em primeiro plano as análises marxistas da relação capital/trabalho (BOYER, 1990, p. 120). Já outras interpretações abarcam diferentes aspectos, tais como: 1) a exaustão do anterior regime técnico (visão neo-schumpeteriana); 2) as contradições sociais e econômicas dos métodos fordistas (visão socioeconômica); 3) Conflito entre técnicas rígidas e perspectivas macroeconômicas incertas (o debate sobre a flexibilidade veio reforçar essa interpretação); 4) Colapso da ordem internacional (concepção mais extremista) (BOYER, 1992).

traria mais agilidade na organização da produção e possibilidade de variação dos produtos perante a utilização de equipamentos flexíveis.

Já outros setores buscaram a alternativa nas mudanças de reengenharia organizacional, reduzindo custos através da realocação geográfica da sua produção, buscando espaços onde a mão-de-obra é abundante e pouco organizada, onde haja bons incentivos fiscais, empresas de porte menor para atender suas demandas e outros fatores que poderiam ajudar a reduzir os custos da produção.

Isso também veio acompanhado de estratégias de desintegração de cadeias produtivas com a criação de redes de empresas especializadas conectadas por contratos de prestação de serviços e terceirizações. Muitos ramos organizaram circuitos espaciais produtivos que traz mais flexibilidade à produção, apostando na comunicação entre os agentes da produção para responder com mais facilidade e rapidez as mudanças de cenário do mercado em que atuam e também as mudanças do cenário econômico mais geral.

De acordo com Leborgne e Lipietz (1988)

As novas tecnologias oferecem novas possibilidades de organização industrial, principalmente graças à gestão dos fluxos de informações e de produtos assistida por computador, à flexibilidade dos bens de equipamento, à standardização tornada possível pelo fabrico automatizado de alta precisão, à concepção modular dos produtos e à montagem automatizada por subconjuntos (p. 232).

Como já foi salientado, essas estratégias variam de setor para setor e também a partir da capacidade das empresas em aderir a determinada flexibilidade ou não devido ao seu porte, capital disponível e acesso ao sistema de crédito.

A modernização apesar de ser uma necessidade constante, não ocorre da mesma maneira nos ramos, setores e empresas e isso se reflete geograficamente a partir de territórios que se inserem mais à lógica modernizadora por concentrar uma produção capaz de aderir de maneira mais simultânea às tendências internacionais, aos produtos de vanguarda.

Ao mesmo tempo existem territórios onde essa lógica não se insere de maneira abrangente e as dinâmicas modernizadoras ocorrem em um tempo mais lento ou somente com o incentivo do Estado e de suas políticas setoriais de apoio à modernização produtiva. No Brasil isso ocorreu em muitas cidades e regiões industriais de ramos mais tradicionais e localizadas distantes dos grandes centros, pois só se modernizaram a partir de incentivos de programas estatais e políticas econômicas, como a abertura comercial.

Em outros casos, temos os exemplos de regiões metropolitanas que perdem com a nova regulação, a partir de um processo de desindustrialização, como o que ocorreu na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2008) enquanto outras acabam ganhando indústrias e transformando sua região industrial de forma dinâmica como no caso da Região Metropolitana de Curitiba.

Tabela 2: Número de estabelecimentos industriais segundo regiões metropolitanas brasileiras

RM	Fortaleza	Rio de Janeiro	São Paulo	Goiânia	Belém	Curitiba
1985	1612	12058	32436	1390	782	3546
1990	2420	14930	41786	2054	903	5087
1995	3286	11728	42158	2634	865	5553
2000	4246	10538	38684	3869	970	6559
2005	4223	6236	26450	3958	748	3886
2010	5566	7040	29481	4791	875	4672
2014	6239	7775	30623	5704	1059	5111

Fonte: RAIS/MTE

Também podemos salientar o papel das cidades médias como novos centros de acumulação nessa nova lógica. No caso paulista, por exemplo, a partir de uma base industrial já consolidada de investimentos do capital local, muitas cidades médias passaram a ser alvo de investimentos de capitais externos, com compra e fusões com empresas locais, imprimindo um novo cenário de concorrência e padrão produtivo, ao passo que as empresas locais tiveram que adaptar-se a essa nova lógica modernizando-se para não falir (BOMTEMPO, 2011).

Nesse sentido, as cidades de diferentes portes passaram a ter seu papel na divisão territorial do trabalho redefinido com a lógica da flexibilidade, a partir dos investimentos de agentes internacionais e da capacidade de atração do território diante da seletividade global.

Durante as últimas décadas vários trabalhos vêm sendo publicados no Brasil e no mundo com o objetivo de discutir as repercussões internas das diretrizes do capitalismo internacional, relacionando suas mudanças recentes às particularidades dos regimes de acumulação. Esses trabalhos nos dão um repertório importante para se entender como a regulação acarretada pelos parâmetros da flexibilidade tem transformado os territórios.

Essas questões são difíceis de responder e necessitam de uma análise complexa, multiescalar, que incorpore aspectos de ordem macro e microeconômica, o entendimento dos territórios, dos interesses hegemônicos que orientam os agentes, do que é determinação da esfera local, nacional e internacional, de como se configuram as instituições que mediam o processo das relações mercantis e não mercantis e, principalmente, como ocorre o relacionamento entre infraestrutura e superestrutura no capitalismo contemporâneo que é atravessado por lógicas globais e globalizantes.

Utilizando-se dessas questões e problemáticas pode-se compreender e *“estudar a transformação das relações sociais criando novas formas, ao mesmo tempo econômicas e não-econômicas, organizadas em estruturas e reproduzindo uma estrutura determinante, o modo de reprodução”* (BOYER, 1990 p. 43).

Essa é a tarefa que tentamos empreender para explicar a regulação do Brasil atual, suas relações e seus desdobramentos territoriais a partir do território da região do ABCD, entendendo que cada agente, cada forma estrutural e cada relação tem seu papel na composição concreta da regulação.

Território e regulação flexível na região do ABCD

No contexto atual vemos que as mudanças oriundas da grande crise dos anos 1970 – crise fordista - se repercutem em diferentes recortes territoriais e cada um deles expressa um conjunto de fatores que os alinham com tendências maiores que se instauraram em decorrência da crise e que podem ser caracterizadas como padrões dominantes.

A crise do fordismo gerou uma quantidade de modelos ou padrões de organização da vida econômica que buscam adaptar os agentes a um novo regime de acumulação, que traz consigo uma gama de aspectos que o caracterizam como flexível, combinando com uma regulação também flexível.

Mesmo com o discurso que foi passado pela mídia dominante, grandes empresas e escolas de negócios de que essa nova fase do capitalismo traria a flexibilidade ao nível global, incorporando novas tecnologias mais inteligentes na produção, um novo trabalhador mais participativo, uma conexão global do mercado, entre tantos outros aspectos que apontariam para um mundo sem fronteiras e totalmente integrado, a realidade é que todas essas facetas são incorporadas nos territórios de maneira incompleta e imperfeita, sobrepondo-se as especificidades já existentes, ao passo que cria outras e acentua disparidades espaciais e desigualdades sociais, criando novos conflitos entre os agentes responsáveis por essas transformações.

Nesse sentido, a Região do ABCD, juntamente com todo o conjunto metropolitano, passou por profundas mudanças em seu conteúdo econômico apresentando fases em que a mundialização da economia e flexibilização da produção levou a processos de desindustrialização, desemprego estrutural e mudanças significativas na composição dos setores econômicos (MATTOSO, 1999).

Conseqüentemente, por a região apresentar um histórico de desenvolvimento urbano e industrial muito representativo após a década de 1950, atrelado a esse desenvolvimento metropolitano como consequência do modelo de desenvolvimento fordista, essa reestruturação da economia global e das formas institucionais no âmbito nacional, impactou de maneira significativa a região, gerando respostas rápidas a essas mudanças regulatórias.

Figura 5: Localização dos municípios da região do ABCD no contexto da Grande São Paulo



Fonte: Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC

A regulação flexível passa a ser incorporada em seu território primeiramente pelas grandes empresas montadoras de automóveis, metalúrgicas e também do ramo químico, em um processo onde *“os agentes adaptam suas normas para que haja compatibilidade com as normas dos agentes hegemônicos. E essa adaptação rompe com equilíbrios externos e internos, condenando os equilíbrios preexistentes”* (SANTOS, 1999, p. 20).

Como tivemos mudanças nas formas institucionais do país, explicitadas no capítulo anterior, os capitais internacionais tinham uma nova regulação nacional para se relacionar, abrindo novos caminhos para a sua reestruturação e, com isso, as empresas da região também foram incorporadas a essas mudanças, transformando o território regional.

Por ter em seu território o polo automobilístico mais importante do país na época e por concentrar uma variedade enorme de empresas ligadas a essa produção industrial, principalmente as empresas de autopeças, as mudanças normativas que as indústrias automobilísticas empreenderam, levaram a uma transformação de toda a cadeia de produção.

Pressionadas por diretrizes advindas de suas sedes internacionais, as grandes corporações, tais como General Motors, Toyota, Ford, Pirelli, entre outras, passaram a reestruturar sua produção e gestão, a partir da incorporação de novas tecnologias e métodos de gestão toyotistas, diminuindo o trabalho vivo na produção, pressionando instabilidades no território de “cima” para “baixo”²⁵.

Aliado a isso, as mudanças regulatórias do Estado nacional, com a sua nova atuação na economia devido ao esgotamento do regime de acumulação fordista também pressionaram o território da região do ABCD a partir de diretrizes externas, pois o esvaziamento do papel do Estado como grande indutor do crescimento e industrialização, política que teve a região como um grande *locus*, impactou no espaço regional a partir da necessidade de respostas internas à crise do desenvolvimento nacional.

Essa reestruturação produtiva das grandes empresas levou a uma intensificação dos conflitos entre o capital e o trabalho que durante a crise brasileira do “milagre econômico” dos anos 1970, transformou a região no principal território de lutas operárias.

A industrialização fordista representou uma mudança qualitativa no mundo do trabalho através de uma nova relação salarial. Já destacamos os principais processos de constituição dessa forma estrutural no cenário nacional e a região do ABCD é um rico exemplo de como a relação salarial fordista foi estruturada dentro do território nacional.

Nessa região houve um processo de industrialização *lato senso*. Todo o processo de implementação do modelo de desenvolvimento fordista que analisamos no quadro geral da nossa formação socioespacial se repercutiu de maneira profunda na região. O Estado nacional e suas alianças com o capital monopolista internacional e o grande capital nacional foram um dos principais agentes de atuação do desenvolvimento regional durante todo o período do modo de regulação fordista no Brasil.

Isso se repercutiu no mundo do trabalho a partir da formação de uma classe operária de renda média, organizada em sindicatos e com variados

²⁵ Dupas (2004) traz uma análise bem interessante e didática sobre o período e suas consequências para o mercado de trabalho pegando como exemplo o quadro da RMSP.

graus de especialização. Como já dissemos, para os trabalhadores brasileiros, o mercado de trabalho formal fordista foi uma grande “promessa integradora” que motivou milhões de pessoas a migrarem para regiões industrializadas e metropolitanas em ascensão.

A região do ABCD foi um dos principais destinos dessa população interessada em recomeçar a vida através de uma carteira assinada em uma grande indústria; ter acesso aos direitos do trabalho representava um alto grau de cidadania para os padrões nacionais.

É uma difícil tarefa contabilizar quantas pessoas chegou à região nesse vertiginoso processo migratório durante as décadas do auge do fordismo no país, sendo mais difícil ainda recompor os lugares de partida desses imigrantes que chegaram para formar um dos territórios de grande diversidade cultural do país.

Essa quantidade enorme de pessoas levou a população regional a saltar, juntamente com o número de empregos e também dos subempregos que eram responsáveis pela absorção de um grande exército industrial de reserva. Mesmo com a pujança econômica, a pobreza e a exclusão social de grande parte da população regional sempre foram uma barreira ao desenvolvimento local e essas intensas contradições marcam o território dos municípios com conflitos sociais que vão muito além dos conflitos entre capital e trabalho.

Mesmo com essa amplitude de questões sociais relacionadas com o modelo de desenvolvimento excludente do fordismo periférico, a organização do poder sindical e popular se destacaram no contexto social, sendo um dos principais marcos regionais diante do cenário nacional e internacional, pois levou a participação do trabalho na configuração das normas para o modo de regulação da região e do país.

A organização dos sindicatos da região é antiga e remonta ao início do sindicalismo no Brasil, na década de 1940, durante a Era Vargas. Nessa época, os sindicatos tinham uma atuação tímida no contexto regional, mas já demonstravam um importante papel na transformação das normas da região perante a economia urbana e industrial em crescimento, lutando por condições de trabalho para aqueles que trabalhavam nas fábricas locais, primordialmente compostas por capital local de descendentes de imigrantes estrangeiros.

Com a intervenção do Estado nacional e das empresas multinacionais na região a partir do fordismo, os sindicatos se fortaleceram e cresceram na esteira da expansão das grandes cadeias produtivas e, com isso, formaram uma classe operária média que estava sob a regulação da relação salarial do modelo de desenvolvimento.

Nesse contexto, se destacam a atuação do Sindicato dos Metalúrgicos do Grande ABC e do Sindicato dos Químicos que são ligados às atividades industriais. Nas atividades de serviço se destaca o Sindicato dos Bancários da região.

Esses sindicatos cresceram na região e se tornaram um dos mais importantes espaços do movimento operário não apenas regionalmente, mas nacionalmente, pois foram os principais articuladores da formação da CUT e do Partido dos Trabalhadores na década de 1980.

A partir da ação de líderes do Sindicato dos Metalúrgicos do ABCD, principalmente do ex-presidente Lula, a região se tornou grande protagonista das lutas do trabalho no país participando da arena política através dessas instituições e tendo espaço nas discussões regulatórias que ocorreram a partir de então, como já apontamos em outros capítulos.

Era o período de ajuste das empresas a partir da introdução da maquinofatura (ALVES, 2014), que como forma de resistência, levou ao auge o sindicalismo regional (e também o nacional), sendo o mais importante movimento operário da época em todo o país que fazia resistência às demissões de trabalhadores, ao fechamento de plantas industriais, reivindicavam a manutenção de direitos e abertura para a atuação política através da redemocratização.

Era a única via para fazer frente às mudanças que a regulação flexível trazia com a crise do fordismo. A estratégia do capital em transformar a organização do trabalho e mecanizar a produção em busca de reduzir custos, também representava uma ameaça clara ao trabalho organizado a partir não apenas das perdas materiais (empregos e direitos), mas também por impor a construção de novos significados no mundo do trabalho que minariam qualquer sentido de cooperação existente, passando para a competição individual entre trabalhadores e para a colaboração destes com a empresa, amenizando a

noção de conflitos de interesses entre capital e trabalho e destruindo solidariedades entre a classe dos trabalhadores (ALVES, 2014).

No bojo destes conflitos entre capital e trabalho ligados à modernização produtiva e reestruturação das empresas e novas formas de relação salarial desvantajosa para os trabalhadores, nos anos 1980 e 1990 a situação regional é transformada por fatores ligados à macroeconomia nacional, com a mudança do Estado e das formas institucionais que levaram a adoção da receita desregulamentadora, orientada para a competitividade e ajustamento global a partir da difusão da flexibilidade dos países centrais até a periferia.

A regulação flexível também compreendeu uma reestruturação espacial a partir da redefinição de hierarquias regionais e do protagonismo das cidades médias, que diante de uma estratégia do capital monopolista em busca de novos espaços de valorização, levou a orientação dos novos investimentos para outros espaços em detrimento da região, pois toda a região metropolitana e, principalmente, o ABCD, passou a ser compreendida como um espaço que gerava uma “deseconomia de aglomeração”, ou seja, um espaço onde os investimentos alocados não renderiam a taxa de retorno esperada devido aos problemas urbanos resultantes da alta aglomeração e ineficiências resultantes do acúmulo no território de um padrão de produção em crise - o fordismo (LENCIONI, 1994).

Além disso, a questão da organização sindical se apresentava como um empecilho ao domínio do capital sobre o trabalho. Com o trabalho organizado constituindo instituições fortes para atuar como protagonista da regulação da relação salarial, a região se tornou um exemplo de espaço onde o trabalho detinha grande poder de reivindicação sobre o capital e grande apoio da sociedade.

Já vimos como a mudança de regulação afetou os empregos em várias partes do país e como isso deu grande poder ao capital que se aproveitou das possibilidades de deslocamento para submeter territórios e fazê-los trabalhar a seu favor em troca da promessa de novos empregos, gerando altos encargos sociais (SANTOS; SILVEIRA, 2003).

Na região do ABCD isso repercutiu na perda de empregos, pois a tradição industrial de seu território tornava a classe operária dotada de histórico de lutas e resistências que não eram interessantes para o empresariado. Com

a ascensão do Estado neoliberal como forma institucional trabalhando a favor da competitividade e dotando o território de elementos que favorecem a acumulação, outros espaços do país se tornaram atrativos para as empresas que atuavam na região, levando ao deslocamento dos investimentos para outros lugares que oferecessem mão-de-obra barata e pouco organizada, incentivos fiscais, entre outros benefícios, ou seja, condições ótimas para a acumulação ao colocar o território para trabalhar a favor dela.

Esse conjunto de medidas de caráter regulatório que afetou todo o país impactou de forma negativa na região que perdeu empregos formais, principalmente na indústria. Na tabela 3, vemos como foram perdidos empregos nos principais municípios da região entre 1985 e 1995.

Tabela 3: Empregos formais – municípios da região do ABCD*

Empregos formais	1985	1990	1995	Variação % 1985 - 1995
Diadema	77.488	82.957	79.361	2,36%
Mauá	26.179	28.331	32.561	19,60%
Ribeirão Pires	13.481	16.515	16.882	20,14%
Santo André	122.278	120.663	119.559	-2,27%
São Bernardo do Campo	203.482	182.951	194.520	-4,60%
São Caetano do Sul	63.016	62.102	61.462	-2,52%
Total	505.924	493.519	504.345	-0,31%

Fonte: RAIS/MTE

*Exceto Rio Grande da Serra

Como veremos mais adiante, a maioria dos empregos perdidos esteve concentrado na indústria de transformação, sendo que setores como comércio e serviços não apresentaram a mesma queda no número de empregos, pois a crise atingiu fortemente os empregos industriais.

Em resposta a tal quadro de crise e em decorrência da nítida transformação produtiva do território, os agentes capital, trabalho e Estado que atuam no território regional, criaram nos anos 1990 instituições reguladoras das relações sociais desenvolvidas na região e entre a região e agentes externos, com o objetivo de coordenar as suas ações em busca de uma estratégia mais ofensiva perante a flexibilidade.

Como já destacamos na apresentação dos modelos de estratégias de flexibilidade no início do capítulo, a flexibilidade compreende um conjunto de normas que se estruturam de maneira diferente de acordo com a escala de atuação dos agentes e das instituições reguladoras.

Ao analisarmos as formas institucionais, vemos que a regulação do capitalismo internacional influencia na configuração da regulação nacional e isso vai se repercutir também na regulação dos territórios em outras escalas. Os diferentes modos de regulação orientam a atuação dos agentes para dar eficiência ao regime de acumulação que expressa uma estrutura técnica e produtiva distribuída espacialmente de acordo com a inserção de cada território na divisão do trabalho.

Na região do ABCD, seu papel da divisão territorial do trabalho reforçado pelo regime fordista de acumulação esteve baseado na configuração de um espaço moderno e de vanguarda do ponto de vista técnico e produtivo, mas também institucionalmente e socialmente organizado para atender às necessidades da regulação social.

Desse modo, o fordismo e suas heranças possibilitou na região uma formação de formas espaciais que se transformam ao traduzir as mudanças no modo de produção, pois como disse Santos (1977, p. 87),

os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira como eles se combinam. Assim, a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional (SANTOS, 1974 p.8).

A reprodução dessa ordem internacional colocada pela mudança do capitalismo a partir da flexibilidade levou ao retorno do debate sobre políticas de desenvolvimento regional e local no bojo da globalização e da crise econômica.

Como uma estratégia para enfrentar os desafios e orientar os agentes para a interação com a nova fase do capitalismo que se impunha se forma negativa para a região, os agentes importantes para a regulação regional foram

em busca de criar espaços onde poderiam ser propostos mecanismos de estímulos às atividades econômicas, criação de empregos e fomento à cidadania.

A constituição de instituições políticas orientaria a ação de todo o conjunto da sociedade para o domínio coletivo das exterioridades da região em prol das empresas locais, criando planos de ação para a recuperação econômica de forma coordenada.

Desse modo, isso se apresentou como uma estratégia criativa perante a flexibilidade, pois se aproveitando de outras experiências de territórios que responderam de forma mais eficiente à crise, os agentes regionais criaram um nova via de regulação para elaborar estratégias e assim reverter os impactos sociais do período.

No modelo apresentado por Leborgne e Lipietz (1988, p. 263) uma estratégia ofensiva de flexibilidade partiria no nível das instituições na configuração de *“acordos estabilizados (ainda que a sua gestão seja conflitual), ao nível territorial adequado, para a criação de redes de informação e de diálogo Estado/sindicatos/empresas, nos domínios da investigação, da definição e da adaptação permanente do projeto territorial”*.

Nesse sentido, foi adotada uma estratégia ofensiva já que estava claro que as mudanças seriam permanentes e que a reestruturação produtiva, que se apresentava de forma sistêmica para algumas cadeias produtivas, estava levando a perda de empregos que não seriam recuperados após a crise, pois estavam relacionados à modernização das plantas com tecnologias poupadoras de mão-de-obra.

Assim, a organização os agentes mais influentes da região – Prefeituras municipais, sindicatos patronais e laborais – esteve pautada nessa busca de tornar a região protagonista de seu processo de recuperação econômica, buscando não se render apenas as determinações impostas por lógicas globais e nacionais.

Esse processo de constituição de instituições regionais para planejar o desenvolvimento regional perante a crise dos anos 1990 desenvolveu uma importante coordenação entre agentes da regulação que representam interesses divergentes, mesmo com todos os conflitos que implica na negociação entre as partes.

Dessa forma, o capitalismo flexível levou a uma mudança no caráter da regulação regional, que até então estava baseada nas implicações das decisões políticas do Estado nacional e das empresas multinacionais que eram soberanas em seu poder de hegemonia sobre o território.

Como já discutimos em outros capítulos, a regulação em qualquer escala se dá pelos conflitos e articulação das práxis dos agentes. Ao longo da história de cada formação socioespacial específica os agentes sociais vão configurando suas formas de atuação sobre o território, redefinindo novos usos a partir de mudanças qualitativas no conjunto de objetos e ações que configuram a totalidade do espaço geográfico (SANTOS, 2006).

Na região do ABCD, ressaltamos a importância que o trabalho tem enquanto agente social devido aos fortes sindicatos constituídos ao longo da história industrial da região. Já foi levantada a importância do sindicato dos metalúrgicos e dos químicos que são os mais articulados com a política local e que se ampliou para uma articulação com a política nacional a partir da criação da CUT e do PT.

Devido a esses importantes núcleos de força dos trabalhadores, nas eleições municipais de 1988, três das sete prefeituras da região (São Bernardo do Campo, Diadema, Santo André) foram conquistadas pelo Partido dos Trabalhadores. Entre elas, estava a prefeitura de Santo André, que seria governada pelo petista Celso Daniel²⁶ que se tornou a principal liderança regional, assumindo a tarefa de organizar uma articulação para a criação de um consórcio intermunicipal composto pelo sete municípios da região (Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema, São Caetano do Sul, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra).

Era um período de mudanças para a esfera política e jurídica nacional com o fim do período militar, o retorno à democracia, a ascensão de novos agentes políticos importantes no cenário nacional – e o PT era um deles – e também pela elaboração de uma nova constituição que dava mais poder as outras esferas de governo, com destaque para a ampliação do reconhecimento

²⁶ Celso Daniel foi um economista de Santo André e uma das principais lideranças do PT desde sua formação na região. Foi eleito prefeito de sua cidade em três eleições: 1988, 1996 e 2000, sendo que em 2002, durante um processo de investigação sobre corrupção na prefeitura, foi assassinado.

da administração municipal como importante esfera para proporcionar o bem-estar do cidadão.

A nova constituição abriu possibilidades de gestão dos recursos municipais para as prefeituras, ampliando a autonomia dos agentes locais e possibilitando com isso a transformação do Estado na esfera municipal, que passou a atuar de forma mais intensa na elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento local.

Nesse sentido, a visão do ex-prefeito Celso Daniel em criar um consórcio intermunicipal para favorecer a troca de ideias e informações entre os gestores dos municípios que compõem a região emergiu de forma criativa para o momento, diante da necessidade de criar políticas de desenvolvimento mais autônomas.

Vale lembrar que a atuação do consórcio não está baseada apenas na formulação de políticas econômicas, mas que ele possui uma agenda ampla que trata de questões como saúde, educação, história e patrimônio, meio ambiente entre outras variáveis que também são relevantes para a regulação regional.

A estruturação do consórcio conta com sete eixos de atuação que são coordenados por grupos de trabalho que se reúnem em busca de soluções relacionadas à temática do eixo que incorpore as demandas de todos os municípios da região. Na figura 6, temos os eixos de atuação que compõem as discussões do consórcio.

Figura 6: Eixos de atuação dos Grupos de Trabalho do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC



Fonte: Consórcio Intermunicipal do grande ABC. Disponível em <<http://www.consortioabc.sp.gov.br/grupos-de-trabalho>>

Além dessa atitude de coordenação regional tomada no âmbito das prefeituras, em 1994 foi criado o Fórum da Cidadania do Grande ABC por iniciativa da sociedade civil organizada. O fórum surgiu do movimento “vote no Grande ABC” que buscou conscientizar a população da importância em votar nos candidatos da região para as eleições legislativas daquele ano. De acordo com Ramalho e Rodrigues (2009 p. 343)

Após as eleições, as entidades participantes desse movimento, apoiadas por outras entidades da sociedade civil, decidiram por sua institucionalização, quando o Fórum chegou a congregiar cerca de 80 entidades dos mais diversos segmentos (associações empresariais da indústria e do comércio, sindicatos de trabalhadores, representações da mídia local,

organizações não-governamentais, etc.), articuladas em grupos temáticos, para produzir subsídios com vistas a solucionar os problemas regionais. O Fórum parece ter representado um avanço no diálogo e na busca de consensos entre os atores sociais e outro preâmbulo do que viria depois, embora não tenha se confirmado como um espaço efetivo de resolução das questões trazidas pela crise dos anos 1990.

Durante os anos 1990 se refletiu na região a grave crise que ocorria no país. Foi o auge das políticas de desregulamentação e de reestruturação produtiva, além de ser também um período defensivo para o sindicalismo que teve que transformar sua estratégia de atuação devido ao choque que a economia brasileira sofreu ao adequar suas formas institucionais à regulação flexível.

Os municípios da região perderam muitos empregos, principalmente na indústria de transformação. Santo André e São Caetano do Sul foram os mais atingidos pela perda de postos de trabalho nesse ramo da economia.

Tabela 4: Vínculos Formais na indústria de transformação entre 1985 e 2000*

Indústria de transformação	1985	1990	1995	2000
Diadema	61.425	63.004	53.739	45.101
Mauá	16.127	18.015	16.457	13.583
Ribeirão Pires	8.971	10.366	10.185	5.502
Santo André	64.438	55.435	36.121	26.724
São Bernardo do Campo	147.582	115.793	110.329	87.144
São Caetano do Sul	37.048	29.661	24.435	15.114

Fonte: RAIS/MTE

*Exceto Rio Grande da Serra

Tabela 5: Variação do número de vínculos formais na indústria de transformação por período entre 1985 e 2000*

Indústria de transformação	Variação % 1985 - 1990	Variação % 1990 - 1995	Variação % 1995 - 2000	Variação % 1985 - 2000
Diadema	2,50%	-17,24%	-19,15%	-36,19%
Mauá	10,48%	-9,46%	-21,15%	-3,49%
Ribeirão Pires	13,45	-1,77%	-85,11%	-66,04%
Santo André	-16,24%	-53,47%	-35,16	-141,12%
São Bernardo do Campo	-27,45	-4,95%	-26,60%	-69,35%
São Caetano do Sul	-24,90%	-21,38%	-61,67%	-145,12%

Fonte: RAIS/MTE

*Exceto Rio Grande da Serra

A CUT que havia crescido na década de 1980 a partir de uma postura radical de enfrentamento com a eclosão de greves, via que a nova regulação do capitalismo nacional, juntamente com as normas das empresas multinacionais, traziam para a região o quadro de desemprego estrutural que representava a perda de postos de trabalho que não seriam recuperados, mesmo com os ajustes macroeconômicos que o governo federal empreendia.

Vimos no capítulo anterior que isso golpeou com força o sindicalismo nacional e na região o golpe foi tão duro quanto. Aos poucos, os sindicatos se focaram na “redução de danos” para os trabalhadores perante a crise e isso levou a negociações coletivas em que os trabalhadores, mesmo perdendo direitos, poderiam manter os empregos a partir de novas modalidades de contratos flexíveis. Mesmo com as negociações, os dados demonstram que a recuperação dos empregos na indústria continuou a cair até os anos 2000 (ver tabela 06).

Mesmo com o foco dos sindicatos industriais em diminuir as perdas de empregos e após as primeiras iniciativas na criação de instituições regionais, a recuperação econômica da região ocorreu a partir de outros setores da economia. Perante o processo de globalização, *“enquanto o “mundo” intervém no espaço e o transforma unilateralmente, para responder a imperativos ditos globais, mas exclusivos – como os interesses das transnacionais – a complexidade da organização espacial é agravada, como um problema coletivo”* (SANTOS, 2002, p. 228).

Na região do ABC a complexidade da organização espacial encarada pelos agentes regionais como um problema coletivo emergiu de maneira urgente devido a esse quadro de intervenção de agentes globais e também pela crise na economia nacional.

Isso se refletiu na perda de empregos e do valor adicionado fiscal no setor industrial que apresentou um declínio significativo durante os anos 1990, para apresentar breve recuperação após os anos 2000 quanto a geração de valor adicionado.

Tabela 6: Participação dos empregos formais na indústria no total de empregos formais (%)*

Indústria de transformação	1991	1995	2000	2005	2010
Diadema	72%	72,65%	62,22%	59,03%	54,50%
Mauá	59,31%	52,01%	44,01%	47,62%	43,10%
Ribeirão Pires	58,51%	60,02%	41,44%	34,78%	37,50%
Santo André	37,35%	30,88%	23,42%	24,06%	17,60%
São Bernardo do Campo	62,32%	57,45%	46,71%	41,70%	35,50%
São Caetano do Sul	37,53%	39,77%	16,38%	18,42%	21,10%

Fonte: SEADE

*Exceto Rio Grande da Serra

Essa recuperação da indústria de transformação na região após os anos 2000 se deu por dois fatores: o retorno do crescimento da economia nacional na era neodesenvolvimentista e à atuação das instituições regionais que buscaram novas maneiras de interagir com os agentes locais, fomentando e ampliando novos acordos multilaterais, alianças e organizações econômicas.

Um dos traços dessa nova regulação ancorada nas instituições regionais veio com a mudança de orientação da política setorial industrial que se voltou para a organização dos distritos industriais locais através da criação de um conjunto de Arranjos Produtivos Locais, como uma via alternativa ao desenvolvimento local.

A constituição dessa política partiu, prioritariamente, de dois núcleos de coordenação: da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de São Bernardo do Campo e da Agência de Desenvolvimento do Grande ABC.

A agência de desenvolvimento regional foi criada em 1998 a partir da iniciativa da Câmara Regional do ABC, criada em 1997. A câmara se diferenciou das outras instituições regionais anteriormente criadas por proporcionar um espaço de debates entre o setor público e a sociedade civil.

Diferentemente do consórcio intermunicipal, que é composto pelo poder do Estado local, e do fórum da cidadania, local de debate da sociedade civil, a câmara buscou a união dessas duas esferas na mesma mesa de negociação, além de contar com a participação de agentes externos à região. No âmbito dessa proposta, a agência foi criada com o objetivo de dar suporte institucional aos acordos debatidos dentro da câmara regional.

No período de sua criação, a Câmara Regional do ABC contava com a participação do Governo do Estado de São Paulo, do Consórcio Intermunicipal (sete prefeituras), os Legislativos Municipais, os parlamentares da região tanto da Assembleia Legislativa quanto no Congresso Nacional, do Fórum da Cidadania, das Associações Empresariais e dos Sindicatos de Trabalhadores.

Já a Agência de Desenvolvimento Econômico tem como sócios o Consórcio Intermunicipal, a CIESP (Centro de Indústrias do Estado de São Paulo), as Associações Comerciais e Industriais dos sete municípios, os sindicatos de trabalhadores dos metalúrgicos do ABC, dos químicos, dos bancários e dos moveleiros e a indústria química Braskem. Conta ainda com a presença de universidades públicas e privadas: a UNIP (Universidade Paulista), Centro Universitário da FEI, Fundação Santo André, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Universidade Metodista, Instituto Mauá de Tecnologia e Universidade Federal do ABC²⁷.

Desse modo, as instituições regionais do ABCD estão ancoradas entre vários agentes que atuam em diversas áreas, firmando parcerias, acordos e criando estratégias de desenvolvimento regional a partir de um processo

²⁷ A UFABC foi criada em 2005, pelo governo Lula. A universidade, além de ter o objetivo de suprir as necessidades de ofertas de vagas no ensino superior para a região, ela veio no sentido de ser um centro de pesquisa aplicada voltada para o desenvolvimento regional. Segundo a agência de desenvolvimento econômico, os acordos que levaram à constituição da universidade versavam sobre a necessidade de ter um centro de pesquisa regional de estreita relação com as atividades econômicas locais, principalmente a indústria. Como disse um funcionário da agência: “a UFABC nasceu para trabalhar com o chão da fábrica”. Isso demonstra o grau de articulação regional com governo federal após as eleições do PT, algo que ampliou as influências políticas dos quadros regionais na esfera federal.

conflituoso de decisões conjuntas para a criação de normas territoriais articuladas regionalmente. Como coloca Santos (2002 p. 228),

em todos os casos há conflitos reclamando por regulação, isto é, produção de normas. Mesmo quando não podem atenuar ou suplantar as normas globais, as normas territorializadas enfrentam o mundo, mesmo, quando, aparentemente, colam aos interesses globais.

Isso significa que mesmo tendo na região a inevitável influência das normas globais e nacionais devido a sua constituição histórica como um importante espaço da acumulação capitalista monopolista durante a era fordista, as iniciativas de agentes locais em busca da constituição de instituições regionais para a elaboração de normas de acordo com os interesses endógenos tem atendido às demandas da coletividade territorial por uma regulação que não seja um mero reflexo do modo de regulação nacional, mas que tenha suas características próprias de acordo com as necessidades do território.

Quadro 4: Resumo da participação de cada agente nas principais mudanças regulatórias da região do ABCD

Trabalho	Estado	Capital
Organização sindical que levou a criação da CUT e do Partido dos Trabalhadores, importantes representantes do trabalho na regulação regional e nacional.	Consórcio intermunicipal entre as sete prefeituras do ABCD que possibilitou repensar o papel do Estado a partir de uma nova política de desenvolvimento regional baseada nas instituições locais e nas empresas endógenas. Valorização do <i>Know-How</i> local e da produção de pesquisa a partir da UFABC	Reestruturação produtiva – normas globais Mudanças no perfil das atividades econômicas - crise CIESP, FIESP e sindicatos patronais como participantes das instituições regionais e da política de APLs, a partir da valorização das micro e pequenas empresas flexíveis.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Analisando o quadro 4, o território da região do ABC passou por uma profunda reestruturação produtiva que demandou uma ação organizada dos agentes em busca de organizar as decisões e discutir estratégias de desenvolvimento regional perante os processos de globalização e flexibilidade.

Dessa maneira, novas formas de relacionamento entre o Estado e a sociedade civil, as empresas e os trabalhadores organizados são fomentados e normas locais são elaboradas e transformam a forma de política setorial para a indústria, que passa a dar mais ênfase no desenvolvimento endógeno a partir das médias, pequenas e micro empresas.

Nesse sentido, as formas institucionais que regulam os agentes regionais se transformam na flexibilidade. O Estado na escala regional passa a

ser um agente responsável pela elaboração de normas que possibilitem a acumulação privada, como estratégia contra a crise econômica nacional e os constrangimentos das normas das empresas internacionais.

Vimos que na forma institucional do Estado nacional no capitalismo flexível está pautada na construção de um ambiente favorável aos negócios privados. No âmbito regional, no ABCD, a criação do consórcio veio nesse sentido de criar consensos políticos para permitir as atividades econômicas se desenvolverem no território.

Nesse caso isso não se baseou na isenção de impostos como em outras realidades, ou mesmo na doação de terrenos para as empresas. O papel do Estado na região com relação à política industrial esteve baseado na construção de consensos para os conflitos entre o capital e o trabalho para assim amenizar as perdas tanto para os trabalhadores, quanto para empresários.

Também está relacionado com o apoio aos APLs, como discutiremos mais adiante, com o exemplo do APL de móveis que conta com o apoio principal da prefeitura de São Bernardo do Campo e da Agência de Desenvolvimento Econômico.

Após a eleição de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da república pelo Partido dos Trabalhadores em 2002, as relações da região do ABCD com a esfera federal foram ampliadas com o aumento da participação de agentes locais, principalmente sindicalistas como Luís Marinho, atual prefeito de São Bernardo do Campo, na formação de quadros do governo.

Nesse mesmo período governamental, é lançada a PNDR I (Programa Nacional de Desenvolvimento Regional) que traz consigo uma orientação geral voltada ao desenvolvimento de potenciais endógenos das regiões brasileiras, valorizando as médias, micro e pequenas empresas e seu *know-how* constituído no território a partir da atuação de uma rede de atores.

A partir da intensa relação entre a os agentes regionais e o governo federal, a constituição da UFABC foi concretizada como importante centro de pesquisa para apoiar o desenvolvimento regional. Além disso, houve um alinhamento com a política federal de desenvolvimento regional com a regulação regional.

Assim, mesmo sendo historicamente conhecida como uma região industrial com grande participação de indústrias de produção em massa, a região pode, através dessas novas diretrizes, se voltar para suas micro, pequenas e médias empresas com a constituição de APLs no início dos anos 2000.

Figura 7: Linha cronológica das mudanças globais e sua repercussão na região do ABCD – 1950/2000



Na figura 7, vemos como as transformações mais gerais da regulação da economia global e nacional repercutiram na reestruturação do território da região do ABCD. Dessa maneira, podemos compreender como as mudanças que afetaram a organização dos agentes hegemônicos que atuam nas escalas global e nacional também transformou a atuação dos agentes da região.

Perante a nova regulação regional, um momento em que se destacou o papel da organização institucional regional quanto ao enfrentamento de crises globais foi nos anos de 2008-2009, quando a crise da bolha financeira atingiu a economia nacional, desencadeando em recessão naquele ano de 2009.

Segundo Ramalho e Rodrigues (2010), nesse momento em que a região perdia empregos devido aos cortes de investimento das grandes empresas, algo que afetou todo o conjunto da economia, os sindicatos, principalmente o dos metalúrgicos, utilizaram seu poder de articulação regional historicamente construído para se unir a outras instituições regionais com o objetivo de projetarem uma resposta rápida à crise.

Segundo os autores, essa resposta veio com a geração de cerca de 5.000 empregos no segundo semestre de 2009, algo que se deveu a articulação regional perante o constrangimento da economia global. Outro aspecto que os autores destacam foi a realização nesse mesmo ano do seminário “ABC do diálogo e do desenvolvimento”, que ampliou ainda mais o debate sobre as estratégias regionais diante da crise (RAMALHO; RODRIGUES, 2010).

Todas essas transformações na região ocorrem devido ao seu território ser um “espaço da globalização” (SANTOS, 2006), onde a influencia da atuação de agentes globais faz parte de uma cadeia de comando que tem coordenado a reestruturação de sua economia e território desde a constituição do fordismo periférico no país.

A constituição de novas arenas de debates para possibilitar a regulação regional colocou em cena outros agentes, a partir de sua valorização na composição da economia regional para a geração de empregos e renda.

Nesse sentido, a organização dos APLs industriais com o objetivo de atuar na configuração de uma rede de cooperação entre empresas, sindicatos, universidades, entre outros agentes, foi uma saída empreendida a partir de pressupostos colocados por outras experiências internacionais que serviram de modelo para vários territórios, sendo a mais famosa a da Terceira Itália, analisada por Piore e Sabel já citada acima como um possível modelo de flexibilidade territorial.

Essa estratégia de criar uma via para o desenvolvimento regional a partir de um caráter endógeno tem dado novos conteúdos ao uso do território pelas empresas que não compõem a articulação com o capital monopolista internacional.

Para compreender melhor esse quadro e essa mudança de regulação, vamos adentrar no universo do APL de móveis da região para analisar como essa nova regulação flexível tem transformado esse setor a partir da colaboração em rede entre diferentes agentes regionais.

O APL de móveis compreende uma elevada organização que tem proporcionado uma atuação mais ofensiva perante os desafios colocado pela reestruturação regional e nacional. Diante do aumento das possibilidades de atuação das empresas perante a organização do arranjo, o paradigma da

regulação flexível tem se expressado pela mão-de-obra flexível e especializada, pela conquista de nichos de mercado, pela articulação com agentes internacionais, pela cooperação entre empresas e pela união em busca de enfrentar a concorrência.

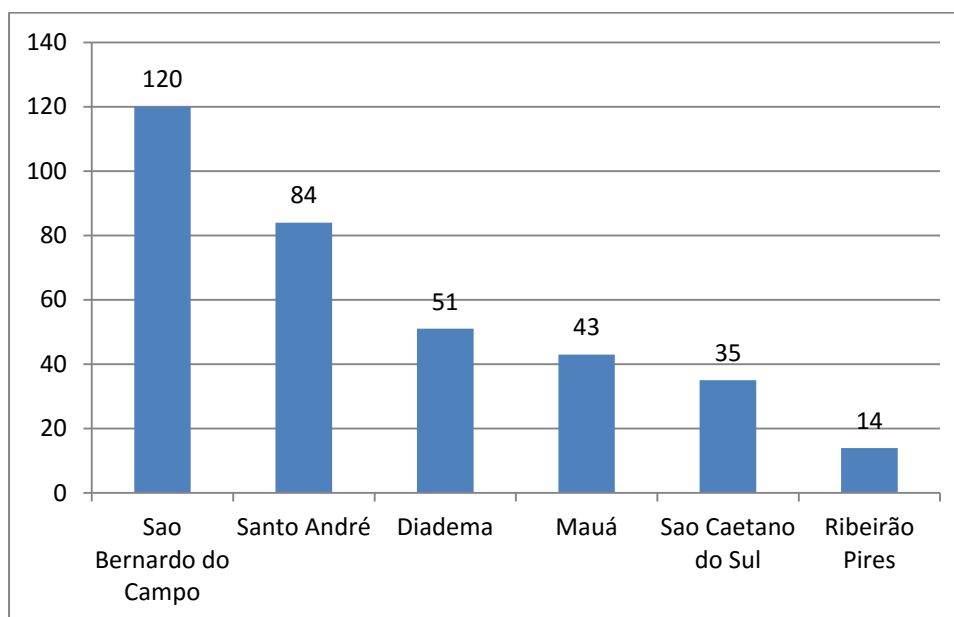
O APL de móveis e a regulação regional

A ação comunicacional (SANTOS, 1999) de diferentes agentes orientados por uma política setorial de apoio e consolidação de um APL orienta um grupo de instituições, empresas e pessoas à cooperação e comunicação para que determinados parâmetros de ação, advindos de outras escalas, sejam incorporados e interfira positivamente nos objetivos políticos e econômicos que essa coletividade busca almejar.

Ao tratarmos do APL de móveis, vemos que a articulação de diferentes agentes faz com que as indústrias pertencentes ao grupo movelaria da região se adapte a nova orientação do capitalismo nacional, marcado pelos parâmetros de uma regulação flexível que transformou a atuação dos agentes para uma política de desenvolvimento baseada na competitividade global, mudança tecnológica, reestruturação da produção e novas relações salariais, que conseqüentemente geram novos conflitos.

O APL de móveis se estrutura da seguinte maneira na atualidade: segundo a Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, são 20 municípios da região metropolitana que compõem o recorte territorial do APL, porém a grande maioria das empresas do ramo se concentra nos municípios da Região do ABCD: São Bernardo do Campo, Santo André, Diadema e São Caetano do Sul. Ele também incorpora empresas que estão localizadas no município de São Paulo, porém a coordenação e a atuação dos agentes ocorrem prioritariamente na região do ABCD.

Gráfico 4: Número de estabelecimentos da indústria moveleira, municípios da Região do ABCD* - 2013



Fonte de dados: RAIS/MTE

* Exceto município de Rio Grande da Serra

Esse APL conta com uma rede de apoio nacional e internacional, que estrutura uma articulação entre o setor financeiro através do BID, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de São Bernardo do Campo, o sindicato dos trabalhadores - SINTRACOM, o sindicato patronal – SIMABC, o SEBRAE, a FIESP, a CIESP, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo e entidades regionais, como a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC.

Além dessas parcerias, conta com a colaboração com o Instituto Mauá de Tecnologia para assistência em Pesquisa e Desenvolvimento, e também com o SENAI que oferece treinamento de mão-de-obra para a utilização de máquinas CNC (Controle Numérico Computadorizado).

A aglomeração urbana dos municípios de São Bernardo do Campo e Santo André é o grande núcleo coordenador dos agentes envolvidos no arranjo, pois concentra as principais instituições de comando do APL como a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, a Prefeitura de São Bernardo do Campo, o sindicato das indústrias moveleiras (SIMABC), o

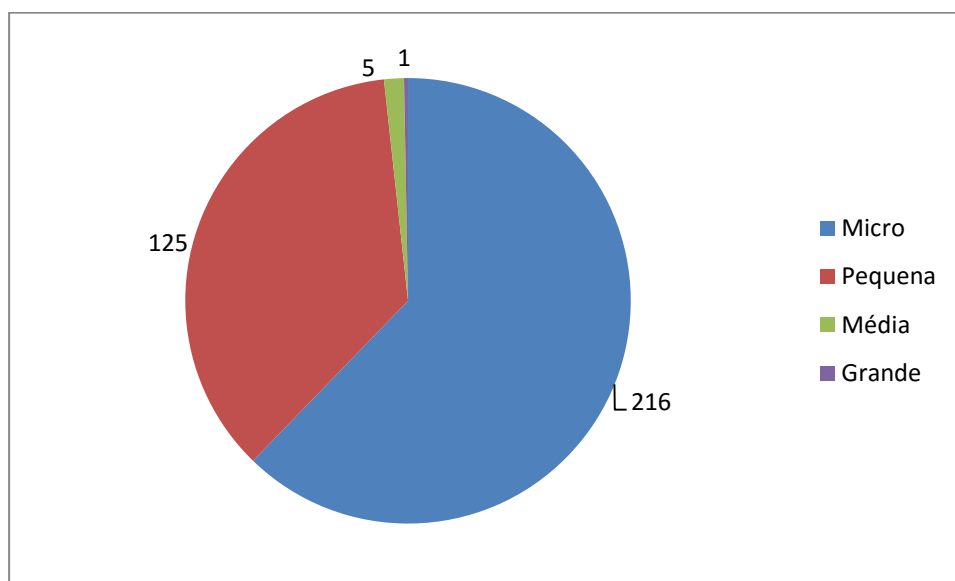
sindicato dos trabalhadores da indústria moveleira de São Bernardo e Diadema (SINTRACOM – SBC e DMA), o Sebrae Santo André e a CIESP de São Bernardo do Campo.

Essas instituições são responsáveis por interligar os agentes do arranjo garantindo a comunicação para a troca de experiências e parcerias, que buscam levar as empresas à inovação, especialização, formação de mão-de-obra e competitividade. Também estabelecem o elo entre as empresas e as instituições externas a região do ABCD como as instituições financeiras que financiam os projetos do APL.

A pesquisa de campo mostrou que a questão da proximidade regional entre todos os agentes que organizam o APL e a existência de instituições políticas e econômicas significativas proporcionadas por esse quadro de aglomeração urbana da região do ABCD são os fatores responsáveis por gerar economias externas para as empresas, compreendendo essas externalidades não somente como simples economias de escala, mas como resultados complexos de interações entre escala, especialização e flexibilidade em um contexto de proximidade (STORPER, 1999).

Por fazer parte de um território onde o meio geográfico tem um denso conteúdo em técnica, ciência e informação, além de tradição industrial, esse APL de móveis aproveita-se desse acúmulo social, materializado em equipamentos coletivos regionais, colocando-se de forma ativa na incorporação de normas tanto de funcionamento técnico como de comportamento político (SANTOS, 2006) que são fundamentais para uma inserção competitiva no capitalismo flexível.

Gráfico 5: Porte das empresas moveleiras da região do ABCD* - 2013



Fonte: RAIS/MTE

*Exceto município de Rio Grande da Serra

Isso reflete uma organização, uma regulação e um uso do território caracterizando um círculo de cooperação no espaço (SANTOS; SILVEIRA, 2003) constituído por empresas na maioria de micro e pequeno porte que se originaram a partir de um conhecimento tácito local e que, diante da lógica das normas que demandam um padrão produtivo de certificação de qualidade de produtos e serviços, colocadas pelo capitalismo flexível, buscam tirar vantagens da proximidade regional e das instituições reguladoras para criar instrumentos para a competitividade.

Desse modo, uma das iniciativas do APL diante de novas normativas que se incorporam ao arcabouço da regulação flexível veio com a criação do selo de qualidade “Movelaria Paulista”, que garante aos consumidores das empresas um símbolo acerca dos compromissos com a oferta de um produto com qualidade controlada. Além disso, gera uma identidade do APL, um *know-how* local a partir de uma padronização de processos e controle produtivo garantido por uma regulação regional.

Além de atuar na busca de um padrão de qualidade produtiva a partir do uso de matérias-primas certificadas, máquinas computadorizadas e

funcionários qualificados com curso técnico, as empresas que compõem o arranjo atuam no mercado a partir de uma produção sob medida, realizada de acordo com a necessidade e demanda do cliente, ou seja, a maioria das empresas se atua a partir de uma especialização flexível (PIORE; SABEL, 1984).

Na região, há atualmente apenas uma indústria de móveis de grande porte que produz de forma padronizada seus produtos, localizada em São Caetano do Sul. A indústria Bartira se distingue das demais por apresentar uma produção tipicamente fordista, ancorada na linha de montagem estandardizada. Essa empresa possui um mercado nacional, pois é ligada ao Grupo Casas Bahia de varejo de móveis, sendo sua principal fornecedora.

Segundo a Agência de Desenvolvimento do ABC, essa empresa, que possui mais de 1.500 funcionários, não utiliza de estratégias de terceirização para outras indústrias moveleiras e não participa do APL, já que a visão da política dos arranjos coloca que as grandes empresas não necessitam de apoio do Estado, apenas as menores.

A visão da agência, dando protagonismo aos APLs nas instituições locais diante do marco da flexibilidade, demonstra que a política de desenvolvimento regional organizada a partir dessas instâncias de regulação, composta por vários agentes, se distingue de uma visão tradicional da política setorial da indústria no país, pois como já discutimos no primeiro capítulo, o Estado brasileiro, a partir da segunda metade do século XX, vem apoiando e financiando o desenvolvimento industrial a partir de grandes indústrias fordistas que se instalaram na região e criaram uma dinâmica de desenvolvimento regional fortemente atrelada aos seus circuitos produtivos.

Com a crise do fordismo e com a regulação flexível, as instituições locais mudaram seu foco na política industrial com o apoio aos APLs, partindo do pressuposto de que os empresários pequenos são mais vulneráveis e devem ser apoiados e orientados pela coletividade territorial.

Essa mudança de orientação da região em busca de apoiar e fortalecer as médias, pequenas e micro empresas de origem local derivou da vulnerabilidade regional que o processo de globalização desencadeou. Com a política adotada pelas grandes empresas multinacionais para sair da crise, mobilizando novas tecnologias e formas organizacionais como armas na luta

de classe contra o trabalho para manter seu processo de acumulação, os agentes regionais viram a necessidade de se voltar para as empresas que estão ligadas ao território por tradição, família e mercado consolidado como uma nova estratégia de desenvolvimento local.

Dessa maneira, não era mais possível contar apenas com as grandes empresas multinacionais e esquecer as empresas locais que geram empregos, que estão fixas ao território e estão menos sujeitas à modernização que leva ao desemprego estrutural como ocorreu nas grandes empresas.

Como salienta Harvey (2011, p. 58) *“todos os mercados de trabalho são locais, mais para os trabalhadores do que para os capitalistas, as solidariedades sociais e políticas devem ser construídas sobre uma base geográfica local antes de qualquer movimento nacional ou internacional”*. Assim, buscou-se amenizar os impactos negativos da globalização para o mercado local de trabalho apoiando as empresas também locais, a partir de uma nova perspectiva de política industrial.

Porém, vale ressaltar que as grandes empresas ainda fazem seus acordos com o Estado e, mesmo que haja uma nova norma direcionando a política industrial do ABCD para o apoio dos APLs, a hegemonia da grande empresa não deve ser desprezada, pois o papel do governo federal atuando junto a esses capitais internacionais na região ainda é responsável por desencadear novos circuitos produtivos.

É o caso da estruturação do APL de defesa que está para ser implementado como apoio a instalação de uma grande indústria multinacional do ramo. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento de São Bernardo do Campo, o governo federal e a prefeitura estão negociando a instalação dessa empresa já com a estruturação de um APL de micro e pequenas empresas locais para atendê-la.

Nessa situação específica, o APL virá a ser um suporte para a política do grande capital internacional que traz consigo uma normativa externa que será incorporada pelas empresas locais para atender sua lógica produtiva.

É necessário colocar essa informação, já que ela demonstra que o território regional ainda está submetido a forte influencia do grande capital internacional, que negocia com os agentes locais a sua permanência a partir da adequação do território as suas necessidades organizacionais.

De acordo com Santos (1999) um território em mudança e processo é resultado dos usos que os agentes locais fazem de suas formas-conteúdo em um movimento que combina as normas advindas de outras escalas para um uso coletivo territorial, um uso de baixo para cima, o território usado.

No caso do ABCD várias formas de uso do território são verificadas e podem ser compreendidas a partir de uma intensa divisão do trabalho que representa um movimento desigual da acumulação de capital no espaço, promovendo uma articulação dos processos de homogeneização, a partir da difusão do paradigma flexível, integração, a partir da organização das empresas em APLs, polarização e hegemonia devido a relação de alguns arranjos com empresas internacionais (BRANDÃO, 2012).

A complexidade territorial exige um movimento de coordenação para gerar vantagens a partir da proximidade, colocando a metropolização do território como fundo da flexibilidade, pois promove um elo entre tecnologias, organizações e território como stocks de ativos relacionais (STORPER, 1999).

É nesse sentido que a região responde, através de uma política setorial e articulação de agentes em várias escalas, a nova regulação flexível, aproveitando-se da já consolidada formação regional, que tem em seu espaço um legado histórico como a maior aglomeração industrial do país, para auxiliar na difusão de informações e favorecer as indústrias moveleiras organizadas no APL.

A figura 6 demonstra como funciona a articulação de agentes que atuam sobre o APL. O Banco Interamericano de Desenvolvimento atua no financiamento de projetos, como capacitação de mão de obra, modernização tecnológica, entre outros aspectos que representam uma normatização das empresas a partir de conceitos internacionais.

O MIDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) colabora na inserção internacional das empresas. A FIESP, a CIESP, o Sebrae e o Senai atuam na área de capacitação profissional e consultoria empresarial. A Agencia de Desenvolvimento é um grande elo para conseguir apoio financeiro externo e comunicação entre os agentes. Já as empresas e sindicatos atuam em parceria, mas também em conflito, para melhorar o nível de qualificação da mão de obra.

Figura 8: Esquema de articulação entre os agentes que atuam no APL.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

O BID opera em uma parceria realizada com a Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo para financiar APLs que estão localizados em vários municípios do estado. O banco empresta recursos em troca da aplicação de metodologias internacionais pesquisadas por seus especialistas, ou seja, ajuda na padronização de elementos para dinamizar as empresas a partir da difusão de normas externas.

Segundo as entrevistas que realizamos com uma das representantes do banco quanto ao projeto de APLs do estado, os especialistas do banco que trabalham em Washington entram em contato com os representantes locais de seus projetos para passar novas informações que devem ser incorporadas pelas empresas a fim de manter a competitividade.

Se nos anos 1980 tivemos a influência política de *think tanks* do mercado financeiro internacional deliberando a adequação das formas institucionais brasileiras a nova ordem internacional do capitalismo flexível, como abordamos nos capítulos anteriores, atualmente, a presença dessa inteligência ainda permanece na promoção de normas em troca de empréstimos, como esse caso de participação do BID na política de APLs do

estado, promovendo a disseminação de conceitos para a incorporação nas empresas de inovações de produtos.

Assim, são transmitidos softwares e conceitos de produto e venda para serem difundidos nas empresas através do Sebrae local que tem sede em Santo André. No caso das indústrias moveleiras, a mais recente contribuição dos especialistas do banco foi a implantação do “conceito lar” como forma de apresentar os produtos modulados a partir das necessidades dos clientes.

Essa ideia de apresentação e venda dos móveis, a partir de um conceito completo da casa baseado em um plano de design, foi inspirado na empresa IKEA, uma companhia sueca especializada em móveis domésticos que conquistou grande mercado internacional ao desenvolver esse conceito, unindo móveis e decoração em uma só proposta.

Dessa forma, essa inovação para as indústrias moveleiras veio da criação de uma corporação internacional que passou pelo crivo de especialistas para ser incorporadas pelas empresas locais como uma nova forma de relacionamento com os clientes.

Nesse caso, a noção de exclusividade permeia a norma de consumo que é vendida nesse conceito e a flexibilidade da empresa é fundamental para garantir a produção do conceito lar que cada cliente possa interpretar.

Para dar visibilidade ao conceito inovador do APL, a prefeitura de São Bernardo do Campo tem apoiado a realização de uma feira de móveis para as empresas na Rua Jurubatuba, localizada no centro da cidade.

Essa rua comercial é prioritariamente composta por lojas de fábrica de móveis da cidade e região, sendo um dos principais destinos para aqueles que desejam comprar móveis com variedade, qualidade e exclusividade.

Figura 9: Localização da Rua Jurubatuba – São Bernardo do Campo

Fonte: Google Earth, 2016

Na figura 9 vemos a localização da rua Jurubatuba no contexto do centro da cidade de São Bernardo do Campo. O trecho em destaque representa o núcleo onde se concentram as lojas de fábrica das indústrias moveleiras.

Com o objetivo de ampliar a visibilidade das empresas, a feira de móveis já está em sua 6ª edição, sendo que nas três primeiras edições a prefeitura foi a única financiadora do evento. As últimas três feiras foram realizadas com incentivos fiscais da prefeitura juntamente com o financiamento das empresas que gastam cerca de 300 mil reais em estrutura, além de 600 mil reais de divulgação para a Rede Globo, segundo a secretaria de desenvolvimento municipal.

A feira tem dado resultados positivos para as empresas, pois durante sua realização, a rua é visitada por cerca de 25 mil pessoas de todo o país, e as empresas registram o dobro do faturamento para o período.

Além da feira, a prefeitura de São Bernardo do Campo tem colaborado nas edições de uma revista de móveis do APL para divulgar informações, reuniões e iniciativas entre os participantes da rede, além de manter um site da rede de APLs que o município incentiva.

Já o sindicato patronal SIMABC, com o apoio do APL, mantém também no município de São Bernardo do Campo um shopping de móveis, o Shopping Casa Total Móveis, que tem quase 17 anos de existência. Esse shopping também promove visibilidade para as indústrias da região, destacando a capacidade das empresas em inovar no design dos móveis e em atender diversos tipos de clientes, com destaque para móveis de escritório.

Assim, vemos como a ação coordenada de vários agentes locais, aliado a parcerias internacionais tem auxiliado na configuração de uma política de desenvolvimento regional de apoio às micro e pequenas empresas especializadas e flexíveis.

Dessa maneira, essa constante preocupação em adequar o território as normativas advindas de uma economia global em constante transformação levou o APL as seguintes ações:

Quadro 5: Principais ações por eixo proporcionadas pelo APL de móveis no Grande ABCD.

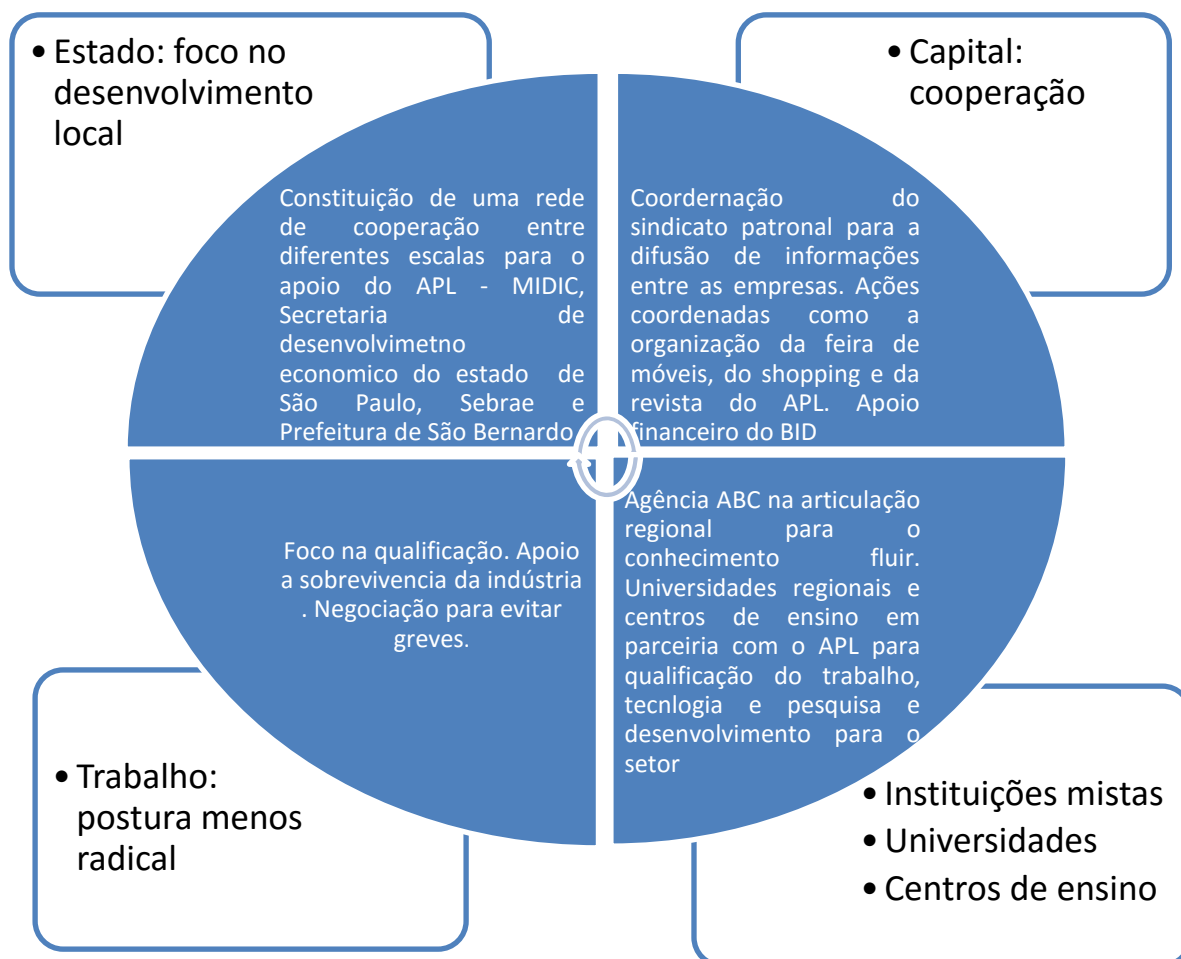
Competitividade	Tecnologia	Marketing	Capacitação	P&D	Parcerias
Criação do selo “Movelaria Paulista” Shopping Casa Total Móveis Realização de uma feira de móveis da Rua Jurubatuba	Identificação dos desafios tecnológicos quanto ao tratamento de resíduos Parceria com a FEI (Faculdade de Engenharia Industrial)	Venda do “conceito lar” Criação do site da Rua Jurubatuba Revista APL Moveleiro do Grande ABC	Consultoria gratuita de gestão com o Sebrae	Instituto Mauá de Tecnologia atuando com visitas técnicas	Acordo entre as empresas e a prefeitura de SBC para a concessão de descontos aos servidores Parceria com o SENAI para implementação de projeto de apartamento com mobiliário economicamente acessível aos moradores de conjuntos habitacionais

Fonte: Pesquisa de campo (2015)

Essas ações geraram respostas positivas quanto à formação de redes de cooperação entre as empresas, manutenção de empregos e aumento da receita. Também tem reduzido a rotatividade dos trabalhadores devido ao investimento em capacitação da mão de obra, segundo informações do Sebrae Santo André.

Na figura abaixo sintetizamos a mudança de postura dos principais agentes regionais – Estado, capital, trabalho e instituições mistas – na configuração de uma regulação que atua sobre o APL.

Figura 10: Círculo de cooperação no espaço do APL de móveis



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Desse modo, é notável o quanto a reestruturação da região do ABCD impactou a maneira de pensar a política industrial local a partir das transformações globais, e o quanto isso tem gerado benefícios para ramos industriais tradicionais ancorados em micro e pequenas empresas como o APL de móveis, configurando um quadro específico que Storper (1999) denominou de economia regional como ativo relacional.

Diante desse quadro de organização política e institucional que levou a região do ABCD a repensar sua política de desenvolvimento industrial para além das grandes cadeias produtivas ancoradas por grandes multinacionais e também sua política territorial a partir da organização de instancias supra municipais, vemos que o APL de móveis se insere nesse contexto de novas relações sociais e com isso, busca se inserir de forma competitiva aproveitando-se dessa nova regulação, que designa mais flexibilidade para as empresas com o objetivo de que elas auxiliem a recuperar a economia regional diante do capitalismo flexível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da regulação do capitalismo empreendida nessa tese deixa claro que a produção capitalista do espaço permitiu a construção de uma “atmosfera” extremamente criativa com relação à expansão da capacidade humana em se organizar em diversos níveis, elaborar projetos coletivos e em avançar na produção de conhecimento, mesmo que esse tenha sido utilizado para a dominação e poder de uns grupos sobre os outros e pela humanidade sobre a natureza.

Apesar de ter-se gerado uma intensa era criativa, do ponto de vista técnico e das relações, as crises econômicas foram desafios recorrentes enfrentados pelas sociedades que vivem sob esse modo de produção e as saídas empreendidas muitas vezes estiveram baseadas em estratégias predatórias, a partir da destruição pela guerra, pela pobreza e miséria de milhões de pessoas e também pela degradação ambiental no nível planetário.

Essas estratégias resultaram na expansão da intervenção de dados produzidos pelas elites mais influentes nos territórios de seu interesse. Utilizando-se da crença de uma economia de expansão infinita que, através da exploração de novos lugares e integração destes ao contexto global de trocas, o consumo teria sempre uma fonte de suprimentos e com isso o desenvolvimento da produção e da acumulação estariam sempre garantidos.

Também estiveram baseados na crença do materialismo científico, dogma segundo o qual todas as relações se baseiam na matéria e em interações materiais. Esse paradigma influenciou Adam Smith e todo o pensamento econômico moderno que construíram modelos que tentaram recriar a economia à imagem da física de Newton, tratando o ser humano como máquinas determinadas (GOSWAMI, 2015).

É notório que esse sistema de crenças é falso, apesar de vermos sua negação entre as pessoas de poder de decisão. O colapso dos ecossistemas naturais e a crise de 2007-2009 é um claro exemplo de como a expansão do sistema encontra seus limites e que, mesmo assim, o imediatismo das

decisões e o abuso do poder das elites impedem que o paradigma seja transformado.

A ética não participa do processo de deliberação econômica e a construção de um sistema hierárquico de classe entre os tomadores de decisões, que atualmente está estratificado em categorias de “estrelas”, aumenta o poder de determinados grupos sobre o todo o conjunto da sociedade.

Os líderes empresariais, CEOs de corporações e gestores de grandes empresas são a mais nova categoria de liberais elitistas do sistema. “*Na década de 1960, o salário de um CEO era apenas trinta vezes maior do que o de um trabalhador comum. Hoje é mais de duzentas vezes maior*” (GOSWAMI, 2015, p. 15).

O aumento do poder econômico dessa elite e de sua influência global tem gerado um quadro assustador de desigualdade de renda no âmbito mundial. Estima-se que em 2016 a riqueza de 1% da população dos mais ricos do planeta irá ultrapassar a dos 99% restantes da população mundial²⁸.

Isso tem reflexo direto no modo de regulação dos territórios. A influência dessa elite na condução do processo econômico e social está diretamente relacionada a sua capacidade de conduzir os projetos coletivos e assim criar normas que adequem as formas estruturais para atender aos seus interesses hegemônicos.

Esse quadro se agrava no capitalismo flexível, pois a modificação das formas institucionais do modo de regulação das formações socioespaciais levou à configuração de instituições que atuam em favor dos interesses dos negócios em detrimento dos direitos sociais, sendo mais evidente isso na transformação das formas estruturais que são responsáveis pela manutenção de uma sociedade fundada em direitos como as formas do Estado e da relação salarial.

Como coloca Harvey (2008, p. 77) “*os neoliberais tendem a favorecer a governança por especialistas e elites*”. Desse modo, o Estado neoliberal atende aos interesses dessa regulação flexível que favorece essa elite que está no

²⁸ Fonte: <http://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2015/01/19/riqueza-de-1-deve-ultrapassar-a-dos-outros-99-ate-2016-alerta-ong.htm>

topo da hierarquia social. Essa elite tem seu poder assentado nos aparelhos de mídia e nos aparelhos repressores públicos e privados que faz com que o consentimento do restante da sociedade seja preservado.

Esse é o quadro atual do Planeta Terra e, nesse sentido, a leitura geográfica da realidade, a partir da compreensão dos processos em múltiplas escalas, é fundamental para analisarmos esse sistema econômico e seu poder de transformação em qualquer realidade concreta, porém considerando que a dinâmica social determina a construção de relações entre diferentes variáveis.

O aumento de variáveis a ser consideradas em qualquer análise se dá devido ao relacionamento entre as escalas ter se tornado mais intenso na era da globalização, pois os contextos são alargados pelas novas possibilidades de fluidez e intercâmbio de informações, pessoas e lugares.

As características da sociologia da regulação flexível fez parte desse trabalho aqui apresentado, pois para entender o espaço geográfico, suas mudanças ao longo do tempo e as possibilidades do devir, é necessário captar as relações entre os indivíduos e grupos sociais, adentrando o universo de seus projetos e planos que determinam sua ação e assim influenciam a construção de um caminho para toda a coletividade territorial em que atuam.

A regulação das relações sociais e de todo o sistema de produção de determinado espaço é uma dimensão que deve sempre ser considerada quando se busca compreender e transformar a história dos lugares.

E como na realidade as dimensões do espaço e do tempo estão sempre mudando, sofrendo influências das revoluções técnicas, do adensamento das populações, dos movimentos migratórios e das inovações da criatividade humana, a Geografia Econômica deve considerar essas mudanças para contribuir com uma leitura apropriada do espaço, a partir de conceitos já elaborados e de novas contribuições, para que sejam úteis de serem empregados em uma sociedade em constante movimento.

A complexidade desses movimentos provocam eventos que, se forem passíveis de reprodução, alteram a composição do território e dão novos conteúdos que condicionam a formação de novos eventos e assim por diante.

Na escala de regulação do Estado-nação, a organização dos parâmetros de atuação dos agentes, a partir da construção de normas de relacionamento, sofre influência de eventos que ocorrem dentro do sistema-mundo, organizado

para ser coerente com os propósitos da acumulação, porém susceptível de turbulências que nem sempre a regulação pode evitar.

Nesse momento, o estado de forças dos grupos sociais na luta de classes interna dará o tom das mudanças, determinando quais relações deverão ser redirecionadas e, principalmente, quais medidas o Estado tomará para possibilitar essa mudança, sabendo-se que algo que trará benefícios para determinado grupo poderá prejudicar outros.

Essa conta nunca fecha e é recorrente na lógica capitalista que a cada reestruturação da regulação o grupo hegemônico coloque em voga as modificações necessárias para atender seus interesses, à revelia da perda de outros.

Para exemplificar isso, basta olharmos para a questão da relação salarial na regulação flexível. As perdas que os trabalhadores têm de arcar, relacionadas ao modo de regulação anterior, são notáveis e a psicologia dos indivíduos sofre consequências graves que podem ser observadas perante o aumento dos adoecimentos relacionado a doenças psicossomáticas na atualidade em regiões metropolitanas do país (ALVES, 2014).

A sociologia do trabalho traz uma importante contribuição ao estudar os problemas que a nova regulação gera nos indivíduos que trabalham sob suas normas, mas apenas um panorama completo, que incorpore todas as dimensões da vida humana, pode diagnosticar os problemas pessoais relacionados às mudanças regulatórias do capitalismo flexível.

Por outro lado, a mente empresarial também é modificada. O acirramento da concorrência coloca novos comportamentos e novas formas de agir perante as oscilações do mercado. A empresa flexível deve seguir as tendências que governam o imaginário do capital flexível e isso também repercute nos sujeitos que administram e são responsáveis pelos negócios, pois a ansiedade e a busca pela excelência geram crises veladas que abarcam apenas aqueles que a sentem.

É aí que a concepção da economia atual falha em proporcionar bem-estar social, pois ao considerar os seres humanos apenas como seres materiais, com necessidades materiais, cria um modo de regulação que gera carecimentos radicais provocados por um modo de vida *just-in-time* (ALVES, 2014) altamente opressor das outras dimensões da existência humana.

A atual regulação traz muitas possibilidades e constrangimentos colocados por suas normas onde todos são afetados de uma maneira ou de outra, e problemas se generalizam na medida em que a volatilidade das relações fica mais intensa e que a necessidade de resposta rápida as circunstâncias aceleram o tempo do pensar, agir e digerir as mudanças.

Nesse sentido, essa regulação não traz soluções para as crises sociais e econômicas, pelo contrário, a alta flexibilidade dos fluxos financeiros levou a mais uma grande crise econômica, que está imergindo economias importantes, tais como alguns países da União Europeia e os Estados Unidos, em um período de grave recessão.

Os economistas não tem solução para uma saída da crise atual e, nesse caso, ficou claro que a regulação é falha, pois não pôde manter sob controle ganâncias individuais. Isso porque a acumulação flexível é baseada nessa cultura de elite que busca realizar seus objetivos ampliando seu poder a partir da globalização dos mercados.

Como coloca Harvey (2008, p. 27) *“a neoliberalização não foi muito eficaz na revitalização da acumulação do capital global, mas teve notável sucesso na restauração ou, em alguns casos (a Rússia e a China, por exemplo) na criação do poder de uma elite econômica”*. Onde há mais espaço para a elite atuar, menos o sistema social será democrático e inclusivo, pois a premissa estará no controle das massas e na submissão do trabalho aos interesses do capital, com perdas de direitos e descaso com o bem-estar social geral.

Dessa maneira, resta aos outros grupos sociais lutarem e fazer resistência a esse processo, plantando alternativas que possam ajudar a criar outros modelos de desenvolvimento, mais justo e menos predatório com relação ao meio ambiente.

Enquanto a saída para os problemas econômicos estiverem centrados na destruição de direitos sociais do trabalho, na pauperização das classes médias (principalmente nos EUA e Europa), na miséria dos países pobres e na destruição da natureza, a regulação ainda não terá cumprido seu papel principal, que é constranger os indivíduos a uma ética social nas relações econômicas que leve ao bem comum, enquanto ainda não se pode contar com a ética natural dos indivíduos.

Já que a regulação social é falha na manutenção da ética, a construção de uma ética individual é o caminho que novos paradigmas vêm buscando construir. Depois da grande era do iluminismo e do realismo materialista científico, a construção de novas possibilidades para guiar a sociedade em busca da sustentabilidade, da ética e da justiça tem se tornado uma tarefa importante para vários cientistas, além de líderes políticos, espirituais e empreendedores de todas as partes do planeta.

Isso também se tornou uma preocupação pessoal ao longo da realização dessa tese de doutorado. Durante o exame de qualificação, o Prof. Dr. Marcio Cataia indagou acerca das minhas percepções sobre o futuro, atentando para o fato de que essa pesquisa levanta questionamentos mais gerais sobre o processo de regulação social, e com isso me provocou a pensar sobre possíveis caminhos que podem contribuir para a construção de uma regulação que seja socialmente justa e ecologicamente sustentável como alternativa a regulação flexível.

Atendendo a essa provocação do professor Cataia, paralelamente ao término da pesquisa, fui em busca de novos conhecimentos e pensamentos de várias áreas que pudessem contribuir e orientar caminhos para responder a indagação colocada.

Nessa jornada, encontrei várias contribuições que apontam caminhos interessantes e viáveis para a transformação social que tanto almejamos perante a atual situação que a flexibilidade e seu paradigma social apresentam. Uma das visões científica mais interessantes que encontrei foi sem dúvidas a da física quântica.

A partir de vários estudos, teorias e experimentos laboratoriais realizados há mais de dois séculos, a física quântica tem demonstrado que no nível último da realidade deste universo (ou seja, o nível subatômico) é formado apenas de consciência, uma energia inteligente e poderosa que dá vida e forma a tudo o que existe, desde galáxias ao ar que respiramos.

Diante dessa descoberta científica que vem sendo testada de várias maneiras em laboratório ao longo desses séculos, tendo o maior avanço científico na década de 1920-1930 (GOSWAMI, 1998), período onde toda a base matemática dessa ciência foi elaborada, muitos cientistas tem apontado

para a construção de um novo paradigma científico com base na física quântica.

Diante dessa possibilidade, alguns físicos expoentes argumentam que um novo paradigma societário pode ser elaborado a partir da premissa de que o universo é pura consciência, sendo essa consciência é a grande energia criativa que gera tudo o que existe e que através dessa criatividade sem fim poderemos encontrar um caminho para uma economia que atenda de fato as necessidades humanas, ao passo que teria como meta um mundo mais justo.

Como destaca Amit Goswami, um importante físico quântico ativista dessas novas ideias, podemos

transformar a nós mesmos e a nossa sociedade aplicando os princípios da física quântica, propondo uma visão de mundo correta, que integre a ciência e o sutil; um modo de vida que equilibre condicionamento e criatividade; recursos para aqueles que abram espaço para explorar sentimentos, significados e valores (GOSWAMI, 2015, p. 35)

Uma nova economia com sua regulação baseada na consciência quântica enquanto premissa, poderá ser a grande solução para os ciclos de regularidade e crise que o atual sistema econômico fomenta, levando a organização econômica para outro patamar, relacionado com o envolvimento mútuo, cooperação, ética e criatividade (GOSWAMI, 2015).

Esse seria um grande salto para a humanidade (salto quântico) que ainda é utópico, mas as possibilidades do século XXI permitem que se possa provocar uma nova orientação para tudo o que está dado e o momento atual de crise pode ser também um momento de oportunidades.

Para isso, um outro modo de regulação seria criado, a partir de uma nova visão de mundo, e com isso, a organização econômica não estaria trabalhando apenas para a satisfação dos interesses da acumulação para as elites, mas sim, para a satisfação das pessoas com a valorização dos conceitos arquetípicos que fazem as pessoas se sentirem integradas, amadas e amparadas por todo o conjunto social.

Desse modo, não estamos sem possibilidades para o futuro, porém as alternativas mais criativas partem de novos valores e novas ideias que devem

ser incorporadas para compor um campo de probabilidades que poderá guiar os agentes econômicos rumo a uma nova regulação menos perversa.

Assim, a regulação flexível não compreende o fim da história e tampouco é a única via para o futuro. Em um mundo de recursos finitos, o deslocamento de crises do capitalismo se torna limitado e por isso a criatividade e a consciência quântica (GOSWAMI, 1998), aliada ao uso de meios alternativos de debates e trocas de ideias, pode ser a grande saída para a construção de um futuro mais promissor para toda a humanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGLIETTA, M. ORLEÁN, A. **A violência da moeda**. São Paulo: Ed Brasiliense, 1990.

AGLIETTA, M. **Régulation et crises du Capitalisme**: l'expérience des États-Unis. Paris, Calmann-Lévy, 1976.

ALMEIDA, C. C. T. **O grande ABC paulista: o fetichismo da região**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, FFLCH - USP. 336 f. São Paulo, 2008.

ALVES, G. Textos publicados. **Blog da Boitempo**. Disponível em <<http://blogdaboitempo.com.br/category/colunas/giovanni-alves/>> Acesso em 2014/2015.

ALVES, G. **Trabalho e neodesenvolvimentismo**. Choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Projeto Editorial Praxis, 2014.

ANTUNES, R. (org) **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

ANTUNES, R. **A desertificação neoliberal no Brasil** (Collor, FHC e Lula). 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

ANTUNES, R. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**. Vol 28, nº 81. São Paulo, mai/ago 2014.

AUGUSTO, A. G. Fundamentos metodológicos da Abordagem da Regulação: origem histórica e questões fundadoras. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, vol. 25, n. 02, 2004.

BARBOSA, N. Dez anos de política econômica. In: SADER, E. (Org) **10 anos de governos pós-liberais no Brasil: Lula e Dilma**. Pág. 69-102. São Paulo: Boitempo. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

BASTOS, R. L. A. **Flexibilidade do trabalho**: uma caracterização introdutória. Disponível em <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/971/1278>> Acesso em maio/2014.

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2007.

BELLUZZO, Luiz G. de Mello. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. **Economia e Sociedade**. Campinas, n.4, p.11-20, jun.1995.

BENKO, G; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 31-50, jul/dez, 2001.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BITTENCOURT, J. T. Inovação e cooperação em arranjos produtivos locais. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de pós-graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra – Universidade Federal do Paraná. 234 f. Curitiba, 2011.

BOCCHI, J. I. Crises capitalistas e a escola francesa da regulação. **Pesquisa e Debate**. São Paulo. Vol. 11 n. 01, 2000.

BOITO Jr, A. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Fórum Econômico da FGV. São Paulo, 2012.

BOMTEMPO, D. C. **Dinâmica territorial, atividade industrial e cidade média: as interações espaciais e os circuitos espaciais da produção das indústrias alimentícias de consumo final instaladas na cidade de Marília – SP**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 455 f. Presidente Prudente, 2011.

BOYER, R. **A teoria da regulação: uma análise crítica**. São Paulo: Nobel, 1990.

BOYER, R. Alternativas ao Fordismo: uma análise provisória. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Nº 35, 1992.

BRAGA, R. **A nostalgia do fordismo**: modernização e crise na teoria da sociedade salarial. São Paulo: Xamã, 2003.

BRAGA, R. **A restauração do capital**. Um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo, Xamã, 1996.

BRAGA, R. **Mediações institucionais e inovações metodológicas a teoria da regulação e a formalização da dinâmica econômica histórica**. Disponível em www.scielo.br/pdf/se/v17n2/v17n2a10.pdf, acesso em maio de 2013 [não datado].

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Ed. UNICAMP, 2012.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A economia e a política do Plano Real. **Revista de Economia Política**. Vol 14, nº 4 (56) pág. 129-149, out/dez de 1994.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. In: OCAMPO, J. A; ROSS, J. (Orgs) **From old to new developmentalism in Latin America**. pag. 108-127. Handbook of Latin American Economics, Oxford University Press, 2011.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Estratégia nacional e desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, vol. 26, nº 2, pp. 203-230, abril-junho de 2006.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Financiamento para o subdesenvolvimento: o Brasil e o Segundo Consenso de Washington. In: CASTRO, A. C. (Org) **Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro I**, v. 2 pág. 359-398. Rio de Janeiro: MAUAD/BNDES, 2002.

CAPUTO, A. C; MELO, H. P. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. **Est.Econ**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 513-538, jul/set, 2009.

CAPRA, F. **O Tao da física. Uma exploração dos paralelos entre a física moderna e o misticismo oriental**. Lisboa: Editora Presença, 1989.

CARDOSO, A. M. **A década neoliberal – e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARVALHO, F. J. C. O sistema financeiro internacional: um breve ensaio ao modo de Celso Furtado. In: SABOIA, J; CARVALHO, F. J. C. (Orgs) **Celso Furtado e o século XXI**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. **Economia e sociedade**. Campinas, vol. 11, n. 01, 2002.

CONCEIÇÃO, O. A. C. Michael Aglietta: da teoria da regulação à violência da moeda. **Textos para discussão FEE**. N. 11. Porto Alegre, 2007.

COUTINHO, L. O desenvolvimento urbano no contexto de mudança tecnológica. In: GONÇALVES, M. F. (Org) **O novo Brasil urbano: impasses/dilemas/perspectivas**. Porto Alegre: Mercado aberto, 1995 p. 41-62.

COUTINHO, C. N. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F; BRAGA, R; RIZEK, C. (Orgs.) **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.

CORREA, E. Heterogeneidade estrutural e finanças globais. In: SABOIA, J; CARVALHO, F. J. C. (Orgs) **Celso Furtado e o século XXI**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (Orgs) **Economia e território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DRUCK, G. A teoria da regulação transforma-se em “técnica da regulação” em tempos neoliberais? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 20, n. 57 [não datado].

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social. Pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

EGLER, T. T. C.; TAVARES, H. M. (Orgs) **Política Pública, rede social e território**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

FARIA, L. A. E. A economia política, seu método e a teoria da regulação. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, (13), 1992.

FARIA, L. A. E. As formas institucionais da estrutura: do micro ao macro na Teoria da Regulação. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 22, n. 01, p. 187-204, 2001.

FILHO, C. P. **Emprego e salário. Saldos do Governo Collor**. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/709/957>> Acesso em Novembro de 2014.

FINELLI, R. O “*pós-moderno*”: verdade do “*moderno*”. In: COUTINHO, C. N; TEIXEIRA, A. P. (Orgs) **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FONSECA, P. C. D. Celso Furtado e a questão da intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. In: SABOIA, J; CARVALHO, F. J. C. (Orgs) **Celso Furtado e o século XXI**. p. 285-307. Barueri, SP: Manole; Rio de Janeiro; Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

FONSECA, P. C. D; MONTEIRO, S. M. M. O Estado e suas razões: o II PND. **Revista de Economia Política**. Vol. 28 nº 01. São Paulo, jan/mar 2008.

FURTADO, C. Estado e empresas transnacionais na industrialização periférica. **Revista de Economia Política**, vol 01, nº 01, janeiro-março de 1981.

FURTADO, C. Reflexões sobre a crise brasileira. **Revista de Economia Política**. vol. 20, n. 4 (80), 2000.

GARCIA, M. A. Dez anos de política externa. In: SADER, E. (Org) **10 anos de governos pós-liberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

GOLDENSTEIN, L; SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, nº 1, p. 21-47, 1982.

GOSWAMI, A. **Economia da consciência. Construindo um novo paradigma econômico a partir dos princípios da física quântica.** São Paulo: Goya, 2015.

GOSWAMI, A. **O universo autoconsciente.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1998.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, D. **Os limites do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

HIRSH, J. Forma política, instituições políticas e Estado – I. Pág. 09-37. **Crítica Marxista**, 2007.

HIRSH, J. Forma política, instituições políticas e Estado – II. Pág. 47-74. **Crítica Marxista**, 2007.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos. O breve século XX.** 2º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ITIRO, A. Flexibilização dos mercados de trabalho: um panorama do debate internacional. **Pesquisa & Debate**, SP, Vol 14, n. 1 (23), 2003.

KREIN, J. D. **Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005.** Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007.

LAZZARESCHI, N. **Trabalho ou emprego?** São Paulo: Paulus, 2007.

LEBORGNE, D; LIPIETZ, A. Flexibilidade defensiva ou flexibilidade ofensiva: os desafios das novas tecnologias e da competição mundial. In: VALLADARES, L; PRETECEILLE, E. (Coord.) **Reestruturação urbana: tendências e desafios**. São Paulo: Nobel, 1990. p. 17-40.

LEBORGNE, D; LIPIETZ, A. Flexibilidade ofensiva, flexibilidade defensiva. Duas estratégias sociais na produção de novos espaços econômicos. **Les nouveaux espaces industriels: un survol international**. Paris I, 1989.

LEBORGNE, D; LIPIETZ, A. O pós-fordismo e seu espaço. **Espaço e Debates**. Nº 25, 1988.

LENCIONI, S. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. **Espaço & Debates**. São Paulo: NERU, n.38, p.54-61, 1994.

LIPIETZ, A. Acumulación, crises y salidas a la crises: algunas reflexiones metodológicas en torno a la noción de "regulación". **Estudios sociológicos**. Vol. IV: 11, 1986.

LIPIETZ, A. As relações capital-trabalho no limiar do século XXI. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, 12 (1): 101-130, 1991.

LIPIETZ, A. **Audácia: uma alternativa para o século 21**. São Paulo: Nobel, 1991.

LIPIETZ, A. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, 10(2): 303-335, 1989.

LIPIETZ, A. **Miragens e milagres. Problemas da industrialização no Terceiro Mundo**. São Paulo: Nobel, 1988.

LIPIETZ, A. O mundo do pós-fordismo. **Revistas Eletrônicas FEE**. Disponível em < revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/download/1256/1613>, acesso em maio de 2013 [não datado].

LIPIETZ, A. Reflexões sobre uma fábula. Por um estatuto marxista dos conceitos de regulação e de acumulação. **Dados - Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro. Vol. 31, n. 01, 1988.

LIGUORI, G. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. (Orgs) **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado. Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. 2ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELMAN, S. **Depois do capitalismo: do gerencialismo à democracia no ambiente de trabalho: história e perspectivas**. São Paulo: Ed Futura, 2002.

MIGUEL, P. P. Globalização na década de 2000 e perspectivas para o mundo em desenvolvimento. SOLA, L.; LOUREIRO, M. R. (orgs) **Democracia, Mercado e Estado: o B de Brics**. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2011.

MORAES, A. C. **O projeto neoliberal e o mito do Estado Mínimo**. Disponível em < www.pucsp.br/neils/downloads/v1_artigo_moraes.pdf>, acesso em maio de 2013 [não datado].

MORAES, A. C. Sobre as críticas à escola da regulação: algo a favor de sua abordagem crítica sobre as possibilidades do capitalismo. **Pesquisa & Debate**. São Paulo, vol. 09, n. 02, 1998.

NASCIMENTO, E. P. Notas a respeito da Escola Francesa da Regulação. **Revista de Economia Política**. Vol. 13, n. 02, 1993.

NÓVOA, J. (org) Dossiê: estágio último da crise: dimensões. **Caderno CRH**. V. 26, n. 67 – jan./abr. 2013.

OLIVEIRA, F. J. G. **Reestruturação produtiva, território e poder no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

OLIVEIRA, F; BRAGA, R; RIZEK, C. (Orgs.) **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.

OLIVERIA, F. J. G. O crescimento econômico do Rio de Janeiro (2006-2016) posto a perder: a ausência de políticas territoriais e de ordenamento do território comprometendo a possibilidade de desenvolvimento. In: WERNER, C. M. L. et al. (Orgs) **Políticas públicas: interações e urbanidades**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

PEDRÃO, F. **Raízes do capitalismo contemporâneo**. Salvador: EDUFBA, 1996.

POCHMANN, M. Brasil: segunda grande transformação no trabalho? **Estudos Avançados**. Vol 28, nº 81. São Paulo, mai/ago 2014.

POULANTZAS, N. **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

RAMALHO, J. R.; RODRIGUES, I. J. Sindicato, crise econômica e estratégias regionais: novas dimensões da participação política no ABC paulista. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 59 p. 339-351. Maio/Ago 2010.

SABOIA, J.; CARVALHO, F. J. C. (Orgs) **Celso Furtado e o século XXI**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

SADER, E. (Org) **10 anos de governos pós-liberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SADER, E. (Org) **Vozes do século: entrevistas da New Left Review**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SANTOS, L. B. **Estado, industrialização e os espaços de acumulação das multilatinas**. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP. Presidente Prudente, 2012.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, M. Da política dos Estados à política das empresas. **Cadernos da Escola do Legislativo**, 1997.

SANTOS, M. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR/UFRJ**. Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2 p. 15-26. Ago/dez. 1999.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**. N. 54. AGB, 1977.

SANTOS, M.; SILVEIRA, L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, L. M. Trabalho e regresso: entre desregulação e re-regulação. In: BRAGA, R; OLIVEIRA, F; RIZEK, C. (Orgs) **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

SILVA, M. F. G. **Formação econômica do Brasil. Uma reinterpretação contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SILVEIRA, M. L. A natureza relacional dos circuitos da economia urbana. In: OLIVERIA, F. G. et al. (Orgs) **Geografia Urbana: ciência e ação política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOLA, L.; LOUREIRO, M. R. (orgs) **Democracia, Mercado e Estado: o B de Brics**. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2011.

SOUZA, M. A; SANTOS. M. (Orgs) **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.

SPOSITO, E. S. **A teoria dos dois circuitos da economia urbana nos países desenvolvidos: seu esquecimento ou sua superação?** O mundo do cidadão – um cidadão do mundo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

STORPER, M. Las economías regionales como activos regionales. **Cadernos IPPUR/UFRJ**. Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2 p. 29-68. Ago/dez. 1999.

TARTARUGA, I. G. P. **Inovação, território e cooperação: um novo panorama da Geografia Econômica do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

VAKALOULIS, M. Acumulação flexível e regulação do capitalismo. **Revista Outubro**. São Paulo, 1996.

VEIGA, J. E. O “fordismo” na acepção regulacionista. **Revista de Economia Política**. São Paulo. Vol. 17 n. 03, 1997.

VIDAL, G. América Latina na cilada da globalização: história e classes dirigentes. In: SABOIA, J.; CARVALHO, F. J. C. (Orgs) **Celso Furtado e o século XXI**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007

WELLER, J. La flexibilidad del mercado de trabajo en América Latina y el Caribe. Aspectos del debate, alguna evidencia y políticas. **Macroeconomía del desarrollo**. Santiago de Chile: CEPAL, 2007.

ZAMBOTTO, M. P. Os limites e os riscos da flexibilização das normas trabalhistas. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 107, dez 2012. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12541&revista_caderno=25>. Acesso em fev 2016.

Sites consultados

Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC:

www.agenciagabc.com.br

Bresser-Pereira: www.bresserpereira.org.br/rgp.asp

Caged: www.caged.gov.br

Consórcio Intermunicipal do ABC: www.consorcioabc.sp.gov.br

Datafolha: datafolha.folha.uol.com.br

IBGE: www.ibge.gov.br

Ipeadata: www.ipeadata.gov.br

Prefeitura de Santo André: www.santoandre.sp.com.br

Prefeitura de São Bernardo do Campo: www.saobernardo.sp.com.br

Prefeitura de São Caetano do Sul: www.saocaetano.sp.com.br

RAIS: www.rais.gov.br

Revista Exame: exame.abril.com.br

Rua Jurubatuba: www.ruajurubatuba.com.br

SEADE: www.seade.gov.br

SIMABC: www.simabc.com.br

SINTRACOM: www.sintracom.sbc.com.br

Site de notícias uol: www.uol.com.br

UFABC: www.ufabc.edu.br

UNASUR: www.unasursg.org/en